

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, volume 10 (1), 2020

R

O

T

S

L

Sumário

Revista da FLUP - IV Série V. 10, N. 1 (2020): HISTÓRIA

Comissão Editorial 1 Apresentação

Dossiê Temático:

Manuel Loff, Filipe Piedade e Carlos Zacarias 3 Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo

Gilberto Grassi Calil 8 José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)

Gil Gonçalves 29 Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)

Sergio Valero Gómez e Aurelio Martí Bataller 53 Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta

Carlos Nássaro Araújo da Paixão 76 As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1936)

Francesc Vilanova Vila-Abadal 105 Múnich, Praga y los judíos como pretexto. La «impregnation fasciste» de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)

Miguel Cabo Villaverde 130 La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras

Outros Estudos:

Marco Alexandre Ribeiro 153 *O Príncipe Perfeito*: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa

Debora Val Escadas 173 A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)

Ricardo Serrado 198 Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio

João Lima	218	O 1º de Maio. Um grupo militante no processo revolucionário português: nascimento, morte e transfiguração
Bruno Alexandre Reis Costa	240	(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina
Diogo Trindade Alves Carvalho	264	A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them

Recensões:

Jorge Fernandes Alves	290	De Chegadas e Partidas. Migrações e Trajetórias de Vidas de Portugueses no Pará (1800-1850)
Jorge Fernandes Alves	293	Correntes de Ouro. Emigração Portuguesa para a Argentina em Perspetiva Regional e Transatlântica
Inês Amorim	296	Arborizar contra cheias, tempestades e marés (1834-1886). Políticas de águas e florestas em Portugal

300 Notas Biográficas dos Autores

303 Ficha Técnica

304 Normas editoriais

APRESENTAÇÃO

Revista da FLUP - IV Série V. 10, N. 1 (2020): HISTÓRIA

A revista *História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* continua a assumir o compromisso de publicação semestral, iniciado em 2017, segundo um figurino que inclui artigos submetidos a uma proposta de dossiê temático e um conjunto de outros estudos que resultam da investigação em curso.

Manuel Loff, Filipe Piedade e Carlos Zacarias de Sena Júnior coordenam o dossiê temático que se centra sobre revoluções, democratização, contradições da paz, crise do sistema liberal, fascismo e socialismo, áreas temáticas que estruturaram o convite à submissão de artigos subordinados ao tema “Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo”. Acerca dos autores dos artigos (seis) aceites e avaliados, os coordenadores estabelecerão as considerações mais relevantes, podendo nós sublinhar a apresentação de estudos de caso que cobrem realidades políticas ocorridas em Espanha, Portugal, Catalunha, Itália, Brasil e Checoslováquia, o que permitirá estabelecer análises comparativas de diferentes escalas (personagens, ideias, conflitos, influências, impactos, etc.).

O conjunto de seis artigos, que completam a rubrica *Outros Estudos*, apresenta, naturalmente, uma diversidade de temáticas, refletindo a evolução historiográfica em curso e uma amplitude cronológica significativa. Concretamente, os artigos abordam: o pensamento ético-político português do séc. XIX na exaltação de figuras régias anteriores; o movimento operário na I República e os limites de aplicabilidade; a estruturação de um grupo político de extrema-esquerda, ativo entre 1974 e 1976, e as relações sociais de interconhecimento; o papel das emoções na tomada de decisão e a função dos sentimentos, enquanto sinalizadores mentais do estado do corpo, vistos por duas figuras da psiquiatria e da neurociência; as mutações dos discursos associados a práticas sexuais em contexto colonial, que hierarquizam e organizam a vida social; e o pensamento geoestratégico e as questões geopolíticas como influenciadores do desenvolvimento de videogames.

Finalmente, a rubrica *Recensões* inclui a análise de obras que merecem ser relidas e apreciadas por leitores, que, com diferentes perfis, lhes darão sentido e utilidade, abrindo possíveis releituras e a exploração de rumos de investigação.

Como sempre sublinhámos, em edições anteriores, consideramos que cada número da revista congrega o esforço dos autores e dos revisores, anónimos, a quem a

comissão editorial reiteradamente agradece, pelo esforço em sugerir, corrigir, apontar caminhos, trabalho invisível, mas de importância excepcional.

O fim desta cadeia e o início da seguinte, de disseminação, apreciação e uso de saberes plasmados em mais um número da revista, só é possível com a disponibilização dos conteúdos em plataforma digital, trabalho que conta com o apoio da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a quem reconhecemos o serviço incondicional.

Porto, 30 de junho de 2020

A Comissão Editorial

Inês Amorim
Cláudia Pinto Ribeiro
Francesco Renzi
Jorge Fernandes Alves
Jorge Martins Ribeiro
Maria Antonieta Cruz

Dossiê Temático

Manuel Loff; Filipe Piedade; Carlos Zacarias de Sena Júnior - *Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 3-7. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a1

Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo

Between world wars (1918-1939): between peace and war, crisis of the liberal system, Revolution and fascism

Entre guerras mundiales (1918-1939): entre paz y guerra, crisis del sistema liberal, revolución y fascismo

Entre les guerres mondiales (1918-1939): entre paix et guerre, crise du système libéral, Révolution et fascisme

Manuel Loff

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de História Contemporânea/NOVA)
mloff@letras.up.pt

Filipe Piedade

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e Instituto de História Contemporânea/NOVA
fpiedade@fpce.up.pt

Carlos Zacarias de Sena Júnior

Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades
zacasenajr@uol.com.br

Resumo: As duas décadas que separam as duas guerras mundiais constituíram um período especialmente intenso da história, repleto de grandes contradições que, cem anos depois, nos continuam a interpelar. Este dossiê temático é dedicado a esse período de grandes ilusões sobre a construção da paz e o reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos, de revoluções afogadas em sangue, do desafio anticolonial, da massificação política. Nele reunimos seis textos cujo enfoque balança entre a procura de mais democracia e a demonstração do fracasso da democratização do sistema liberal, percorrendo geografias políticas e contextos nacionais muito variados. Perante a evidência de uma crise dos regimes liberais-democráticos que ressurgiu cem anos depois, revisitarmos aqueles anos de entre guerras mundiais, muito mais que um simples exercício intelectual, deve servir de aprendizagem urgente sobre as condições de crise da democracia e de percepção de como o autoritarismo avança.

Palavras-chave: entre guerras, crise do liberalismo, fascismo, revolução, autoritarismo

Summary: The two decades that separate the two World Wars were a particularly intense period in history, full of such great contradictions that, a hundred years later, continue to challenge us. This thematic dossier is dedicated to this period of great illusions about building peace and recognizing the right to self-determination, revolutions drowned in blood, the anti-colonial surge, political massification. We have gathered here six different papers whose focus balances between the demand for more democracy and the evident failure of the democratization process of the liberal system, across very different political geographies and national contexts. As we are presently facing a very obvious crisis of the liberal-democratic regimes that resurfaces a hundred years later, revisiting those interwar years, much more than a simple intellectual exercise, can be of use to learn about the circumstances in which democracy slides into crisis and on the perception of how authoritarianism advances.

Keywords: inter-war period, crisis of liberalism, fascism, revolution, authoritarianism.

Resumé: Les deux décennies qui séparent les deux guerres mondiales ont été une période particulièrement intense de l'histoire, pleine de grandes contradictions qui, cent ans plus tard, continuent de nous interpeller. Ce dossier thématique est consacré à cette période de grandes illusions sur la construction de la paix et la reconnaissance du droit à l'autodétermination des peuples, des révolutions

Manuel Loff; Filipe Piedade; Carlos Zacarias de Sena Júnior - *Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 3-7. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a1

sanglantes, du défi anti-colonial, de la massification politique. Il rassemble six textes dont l'objectif est d'équilibrer entre la recherche de plus de démocratie et la démonstration de l'échec de la démocratisation du système libéral, couvrant des géographies politiques et des contextes nationaux très différents. Étant donné les preuves d'une crise des régimes libéraux-démocrates qui réapparaît cent ans plus tard, revisiter ces années entre les guerres mondiales, bien plus qu'un simple exercice intellectuel, devrait servir à apprendre d'urgence sur les conditions de crise de la démocratie et la perception de la façon dont l'autoritarisme progresse.

Mots-clés: entre-deux-guerres, crise du libéralisme, fascisme, révolution, autoritarisme.

Resumen: Las dos décadas que separan las dos guerras mundiales fueron un período especialmente intenso en la historia, lleno de grandes contradicciones que, cien años después, continúan desafiándonos. Este dossier temático está dedicado a ese período de grandes ilusiones sobre la construcción de la paz y el reconocimiento del derecho de autodeterminación de los pueblos, de las revoluciones empapadas de sangre, del desafío anticolonial, de la masificación política. Reúne seis textos cuyo enfoque se equilibra entre la búsqueda de más democracia y la demostración de la incapacidad de democratizar el sistema liberal, cubriendo geografías políticas y contextos nacionales muy diferentes. Dada la evidencia de una crisis de regímenes democráticos liberales que reaparece cien años después, revisar esos años entre guerras mundiales, mucho más que un simple ejercicio intelectual, debería servir como un aprendizaje urgente sobre las condiciones de crisis de la democracia y la percepción de cómo avances del autoritarismo.

Palabras clave: período de entreguerras, crisis del liberalismo, fascismo, revolución, autoritarismo

A História – Revista da FLUP dedica o dossiê temático do seu primeiro volume do ano de 2020 ao período de 1918-39, duas décadas que separam as duas guerras mundiais e que constituíram um período muito intenso da história, repleto de grandes contradições que, cem anos depois, nos continuam a interpelar.

1918-19 foram não só os anos das grandes ilusões sobre a construção da paz e o reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos. Foram também anos de afogamento em sangue das muitas revoluções e movimentos insurrecionais, muitos deles de natureza anticolonial, que surgiram nos pontos mais variados do mundo, trazendo para a ribalta política as mesmas massas que, arrastadas à força para o esforço de guerra económica e o combate nas trincheiras da mais terrível guerra que até então tinha sido declarada, reclamavam agora para si o direito a decidir o seu futuro.

A mesma crise do sistema liberal oligárquico que parecia permitir avançar decisivamente no sentido da democratização, abriu também caminho ao fascismo e a agendas expansionistas de reordenamento da dominação imperialista do mundo, que ajudam a explicar a II Guerra Mundial. Foi, afinal, das ruínas da *guerra para acabar com todas as guerras* que acabariam por surgir as condições para desencadear outra pior ainda, num salto qualitativo na história da devastação humana e material de muito difícil mensuração.

Manuel Loff; Filipe Piedade; Carlos Zacarias de Sena Júnior - *Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 3-7. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a1

No dossiê “Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo” reunimos um conjunto de textos cujo enfoque balança entre a procura de mais democracia e a demonstração do fracasso da democratização do sistema liberal. É a crise estrutural deste que abre caminho (e, simultaneamente, é consequência) da ascensão do fascismo. Neste âmbito, Gilberto Calil, no seu artigo “José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)”, procura situar as leituras de dois militantes e importantes teóricos marxistas que foram contemporâneos e adversários resolutos do fascismo de Mussolini. Procurando compreender as análises aproximadas das duas abordagens, Calil esboça uma importante análise comparativa dos escritos do peruano Mariátegui e do italiano Gramsci, dois argutos intérpretes do fenómeno.

Pelo seu lado, em “Múnich, Praga y los judíos como pretexto. La «imprégnation fasciste» de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)”, Francesc Vilanova descreve-nos o processo, muito comum na Europa do final dos anos 30, da fascização das direitas catalãs (quer os “espanholistas e monárquicos, quer os regionalistas da Lliga Catalana), seduzidas pelo discurso e a cosmovisão fascistas que ia tomando o conjunto das elites políticas reacionárias do Ocidente. Neste sentido, Vilanova fala de uma *imprégnation fasciste* que teria contaminado uma série de grupos políticos e sociais especialmente traumatizados pela experiência da sublevação fascista espanhola e o desencadeamento de um processo revolucionário na retaguarda republicana.

A leitura muito reveladora que as direitas fascizadas catalãs fizeram da crise de Munique (setembro de 1938) e do subsequente desmembramento da Checoslováquia (março de 1939) dialoga diretamente com o texto de Miguel Cabo sobre “La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras”. Nele, o historiador galego reanalisa o mito da I República checoslovaca de 1918-38 como uma “ilha de democracia”, reforçado por fatores como o carisma do presidente Masaryk, o sacrifício do país no contexto da política de apaziguamento adotada pelas potências ocidentais no pacto de Munique de 1938, o golpe comunista de 1948 ou o esmagamento da Primavera de Praga em 1968. Cabo analisa o debate historiográfico posterior à queda do Muro e presta particular atenção a um fator pouco conhecido como foi o papel decisivo do Partido Republicano Agrário.

Manuel Loff; Filipe Piedade; Carlos Zacarias de Sena Júnior - *Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 3-7. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a1

O caso checoslovaco é um bom exemplo de uma outra área temática. Nos anos de entre guerras assiste-se, afinal, a um movimento pendular: se logo na segunda metade da década de 20 e, sobretudo, nos anos da Grande Depressão emerge o que ficou consagrado como a *Era do Fascismo*, estes vinte anos tinham começado com um forte impulso democratizador que arrastara consigo a rutura dos impérios autoritários da Europa central e oriental (russo, alemão, austro-húngaro e otomano) e forçara à evolução democratizante do liberalismo oligárquico do que havia sido o *longo século XIX*, com a criação de novos regimes republicanos, o alargamento do sufrágio universal às mulheres, ou a cooptação dos partidos e dos sindicatos socialdemocratas e democrata-cristãos reformistas para a esfera do poder, esboçando políticas sociais públicas para conter a reivindicação operária, mas agravando a cisão do movimento operário entre comunistas, socialdemocratas e o sindicalismo revolucionário de tendência anarquista (especialmente em Portugal e Espanha). É neste quadro que se assiste às tentativas de reconstituição da unidade da esquerda operária (as Frentes Populares de 1935-38) que, entre outras questões, permite a Sergio Valero e a Aurelio Martí, autores de “Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta”, fazer uma análise da ligação entre os partidos socialistas espanhol e francês, enquadrando-os no movimento socialista europeu do período de entre guerras.

Por outro lado, em “Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)”, Gil Gonçalves explora a dimensão iberista da Federação Anarquista Ibérica, fazendo uma análise das relações entre os movimentos anarquistas em Portugal e Espanha nas vésperas da Guerra Civil espanhola, conflito que concentra em si mesmo todas as linhas de fratura da Europa e de grande parte do mundo do tempo.

Sempre dentro do quadro da crise do sistema liberal, Carlos Nássaro Araújo da Paixão estuda uma das muitas formas de deriva autoritária a que se assiste neste período. Em “As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)”, Nássaro procura demonstrar como o interventor do estado da Bahia, Juracy Magalhães, desenvolveu uma ofensiva política de recomposição e arregimentação das oligarquias locais, alijadas do poder pela Revolução que em 1930, que levou Getúlio Vargas ao governo do Brasil. Tomando como fontes vários textos

Manuel Loff; Filipe Piedade; Carlos Zacarias de Sena Júnior - *Entre guerras mundiais (1918-1939): entre a paz e a guerra, crise do sistema liberal, Revolução e fascismo*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 3-7. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a1

memorialísticos deste importante político brasileiro, que esteve sempre ciente do lugar que pretendia ocupar na história, Carlos Nássaro reconstrui os passos deste intrincado jogo político, marcado pela acomodação e pelo conflito.

Testemunhas que todos somos, no arranque da década de 20 do século XXI, de uma evidente crise dos regimes liberais-democráticos, tanto dos seus pressupostos políticos e culturais como das condições sociais e económicas que até há pouco asseguravam a sua vigência, ao revisitarmos esses anos tão sintomáticos como foram os de entre guerras mundiais fazemos muito mais que um simples exercício intelectual: participamos - é o que os coordenadores deste dossiê pretendem - de uma aprendizagem urgente sobre as condições de crise da democracia e de percepção de como o autoritarismo avança.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

**José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci:
a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)**

**José Carlos Mariátegui and Antonio Gramsci: the interpretation of the fascist
ascension process (1921-1922)**

**Jose Carlos Mariátegui et Antonio Gramsci : l'interprétation du processus de
l'ascension du fascisme (1921-1922)**

**José Carlos Mariátegui y Antonio Gramsci: la interpretación del proceso de
ascensión fascista (1921-1922)**

Gilberto Calil
UNIOESTE
gilbertocalil@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as interpretações que foram produzidas pelos intelectuais e militantes marxistas José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci sobre a ascensão do fascismo. A análise enfatizará especialmente os artigos produzidos nos anos de 1921 e 1922, anterior à chegada do fascismo ao governo italiano.

Palavras-Chave: José Carlos Mariátegui; Antonio Gramsci; Fascismo.

Abstract: The aim of this article is to discuss the interpretations about the rise of fascism that were produced by the intellectuals and Marxist militants José Carlos Mariátegui and Antonio Gramsci. The analysis will emphasize especially their articles produced in the years of 1921 and 1922, before the arrival of fascism to the Italian government.

Keywords: José Carlos Mariátegui; Antonio Gramsci; Fascismo.

Résumé: L'objectif de cet article est de discuter des interprétations qui ont été produites par les intellectuels et militants marxistes Jose Carlos Mariátegui et Antonio Gramsci sur l'émergence du fascisme. L'analyse mettra particulièrement l'accent sur les articles qu'ils ont produit dans les années 1921 et 1922, avant l'arrivée du fascisme au gouvernement italien.

Mots-clés: Jose Carlos Mariátegui; Antonio Gramsci, le Fascisme.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar las interpretaciones producidas por los intelectuales y militantes marxistas José Carlos Mariátegui y Antonio Gramsci sobre el ascenso del fascismo. El análisis enfatizará especialmente los artículos producidos en los años 1921 y 1922, antes de la llegada del fascismo al gobierno italiano.

Palabras-Clave: José Carlos Mariátegui; Antonio Gramsci; Fascismo.

O objetivo deste artigo é discutir comparativamente as interpretações que foram produzidas pelos intelectuais e militantes marxistas José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci sobre a ascensão do fascismo, em especial no biênio que precede sua chegada ao governo italiano (1921-1922).

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

As trajetórias de Gramsci e Mariátegui têm diversos elementos em comum, como a busca de um marxismo vivo, que rompesse com os esquematismos e transposições mecânicas e o enfrentamento de inúmeras dificuldades pessoais ao longo da vida, bem como uma morte prematura. Além disto, os textos produzidos por ambos no início da década de 1920 são comumente considerados pelos intérpretes destes autores como menos relevantes do que sua produção posterior, quando não desqualificados como textos “juvenis”. No caso de Gramsci, isto se dá através da sua contraposição aos Cadernos do Cárcere, elaborações de maior fôlego e escritas fora do “calor do momento”, ao contrário de sua produção jornalística pré-cárcere. Quanto a Mariátegui, o período de sua estadia italiana é usualmente tratado como de “aprendizado”, como um interregno que separa sua produção juvenil marcadamente romântica de sua análise posterior solidamente marxista, diminuindo-se assim a importância de sua produção deste momento.

A diferença fundamental é o ponto de vista no qual situavam-se ambos. Gramsci integrava o núcleo do jornal *L'Ordine Nuovo* e era um dos principais dirigentes políticos do Partido Comunista Italiano, fundado em janeiro de 1921 a partir de uma ruptura com o Partido Socialista Italiano (PSI). Seus textos, portanto, expressam a responsabilidade de um dirigente político e a preocupação de um militante que incidia diretamente na realidade. Mariátegui, por sua vez, remetia seus textos ao Peru, os quais eram publicados muitas vezes meses depois e recebidos por um público menos informado e distante dos acontecimentos. Apesar disto, nossa hipótese é que é possível encontrar inúmeros elementos em comum em ambas interpretações, e que, mais do que isto, elas indicam um mesmo sentido geral de análise, que foi capaz de identificar precocemente a novidade histórica representada pelo fascismo e a intensidade da ameaça que representava, da mesma forma que estavam convencidos que apenas a revolução socialista poderia definitivamente derrotar o fascismo.

Antonio Gramsci nasceu em Ales, na Sardenha, em 1891. Em 1911, concluídos os estudos secundários, partiu para Turim, onde iniciou seus estudos em linguística e, três anos depois, ingressou no PSI. Em 1919 participou da fundação do jornal *L'Ordine Nuovo*, de onde apoiou as ocupações de fábrica e criticou intensamente a omissão do PSI

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

e sua posição conciliadora. Em janeiro de 1921, participou da fundação do Partido Comunista Italiano, já como um de seus mais destacados dirigentes¹.

Em sua reflexão, a análise da oportunidade revolucionária perdida e consequente derrota da classe trabalhadora e da ascensão do fascismo são inseparáveis, indicando reiteradamente a relação direta entre ambos os processos. Sua produção no período, desenvolveu-se essencialmente através de artigos escritos para o *L'Ordine Nuovo*, assinados ou não, afora alguns informes ao partido. Na época, recusou-se a reunir tais textos jornalísticos para publicação em livro, considerando-os como efêmeros, o que é reiteradamente lembrado pelos que propõem a diminuição de sua relevância, uma posição que entendemos como injustificada.

José Carlos Mariátegui nasceu em Moquegua, no sul do Peru, em 1894. Trabalhou como linotipista desde 1909 e dois anos depois passou à condição de cronista e jornalista². Seus textos juvenis foram marcados por uma visão marcadamente romântica, que seria considerada por ele próprio como “a idade da pedra de meu pensamento” (Alimonda, 1986: 27). Ainda assim, a crescente preocupação social e apoio a movimentos reivindicativos dos trabalhadores ensejaram crescente perseguição por parte do regime autoritário vigente, culminando em sua saída do país em outubro de 1919, em condições atípicas, pois recebeu do governo que o perseguia uma modesta bolsa e a condição de adido jornalístico do país na Itália.

Mariátegui permaneceu na Itália entre dezembro de 1919 e maio de 1922, e lá tomou contato com as ocupações de fábrica, assistiu a ascensão do fascismo, aprofundou suas leituras marxistas e refinou seu instrumental para a interpretação da realidade social. É certamente um período de grande aprendizado, mas entendemos que não se reduz a isto, pois sustentamos que a interpretação que lá produziu tem valor intrínseco. A “experiência europeia” não foi mero *interregno*, nem prolongamento de seu período *juvenil*, como sustentam vários autores, mas um período de intensa produção, expressa nos inúmeros artigos por ele enviados do exílio³. Tal aprendizagem não se dá de forma imediata ou

¹ Em relação a biografia de Gramsci, ver D’Orsi (2018) e Fiori (2003).

² Sobre sua trajetória, ver a bela biografia ilustrada de Thíssen, 2017.

³ De acordo com Luiz Bernardo Pericás, *Ele enviará ao Peru, em seu período italiano, 46 textos (que demorarão, devido à distância, de três a quatro meses para chegar ao seu país)*. Pericás, 2010: 34. Por esta razão, a data da publicação não coincide com a produção de cada artigo. Tendo em vista a impossibilidade

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

automática, e sim processual, o que ressalta a importância de avaliar em termos genéticos o desenvolvimento de sua reflexão. É a partir deste pressuposto que buscaremos discutir sua produção *italiana* (com algumas referências a textos produzidos depois de seu retorno ao Peru nos quais retoma a análise do fascismo). Na Itália, Mariátegui observou de um ponto privilegiado o acirramento da crise do liberalismo.

As primeiras aproximações

O primeiro artigo de Gramsci em que analisa o fascismo de forma específica é do final de 1920, quando propunha pensá-lo como fenômeno internacional, ligado à crise do liberalismo e como expressão da resposta capitalista ao avanço da Revolução.

«O fenômeno do “fascismo” não é apenas italiano, assim como não é apenas italiana a formação do Partido Comunista. O “fascismo” é a fase preparatória da restauração do Estado, ou seja, de uma intensificação da reação capitalista, de um aguçamento da luta capitalista contra as exigências mais vitais da classe proprietária. O fascismo é a ilegalidade da violência capitalista, enquanto a restauração do Estado é a legalização dessa violência: é uma conhecida lei histórica a de que o costume precede a lei. O fascismo italiano incendiou o *Avanti!* De Milão e de Roma, o *Proletário* de Pola e o *Lavoratore* de Trieste, sem que nenhum fascista tenha sido punido: o Estado restaurado não mais incendiará jornais, mas os suprimirá “legalmente”» (Gramsci, 2004a: 429).

Já então aparecia uma questão que permearia toda sua interpretação: a cumplicidade dos liberais e das instituições do Estado liberal com o fascismo. Esta compreensão inclusive ensejava uma visão que, sem negar os elementos de inovação histórica do fascismo, enfatizava a articulação entre a violência “legal” executada pelo Estado e a violência ilegal e privada promovida pelo fascismo. Nesta perspectiva, acreditava em uma espécie de “estatização” do fascismo, ou, dito de outra forma, na apropriação dos métodos repressivos do fascismo pelo Estado, como havia assinalado meses antes ao registrar o retorno de Giovanni Giolitti⁴ ao poder “Giolitti no poder representará essencialmente o estreito espírito de terror e vingança que caracteriza a pequena burguesia no momento atual”⁵. As contradições do Estado liberal e a

de indicar com exatidão a data de produção, optamos por indicar apenas o mês da publicação no Peru de cada artigo.

⁴ Giovanni Giolitti (1842-1928) foi primeiro-ministro da Itália em cinco oportunidades, sendo a última delas entre junho de 1920 e julho de 1921. Seu perfil político o situa no campo do liberalismo conservador.

⁵ Esta e todas as demais referências em outros idiomas foram traduzidas por nós.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

cumplicidade de seus funcionários deixavam o fascismo livre para atacar o governo e suas instituições, sem ter uma resposta à altura:

«O fascismo é a expressão desta corrupção dos poderes estatais. D'Annunzio luta contra Giolitti porque existe o fascismo bolonhês, milanês, turinês, florentino, etcetera; Giolitti é impotente⁶ contra D'Annunzio porque em Bolonha, em Milão, em Turim, em Florença, seus funcionários apoiam ao fascismo, armam aos fascistas, se confundem com os fascistas; porque em todos estes centros o fascismo se confunde com a hierarquia militar; porque em todos estes centros o poder judicial deixa o fascismo impune. O fascismo, como fenômeno nacional, não pode fundar um Estado próprio, não pode se organizar como poder central, porque já se confunde com um Estado, porque encontra já sua centralização no atual governo Giolitti» (Gramsci, 1979: 66).

As primeiras avaliações de Mariátegui sobre o fascismo estavam marcadas por uma perspectiva romântica, chegando a expressar uma visão positiva de D'Annunzio⁷. Ainda no Peru, em 1915 afirmava que “D'Annunzio busca hoje a emoção da vida de soldado, quer se embriagar com o aroma da pólvora e o sangue se aturdir com a orquestração terrível do combate. E se fez soldado” (Mariátegui, 2007: 20). E ainda, que ele teria “escutado às pulsações de seu povo sentido seus anseios de redenção” (Mariátegui, 2007: 20-21).

Ao longo de 1921, sua visão mudaria drasticamente. No início daquele ano, ainda mantinha uma visão positiva do texto que D'Annunzio pretendia impor como Constituição ao Fiume, considerando que “vale mais que as Constituições emanadas de assembleias dantonianas. Tem pelo menos o mérito de ser uma bela obra poética” (Mariátegui, 2010: 97), e via na estrutura corporativa o “estabelecimento de direitos” e a “valorização do trabalho”. Impressionado com os elementos ecléticos e inovadores do texto, Mariátegui não percebia as implicações das formas de controle impostas sobre os trabalhadores. No entanto, poucos meses depois, em artigo publicado em julho de 1921, Mariátegui modificava seu juízo e criticava a ocupação do Fiume: “A aventura de D'Annunzio por exemplo, desnudada de seus atributos líricos, é uma aventura de mentalidade intimamente reacionária e militarista” (Mariátegui, 1989: 143). Foi, efetivamente, no decorrer de 1921 que Mariátegui consolidou sua interpretação sobre o

⁶ No livro, ao invés de “impotente” está grafado “importante”, mas trata-se de evidente erro de tradução.

⁷ Poeta, dramaturgo italiano e ardente defensor da participação italiana na I Guerra Mundial, Gabriele D'Annunzio é considerado um precursor do fascismo, tendo promovido uma postura agressiva e voluntarista ao liderar a ocupação do Fiume, entre setembro de 1919 e dezembro de 1920.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

fascismo. O artigo “Cenas de Guerra Civil”, publicado no Peru em junho daquele ano, expressa um grande avanço interpretativo, impulsionado pelo esforço consciente por ir além das aparências. Avaliando o fascismo como seqüela espiritual da aventura de D’Annunzio, Mariátegui propunha uma caracterização mais consistente: “Hoje, o ‘fascismo’ é uma milícia civil antirrevolucionária. Já não representa somente o sentimento da vitória. Já não é exclusivamente um prolongamento do ardor bélico de guerra. Agora, significa uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias” (Mariátegui, 2010: 148).

No mês seguinte, já sem nenhum encanto pelo “aroma da pólvora”, Mariátegui assumia posição antimilitarista, denunciando “a natureza reacionária da guerra” (Mariátegui, 1989: 145) e as consequências antirrevolucionárias que teria produzido em quase todo o continente, inclusive polemizando com a interpretação que afirmava que a Revolução Russa seria um “efeito da guerra”, considerando-a, ao contrário, um protesto contra a guerra: “tudo o que tiver alento revolucionário, finalidade revolucionária, virá como uma condenação da guerra” (Mariátegui, 1989: 145). De forma mais ampla, naquele momento já assumia claramente uma perspectiva marxista de análise da realidade:

«O poder político é uma consequência do poder econômico. (...) O estudo das raízes da decadência do regime democrático [mostra que] a forma democrática deixou, gradualmente, de corresponder à nova estrutura econômica da sociedade. O Estado demoliberal-burguês foi um efeito da ascensão da burguesia à posição de classe dominante. Constituiu uma consequência da ação de forças econômicas e produtoras que não podiam desenvolver-se dentro dos rígidos diques de uma sociedade governada pela aristocracia e pela Igreja. Agora, o novo jogo das forças econômicas reclama uma nova organização política» (Mariátegui apud Escorsim, 2006: 84).

Assim, em meados de 1921, tanto Gramsci como Mariátegui identificavam o caráter reacionário do fascismo e o entendiam como expressão da ofensiva burguesa. Esta compreensão se manteria como eixo articulador de suas interpretações durante o processo de ascensão do fascismo.

A derrota das ocupações de fábricas na origem do fascismo

Durante o processo de ocupação de fábricas no Piemonte, em abril de 1920, Gramsci investiu fortemente na possibilidade de que se convertessem em um processo revolucionário, compreendendo que o Estado liberal italiano se encontrava em crise

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

terminal, e com base nisso denunciou a política conciliatória e reformista do PSI. Em janeiro de 1920, após a derrota das greves dos trabalhadores dos correios e telefonia e dos rodoviários de Turim, denunciava que “enquanto o Estado sofria uma crise política gravíssima, enquanto a burguesia armada e cheia de ódio poderia iniciar uma ofensiva contra a classe operária, enquanto se esboçava o golpe militar, os centros operários revolucionários foram abandonados a si mesmo, sem nenhuma palavra de ordem geral (Gramsci, 2004a: 322). Sua avaliação entendia que a derrota das ocupações de fábrica foi um elemento determinante do processo de ascensão do fascismo que se seguiu. Em maio de 1920, indicava que a derrota da Revolução abriria espaço para uma escalada reacionária e repressiva:

«A fase atual da luta de classes na Itália é a fase que precede ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário, com a passagem para novos modos de produção e distribuição que permitam uma retomada da produtividade, ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governamental. Nenhuma violência será poupada no esforço para subjugar o proletariado industrial e agrícola a um trabalho servil» (Gramsci, 2004a: 355).

Em novembro de 1922, quando Mussolini assumia como primeiro-ministro, Gramsci retomava e ampliava esta leitura:

«O Partido Socialista deveria ter dominado a situação, mas não foi capaz de fazê-lo. (...) Em março de 1920, as classes proprietárias começaram a organizar a contra-ofensiva.(...) Nos primeiros dias de abril, a organização obtinha seu primeiro sucesso político: o Partido Socialista declarava anarquista e irresponsável a grande greve do Piemonte, que eclodira para defender os comitês de fábrica e para conquistar o controle operário sobre a indústria. O PSI ameaçava dissolver a sessão de Turim, que dirigira esta greve. Em 15 de junho, Giolitti formava seu ministério de compromisso com o Estado-Maior, representado por Bonomi, ministro da Guerra. Um trabalho febril de organização contra-revolucionária teve então início. (...) O governo Giolitti fez enormes esforços para aproximar a Confederação da Indústria e as associações rurais, particularmente as da Itália central e setentrional. Foi então que apareceram os primeiros esquadrões armados do fascismo e que se produziram os primeiros episódios terroristas. Mas a ocupação das fábricas pelos operários metalúrgicos teve lugar num momento em que todo este trabalho ainda estava em preparação; o governo Giolitti foi forçado assim a tomar uma atitude conciliadora e a recorrer não tanto a uma intervenção cirúrgica, mas a um tratamento homeopático» (Gramsci, 2004a: 124-6).

Gramsci compreende aqui que foi decisiva a capacidade de cooptação de Giolitti, que conseguiu dividir os trabalhadores e esvaziar a greve, tendo inclusive enviado ao Parlamento, um projeto de lei para um suposto “controle operário” das produção,

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

considerado por Gramsci “apenas um instrumento de agitação e propaganda” (*Idem*, 40). Esta capacidade de cooptação, com a contribuição do PSI, teria sido decisiva para a divisão e derrota dos trabalhadores. Neste ponto, a análise de Mariátegui era bastante semelhante, problematizando a correlação de forças e os constrangimentos impostos aos governos liberais pela ação da classe trabalhadora, que os forçavam a negociar enquanto reconstruíam as condições para uma ampla repressão. Discutindo a fragilidade do governo Giolitti, em artigo publicado em março de 1921, Mariátegui compreendia que para que pudesse desarmar a revolução em curso, ele necessitava contrariar os interesses da burguesia italiana no curto prazo, estabelecendo concessões momentâneas:

«Como Nitti, Giolitti está impossibilitado de desenvolver uma política reacionária. (...) A situação política da Itália não o permite. Seu governo tem, portanto, de deixar descontente a uma boa parte das classes conservadoras, principalmente aquela que, verbi gratia, considera terrivelmente injusto que o Estado taxe demasiadamente a fortuna das pessoas ricas. E que exige uma política pretória contra os socialistas. As concessões ao socialismo são inevitáveis tanto dentro de um governo de Giolitti como dentro de um governo de Nitti» (Mariátegui, 2010: 102).

Esta interpretação foi retomada em um texto produzido e publicado no Peru em 1928, quando Mariátegui afirmou expressamente que “a resistência do governo à reivindicação operária do controle das fábricas provavelmente teria provocado a revolução” (Mariátegui, 2010: 282). A mesma linha de interpretação era usada para compreender o governo de Nitti⁸ – que antecedeu Giolitti: “Nitti governou a Itália numa época agitada e nervosa, de tempestade revolucionária e de ofensiva socialista. (...) A Itália parecia madura para a Revolução. (...) Com olhar atento e hábil, compreendeu que opor à revolução um dique granítico era provocar, talvez, uma insurreição violenta”. Foi a opção de Nitti pela conciliação que “salvou a burguesia italiana dos assaltos da revolução” (Mariátegui, 2010: 228-9). De forma ainda mais explícita, em outro artigo publicado em 1925, interpretou a ascensão do fascismo como consequência da derrota da revolução: “O fascismo italiano representa, plenamente, a anti-revolução ou, como se prefira chamá-la, a contra-revolução. A ofensiva fascista se explica e se realiza na Itália como consequência de uma retirada ou de uma derrota revolucionária” (Mariátegui, 2010: 317).

⁸ Francesco Saverio Nitti (1868-1953) foi primeiro-ministro da Itália entre junho de 1919 e junho de 1920, de perfil liberal e centrista.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

Explicita-se, assim, que a análise da correlação de forças, que está no núcleo do conceito gramsciano de hegemonia⁹, permeava a análise de ambos os autores, da mesma forma que o estabelecimento de uma relação direta entre a derrota das ocupações de fábrica e a ascensão do fascismo que se seguiu a ela.

A crítica aos socialistas reformistas

A fundação do Partido Comunista, em janeiro de 1921, consolidou a ruptura de Gramsci e da ala esquerda com o PSI. Enquanto em 1920 suas críticas ao PSI clamavam pela sua renovação, considerando que “o Partido Socialista não está mais à altura de si mesmo e de sua missão” (Gramsci, 2004a: 321), em 1921 seus escritos tratavam de apontar suas responsabilidades.

Neste sentido, a política dos socialistas em 1921, minimizando a importância da ascensão fascista e desenvolvendo uma política de apaziguamento, seria o desdobramento de sua posição contra a radicalização das greves no ano anterior. Esta política de apaziguamento atingiu seu ápice em 3 de agosto de 1921, quando, através do Pacto de Roma, socialistas e fascistas acordaram “a imediata cessação de ‘ameaças, vias de fato, represálias, punições, vinganças, pressões e violências pessoais’ entre os militantes socialistas e fascistas, bem como o respeito recíproco aos símbolos dos dois partidos” (Apud Gramsci, 2004b: 447). Gramsci considerou absurda a perspectiva de um acordo com os fascistas, qualificando o pacto como “orientação cega e politicamente desastrosa” (Gramsci, 2004b: 91). Da mesma forma, entendia que a busca por acordos com setores tidos como “democráticos” da classe dominante estaria levando o PSI a abdicar da autonomia política e organizativa dos trabalhadores, fragilizando-os. Apontando que os dirigentes políticos e sindicais do socialismo “aproveitam-se da ocasião para concluir que é preciso colaborar com ‘as forças não rigidamente revolucionárias e classistas que são contrárias ao golpe de Estado’”, Gramsci recuperava as recentes experiências alemã e húngara. Na Alemanha de março de 1920, “os ‘colaboradores não rigidamente revolucionários’, que em nada haviam contribuído para a resistência, opuseram-se à continuação do movimento insurrecional”, impondo um recuo que tornou possível que

⁹ Compreendemos, com Dias (2000), que o núcleo do conceito de hegemonia está presente já nos textos publicados por Gramsci no *biênio negro* (1919-1920) e, como argumentamos aqui, desenvolve-se no biênio seguinte na análise da ascensão do fascismo.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

“as forças reacionárias não fossem reprimidas, que pudessem recuar em ordem, dispersar-se segundo um plano preestabelecido e retomar o trabalho de armamento, de recrutamento, de organização, que hoje dá a Kapp e Lüttwitz uma maior probabilidade de êxito” (*Idem*: 78-9). No caso húngaro, aponta que os socialistas foram cúmplices da repressão aos comunistas, mas que “uma vez derrotados os comunistas, os compromissos e acordos são ignorados e também os socialistas experimentam a força e o fuzilamento”. Desta forma, concluía que a política seguida pelos socialistas agravaria o “risco de [a Itália] ser arrastada num caos de barbárie sem precedentes na história de nosso país (*Idem*: 79).

A angústia de Gramsci em relação às devastadoras consequências da política conciliatória dos socialistas era agravada pelo fato de que estes dirigiam a Confederazione Generale del Lavoro (CGdL), principal central sindical italiana. Em março de 1921, após a realização do Congresso da CGdL, Gramsci lamentava a opção das lideranças sindicais pelo não enfrentamento à ameaça fascista, denunciando que “a única preocupação da maioria congressual foi a de salvaguardar e garantir a posição e o poder político dos atuais dirigentes sindicais, de garantir a posição e o poder (poder impotente!) do Partido Socialista” (*Idem*: 41). Com isto, o avanço fascista seguia sem resistências efetivas: “o terreno da luta rapidamente se tornou trágico: incêndios, tiroteios, rajadas de metralhadoras, dezenas e dezenas de mortos” (*Idem*: 41). Seu retrato da burocracia sindical era duro e amargo:

«Esses homens não vivem mais para a luta de classes, não sentem mais as mesmas paixões, os mesmos desejos, as mesmas esperanças vividas pelas massas: entre eles e as massas se criou um abismo insuperável. O único contato entre eles e as massas é o registro das contribuições e o fichamento dos filiados. Esses homens já não veem o inimigo na burguesia, mas nos comunistas: têm medo da concorrência, são líderes que se tornam banqueiros de homens em regime de monopólio» (*Idem*: 41).

Burocratizados, os sindicalistas socialistas já não mais exerciam liderança sobre os trabalhadores, pois “as massas não mais obedecem aos líderes que as abandonaram covardemente no momento do perigo e dos massacres” (*Idem*: 72), e assim igualmente deixavam de ser úteis às classes dominantes, pois “os líderes sindicais só são respeitados na medida em que se crê que eles gozam de confiança das grandes massas trabalhadoras, na medida em que possam evitar greves e convencer os operários a aceitar resignadamente

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

a exploração e a opressão do capitalismo” (*Idem*: 73). Por esta razão, Gramsci entendia que esta era uma política suicida.

Mariátegui, por sua vez, inicialmente relatou a polêmica entre socialistas e comunistas de forma mais descritiva, mas em um segundo momento passou a assumir uma posição clara. Em artigo publicado no Peru em julho de 1920, denominado “As forças socialistas italianas”, Mariátegui descrevia com detalhes as posições dos diferentes grupos, visando “informar ao público peruano, de forma global e sumária, sobre a história, a organização e as orientações dessas forças socialistas” (Mariátegui, 2010: 63). Apresentava principal razão da divisão a questão da Revolução:

«No fundo, os termos da discrepância são os seguintes: uma ala do Partido Socialista não crê na possibilidade da revolução imediata. Mais ainda: não crê na capacidade atual do proletariado para assumir o poder. (...) No entanto, a ala extremista do Partido Socialista crê na possibilidade da revolução. Julga necessário que a ação do Partido se reduza a organizá-la, a precipitá-la» (Mariátegui, 2010: 69-70).

Em junho de 1921, já consolidada a ruptura e criação do PCI, era publicado no Peru o artigo “O Cisma do Socialismo”, que já avançava em uma interpretação sobre a cisão entre reformistas e revolucionários. Mariátegui defendia que a despeito das aparências (dado que ambos os grupos reivindicam vinculação à III Internacional Comunista), não existiam duas organizações revolucionárias na Itália: “Em verdade, não existe senão um partido efetivamente maximalista: o partido de Bombacci, de Bordiga, de Graziadei, que se separou do partido oficial no Congresso de Livorno porque a maioria do socialismo oficial queria subscrever o programa de Moscou com várias reservas escritas e demasiadamente intelectuais”. (Mariátegui, 2010: 115-116). Por que, então o PS italiano reformista não preferiu se vincular à Internacional Socialista, junto aos demais partidos reformistas? Mariátegui avaliava “que os socialistas direitistas e centristas italianos parecem mais à esquerda que os direitistas e centristas de outros partidos socialistas europeus, porque a Itália se acha num período revolucionário mais avançado”, e endossava a postura dos comunistas em criarem um novo partido, considerando que a ruptura “inevitável e necessária”. (*Idem*: 117). Em uma conferência ministrada logo após seu retorno ao Peru, em 1923, reafirmava seu entendimento “Eu participo da opinião dos que crêem que a humanidade vive um período revolucionário. E estou convencido do

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

ocaso próximo das teses social-democráticas, de todas as teses reformistas, de todas as teses evolucionistas” (Mariátegui, 1964: 22).

Comparativamente, é nítido que Gramsci se detém mais na crítica e denúncia da política dos socialistas reformistas, o que é compreensível pela sua condição de dirigente e pelo papel que desempenhava buscando a organização dos trabalhadores para a resistência ao fascismo. Ainda assim, o conteúdo da crítica produzida por Mariátegui é bastante semelhante à crítica gramsciana, especialmente a partir de meados de 1921, quando consolidou sua visão crítica ao reformismo.

O fascismo como tropa de choque

Em janeiro de 1921, Gramsci observava o fenômeno então novo da realização de grandes manifestações reacionárias nas ruas, e o relacionava à “perda de importância da pequena burguesia”, “afastada de qualquer função vital no terreno da produção” e que tentando reagir a este processo “busca de todos os modos conservar uma posição de iniciativa histórica: ela macaqueia a classe operária, também faz manifestações de rua” (Gramsci, 2004b: 31). Dois meses depois, apontava o caráter internacional do fascismo, entendendo-o como movimento estruturado em torno da mobilização de massas pequeno burguesas, como tropas de choque para a imposição da repressão aos trabalhadores:

«O que é o fascismo, visto em escala internacional? É a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadoras e de tiros de pistola. (...) Criou-se uma unidade e simultaneidade de crises nacionais, que fazem com que a crise geral seja extremamente aguda e incontornável. Mas existe em todos os países um estrato da população – a pequena e média burguesia – que considera ser possível resolver estes gigantescos problemas com metralhadoras e pistolas. É este estrato que alimenta o fascismo, que fornece seus efetivos» (*Idem*: 46-7).

Vinte meses antes da Marcha sobre Roma, Gramsci já percebia a pequena burguesia como tropa de choque do fascismo, subordinada subjetiva e objetivamente ao grande capital, por mais que disfarçasse esta subordinação com tiros de pistola ou proclamações pretensamente “contra a ordem”: “A pequena burguesia, mesmo nesta sua última encarnação política que é o ‘fascismo’, revelou definitivamente sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

contrarrevolução”, inclusive exercendo crescentemente a violência privada, “de modo caótico e brutal” (*Idem*: p. 34).

Ao longo de 1921, a interpretação de Mariátegui sobre o fascismo passou a considerar de forma articulada sua relação com a burguesia, seu caráter contrarrevolucionário, sua constituição político-militar e a omissão e cumplicidade dos liberais. Em artigo publicado em novembro daquele ano no Peru, partindo da caracterização do fascismo como força contrarrevolucionária, Mariátegui o qualificava como “instrumento de guerra”, constituído para intervenção em um contexto de acirramento da luta de classes: “O ‘fascismo’ podia vencer na guerra; não podia vencer na paz. O ‘fascismo’ não é um partido; é um exército. É um exército contrarrevolucionário, mobilizado contra a revolução proletária” (Mariátegui, 2010: 179). Esta consideração inclusive levaria Mariátegui à previsão de que o fascismo tenderia a perder força, quando a situação se estabilizasse: “A ditadura de Mussolini, estrondosa, retórica, olímpica e d’anunziana em suas origens, como convém nesta época tempestuosa, acabará por contentar-se com as modestas proporções de uma ditadura burocrática. Perderá pouco a pouco sua ênfase heróica e seu sotaque épico” (Mariátegui, 2010: 202). Esta previsão não se confirmou inteiramente, mas ainda que o regime fascista não tenha se reduzido a uma ditadura burocrática, não é inteiramente descabida quando consideramos que a consolidação do regime fascista implicou em subordinação e enquadramento do movimento fascista na dinâmica estatal, inclusive com estatização da repressão política antes imposta de forma “privada” pelas milícias fascistas.

Liberalismo e fascismo

O caráter de tropa de choque assumido pelas milícias fascistas expressou-se ao longo de 1921 e 1922 em uma escalada de atentados, incluindo assassinatos de militantes de esquerda e incêndios criminosos de sedes comunistas, socialistas, sindicais e da imprensa operária. Confrontando a aparência de que a violência fascista fugia ao controle do Estado liberal italiano, Gramsci sustentava que ela era estimulada pela sua omissão e cumplicidade, algo que se comprovava pelo desinteresse do Poder Judiciário em punir os crimes do fascismo.

Apresentado como força “anti-regime” e “anti-sistema”, o fascismo tentava se mostrar como negação do Estado vigente, uma aparência imprescindível para que pudesse

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

captar a revolta social e então imprimir a ela um sentido reacionário. Gramsci reconhecia a necessidade desta aparência, mas apressava-se em denunciar que o processo real era muito distinto, sendo necessário “compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal” (Gramsci, 2004b: 75), tendo em vista que “o fascismo está organicamente ligado à atual crise do regime capitalista e só desaparecerá com a supressão deste regime” (*Idem*: 74). Confiar na tradição democrática do Estado – nunca consolidada no caso italiano – seria uma perigosa ingenuidade. Para Gramsci, a violência ilegal promovida pelo fascismo era complementar e funcional à repressão legalmente produzida pelo Estado, podendo-se mesmo prever uma crescente articulação entre ambas até que finalmente se unificassem: “Existem hoje na Itália dois aparelhos punitivos e repressivos: o fascismo e o Estado burguês. Um simples cálculo de custo e benefício leva a prever que a classe dominante, em certo momento, buscará amalgamar também oficialmente estes dois aparelhos; para isto, tentará quebrar as resistências opostas pela tradição do funcionamento estatal através de um Golpe de força contra os organismos centrais do governo” (*Idem*: 78).

Para uma efetiva compreensão do avanço da violência fascista, seria imprescindível considerar a cumplicidade ativa do Estado, especialmente da parte ligada às funções repressivas e à Justiça:

«Os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da Magistratura, tornaram-se seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras estão estreitamente ligadas aos destinos da organização fascista, e, por isso, têm todo interesse em apoiar o fascismo em qualquer tentativa que este faça no sentido de consolidar sua posição política» (*Idem*: 66).

A impunidade que os fascistas mantinham enquanto promoviam incêndios, assassinatos e espancamentos à luz do dia era produto da cumplicidade estatal, muitas vezes sendo estes atos promovidos com a participação direta de funcionários estatais integrados às fileiras do fascismo. Gramsci indicava que esta cumplicidade agravava a crise do Estado liberal e favorecia a imposição do fascismo, seus métodos e sua política, em um processo de gradativa transferência das funções repressivas do aparato estatal para o aparato privado do fascismo:

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

«Se o governo deixa que a Constituição seja impunemente violada; se permite a formação no país de bandos armados, (...), isto significa apenas uma coisa: que o governo, responsável pelo soberano, violou o juramento de fidelidade à Constituição. Significa apenas que está sendo preparado, por parte dos organismos estatais que se agrupam no poder executivo, um golpe de Estado. Significa apenas que já vivemos na Itália o ambiente do qual decorre necessariamente o golpe de Estado» (*Idem*: 100).

Mais ainda, Gramsci apontava a cumplicidade dos governantes, inclusive aqueles que tinham certa confiança de parte da esquerda, como é o caso de Ivanoe Bonomi¹⁰: “O novo presidente do conselho, Bonomi, é o verdadeiro organizador do fascismo italiano. (...) Ele é proveniente do socialismo. A burguesia confia nestes homens precisamente porque militaram e atuaram no movimento operário; conhecem as suas debilidades e sabem corromper aos homens (Gramsci, 1979: 81-2). Em sua avaliação, isto propiciaria inclusive um processo de unificação entre o fascismo e parte da velha classe dirigente: “Para atingir plenamente o objetivo, é preciso atravessar um período de ajustamento. Um deles foi atravessado pela crise de violência do fascismo. (...) Uma outra fase do período de ajustamento é representada pelas crises parlamentares. É no Parlamento que se deve efetuar a ligação entre os elementos dirigentes das velhas e novas camorras” (Gramsci, 2004: 113).

Reafirmando que “a magistratura italiana não age contra os fascistas” (Gramsci, 2004b: 105), considerava imprescindível denunciar o caráter classista da Justiça italiana, e por isto apoiou ativamente a greve desenvolvida em Turim no final de 1921 contra a condenação de operários acusados injustamente por um assassinato, propondo que fosse o “primeiro episódio de uma luta sem tréguas contra a organização da justiça burguesa” (*Idem*: 102), Gramsci saudava a greve por permitir explicitar e propagar às massas que, ao contrário do que proclamavam os reformistas italianos, não podiam contar com a Justiça: “ela significa que a classe operária libertou-se finalmente desta forma de opressão espiritual, que a classe operária começa a ver nos tribunais nada mais do que uma arma da ditadura burguesa que é preciso quebrar e destruir” (*Idem*: 104-105).

A consequência inevitável de sua análise era que seria impossível esperar qualquer apoio dos liberais ou ação das instituições do Estado liberal para a contenção do fascismo. Assim, a única alternativa que restava era a organização autônoma dos trabalhadores.

¹⁰Oriundo do PSI, Bonomi foi Ministro da Guerra de Giolitti entre junho de 1920 e abril de 1921, e Primeiro Ministro entre julho de 1921 e fevereiro de 1922, cargo que voltaria a ocupar entre junho de 1944 e junho de 1945.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

Mariátegui propunha superar a aparência de oposição entre o fascismo e o Estado liberal italiano, estabelecendo uma relação mais complexa:

«O Estado, é claro, não pode ser rigorosamente imparcial. (...) Não pode deixar de ver no movimento “fascista” um movimento das classes que querem conservá-lo contra as classes que querem destruí-lo e substituí-lo. O “fascismo” é a ação ilegal das classes conservadoras, temerosas da insuficiência da ação legal do Estado, em defesa da subsistência deste. É a ação ilegal burguesa contra a possível ação ilegal socialista: a revolução» (Mariátegui, 2010: 149).

Mariátegui produziu uma análise bastante semelhante neste ponto, apontando, em texto publicado no Peru em abril de 1924, tanto as omissões dos pretensos liberais como as responsabilidades do Estado liberal. Em sua análise, “o liberalismo e a democracia renegaram, ante o fascismo, sua teoria e sua práxis. Sua capitulação foi plena. Sua apostasia foi total. O liberalismo e a democracia permitiram ser expulsos, dominados e absorvidos pelo fascismo” (*Idem*: 197). Desta forma, a vitória do fascismo seria “resultado da decomposição e da capitulação do liberalismo” (*Idem*: 199). Escrevendo já sob o governo de Mussolini, Mariátegui percebia, ao mesmo tempo, que a incorporação de pretensos liberais, democratas e católicos nos quadros do fascismo estaria produzido efeitos sobre ele, fazendo com que se dissipasse sua suposta “pureza”:

«Cento e vinte dos quatrocentos deputados da maioria fascista não estão afiliados ao fascismo. A todos esses deputados, o fascismo impôs suas teses reacionárias; mas não pode incorporá-los em seu cortejo sem adquirir e sem contagiar-se de alguns de seus hábitos mentais. A assimilação da burocracia liberal e democrática modificará a estrutura e atitude do fascismo» (*Idem*: 200).

Assim como Gramsci, também Mariátegui compreendia que a consolidação do regime fascista passava por um processo de adequação, superando-se sua fase “pura” e passando a incorporar parte expressiva da “velha política” em uma combinação complexa. Mais tarde, em janeiro de 1925, quando muitos liberais se escandalizavam com os crimes do fascismo, na sequência do “caso Matteotti”, Mariátegui lembrava suas omissões durante o processo de ascensão do fascismo: “O liberalismo não quis, entretanto, assumir a defesa da legalidade. Aceitou e sancionou o golpe de Estado mussoliniano. (...). Poucos liberais se mantiveram fiéis ao programa liberal” (Mariátegui, 2010: 217), e apontava suas responsabilidades e suas contradições:

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

«O fascismo da marcha sobre Roma não era diferente do fascismo do processo Matteotti. Não obstante, o liberalismo, que quase não sentiu qualquer necessidade de combater o primeiro, sente uma urgência fortíssima de combater o segundo. A maioria dos liberais e dos democratas não reage contra o fascismo; reage, sim, contra seu fracasso. É impossível ver em sua atual oposição ao fascismo um verdadeiro renascimento da ideia liberal e democrática» (Mariátegui, 2010: 220-1).

Esta crítica, presente em Gramsci e em Mariátegui, confrontava ilusões e expectativas muito presentes, bem como as estratégias traçadas pelos grupos majoritários da esquerda para enfrentamento ao fascismo. Superar tais ilusões e compreender os limites do liberalismo era visto por ambos como uma necessidade para que se pudesse resistir de forma mais efetiva.

A burguesia e o fascismo

O processo de constituição do movimento fascista é distinto de todos os movimentos de direita que lhe antecedem, em especial porque ele não é criado diretamente pelas classes dominantes, mas surge inicialmente como expressão política da pequena burguesia. Esta compreensão está bastante presente na reflexão de Gramsci, mas não lhe impede de compreender que no decorrer de seu desenvolvimento, o fascismo se articula aos interesses da grande burguesia e é por ela aceito e apoiado. Nos estágios iniciais de seu desenvolvimento, o movimento fascista confronta o regime liberal em um momento em que este ainda era a forma vigente da dominação burguesa, o que para muitos colocou a ilusão de que a burguesia lideraria o enfrentamento ao fascismo – o que se revelaria um grave equívoco.

O ponto de partida da reflexão gramsciana é o reconhecimento da fragilidade da democracia italiana e seu entendimento de que esta fragilidade se explica pelas limitações de uma burguesia reacionária, que jamais trabalhou a favor do – ou permitiu o – pleno desenvolvimento de uma democracia liberal, optando pela implementação de um regime autocrático, sendo observável “a ausência nos burgueses de todo espírito de civismo e lealdade em face das instituições” (Gramsci, 2004b: 29). Em consequência disto, frente ao desafio representado pela organização dos trabalhadores, não se poderia esperar qualquer compromisso democrático da burguesia: “A realidade mostrou, de modo mais evidente possível, que a legalidade é uma só, e existe somente enquanto se concilia com

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

os interesses da classe dominante” (*Idem*: 84). A defesa do liberalismo pela burguesia só teria se mantido enquanto o regime liberal garantiu a estabilidade da ordem social:

«No dia em que o sufrágio e o direito de organização se tornaram meios de uma ofensiva contra a classe patronal, esta última renunciou a qualquer legalidade formal e passou a obedecer apenas a sua verdadeira lei, ou seja, à lei do seu interesse e da sua conservação. Uma a uma, as prefeituras foram sendo arrancadas pela violência das mãos da classe operária; as organizações foram dissolvidas com o uso da força armada; a classe operária e camponesa foi expulsa das posições conquistadas, a partir das quais ameaçava para além da conta a existência da propriedade privada. Surgiu assim o fascismo, que se afirmou e impôs fazendo da ilegalidade a única coisa legal. Nenhuma organização, salvo a fascista; nenhum direito de voto, a não ser quando dado aos representantes dos latifundiários e dos industriais. É esta a legalidade que a burguesia reconhece quando é obrigada a repudiar a legalidade formal» (*Idem*: 84-5).

Gramsci escreveu isto mais de um ano antes da chegada de Mussolini ao governo, entendendo já então que “existe um momento na história em que a burguesia é obrigada a repudiar o que ela mesma criou” (*Idem*: 85). Concluía que então acreditar na subsistência de uma burguesia consistentemente liberal seria então um grave equívoco: “Chamar de liberais aos burgueses de hoje em dia, que perderam a consciência do valor moral da liberdade, é algo muito pior que apenas estranho, é absoluta falta de compreensão política ver como liberais aos partidos burgueses atuais, ou, ainda pior, ao bloco no qual estes desapareceram” (Gramsci, 1979: 77).

Gramsci observava que Mussolini parecia incômodo e desagradável à grande burguesia italiana, sendo inclusive visto como uma espécie de “novo monstro”, mas que isto já não impedia sua total cumplicidade:

«Os burgueses hoje, meio amedrontados e meio estupefatos, encaram esse homem [Mussolini] que se colocou a seu serviço como uma espécie de novo monstro, como alguém que revoluciona as situações reais e cria história. Nada mais falso. A incapacidade de articular entre si os elos de uma construção histórica é tão grande neste epiléptico quanto é no subversivismo malthusiano dos D’Aragona e dos Serrati. São todos uma só família. Representam, tanto um como os outros, a mesma impotência. (...). A luta contra as reivindicações e a resistência contra a desforra operária partem de bases bem mais concretas; mas é certamente significativo, para a seriedade da vida política italiana, que - no topo da construção que se conserva de pé graças a um poderoso sistema de forças reais - encontre-se este homem que se deleita proclamando sua própria força e se masturbando com as palavras» (Gramsci, 2004b: 69-70).

Assim, meses antes da chegada de Mussolini ao poder, Gramsci já via no fascismo a expressão orgânica da burguesia, compreendendo que o processo de ajustamento entre

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

o movimento e a classe dominante tinha se concluído: “o fascismo é um movimento social, é a expressão orgânica da classe proprietária em luta contra as exigências vitais da classe trabalhadora, da classe proprietária que quer, com a fome e a morte dos trabalhadores, reconstruir o sistema econômico arruinado pela guerra imperialista” (Gramsci, 1979: 84). Percepção que se evidenciaria correta com o apoio amplamente majoritário da classe dominante italiana à ascensão de Mussolini ao governo e posterior imposição da ditadura fascista.

A análise de Mariátegui é, uma vez mais, bastante semelhante, identificando o apoio da burguesia à ascensão do fascismo e o sentido histórico deste na consolidação da derrota do movimento dos trabalhadores e reestruturação do capitalismo italiano em crise. Ainda que inicialmente oriundo da pequena burguesia, o fascismo teria sido apoiado desde o início pela burguesia: “Assustada pelas chances da revolução, a burguesia armou, abasteceu e estimulou solicitamente o fascismo e o empurrou à perseguição truculenta do socialismo, à destruição dos sindicatos e cooperativas revolucionárias, à quebra das greves e insurreições. O fascismo se converteu, assim, numa milícia numerosa e aguerrida e acabou por ser mais forte que o próprio Estado (Mariátegui, 2010: 289). Ainda que de início seu papel fosse essencialmente de tropa de choque contra os trabalhadores e suas organizações políticas, o movimento fascista se fortaleceu com o apoio burguês, de tal forma que logo adiante pôde se impor como nova forma de poder, e isto seria impensável sem o apoio burguês, dado que: “a burguesia pôs à disposição do fascismo seus jornais, seus políticos, seu dinheiro, todos ou quase todos seus instrumentos de domínio da opinião pública” (Mariátegui, 2010: 217).

A liderança de Mussolini era compreendida como expressão de um processo mais amplo em construção. Ele seria o *condottiere* do fascismo, “mas não foi seu criador, não foi seu artífice. Extraiu de um estado de ânimo um movimento político, mas não modelou esse movimento à sua imagem e semelhança, nem deu um espírito nem um programa ao fascismo. Ao contrário, foi o fascismo que deu seu espírito a Mussolini” (Mariátegui, 2010: 289-290). E isto só foi possível pelo papel que historicamente o fascismo cumpriu, primeiro na repressão generalizada aos trabalhadores e suas organizações e logo depois na reorganização do Estado italiano, institucionalizando as formas de violência privada que haviam se disseminado através das tropas de choque do fascismo.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

Considerações Finais

São inúmeros os pontos de aproximação na interpretação de Gramsci e Mariátegui. Como explicar esta convergência? Ela é decorrente, sobretudo, da adoção por ambos de uma perspectiva marxista e uma metodologia de análise semelhantes. Ambos autores tiveram sua produção marcada por uma apropriação do instrumental marxista oposta a qualquer mecanicismo e voltada à análise concreta de situações concretas, o que se verificou em suas análises sobre a derrota dos trabalhadores e a ascensão do fascismo. Ainda que em muitos aspectos Gramsci tenha produzido uma interpretação mais aprofundada, e que tenha identificado mais cedo a natureza do fascismo, a análise de ambos é compatível e complementar. O impacto das ocupações de fábrica, o acompanhamento da reação fascista e o esforço em compreender a natureza do novo fenômeno que se constituía é marcante na reflexão de ambos, ainda que cada um se vinculasse a este contexto de um ponto de observação distinto – Gramsci como dirigente do PCI e Mariátegui como exilado e observador interessado. Outro elemento de evidente aproximação é a história pessoal trágica de ambos que se seguiria aos eventos de 1920-1922: enquanto Gramsci seria encarcerado pelo fascismo em 1926 e libertado em 1937 às vésperas de sua morte aos 46 anos de idade, Mariátegui enfrentou sérios problemas de saúde após seu retorno ao Peru, tendo uma perna amputada em 1924 e falecendo muito precocemente em 1930, aos 35 anos. Em comum, o afastamento forçado de ambos das lutas da classe trabalhadora em seus últimos anos de vida, decorrência respectivamente da prisão e da limitação física.

O conjunto de temas discutidos aqui abarca elementos centrais da análise de ambos, embora sem esgotá-la, dado que desenvolviam outras temáticas complementares, como parte da tentativa de compreender o fascismo e os desafios que colocava. Entre elas, podemos citar o papel dos intelectuais e sua atividade orgânica, a importância da ação jornalística e o papel dos veículos de imprensa, e a análise da correlação de forças, pensando a relação entre as organizações políticas e os grupos sociais. São temáticas que seriam desenvolvidas por Gramsci no cárcere e permeariam seu conceito de Hegemonia, e que igualmente marcariam a *interpretação da realidade peruana* de Mariátegui.

Gilberto Calil - *José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci: a interpretação do processo de ascensão do fascismo (1921-1922)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 8-28. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a2

Bibliografia:

- ALCIBÍADES, Mirla (2007), “Presentación”, in José Carlos Mariátegui, *Literatura y estética*, Caracas, Ayacucho.
- ALIMONDA, Héctor (1986), *José Carlos Mariátegui*, São Paulo, Brasiliense.
- DIAS, Edmundo (2000), *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*, São Paulo, Xamã.
- D’ORSI, Angelo (2018), *Gramsci: uma nuova biografia*, Milano, Feltrinelli.
- ESCORSIM, Leila (2006), *Mariátegui: vida e obra*, São Paulo, Expressão Popular.
- FIORI, Giuseppe (2003), *Vita di Antonio Gramsci*, Firenze, Ilisso.
- GRAMSCI, Antonio (2004a), *Escritos Políticos*. Volume 1, 1910-1920, São Paulo, Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (2004b), *Escritos Políticos*. Volume 2, 1921-1926, São Paulo, Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (1979), *Sobre o fascismo*, São Paulo, Civilização Brasileira.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (2010), *As origens do fascismo*, São Paulo, Alameda.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1964), *Historia de la crisis mundial: conferencias pronunciadas en 1923*, Lima, Amauta.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1989), *Invitación a la vida heroica. Antología*, Lima, Instituto de Apoyo Agrário. Serie Tiempo de Historia.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (2007), *Literatura y estética*, Caracas, Ayacucho.
- PERICÁS, Luis Bernardo, “Prefácio” (2010), in José Carlos Mariátegui, *As origens do fascismo*, São Paulo, Alameda, pp. 7-59.
- THISSEN, Servais (2017), *Mariátegui: la aventura del hombre nuevo*, 2ª edición, Lima, Editorial Horizonte.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)

The Red-Black Peninsula – F.A.I. and the libertarian iberism during the interwar years (1927-1936)

La Péninsule Rouge-Noir – F.A.I. et l'ibérisme libertaire pendant la période de l'entre-guerres (1927-1936)

La Península Rubro-Negra – F.A.I. y lo iberismo anarquista en el período entre las guerras (1927-1936)

Gil Gonçalves
IHC-NOVA-FCSH
gilgoncalves65@yahoo.com

Resumo: O presente artigo explora a dimensão iberista da Federação Anarquista Ibérica (F.A.I.) e, por extensão, do pensamento libertário português e espanhol, dos anos vinte e trinta. Num primeiro momento, são historiadas as relações entre os movimentos anarquistas dos dois países - convocando debates coevos em torno de princípios como a solidariedade e o internacionalismo -, não sendo ignoradas as especificidades das respetivas conjunturas. De seguida, o enfoque recai sobre os anos de atividade da F.A.I., refletindo-se acerca do contexto que ditou a sua formação e mapeando-se o caminho que, finalmente, ditaria o seu ocaso, bem como o de todo o movimento libertário peninsular. Marcada que foi pela sua participação na Guerra Civil espanhola, muita da historiografia que se debruçou sobre a F.A.I. tende a ignorar a dimensão transnacional que esteve no seu gérmen. Ainda que de forma sumária e fragmentária, preencher essa lacuna pode contribuir para aprofundar significativamente a história do anarquismo peninsular. Para além de na sua formação terem estado envolvidos os principais vultos dos movimentos libertários de ambos os lados da fronteira, os debates tidos no seio da F.A.I. tornam-se indispensáveis para compreender a evolução das estratégias adotadas pelos anarquistas ibéricos perante conjunturas progressivamente mais repressivas. Contrariando um nacionalismo metodológico, particularmente danoso quando aplicado a movimentos com um carácter iminentemente internacionalista e anti-estatal, este artigo pretende destacar o lugar da F.A.I. simultaneamente enquanto solução de recurso e ideal internacionalista.

Palavras-chave: F.A.I., anarquismo, iberismo, entre guerras.

Abstract: This article explores the Iberist character of the Anarchist Iberian Federation (F.A.I.) and of the Portuguese and Spanish libertarian thinking during the 1920's and 1930's. Initially, we record the relations between the anarchist movements in both countries – resorting to debates around the principles of solidarity and internationalism – while also considering the particularities of their respective conjunctures. We then turn our focus to the years of the F.A.I., reflecting on the context that brought it about and mapping the path that lead to its dissolution. Marked by its participation in the Spanish Civil War, most historians tend to ignore F.A.I.'s transnational dimension. Filling that gap can contribute to a significant deepening of the history on the Iberian anarchist movement. Besides having involved the most notorious figures of the libertarian movements on both sides of the border in its formation, the debates that took place in the F.A.I. prove indispensable to understand the strategies adopted in the context of increasingly repressive scenarios. Fighting methodological nationalism (particularly prejudicial when applied to movements with an imminently internationalist and anti-state character), this article seeks to underline the place of the F.A.I. as both a last resort solution and internationalist ideal.

Keywords: F.A.I., anarchism, Iberism, interwar years.

Abstract : Cet article explore le caractère ibériste de la Fédération Anarchiste Ibérique (F.A.I.) et de la pensée libertaire portugaise et espagnole pendant les années vingt e trente. Dans un premier moment, on fait l'histoire des relations entre les mouvements anarchistes des deux pays – en convoquant des débats leurs contemporains sur les principes de la solidarité et de l'internationalisme –, sans ignorer les spécificités

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

de ses respectives conjonctures. Après cet encadrement, l'approche se dirige vers les années d'activité de la F.A.I., en réfléchissant sur le contexte qui a dicté sa fondation et en cartographiant le chemin qui a, finalement, provoqué sa chute. Marquée par sa participation à la Guerre Civile espagnole, la plupart des historiens ignorent sa dimension transnationale. Même par cette analyse sommaire, combler ce vide peut contribuer à approfondir l'histoire du mouvement anarchiste ibérique. Au-delà du fait que les figures plus notables des mouvements libertaires des deux côtés de la frontière ont participé à sa fondation, les débats qu'ont eu place à la F.A.I. sont indispensables pour comprendre les stratégies adoptées en face d'une conjoncture de plus en plus répressive. En combattant le nationalisme méthodologique, particulièrement nocif quand appliqué à mouvements internationalistes et anti-état, cet article veut souligner la place de la F.A.I. comme, simultanément, solution de derniers recours et idéal internationaliste.

Mots-clés : F.A.I., anarchisme, ibérisme, l'entre-guerres.

Resumen: Este artículo explora el carácter iberista de la Federación Anarquista Ibérica (F.A.I.) y del pensamiento libertario portugués y español en los años veinte y treinta. En primer lugar, son historizadas las relaciones entre los movimientos anarquistas de los dos países - convocando debates coevos en torno de los principios de solidaridad e internacionalismo – sin ignorar las especificidades de sus respectivas coyunturas. El enfoque incide enseguida sobre los años de actividad de la F.A.I., reflejando el contexto que ha dictado su fundación y mapeando el camino que, finalmente, ha dictado su ocaso, bien como el de todo el movimiento anarquista peninsular. Marcada que ha sido por su participación en la Guerra Civil, la historiografía que se ha debruzado sobre la F.A.I. tiende a ignorar la dimensión transnacional que estuvo en su germen. Aun que, de forma sumaria y fragmentaria, llenar ese hueco puede contribuir para profundar significativamente la historia del anarquismo peninsular. Además de ter contado con el involucramiento de las principales figuras del movimiento anarquista de los dos lados de la frontera en su formación, los debates que tuvieron lugar en la F.A.I. son indispensables por comprender la evolución de las estrategias adoptadas pelos anarquistas ibéricos delante de coyunturas progresivamente más represivas. Contrariando un nacionalismo metodológico particularmente nocivo cuando aplicado a movimientos con carácter internacionalista y anti-estatal, este artículo pretende destacar lo lugar de la F.A.I. tanto como solución de recurso como ideal internacionalista.

Palabras clave: F.A.I., anarquismo, iberismo, entre las guerras.

«É preciso que se deixe de tomar a sério a fronteira como até aqui»

A Comuna, 1924

«Abrazados, forjamos nuestra consciencia e idealidad revolucionaria, ahí en una barcaza mecida por el cauce hondo y la corriente del Tajo, con la creación histórica del movimiento libertario ibérico»

Tierra y Libertad, 1931

Introdução

O anarquismo assume como desiderato o fim dos Estados, recusando modelos de organização da sociedade que promovam a divisão e o antagonismo entre povos unidos por lutas e anseios partilhados. No entanto, tentar coordenar ou conceptualizar estratégias de associação que transcendam, de forma duradoura, os limites espaciais impostos pelos estados-nação, expõe um conjunto de dificuldades, tanto de natureza prática como teórica. As relações internacionais do movimento, em virtude da repressão generalizada ou devido à necessidade de criar sistemas de representação num quadro ideológico que os renega,

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

acabavam frequentemente por se revelar infrutíferas. Ainda assim, passar ao lado desses diálogos seria esquecer uma das dimensões fundamentais do movimento libertário, tão mais relevante quanto aparentemente contraditória, conflitual e intangível – o internacionalismo. Houve momentos em que esbater fronteiras pareceu possível e, no contexto ibérico (após anos de tentativas) foi criada uma federação com o propósito de congregar militantes portugueses e espanhóis, até então separados por uma linha imaginária que, à luz das suas aspirações comuns, pouco dividia.

A proposta deste artigo passa por mapear os caminhos que conduziram às aproximações entre os movimentos anarquistas de ambos os países, tendo em conta tanto as realidades partilhadas como as particularidades que os distinguem. Num primeiro momento, são discutidos os mecanismos de solidariedade transfronteiriços - tanto as formas que assumiam como a sua eficácia -, apurando-se o peso dessas redes na construção de um espaço comum de resistência. De seguida, será dada particular atenção à questão da unidade interna do movimento, dilema que atinge de forma diferenciada libertários portugueses e espanhóis e que será uma das mais relevantes motivações para a criação da Federação Anarquista Ibérica, organismo cujo período de atividade será alvo de especial enfoque. Afinal, que dividendos foi possível retirar da comunhão de esforços que a F.A.I. representou durante os anos 20 e 30 do século XX?

Deste modo, espera-se contribuir para aprofundar tanto os estudos acerca da questão iberista como aqueles que se dedicam à análise do pensamento e ação anarquista peninsular. Por um lado, trazer o iberismo para o estudo do movimento libertário permite alargar o tema a grupos que não elites – intelectuais ou políticas - vinculadas ao pensamento federalista liberal do século XIX. Por outro, serve também para contrariar as teses de autores como Garner (2016) e Gómez Casas (1986), que secundarizam o lugar dos anarquistas da região portuguesa no quadro das estruturas federais ibéricas, circunscrevendo-as ao estado espanhol e ignorando os seus desígnios fundadores.

Solidariedade, Internacionalismo e Iberismo

As relações entre grupos libertários portugueses e espanhóis começam na segunda metade do século XIX, sendo o momento fundador da primeira secção da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.) em Portugal revelador do quão profícuos foram esses diálogos transfronteiriços seminais. Tentando contornar a repressão intempestiva

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

de Sagasta no rescaldo da Comuna, o Conselho Federal da Federación Regional de España de la A.I.T. (F.R.E.) parte, no início de junho de 1871, para o exílio em Lisboa. É na capital portuguesa que três das suas figuras mais destacadas (Francisco Mora, Anselmo Lorenzo e Tomás González Morago) vão iniciar contactos com o Centro Promotor português (onde pontuavam José Fontana, Antero de Quental e Nobre França) e ajudar a criar a Fraternidade Operária, que toma os estatutos bakuninistas da Aliança. Em fevereiro do ano seguinte inicia-se a publicação d'*O Pensamento Social* (onde colabora também Oliveira Martins) e, em julho, existiam já secções em Lisboa, Porto, Alcobaça e Leiria, totalizando perto de 8 mil membros (Termes, 1977: 140-141).

Se os primeiros contactos foram fruto indireto da repressão que se abatia sobre estes “agitadores”, forçando estadas de anarquistas espanhóis em Portugal e vice-versa, cedo se começaram também a realizar encontros mais premeditados. Os primeiros congressos que reúnem militantes dos dois países têm lugar na cidade galega de Tuy em 1901, em Viana do Castelo em 1902 e em Braga em 1903. Tratava-se dos “Congresos Obreros Galaico-Portugueses” (Freire, 2017:196) e tiveram como intuito “desenvolver uma acção comum de propaganda, organização e resistência nas duas regiões irmãs” (Sousa, 1976: 56). Seria preciso, no entanto, passar mais de uma década para que se voltasse a organizar um encontro do género, novamente na Galiza - no Ferrol - entre os dias 29 e 30 de abril de 1915. O “Congresso Internacional Pró-Paz, promovido pelo Ateneo Obrero Sindicalista de Ferrol, tinha a ambição de reunir organizações operárias de todo o mundo por forma a estabelecer as linhas para uma acção coordenada dos trabalhadores contra a guerra, de acordo com as teses de neutralidade propaladas por Malatesta. Tendo mobilizado militantes italianos, latino-americanos e estado-unidenses (muitos deles expulsos após a proibição do congresso, que, ainda assim, avançaria clandestinamente), não deixaram de se tomar decisões respeitantes à cooperação entre anarquistas portugueses e espanhóis. É o delegado português Ernesto Costa Cardoso quem começa por destacar a necessidade de um “Pacto de Solidariedade” entre os dois países, uma posição que seria subscrita pelo delegado do Comité de Propaganda Social de Lisboa¹. Destaquem-se os dois primeiros pontos das deliberações do congresso sobre essa matéria:

¹ “El Proletariado ante la guerra – Congreso Internacional de Ferrol”, *Solidaridad Obrera*, 13 de Maio de 1915, 1.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

1. «Que este congresso nomeie um comité composto por delegado de Espanha e Portugal»;

2. «Que se trate de estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado de ambos os países, dando-se assim princípio à organização da Federação Ibérica, célula inicial da Federação Internacional dos Sindicatos Operários, contra a guerra, contra todas as guerras, contra a exploração capitalista e contra a tirania do Estado» (Sousa, 1931: 108).

Pelo menos para os militantes portugueses, esse estreitar de laços parecia ser um dos mais relevantes pontos da ordem de trabalhos². A ideia de formar essa federação comum foi bem acolhida e quis-se até ir mais longe e alargar o projeto, constituindo uma “Associação Internacional de Sindicatos Operários”³. Mas este espírito voluntarista rapidamente esmoreceu e, em virtude da repressão e da conjuntura internacional desfavorável (a paz ainda tardaria), nenhum tipo de organização formal se constitui. Além disso, do lado espanhol, a prioridade estava na reorganização da C.N.T., tendo o encontro sido aproveitado para discutir as alterações dos seus quadros dirigentes (Abelló Güell, 1997: 76). Ainda assim, a ideia não seria esquecida e, mesmo que de forma não sistemática, delegados espanhóis e portugueses começariam a participar nos congressos sindicais realizados em ambos os países.

Não tendo esses encontros resultado numa transposição formal da fronteira, a proximidade entre os anarquistas ibéricos vinha já sendo continuamente reforçada por campanhas de solidariedade alheias a qualquer delimitação estatal. As suas mais reconhecíveis demonstrações enquadram-se naquilo a que Durkheim chamaria “solidariedade mecânica” (Durkheim, 1960: 179), isto é, aquela que tem lugar entre elementos de grupos com grandes afinidades entre si, partilhando objetivos, valores, experiências e mundividências. Acreditando na “absoluta autonomia, auto-suficiência e competência revolucionária dos trabalhadores”, era a estes e às suas organizações que cabia coordenar a luta contra um sistema capitalista internacional. Luta que, forçosamente, teria de ignorar fronteiras e estados, rumo à construção de uma sociedade federalista administrada pelos trabalhadores eles mesmos (Thorpe, 1989: 1). Foi esse credo internacionalista, consagrado na Primeira Internacional, que guiou o movimento operário do século XIX e fez de episódios como a Comuna de Paris ou a Revolta de

² “Congresso de Ferrol”, *Germinal*, 25 de Abril de 1915, 1.

³ “Congresso de Ferrol”, *Germinal*, 30 de Maio de 1915, 3.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Haymarket marcos indelévels para qualquer militante libertário. O carácter universalista do movimento fazia com que aquelas lutas deixassem de pertencer apenas a este ou àquele país, passando a ser um património de todos os anarquistas e socialistas radicais - e, no entender destes, da própria “Humanidade”.

Em 1909, também a Península Ibérica será palco de mais um desses episódios tragicamente célebres. Em resposta ao recrutamento para a guerra de Melilla, estalam um conjunto de revoltas violentas e alimentadas por um descontentamento motivado por muito mais do que o conflito em Marrocos. Para as autoridades, à procura de responsáveis dos quais fazer exemplo, Ferrer y Guardia, um pedagogo anarquista que, poucos anos antes, fora acusado de envolvimento em conspirações regicidas, desempenhou o papel de ideólogo instigador das perturbações da ordem. Ferrer acabaria fuzilado, tornando-se o símbolo de uma repressão arbitrária que ficaria para a história como a “Semana Trágica”. É também a partir dessa decisão discricionária que o anarquismo, como movimento de massas, passa para o primeiro plano da luta política em Espanha (Álvarez Junco, 1985: 194).

A comoção provocada por esses dias uniu no repúdio ao governo de Maura anarquistas, socialistas e republicanos, muito para lá dos contextos peninsulares e europeus, numa demonstração de vitalidade daquilo que todos entendiam ser a “consciência humana universal”.

Em Portugal, apesar de um contexto também ele repressivo, vários grupos fizeram questão de manifestar a sua solidariedade, dando-se conta de uma mobilização muito pouco usual⁴. Constituiu-se em Lisboa um comité de apoio às vítimas do despotismo com o propósito de, para além de organizar protestos e sessões de propaganda, angariar fundos destinados a auxiliar presos, perseguidos e suas famílias a fazer face às inúmeras privações a que estavam sujeitos. Numa “quête” aberta n’*A Sementeira*, foram recolhidos cerca de 128 mil réis, tendo-se dedicado dois números do mensário integralmente à propaganda do trabalho de Ferrer – uma vez que muitos foram aqueles que se propuseram a fundar escolas baseadas no modelo da Escola Moderna, necessitando “o maior número” de ser esclarecido a respeito dos propósitos desta⁵. Foram publicados diversos opúsculos e obras do pedagogo catalão e os movimentos contrários à monarquia dinamizam-se. De

⁴ “Pró vítimas de Espanha”, *A Sementeira*, Setembro de 1909, 2.

⁵ “Escola Moderna”, *A Sementeira*, Outubro de 1909, 12.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

resto, pode ser pertinente ponderar as consequências que estes episódios terão tido na mobilização popular que, pouco mais de um ano depois, contribuiria para implantar a República em Portugal - talvez a desconsideração pela instituição monárquica não se baseasse meramente em fatores endógenos.

Contudo, este tipo de mobilização era, no lado português, pontual, havendo um historial de campanhas semelhantes, mas pouco consequentes. Meses antes do caso Ferrer, e aderindo à pressão internacional que exigia a libertação dos presos de Alcalá del Valle que ainda se encontravam encarcerados após uma greve geral nessa localidade, o semanário *O Protesto* apela ao boicote aos produtos oriundos de Espanha. Em qualquer contexto, uma iniciativa dessa envergadura seria sempre audaciosa, mas é o reconhecimento *a priori* do seu fracasso no mesmo artigo que a lança que revela o estado da mobilização anarquista nos últimos tempos da monarquia, dando conta de uma solidariedade impossível:

«Verdade é que o proletariado em Portugal está completamente desorganizado e que esta forma de protesto não se fará sentir como era desejável (...). Mas nós, que sentimos e pensamos, nós que estamos acima da massa anónima, não desanimamos, por isso, devemos boicotar quanto possível tudo o que cheire a Espanha oficial»⁶.

Na larga maioria das vezes, estes gestos eram meramente simbólicos e, se nos primeiros anos da República o cenário se modifica positivamente, passado o fulgor inicial vêm à tona as dificuldades de sempre, o que não impediu que, pelo menos até 1926, se continuassem a promover subscrições públicas e comícios como forma de enviar solidariedade àqueles que dela precisassem.

Em todo o caso, isoladamente, estes gestos dizem-nos pouco quanto à presença de um iberismo libertário. João Freire descreve este tipo de mobilizações como fruto de uma “solidariedade ibérica”, enquadrada por um internacionalismo mais lato. Afirma que “não se trata tanto de práticas de «iberismo», mas antes de recursos de proximidade” (Freire, 2017: 207), lembrando também que não se encontram vestígios de iberismo nos programas políticos do movimento. Até certo ponto, podemos acompanhar esta tese. Mas, se é verdade que não são frequentes as declarações explícitas em defesa do iberismo nos programas e órgãos libertários, permanecendo o internacionalismo como o valor

⁶ “Alcalá del Valle”, *O Protesto*, 20 de Março de 1909, 4.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

dominante, não se deve descartar tão prontamente a hipótese de uma influência iberista mais discreta, mas nem por isso irrelevante. Há, afinal, vários pontos de contacto possíveis entre projetos iberistas e princípios e valores libertários⁷. Para Antero de Quental, por exemplo, não foi difícil conciliar os dois ideários a partir da valorização de modelos de organização política federais. O jovem poeta, marcado por Proudhon, considerava que não havia para portugueses e espanhóis outro ideal que não o da democracia e federalismo, passando a resposta à crise da sua época (económica, mas também cultural e moral) por uma revolução que contrapusesse à burguesia e à centralização a democracia e a federação (Marques, 2007: 77). Antes dele, já Henriques Nogueira, outro dos precursores das ideias republicanas e socialistas em Portugal, havia destacado as afinidades entre os povos peninsulares, defendendo um federalismo ibérico capaz de articular um pensamento municipalista herdado de Herculano com as ideias proudhonianas e as teses de Sinibaldo de Mas (Matos, 2017: 41-42). Por sua vez, do lado espanhol, Pi i Margall, presidente na efémera Primeira República Espanhola e também discípulo de Proudhon⁸, seria um dos mais prolixos defensores de um projeto federalista ibérico descentralizado, o que lhe valeria a popularidade nos sectores anarquistas⁹. Já nos primeiros anos do século XX, o iberismo catalanista, teorizado por Ribera i Rovira e Prat de la Riba, seria responsável por uma renovada projeção do federalismo ibérico, sobretudo junto dos sectores republicanos de ambos os países (Martínez-Gil, 1997: 120).

O movimento operário peninsular recebeu o iberismo por via do federalismo¹⁰, estando o ideal de uma federação ibérica inscrito em tradições republicanas e socialistas desde meados do século XIX. Não é, por isso, crível que os anarquistas portugueses e espanhóis fossem inteiramente alheios a sensibilidades iberistas. Sensibilidades essas que não estiveram ausentes aquando da formação da F.A.I., a realização mais palpável de uma unificação entre movimentos políticos análogos de ambos os estados.

⁷ Não por acaso, alguns dos detratores do iberismo em Portugal fizeram questão de o vincular ideologicamente à Primeira Internacional (Matos, 2017: 147).

⁸ Do filósofo político e económico francês traduziria a obra *Do Princípio Federativo*, aludindo no prólogo à União Ibérica no quadro dos nacionalismos expansionistas (Rocamora, 1994: 103).

⁹ Que lhe reconheciam ainda o seu papel *determinante no desenvolvimento das ideias libertárias em Espanha* (Rocker, 1998: 144).

¹⁰ De resto, o primeiro espanhol a assistir a um congresso da Internacional fá-lo enquanto representante da “Legião Ibérica” (Rocamora, 1994: 103).

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Mas como pode o sentimento iberista coabitar com a defesa arreigada de valores internacionalistas? Em boa verdade, a relação do movimento libertário com a ideia de pátria (mesmo que entendida como uma pátria-consciência, desvinculada de uma dimensão material e estatal de nacionalidade) sempre foi complexa. Se, em determinados momentos, os seus militantes pareciam responder a chamamentos de pendor universalista, outros houve em que se manifestavam outro tipo de vínculos, bem mais particularistas. Afinal, para os anarquistas o inimigo primordial era o Estado e não a nação, não sendo rara a associação da nacionalidade a laços de fraternidade pervertidos pela exploração capitalista.

A manifestação mais paradigmática dessas posturas ambíguas surge aquando da Primeira Guerra Mundial, quando muitos militantes anarquistas e socialistas aceitam os termos em que se colocava o conflito, indo para a frente combater os seus congéneres em defesa de valores pátrios dos quais não pareciam abdicar com a veemência e coerência esperada. Muitos dos que, durante décadas, professaram teses anti-militaristas, acabaram por rever as suas posições - contando-se entre eles Kropotkine¹¹, produtor de discursos assentes num muito leviano anti-germanismo, defendendo a causa dos aliados com a convicção, retrospectivamente ingénua, de que uma derrota das potências centrais serviria como propulsor da Revolução anarquista na Europa (Levy, 2004: 335).

Podemos rastrear estes posicionamentos a um dos “pais” do movimento, Bakunine. Este afirmaria, num dos primeiros debates fraturantes que tiveram lugar na Primeira Internacional, que a nação era um produto de comunidades estabelecidas há muito, anteriores ao capitalismo e ao Estado, e cujos valores se viram conspurcados pelo advento da industrialização. Além disso, são célebres os seus comentários de teor racial, presentes nomeadamente nas suas teses pan-eslavistas. Bakunine entendia que o proletariado e o campesinato eslavos eram, essencialmente, contrários à organização estatal, uma característica que partilhariam com os povos que rotulava como “latinos” – referindo-se sobretudo a Itália e Espanha (Levy, 2004: 335)¹².

¹¹ Co-autor do *Manifesto dos Dezasseis*, em apoio dos aliados, que contava ainda com a assinatura de outros anarquistas proeminentes, como Jean Grave ou Charles Malato.

¹² Eram teses das quais se afastariam imediatamente Marx e seus partidários, que argumentavam que as nações nada mais eram que criações políticas ao serviço das elites (Forman, 1998: 22).

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Adotando um tom semelhante, o historiador Juan Díaz del Moral afirmaria que são os diferentes contextos socioeconómicos e culturais que explicam que nos países industriais, com sociedades “estruturadas, de elevada cultura” tenha vingado o socialismo científico, tendo o anarquismo mobilizado os “países agrícolas, individualistas, inorgânicos, de cultura retrasada, las regiones del sol, los pueblos de tipo oriental, parte de Francia, Itália, la Península Ibérica, la América española y la portuguesa” (Díaz del Moral, 1995:95). Estas últimas estariam mais recetivas ao “optimismo ingenuo y utópico” de um Bakunine, que punha a conquista de um paraíso terreno no plano imediato, por oposição ao pessimismo de certas conceções marxistas. A adesão maioritária de portugueses e espanhóis à facção bakuniniana da Internacional não seria, pois, um acidente histórico.

Já no século XX a popularização do iberismo vai continuar a encontrar eco em pensadores anarquistas de ambos os lados da fronteira, cientes desses vários fatores que justificavam uma luta comum. Em Portugal, Francisco Quintal é um daqueles em que essas influências são mais visíveis. O redator do periódico *O Anarquista* e membro do Comité Nacional da U.A.P. promoveria ativamente lugares comuns do iberismo oitocentista, lembrando que a geografia nada dividia e que, na sua forma anarquista, o iberismo “é uma aurora muito mais deslumbrante, mais um aspeto de urna ideologia que se alia com a ciência de organização social” (Rocamora, 1990: 582). Do lado espanhol, destaca-se Diego Abad de Santillán, um dos mais ativos elementos da F.A.I., que via na Ibéria uma “unidade histórica, geográfica e social”, sem barreiras espirituais ou ideológicas, (Rocamora, 1990: 732) - termos não muito distintos do pan-eslavismo bakuniniano e de outros nacionalismos expansionistas da época. Não existia, para estes teóricos, uma contradição entre um pensamento iberista e um ideal internacionalista, defendidos simultaneamente. A Ibéria era vista como um espaço separado de forma antinatural e sem respeitar a história partilhada de um povo, sendo o iberismo apenas um passo para a formulação de uma união ou federação mais abrangente, reunindo, no limite, toda a Humanidade.

Apesar das proximidades ideológicas, geográficas e, segundo se cria, culturais e históricas, nunca foi fácil manter relações sistemáticas e produtivas que diluíssem a fronteira. Não houve uma evolução linear dos contactos entre os vários coletivos ibéricos

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

e, quando estes se federaram, as adversidades sobrepuseram-se a desígnios ideais ou sentimentos de irmandade.

A questão da Unidade – das dificuldades internas à viragem iberista

Antes da análise aos anos da F.A.I., importa refletir acerca das motivações que, para lá do plano ideal, estimularam o projeto federal ibérico. A falta de eficácia dos mecanismos de solidariedade já analisados deve-se à incapacidade que o movimento anarquista português revelou em alcançar uma unidade interna, acontecendo o mesmo com os seus correligionários espanhóis e de outras partes do globo.

Nos primórdios do movimento anarquista, dada a repressão generalizada, as tentativas de centralizar as suas atividades eram vistas como estando condenadas ao fracasso. A partir do Congresso de Londres de 1881, com a criação de uma inoperante Internacional Libertária, venceria a corrente que valorizava a acção individual ou em pequenos grupos como forma de conseguir mobilizar apoios. Populariza-se a ideia da propaganda pelo ato enquanto forma de ação violenta, capaz de “despertar as massas” para o seu desígnio revolucionário através do estalido das bombas (Maitron, 1981: 11). Um otimismo revolucionário que, para além de ter gerado profundas críticas internas, reforçou o isolamento dos seus militantes, que tinham agora não só que combater a repressão estatal como procurar recuperar a confiança de uma opinião pública que, mesmo no meio operário, se dissociava dessas práticas. Vista como desumana e inútil, a aposta nessa forma de militância, promovida por aqueles que criticavam a moderação do sindicalismo, afastaria muitos operários dos próprios ideais internacionalistas (Abelló Güell, 1997: 51).

É em resposta a esta conjuntura hostil que se começa a teorizar o Sindicalismo Revolucionário como meio de chegar à revolução. Por um lado, tratava-se de uma estratégia de aproximação ao proletariado, por outro, era uma forma de combater a crescente burocratização e partidarização de um movimento sindical que se via como um fim em si mesmo, tendo por objetivo pequenas melhorias alcançadas através de lutas quotidianas e não o derrube do sistema capitalista.

A influência destes princípios, consagrados na Carta de Amiens de 1906, teve diferentes consequências de um lado e doutro da fronteira. Em Portugal, produz-se uma rutura entre o sindicalismo socialista e o de pendor anarquista, sendo que este último

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

rapidamente se torna hegemónico (Fonseca, 1988: 31). A cisão fica consagrada no congresso de Tomar de 1914 com a formação da União Operária Nacional que, reunindo as duas fações, seguia os modelos de organização do sindicalismo revolucionário, nomeadamente a independência face aos partidos e o reconhecimento da autonomia dos sindicatos aderentes (Teodoro, 2013: 35). No Congresso de Coimbra, em 1919, a U.O.N., vista desde a sua fundação como transitória, daria lugar à Confederação Geral do Trabalho que seria, até à sua extinção em 1927, a única estrutura sindical de alcance nacional no país. Mas essa unidade sindical era praticamente um caso único na Europa, sendo que em Espanha o cenário era radicalmente diferente.

Quando em 1910 é fundada a C.N.T., existia já, desde 1888, uma estrutura sindical nacional controlada pelos socialistas (a UGT), permanecendo ambas a operar em simultâneo, com todos os custos que essa mesma divisão acarretava. No entanto, garantia-se uma maior unidade no interior da própria C.N.T., dominada absolutamente pelos anarco-sindicalistas que gozavam de espaço suficiente para radicalizar as suas posições, ao passo que quer a U.O.N. quer a C.G.T. se viram a braços com disputas internas que reduziam a sua capacidade de ação.

Não obstante, os primeiros anos da C.N.T. foram árduos. Logo em 1911 é ilegalizada, mantendo-se nessa condição inoperacional até 1915. Por essa altura, procede a uma profunda reorganização aumentando significativamente o número de sindicalizados (aproveitando da melhor maneira a greve geral de 1916 e a conjuntura proto-revolucionária do Triénio Bolchevique). Contudo, o período que alimentou este dinamismo não se saldou na derrota das forças capitalistas e, assim sendo, abateu-se sobre a C.N.T. uma nova vaga repressiva cuja violência levou a que muitos dos recém-filiados abandonassem novamente a militância ativa.

Após uma breve acalmia, a paralisação dos transportes em Barcelona em 1923 serviu de justificação para a intervenção militar liderada por Primo de Rivera e para o subsequente estabelecimento da ditadura. Apesar dos esforços despendidos para formar uma frente de resistência que unisse C.N.T. e U.G.T., a vontade demonstrada pelo partido socialista em aderir ao regime que se inaugurava (Gómez Casas, 1986: 69) impossibilitaria a unidade sindical e fomentaria novas divergências. Abria-se caminho não só à desmobilização, mas também ao crescimento das alternativas comunistas e socialistas. Com muitos dos seus dirigentes mortos e presos, a C.N.T. vê-se, a partir de

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

1924, impossibilitada de continuar a ser um organismo verdadeiramente nacional, transformando-se numa conglomeração de federações locais sem qualquer tipo de disciplina coletiva (Christie, 2002: 25).

Em Portugal os problemas que se punham eram de outro tipo. Não houve um equivalente ao Triénio Revolucionário nem a subsequente dinamização da C.G.T. Bem pelo contrário. Quando a 18 de novembro de 1918 se convoca uma greve geral com intenções revolucionárias, cedo se percebe que se trata de uma iniciativa condenada ao fracasso (Teodoro, 2013: 41). A mobilização não é notável e a repressão é eficaz, tendo o insucesso da *démarche* provocado o “desalento nas massas trabalhadoras” e o descrédito da própria Central de Sindicatos (Teodoro, 2013).

Quanto às discussões em torno do que deveria ser a atividade sindical, os mais intensos debates organizavam-se em torno de duas posições distintas: por um lado, havia os que acreditavam que se tinha tornado necessário associar o sindicalismo a um projeto de tomada de poder (do parlamento) e, por outro, havia os que continuavam a defender uma via completamente dissociada de ligações partidárias. Estas disputas internas terão dificultado o reforço do movimento sindical em Portugal, ao ponto de, em 1923, se poder afirmar que “a acção anarquista mal se faz sentir”¹³. Surgem propostas frentistas como forma de fazer face às divisões internas, reunindo socialistas, anarquistas e comunistas, mas são, regra geral, mal acolhidas. A esse respeito, publica-se no semanário *A Comuna* um artigo ilustrativo do clima que reinava na C.G.T.:

«(...) a frente única só será um facto, depois de sofrermos a dura prova da reacção que se avizinha com o seu sinistro cortejo de prisões, assassinatos, deportações, etc. Assim que todos os militantes sofrerem os ímpetos da onda reaccionária, acabarão por abandonar o eterno comodismo, e outros deixarão de fazer a sua nefasta obra divisionista no seio do proletariado. Se a frente única não se tem realizado a culpa não cabe aos anarquistas, mas sim a todos os que desconfederam os seus sindicatos, ou propositadamente se atrasam no pagamento das cotizações confederais para sabotar a C.G.T. (...)»¹⁴.

Por esta altura, a ditadura de Primo de Rivera em Espanha era um assunto incontornável e suscitava as maiores preocupações no meio libertário português.

¹³ *A acção anarquista só será verdadeiramente produtiva se for bem coordenada por uma consciente organização*, *A Comuna*, 11 de Novembro de 1923, 2.

¹⁴ “Frente única?” *A Comuna*, 28 de Outubro de 1923, 3.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Impunha-se uma reorganização e um reagrupamento, objetivo para o qual se reunira, também em 1923, a Conferência de Alenquer. Dela nasce a U.A.P. (União Anarquista Portuguesa), com o propósito de estimular a organização e a propaganda num país onde esta parecia continuar num estado tão “embrionário” como vinte anos antes (Sousa, 1989: 96). No entanto, meses depois da sua realização, as iniciais proclamações de sucesso revelavam-se infundadas aos olhos de alguns observadores:

«(...) pouco depois, nalguns anarquistas o entusiasmo esfriou, recolhendo-se à sua anterior inacção. Muitos dos aderentes à conferência e que nela demonstraram a necessidade da acção anarquista têm feito justamente o contrário. (...)»¹⁵.

Este ambiente de desagregação era propício tanto para as forças mais conservadoras como para aquelas que queriam reforçar a sua posição na disputa pela hegemonia no seio do movimento sindical e operário. Se nos primeiros tempos após a Revolução Russa os sectores comunistas permaneceram minoritários (como demonstrara o Congresso da Covilhã de 1921¹⁶), tornar-se-iam progressivamente uma ameaça mais concreta. Ainda assim, e já em 1925, a C.G.T. adere por votação maioritária à A.I.T., afastando-se da I.S.V. (Internacional Sindical Vermelha ou Profintern) e reforçando a sua posição anti-partidária. Enquanto isso, é dado pelos militares um primeiro aviso do que estava por vir com a revolta de 18 de abril de 1925, sem que essa chamada de atenção tenha servido para atenuar as animosidades internas e impedir que, a 28 de Maio de 1926, se consumasse o início de uma ditadura de quase meio-século.

Também em Espanha os comunistas procuraram trazer para a sua esfera de influência a C.N.T., mas sem sucesso, apesar de o seu peso ser já muito mais significativo do que em Portugal (Garner, 2016: 109). Com os principais líderes encarcerados, as lutas internas entre grupos minoritários da C.N.T. prosperaram e, entre finais de 1920 e inícios de 1921, os comunistas chegam a controlar a confederação que, até à Conferência de Zaragoza em 1922, se vinha aproximando da I.S.V. (Abelló Güell, 1997: 100). Em ambos os países parece ficar claro que o movimento comunista começa a ganhar vantagem sobre

¹⁵ *A Acção anarquista só será verdadeiramente produtiva se for bem coordenada por uma consciente organização, A Comuna*, 11 de Novembro de 1923, 2.

¹⁶ Ainda que já então o veneno moscovita havia separado mais ou menos ostensivamente alguns militantes, que para aquele congresso levaram, sem o pensarem, o espírito da cínica sentença de Lenine (Sousa, 1931: 178).

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

o anarquista durante a ditadura, conseguindo organizar-se clandestinamente aparentemente com muito mais eficácia. Os números de militantes que por essa altura transitaram do campo anarquista para aderirem à causa bolchevique são bem ilustrativos (Freire, 1992: 267).

Será, pois, num período em que ambos os países estão a braços com uma duríssima repressão governamental e com paralisantes cismas internos que nascerá, em 1927, a Federação Anarquista Ibérica, concretizando o desígnio de longa data de unir o movimento anarquista na península. O que nunca acontecera quando os tempos eram mais propícios seria agora posto em prática sob regimes ditatoriais, improvisadamente e como forma de dar resposta a um cenário pouco auspicioso.

Os anos da F.A.I. (1927-1936)

Os passos decisivos para a constituição formal de uma federação ibérica começam a ser dados no início dos anos vinte. Em dezembro de 1919, realiza-se em Madrid um congresso nacional da C.N.T., tendo Manuel Joaquim de Sousa representado a C.G.T. Revela-se satisfeito com a receção e, em conjunto com alguns camaradas espanhóis, lança as bases para a criação de uma Confederação Latina que, tendo como células iniciais as confederais portuguesa e espanhola, se estenderia idealmente à francesa e italiana. A receção da ideia nesses dois últimos países seria muito pouco entusiástica por considerarem a conjuntura adversa, no entanto, o plano manteve-se de pé a nível peninsular. Nos congressos nacionais que se seguiram (Covilhã e Zaragoza, em 1922) sairá reforçada a ideia de unir esforços (Garner, 2016: 217).

Um dos mais significativos passos na evolução destas relações surge em 1923 com a realização da Conferência das Organizações Operárias de Portugal e Espanha em Évora. Nesse encontro, em que estão presentes vários delegados da C.G.T. e da C.N.T., Manuel Joaquim de Sousa e Manuel Pérez terão proposto a “unificação do Movimento Confederal e Libertário da Península Ibérica, englobando anarquistas espanhóis e portugueses” (Rodrigues, 2007: 17). Edgar Rodrigues vê nesse momento o gérmen do que viria a ser a F.A.I., ainda que outros, como Gómez Casas (1986) nunca lhe façam referência. Mas, novamente, essa tentativa de impulsionar as relações entre os dois países cairia por terra, algo que se terá devido aos desenvolvimentos políticos que ocorrem em Espanha nesse mesmo ano. Espelho dessas dificuldades, a 24 de dezembro, Silva Campos

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

e Manuel Joaquim de Sousa, enviados pela C.G.T. a Sevilha para se encontrarem com os congéneres da C.N.T. espanhola, são detidos pela Guardia Civil, permanecendo nessa condição até Março de 1924. O pretexto da detenção seria a suspeita de preparação de um *complot* comunista - acusações duplamente aviltantes, por um lado pela arbitrariedade “torquemadesca” da repressão, por outro pela ignorância das forças de ordem do país vizinho, que pareciam não compreender as nuances ideológicas dos movimentos sociais que contra elas se insurgiam¹⁷. A este respeito, veja-se uma nota publicada n’*A Comuna*:

«E assim, o ditador daquela nação fradesca e sanguinária, julga-se descansado, porque supõe ter para sempre arredado o perigo da união ibérica do proletariado... (...) Mas os verdugos da reacção capitalista poderão obstar a que a vontade revolucionária dos povos se realize? Não, a união ibérica, como a americana, hão de ser um facto - a despeito de todas as violências... E assim se caminhará para a fusão da família humana...»¹⁸.

Se o projeto de uma Central Sindical comum parecia sofrer um golpe terminal, o mesmo não acontecia com a ideia de Federação Ibérica. Em 1925 há novo encontro clandestino em Barcelona, no qual representantes dos dois países voltam a discutir o assunto e, em maio de 1926, em Marselha (devido ao número de militantes exilados em França e à impossibilidade de reunir em Espanha), é aprovada a criação da Federação Anarquista Ibérica, oficializada por um Comité organizador residente em Lisboa “dada a situação anormal de Espanha”. Dias depois se ficaria a saber que a situação em Portugal também se complicara, dificultando a ação do comité e impossibilitando a realização de um primeiro Congresso Ibérico. Este só se realiza nos dias 24 e 25 de junho de 1927, em Valência, tendo os anarquistas portugueses desistido de o organizar em virtude da repressão. É essa a data comumente aceite para a fundação da F.A.I., onde estiveram Germinal de Sousa e Francisco Quintal, secretário da U.A.P.

Estes primórdios da federação foram geralmente negligenciados, sendo o papel dos anarquistas portugueses remetido, na melhor das hipóteses, para uma nota de rodapé. Esse esquecimento tem muito que ver com o desenrolar dos acontecimentos em Espanha, com a implantação da Segunda República e o início da Guerra Civil - conjunturas que rapidamente consumiriam todas as energias dos anarquistas desse lado da fronteira. Nesse

¹⁷ “As infâmias dos governantes espanhóis”, *A Comuna*, 20 de Janeiro de 1924, 5.

¹⁸ “Revista Internacional - confederações operárias Ibérica e Americana”, *A Comuna*, 20 de Janeiro de 1924, 6.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

contexto subalternizado dentro da F.A.I., importa perceber como viam os libertários em Portugal o seu papel no organismo e que dividendos sentiam ou não estar a retirar.

Sobre a participação portuguesa na F.A.I., Jason Garner diria o seguinte: “Although they played a leading role in the preparations prior to the foundation of the federation, the influence of the Portuguese in the F.A.I. was limited. The F.A.I. was effectively a Spanish organization” (Garner, 2016: 214). De facto, assim parecia ser. Mas até que ponto essa subalternização na recém-criada federação não foi consentida? Os problemas internos arrastavam-se há muito e a chegada da ditadura militar apenas serviu para agravar os projetos dos anarquistas portugueses que mais e mais se pareciam conformar com a sua impotência. O esforço despendido para convencer os camaradas espanhóis a aderir à F.A.I., passando Portugal a ser considerado dentro desta como uma Região com os mesmos estatutos, direitos e liberdades de uma Catalunha ou Andaluzia, seria uma forma de mitigar dificuldades, permitindo uma cooperação mais próxima com as demais regiões, podendo estas fornecer recursos que, autonomamente, não podiam ser obtidos. Simultaneamente, a maioria dos libertários portugueses acreditava que a revolução social em Espanha estava iminente¹⁹, permanecendo na expectativa e com a vã esperança de esta se estendesse a Portugal, criando um momento oportuno para partir à conquista da Anarquia. Se internamente reinava um realismo entorpecedor, em relação ao exterior a ilusão era completa. Veja-se o seguinte excerto, retirado d’*O Anarquista*:

«Mudando em Espanha a sociedade desta maneira, a única possível, a única admissível, Portugal não pode continuar nesta caricata atitude, neste equívoco social, e os dois povos da Península têm de unir-se num só povo, fronteira rasa, abraçados por um ideal comum. Eis porque a Península deve ser breve o teatro duma nova e grandiosa revolução»²⁰.

Já nos anos trinta, e após a derrota do movimento do 26 de Agosto de 1931, o “canto do cisne” do reviranhismo, Mário Castelhana²¹ abraçaria essa ideia, afirmando que “a Revolução em Portugal será acompanhada ou precedida pelo proletariado de Espanha. Dificilmente se poderá concebê-la vitoriosa e perdurável isoladamente, lá como cá”

¹⁹ “O Golpe de Estado Espanhol”, *A Comuna*, 21 de Outubro de 1923, 7). Não se teceram muitos comentários no mesmo sentido para a ditadura portuguesa.

²⁰ “A Revolução Social na Ibéria”, *O Anarquista*, 14 de Março de 1926, 1.

²¹ Redactor d’*A Batalha* até 1927 e, na altura, clandestino em Lisboa depois de em 1928 ter sido enviado para o exílio em Angola.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

(Farinha, 1998: 200). No entanto, para que de Espanha pudessem vir os bons ventos necessários ao “casamento” das revoluções nos dois países, faltavam elementos essenciais. Nomeadamente, impunha-se que os militantes anarquistas estivessem a par dos desenvolvimentos políticos de ambos os lados da fronteira. Se o otimismo dos anarquistas portugueses em relação à evolução dos acontecimentos em Espanha era já indicativo de um certo desconhecimento de causa, do lado espanhol as leituras sobre a conjuntura em Portugal evidenciavam uma ainda mais flagrante ignorância. A forma como dois dos principais periódicos anarquistas espanhóis (incluindo o *Tierra y Libertad*, órgão oficial da F.A.I.) noticiavam eventos como a Revolta das Ilhas ou o 26 de Agosto é particularmente ilustrativa. Fala-se de “un golpe de muerte a la Dictadura republicana”, afirmando-se que “de Norte a Sur de Portugal brilla la llama del fuego revolucionario que pulverizara el despotismo de Carmona y sus secuaces”²², chegando a dar-se conta do assassinato de Carmona por parte dos revoltosos²³. Quando assim se descrevem episódios cujo quase imediato fracasso apenas permitiria à ditadura reforçar a sua posição na administração, no exército e até na opinião pública, tornam-se ainda mais prescientes os apelos feitos pelos militantes portugueses à federação ibérica, exigindo uma maior atenção ao que se passava em Portugal.

Na Conferência da F.A.I. de Junho de 1931, os delegados portugueses já tinham reclamando demonstrações mais concretas de solidariedade, sugerindo que a F.A.R.P. tivesse acesso a uma página do órgão oficial da federação para divulgar questões relativas à situação portuguesa²⁴, algo que nunca se materializa. No pleno de regionais da F.A.I., realizado em Madrid entre 31 de Julho e 3 de Agosto de 1932, o delegado da Aliança Libertária Portuguesa aproveitaria para recordar que a criação da F.A.I. se devia aos dois países e que algo deveria ser feito para apoiar a luta contra a ditadura que por lá se consolidava, levantando ainda a questão do apoio ao jornal gerido pela F.A.P.E. (Federação Anarquista de Portugueses Exilados)²⁵, o *Rebelião*. O pleno aprova as propostas, mas a publicação do periódico continuará a ser irregular, para grande

²² “Arenga Portugueses!”, *Tierra y Libertad*, 5 de Setembro de 1931, 1.

²³ “La Revolucion en Portugal”, *Solidaridad Obrera*, 28 de Agosto de 1931, 5.

²⁴ “Final de la grandiosa Conferencia de la F.A.I. – dictamen sobre la cuestión sindical”, *Tierra y Libertad*, 27 de Junho de 1931, 2.

²⁵ Fundada em 1932 servia como elo não apenas com grupos espanhóis, mas também com franceses, norte-americanos, argentinos, brasileiros, entre outros (Freire, 2007: 198).

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

desagrado da sua redação, que entendia que este poderia ter um peso capital na informação e agitação do proletariado português. O delegado insiste ainda na necessidade de fundir a C.G.T. com a C.N.T. numa Confederação Geral do Trabalho Ibérica, mas, novamente, não se ouve falar mais do assunto²⁶.

Havia quem considerasse que o derrube da ditadura em Portugal era do maior interesse para as forças progressistas em Espanha, uma vez que assegurava que, no caso de a revolução se dar, o país vizinho não se tornaria num ponto de apoio das forças reacionárias (como eventualmente se tornou)²⁷. A missão dos libertários lusos seria, por isso, defender a revolução espanhola, algo que chega a ser pensado minuciosamente, listando-se quais os pontos do país onde a ação anarquista deveria concentrar os seus esforços subversivos do ponto de vista da estratégia paramilitar.

Partia-se sempre de um postulado simples. A revolução em Portugal, conseguida autonomamente, era impossível, trazendo tal realização consigo uma dose de resignação e conformismo que não tinha lugar num movimento que se afirmava como vanguarda. Um dos que assim julgou foi Germinal de Sousa que, na carta de demissão do cargo que ocupava no secretariado a Aliança Libertária de Lisboa, escreve o seguinte:

«(...) os acontecimentos que por todo o mundo se sucedem, num precipitar desconcertante, colocam perante a classe operária um problema decisivo: a sua capacidade para a gestão da sociedade que vem. Aos anarquistas, pelas responsabilidades que lhes cabem de tantos anos de propaganda, não pode de forma alguma ser indiferente esta questão, aguardando que os acontecimentos determinem o que se deve fazer. (...) E, sejamos francos, uma vez, ao menos: estão os anarquistas portugueses preparados para esse trabalho? Têm os anarquistas de Portugal, neste momento, capacidade suficiente para promoverem e desenvolverem um movimento de carácter revolucionário? Ou, mais simplesmente, estão os anarquistas preparados para, de um movimento político, tirarem ineludíveis vantagens para a causa que defendem?»²⁸.

A resposta era negativa. Não só em virtude da repressão governamental, mas também dada a perda de contacto direto com o povo, “fundamental para a obra anárquica se realizar”. A proximidade conseguida através da influência no mundo associativo e

²⁶ A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

²⁷ *Feita a Revolução em Espanha, ela não terá possibilidades de triunfo desde que Portugal continue em regime estatal-capitalista. (...) Estudada a questão da defesa, de certo que o nosso primeiro passo deve ser secundar, não importando que sacrifícios custe, o gesto dos trabalhadores espanhóis*. Extracto retirado do relatório do delegado da A.L.P. ao Pleno de Regionais da F.A.I., realizado em Madrid nos dias 31 de Julho e 1, 2 e 3 de Agosto de 1932, A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

²⁸ Carta datada de 18 de Julho de 1932, A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

comunitário era o mais importante trunfo de um movimento que, no que às suas estruturas diz respeito, revelou dificuldades para se estabilizar. Num contexto em que o acesso ao espaço público se encontrava vedado como nunca, vieram ao de cima as suas insuficiências.

No mesmo documento, fica claro que a ameaça “bolchevique” era já muito mais séria do que no passado, algo que só se agravaria com o triunfo da Frente Popular e durante os anos da Guerra Civil. Uma carta enviada pela F.A.P.E. à C.G.T. a 26 de junho de 1936 mostra até que ponto o Partido Comunista tinha conseguido superiorizar-se ao movimento anarquista na clandestinidade:

«(...) recebemos ainda uma carta dos camaradas de Angra em que eles se queixam da situação em que se encontram. Isto é: dizem que enquanto os comunistas recebem todos os meses auxílio material e todos os meses chega ali a imprensa comunista, aos nossos camaradas nada chega. Claro que isto não é mais que um desabafo e nisto não há qualquer espírito de censura para os camaradas que estão à frente da CGT. Mas atendendo a estas coisas é que nós víamos a necessidade de ver se aqui em Espanha era possível conseguir-se algo. Sobretudo conseguir alguma ajuda para os presos e para regularizar a saída da “BATALHA”. (...)»²⁹.

Mas, com o conflito a pender para o lado franquista, também os exilados percebiam que já lhes restavam poucas opções³⁰. Apesar de, a partir de Portugal, se ter tentado dar alento às forças republicanas, desde o desaire do “Soviete da Marinha Grande” que se revelava impossível mobilizar as massas em ações concertadas. Espanha iria deixando de representar a esperança numa revolução mundial e a eclosão da II Guerra Mundial parecia pôr um ponto final na ideia de que esta pudesse ser alcançada no tempo breve.

Conclusões

As relações entre anarquistas portugueses e espanhóis foram motivadas por impulsos heterogéneos, que poderiam passar por deveres de solidariedade, sentimentos iberistas, problemas internos ou esperanças depositadas no exterior. Qualquer um destes

²⁹ A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

³⁰ *De resto, acontece ainda que a maioria dos camaradas espanhóis, imensamente preocupados com a guerra que têm em casa, não se dão conta da tragédia que vai em casa do vizinho... Por todos estes motivos, entendemos que, além de tudo que nós possamos fazer aqui a favor dos nossos camaradas, é necessário fazer muito mais lá fora.* Carta da FAPE para o Comité de Relações da FARP, datada de 12 de Maio de 1938, A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

aspectos poderia ser desenvolvido em maior detalhe, mas a análise fractal tem um propósito: atestar a importância de pensar a história do movimento libertário na sua dimensão transnacional, sem ignorar as relações ambíguas mantidas com sensibilidades nacionalistas ou regionalistas. Não se trata apenas de comparar os contextos próprios de cada um dos lados da fronteira, mas antes de perceber como estes se mesclam à revelia de linhas imaginárias, incapazes de impedir o fluxo das ideias. Nesse sentido, este artigo procurou deixar claro que o anarquismo manteve efetivamente uma orientação iberista e que esta não era vista como contraditória ante os valores internacionalistas do movimento. De resto, os laços entre Portugal e Espanha são apenas dos mais óbvios. Seria igualmente relevante refletir, de forma mais detalhada, sobre os contactos que se estabeleciam com o resto da Europa (nomeadamente com aquela que poderia ter integrado uma eventual Confederação Latina) ou com as Américas (nomeadamente com Brasil, Argentina e E.U.A.), tendo em vista a realização de um projeto libertários iberoamericanista.

Além disso, urge aprofundar o tema da militância sem fronteiras, analisando a forma como esta evidencia o desrespeito pelas fronteiras dos Estados e a pertença simultânea a diferentes espaços sensíveis (os espaços da prática, os espaços ideais e os espaços institucionais). Nesse domínio, a leitura de memórias e de correspondência privada de alguns militantes permite ter acesso a discursos ocultos, ausentes dos organismos oficiais com os quais contrastam, por vezes, dramaticamente.

Em suma, se para os anarquistas dos anos vinte e trinta era imperativo que se deixasse de levar a sério a fronteira, para aqueles que se propõem a estudar o movimento o mesmo se aplica.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Bibliografia:

Espólios:

Espólio Germinal de Sousa (B.N.P. – Arquivo Histórico-Social)

Espólio da F.A.R.P. – F.A.I. (B.N.P. – Arquivo Histórico-Social)

Fontes periódicas:

A Batalha

A Comuna

Germinal

O Anarquista

O Protesto

Rebelião

Solidaridad Obrera

Tierra y Libertad

Estudos:

ABELLÓ GÜELL, Teresa (1997), *El movimiento obrero en España, siglos XIX y XX*, Barcelona, Hipòtesi.

ALVARÉZ JUNCO, José (1986), “El anarquismo en la España Contemporánea”, *Anales de Historia Contemporánea*, nº 5, pp. 189-200.

CHRISTIE, Stuart (2002), *We, the Anarchists! A Study of the Iberian Anarchist Federation*, Edinburgh, AK Press.

DÍAZ DEL MORAL, Juan (1995), *Historia de las agitaciones campesinas andaluzas*, Madrid, Alianza Editorial.

FARINHA, Luís (1998), *O Revirvalho – revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Estampa.

FONSECA, Carlos da (1988), *Para uma Análise do Movimento Libertário e da sua História*, Lisboa, Antígona.

FORMAN, Michael (1998), *Nationalism and the International Labor Movement – the idea of nation in socialist and anarchist theory*, Pennsylvania, Pennsylvania State University Press.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

FREIRE, João (1992), *Anarquistas e Operários – ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento.

FREIRE, João (2007), “Sobre o Anarquismo Português e a Guerra de Espanha”, in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 197-207.

FREIRE, João (2017), “O pensamento anarquista (e algumas das suas práticas) e o iberismo” in Sérgio Campos Matos e Luís Bigotte Chorão (coord.), *Península Ibérica – Nações e Transnacionalidade entre dois séculos (XIX-XX)*, Famalicão, Húmus, pp. 191-208.

GARNER, Jason (2003), “Creating unity or division? The origins of the Federación Anarquista Ibérica”, *Journal of Contemporary History*, nº6, August, pp. 1-14.

GARNER, Jason (2016), *Goals and Means: Anarchism, Syndicalism, and Internationalism in the origins of the Federación Anarquista Ibérica*, Edinburgh, AK Press.

GÓMEZ CASAS, Juan (1986), *Anarchist Organization – The History of the F.A.I.*, Montréal, Black Rose Books.

LEVY, Carl (2004), “Anarchism, Internationalism and Nationalism in Europe, 1860-1939”, *Australian Journal of Politics and History*, vol. 50, nº 3, pp. 330-342.

MAITRON, Jean (1981), *Ravachol e os Anarquistas*, Lisboa, Antígona.

MATOS, Sérgio Campos (2017), *Iberismos – nação e transnação, Portugal e Espanha c. 1807 – c. 1931*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

MARQUES, Fernando Pereira (2007), “A Questão Ibérica em Antero de Quental”, *RES-PUBLICA*, nº 5/6, pp. 73-80.

MARTÍNEZ-GIL, Víctor (1997), “A Ideia Iberista na Geração do «Orpheu»” in *Il Portogallo e i Mari: un incontro tra culture*, Napoli, Istituto Universitario Orientale.

ROCAMORA, José Antonio (1990), *El Nacionalismo Iberista (1808-1936)*, Alicante, Universidad de Alicante.

ROCAMORA, José Antonio (1994), *El Nacionalismo ibérico (1792-1936)*, Valladolid, Universidad de Valladolid.

ROCKER, Rudolf (1998), *Anarcho-syndicalism*, London, Pluto Press.

RODRIGUES, Edgar (2007), “Os motivos que originaram a história da F.A.I.”, *verve*, nº12, pp. 157-168.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

SOUSA, Manuel Joaquim de (1931), *Sindicalismo em Portugal – esboço histórico*, Lisboa, Comissão Escola e Propaganda do Sindicato do Pessoal de Câmaras da Marinha Mercante Portuguesa.

SOUSA, Manuel Joaquim de (1976), *O sindicalismo em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

SOUSA, Manuel Joaquim de (1989), *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*, Lisboa, Antígona.

TEODORO, José Miguel de Jesus (2013), *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Tese de Doutoramento em «História Contemporânea», Lisboa, Universidade de Lisboa.

TERMES, Josep (1977), *Anarquismo y sindicalismo en España – La Primera Internacional (1864-1881)*, Barcelona, Editorial Crítica.

THORPE, Wayne (1989), “The Workers Themselves” – *Revolucionary Syndicalism and Internacional Labour 1913-1923*, Amsterdam, International Institute of Social History.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4*

Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta

Socialismos europeus aprendendo uns com os outros. O PSOE analisa o SFIO sobre a participação do governo, nos anos trinta

European socialisms learning from each other. The PSOE looks at the SFIO about government participation during the thirties

Les socialismes européens apprendre les uns des autres. Le PSOE examine le SFIO sur la participation du gouvernement au cours des années trente

Sergio Valero Gómez¹
Universitat de València
sergio.valero@uv.es

Aurelio Martí Bataller
Universitat de València
aurelio.marti@uv.es

Resumo: Na Europa entre as guerras, durante os anos trinta do século XX, o Partido Socialista dos Trabalhadores Espanhóis (PSOE) tornou-se num dos socialismos europeus com maior experiência de governo. Perante as ideias do excepcionalismo que muitas vezes articularam seu estudo, este artigo coloca-se nesse mesmo contexto, analisando a receção e interpretação do comportamento do partido homólogo francês. Com isso, verifica-se a semelhança de problemas e propostas, principalmente em torno de uma questão crucial do período: a participação fundamental do governo, assim como no desenvolvimento de divisões internas e na política de pactos com forças à sua direita e esquerda.

Palavras-chave: PSOE, SFIO, reformismo, radicalização.

Summary: During the thirties of the 20th century, in the interwar Europe, the Spanish Socialist Workers Party (PSOE) became one of the European socialisms with the greatest experience of government. Faced with the ideas of exceptionalism that have often articulated his study, this article is within this context through the analysis of the reception and interpretation of the behaviour of the French counterpart. With this comparison, the similarity of problems and proposals proved, mainly around a crucial issue of the period: government participation, as a key tool as well as the development of internal divisions and the policy of pacts with forces to its right and left.

Keywords: PSOE, SFIO, reformism, radicalisation.

Résumé : Dans l'Europe de l'entre-deux-guerres, au cours des années trente du XXe siècle, le Parti Socialiste Ouvrier Espagnol (PSOE) est devenu l'un des socialismes européens avec la plus grande expérience de gouvernement. Face aux idées sur son comportement d'exception, cet article se place dans ce contexte par l'analyse de l'accueil et de l'interprétation qu'il a faite du comportement de son homologue français. Avec cela, la similitude des problèmes et des propositions est vérifiée, principalement autour d'une question cruciale de ce moment, la participation du gouvernement, clé, en outre, dans le développement des divisions internes et la politique de pactes avec des forces à sa droite et à sa gauche.

¹ Los autores forman parte del Grupo de Investigación de Excelencia PROMETEO de la Conselleria d'Educació de la Generalitat Valenciana, GEHTID (*Grupo de Estudios Históricos sobre las Transiciones y la Democracia*, GVPROMETEO/2016/108), y del Grupo de Investigación GIUV2013-060, de la Universitat de València (España).

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4*

Mots-clé: PSOE, SFIO, réformisme, radicalisation.

Resumen: En la Europa de entreguerras, durante los años treinta del siglo XX, el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) devino uno de los socialismos europeos con mayor experiencia de gobierno. Frente a las ideas de excepcionalidad que han articulado a menudo su estudio, este artículo lo sitúa dentro de dicho contexto a través del análisis de la recepción e interpretación que hizo del comportamiento de su homólogo francés. Con ello, se comprueba la similitud de problemáticas y propuestas, principalmente en torno a una cuestión crucial del período: la participación gubernamental, clave, además, en el desarrollo de divisiones internas y la política de pactos con fuerzas a su derecha e izquierda.

Palabras clave: PSOE, SFIO, reformismo, radicalización.

En la Europa de entreguerras, el posicionamiento del movimiento socialista fue clave para el establecimiento y evolución de los nuevos sistemas liberal-democráticos y su compromiso con la consecución del bienestar social. En general y como en tiempos anteriores, los partidos socialistas tuvieron que afrontar la tensión entre doctrina y práctica, marcada por la postura no participativa en gobiernos nacionales dentro de *sistemas burgueses*, mientras se atesoraba una potencia política traducida en amplios apoyos electorales. Además, en el marco de la escisión comunista y del ascenso fascista, el nuevo contexto implicaba lidiar con competidores –doctrinalmente más semejantes que otros rivales habituales dentro del obrerismo– que pretendían arrebatarle la hegemonía en la movilización obrera, así como el riesgo de una creciente reacción política antiliberal, que amenazaba con la implantación de innovadores sistemas de eliminación de libertades básicas y represión masiva del adversario político.

El amplio apoyo electoral conseguido por el socialismo europeo tras la Gran Guerra provocó el comienzo de un nuevo camino, rechazado hasta ese momento: la participación gubernamental. La gran mayoría de las formaciones socialistas –sobre todo aquellas que no fueron rápidamente víctimas de regímenes autoritarios/totalitarios, como en Italia o Portugal (Sabbattucci *et al.*, 1992; Mónica, 1985)– se vio implicada en tareas de gobierno. Ahora bien, con la salvedad de los países escandinavos, donde el socialismo pudo sostenerse en el poder y combatir los efectos de la crisis económica, incluso mediante acuerdos con sectores políticos conservadores y empresariales (Sasoon, 2001), los socialistas europeos se vieron frustrados en sus proyectos de transformación socioeconómica.

Además, resultado de ello y de las citadas tensiones del período, las escisiones y rupturas internas se convirtieron en norma: los socialismos alemán y austríaco perdieron rápidamente el control de los sistemas republicano-democráticos que ayudaron a

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

implantar tras la guerra (Souto, 2003; Sassoon, 2001); el laborismo británico accedió al poder en los años veinte, pero, en el marco de la crisis económica, su cabeza visible en esta tarea, Ramsay MacDonald, fue expulsado y el laborismo permaneció en la oposición; y en Francia el Partido Socialista se vio marcado por la recurrente cuestión de la participación y las sucesivas y consiguientes escisiones hacia derecha e izquierda, no frenadas tampoco tras la formación del Frente Popular y la asunción del gobierno (Chambarlhac *et al.*, 2005). El socialismo en su conjunto se vio afectado, como se pudo comprobar con las defecciones dentro de la Internacional Obrera Socialista y la voluntad de convergencia expresada por las tendencias que se intitulaban revolucionarias socialistas (Dreyfus, 1991).

En este escenario, el socialismo español adquirió una gran importancia en la década de 1930. Después de la victoria electoral del 12 de abril de 1931 de la coalición republicano-socialista y de la proclamación de la Segunda República, el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) se integró en el nuevo Gobierno formado tras el 14 de abril y fue el partido más votado en la convocatoria a Cortes Constituyentes. Por ello, devino un eje fundamental del proyecto reformista republicano tanto desde el Ejecutivo –al que aportó tres ministros– como desde las Cortes –donde era la minoría mayoritaria, ejerció la presidencia y dominó la Comisión Constitucional– y los ámbitos municipal y provincial, donde gozó de una amplia representación en ayuntamientos y diputaciones. Aunque a finales de 1933 abandonó el gobierno y no volvió a él hasta la Guerra Civil, el socialista continuó siendo el principal partido de la izquierda –obrero o no–, a pesar incluso de sus conflictos internos.

El estudio del comportamiento, de las estrategias y actuaciones del PSOE durante este período –muchas veces olvidado en los estudios generales sobre el socialismo del continente (Eley, 2003)– constituye una clave importante de la historia del socialismo europeo y del período de entreguerras en general. De hecho, los estudios sobre socialismos europeos han tendido en ocasiones a abundar en la yuxtaposición de experiencias durante los años veinte y treinta, sin atender a las dinámicas comunes transnacionales que compartieron dichos socialismos y que, aunque se concretaban en contextos diferentes, partían de posicionamientos comunes que generaron respuestas similares y comparables, sobre la base de una mirada recíproca, heredera de las relaciones existentes antes de la Primera Guerra Mundial en el marco de la Segunda Internacional.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4*

En este sentido, el objetivo del artículo es profundizar en dicha perspectiva a través del estudio de la recepción, interpretación y comparación que el propio PSOE hizo de las actuaciones y posiciones del socialismo francés en torno a la participación gubernamental, sus objetivos y concreciones, así como las divisiones y tensiones internas que ello generó en ambas formaciones. Para ello, se realiza un análisis cualitativo del diario oficial del PSOE durante la Segunda República (1931-1936), *El Socialista*. El contrapunto que ofrece la *Section Française de l'Internationale Ouvrière* (SFIO), además, no resulta baladí, pues en sus fuentes había encontrado inspiración y legitimidad el socialismo español desde sus primeros tiempos (Ralle, 2011: 51-71; Juliá, 1997: 15-49; Pérez Ledesma, 1987: 168-186) y llegará a ser el otro ejemplo europeo de Frente Popular exitoso.

Asimismo, el artículo rehúye visiones excepcionalistas que frecuentemente han envuelto las miradas sobre el PSOE y han abocado a sentenciar que “los socialistas españoles eran diferentes” (Payne, 2012: 45). Frente a las interpretaciones que subrayan la cerrazón e incomodidad del socialismo español en el entorno democrático a diferencia de sus homólogos continentales (Del Rey, 2012: 218-219; Cobo, 2003: 161-167; Elorza, 2001: 59-70), es necesario encajar y observar su evolución al compás del socialismo europeo coetáneo (Preston, 1978; Vergnon, 1997; Souto, 2003: 193-220, 2010: 251-280 y 2013: 193-220), y entender, así, mucho mejor la inserción del socialismo marxista, en general, dentro de los sistemas liberal parlamentarios de tendencia democrática que proliferaron durante los primeros compases de la Europa de entreguerras (Mazower, 2001).

Un PSOE nada subalterno

Durante los años treinta, el PSOE superó la tradicional debilidad numérica en relación con sus vecinos, sobre todo tras tomar gran protagonismo desde el Gobierno de la Segunda República (Bizcarrondo, 2008: 17-24). En este sentido, y respecto al socialismo francés, queda de manifiesto al observar las cifras de afiliación y apoyo electoral de ambos partidos. La SFIO declaraba tener, en 1932, unos 137.000 afiliados (Touchard, 1977: 205), cuando el PSOE señalaba que tenía poco menos de 75.000². Puede parecer una diferencia muy significativa (un 83% más de afiliados en la SFIO que en el

² Memoria de la Secretaría para el XIII Congreso del PSOE, FPI/M-b 3182, pp. 211-213.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4*

PSOE), pero, si nos atenemos a las diferencias poblacionales, con 24 millones de habitantes en España frente a los aproximadamente 40 millones de Francia, un 66% (Bouvet, 2017)³, dicha diferencia se sitúa en un 10% más de afiliados franceses que españoles.

A ello se añade la fuerza política, particularmente en el caso de los diputados. En 1931, el socialismo francés tenía 109, mientras que el PSOE obtuvo ese mismo año, en las elecciones para Cortes Constituyentes, 116. Ello daría, a primera vista, una fuerza parlamentaria similar, pero, de nuevo, si ajustamos los términos de la comparación, la balanza se inclinaría más del lado del PSOE, pues mientras la Cámara de diputados francesa tenía poco más de 600 escaños, las Cortes republicanas tenían 473. Ahora bien, cuando lleguemos al final del período, en 1936, las fuerzas se habrán invertido: dentro de los respectivos frentes populares, el PSOE tenía 87 diputados frente a los 146 de la SFIO (Álvarez Tardío, *et al.*, 2017; Borne *et al.*, 1989)⁴.

Por tanto, la posición del socialismo español no era disonante respecto a su vecino del norte y, de hecho, en algunos términos, se encontraba en una posición de mayor fuerza y posibilidad de influencia. Por ello, el PSOE no mostraba complejos respecto a la SFIO y la República francesa, donde, incluso, se llegaban a apreciar derivas indeseadas para la española:

«No se nos venga, pues, con el ejemplo, a todas luces anacrónico, de Francia. (...). Se nos presentó a Francia, uno y otro día, como paradigma. (...). Y el ejemplo de Francia, que tiene muy poco que ver, en su estructura política y en su psicología, con España, no logró, por fortuna, que los diputados de la mayoría perdieran la cabeza»⁵.

Colaborar y/o participar, ¿o no? He ahí la cuestión

La colaboración con los gobiernos *burgueses*, e incluso la participación en ellos, fue una de las preocupaciones del socialismo posterior a la Primera Guerra Mundial. La necesidad de la participación política en los sistemas parlamentarios –incluso luchando por la aprobación y aplicación efectiva del sufragio universal– fue asumida desde las décadas finales del siglo XIX, en el marco de la Segunda Internacional. Ahora bien, la

³ Para la población española, Censo de 1930, www.ine.es.

⁴ Los candidatos socialistas dentro de las listas del Frente Popular español fueron menos de los que debían ser en función de su fuerza política porque, en el pacto establecido con los republicanos, la inclusión de candidatos comunistas se debía hacer a costa de una menor presencia de socialistas (Juliá, 1979).

⁵ “Ha vencido el Senado”, *El Socialista*, 19-2-1932.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

integración socialista en gobiernos dentro del sistema liberal capitalista fue constantemente rechazada –véase la repercusión del caso de Alexandre Millerand.

Sin embargo, la participación de los partidos socialistas europeos en los gobiernos de unidad nacional durante la Gran Guerra, y las transformaciones políticas que le siguieron, supusieron la rebaja de aquel planteamiento y una mayor libertad de acción, coincidiendo además con el aumento de la fuerza social y electoral socialista. Las fuerzas socialistas estaban en una posición de mayor responsabilidad y proximidad a las funciones ejecutivas, por lo que el debate sobre si formar parte de coaliciones gubernamentales se reabrió. De hecho, en países derrotados como Alemania y Austria, los partidos socialistas condujeron en buena medida las transiciones hacia los nuevos regímenes democráticos, frente a las más radicales demandas del obrerismo inspirado por el bolchevismo, en consonancia con los planteamientos gradualistas de acceso al socialismo. Ya no era una posibilidad de futuro, ni en una posición secundaria, sino que los votos estaban provocando que dichas coaliciones fueran una realidad, con los socialistas, incluso, en una posición preeminente (Sassoon, 2001; Eley, 2003).

El debate también llegó a ambos lados de los Pirineos. En el caso del PSOE, dar el paso hacia la colaboración gubernamental no fue una decisión fácil ni unánime. El pacto con las formaciones republicanas que llevó a esta colaboración a partir de abril de 1931 había supuesto las dimisiones de Julián Besteiro, presidente del PSOE y de la UGT, y Andrés Saborit, secretario-tesorero del partido y vicepresidente del sindicato, en febrero de ese año. Y, poco después, en el Congreso extraordinario de julio de 1931, la cuestión resurgió en torno a dos posturas diferentes en los matices: mientras Julián Besteiro apostaba por una colaboración limitada al período constituyente, Indalecio Prieto defendió que esta debía ir más allá. Finalmente, la postura de este último acabó contando con el apoyo de 171 delegados, en representación 10.607 militantes, mientras que la del primero fue apoyada por 140, en representación de 8.362 afiliados, lo que dejaba ver la apuesta por la participación ministerial no sin objeciones (Valero, 2015: 50-51). Por ello, desde la dirección del PSOE y su órgano de expresión se aprovechó el contexto francés para reforzar su posición favorable a la colaboración y participación gubernamental y sus razones: el desarrollo del reformismo social como punto de partida hacia la instalación de un objetivo último más ambicioso, la sociedad sin clases. De ahí que se prestara una

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4*

especial atención al reformismo social también en Francia, con varios ejes muy similares a los de España⁶.

De este modo, el valor atribuido a qué se quería conseguir y cómo era fundamental, y servía al PSOE para demostrar que el camino era convertir el programa en realidad a través del reformismo. Es el esquema del “gradualismo reformista” del PSOE (Aróstegui, 2008: 208-223)⁷, así como la idea del reformismo revolucionario propia de la cultura política del socialismo francés (Winock, 2003: 189-226). Desde esta posición, el socialismo español recurrió al ejemplo de una SFIO en la oposición para apuntalar la idea de la colaboración gubernamental. Desde su punto de vista, en España la colaboración se podía dar gracias al compromiso reformista arrancado a los socios *burgueses*, lo que no se estaría consiguiendo en Francia por el posicionamiento de ambos socios potenciales.

En este sentido, *El Socialista* recogía la oposición socialista francesa al gabinete de Pierre Laval en enero de 1932⁸. Y, meses después de su caída, el rotativo no evitaba algunas críticas al señalar cierta responsabilidad de la SFIO en la no colaboración y, sobre todo, en las consecuencias negativas que ello generaba. Según el PSOE, a pesar del triunfo electoral de las izquierdas en 1924, la política francesa había seguido derroteros reaccionarios por el abstencionismo socialista, que habría resultado en “una desviación de la política nacional hacia la derecha durante ocho años”⁹. Los gobiernos de Tardieu y Laval habrían perjudicado a la democracia francesa, gracias en parte a la rigidez antiparticipacionista confirmada por la SFIO en enero de 1930.

Ello coincidía con el diagnóstico que se hacía en ese momento desde la derecha del socialismo francés, que, tras la ruptura del *Cartel des Gauches* (1924-1926) y en el marco de la conflictiva relación socialista con las estructuras estatales republicanas (Bergounioux *et al.*, 2005), retomó la ofensiva interna a favor de la participación gubernamental. Precisamente entre sus argumentos se encontraban estas acusaciones de

⁶ “Una República burguesa y militarista, ¡no!”, *El Socialista*, 7-7-1931; “Congreso extraordinario del Partido Socialista Francés”, *El Socialista*, 9-2-1932.

⁷ Santos Juliá definió, además, la actitud del socialismo español hacia la Segunda República como la “estación de tránsito” hacia el socialismo. De este modo, quedaba claro que la colaboración y el reformismo eran los lugares de paso imprescindibles si se quería llegar a la estación término: una sociedad socialista (Juliá, 1997).

⁸ “De Francia”, *El Socialista*, 20-1-1932.

⁹ “Las elecciones francesas”, *El Socialista*, 16-4-1932.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

dogmatismo perjudicial para Francia y la clase obrera. Frente a ello, la dirección y la izquierda del partido cerraban toda tentativa colaboracionista con un doble argumento: la falta de mayoría izquierdista en la Cámara salida de 1928 y la defensa del uso de la presión desde la oposición como forma de mejorar la condición de los trabajadores (Hohl, 2004: 73-76).

Ahora bien, desde el PSOE se indicaba que la tendencia comenzaba a corregirse gracias a Léon Blum, quien mantenía un criterio más abierto al acuerdo con los radical-socialistas, lo que implicaba que “la política francesa entraría entonces en una nueva fase que beneficiaría grandemente a la democracia europea”¹⁰. *El Socialista* aludía a discursos como el pronunciado por Blum en Narbona, donde insistía en la distinción entre conquista y ejercicio del poder y no cerraba la puerta a un acuerdo, siempre que se acordaran medidas sociales y políticas concretas¹¹. Quedaba claro, pues, que la colaboración era una apuesta del PSOE que se proyectaba con su ejemplo y otros contraejemplos hacia adentro y hacia afuera.

En ese contexto, las elecciones francesas de mayo de 1932 dieron una clara mayoría a la izquierda, por lo que SFIO y radical-socialistas tuvieron en su mano la posibilidad de llegar a colaborar. Como recogía *El Socialista*, esto dependería de la aceptación por parte de Édouard Herriot de algunas condiciones. El PSOE deseaba que llegara a suceder la misma situación que en España: el cumplimiento, aunque “con grandes esfuerzos y no muy rápidamente”, de un programa mínimo, requisito de la participación socialista¹². Sin embargo, poco después se apuntaba la escasa predisposición radical, al plantear a los socialistas un programa “vago”, “reducido” y, por ello, inaceptable. Mientras, según los españoles, entre los socialistas franceses ganaban fuerza las tendencias favorables al entendimiento con los radicales, siempre que se pactaran claramente unas medidas¹³.

¹⁰ “Las elecciones francesas”, *El Socialista*, 16-4-1932.

¹¹ “Le discours de Léon Blum à Narbonne”, *Le Populaire*, 11-4-1932. Desde la década anterior Blum diferenciaba entre el ejercicio del poder, que podría llegar como resultado forzoso de la acción parlamentaria y que no podría ir más allá de la consecución de reformas por la vía legal, y la conquista del poder, que podría darse por la vía extralegal y debía comportar transformaciones revolucionarias; se reproduce esta distinción en Chambarlhac *et al.*, 2005: 67-70.

¹² “Situación de los socialistas en Francia”, *El Socialista*, 16-5-1932.

¹³ “Lo que ofrecen los radicales a los socialistas”, *El Socialista*, 26-5-1932.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

El XXIX Congreso de la SFIO debatió la posibilidad y los términos de la colaboración con la formación radical. El acuerdo exigía el cumplimiento de una serie de puntos, agrupados en lo que se conoció como *Cahiers Huyghens*. *El Socialista* explicaba que era tan segura la propuesta socialista como la negativa que rápidamente llegó de parte del Partido Radical-Socialista. Los “poco predispuestos a la colaboración” socialistas franceses necesitaban de un compromiso formal del radicalismo, pues, como se tomaba de Blum, “si los socialistas entran en el Gobierno es preciso que sea para hacer algo”; igualmente, el éxito de la propuesta socialista residía en demostrar que Herriot se negaba a la colaboración¹⁴. Entre las medidas exigidas para la colaboración destacaban: “Reducción en masa de los armamentos; Nacionalización de todas las industrias de guerra; Organización de una red única nacional de ferrocarriles; Monopolio de los seguros; Semana de cuarenta horas; Amnistía general para los delitos de carácter político”. Muchas de ellas suponían, dentro de la SFIO, un motivo de incomodidad para la derecha y su rechazo fue visto por la izquierda como la prueba de la imposible colaboración con la *burguesía* (Kergoat, 1997: 30; Berstein *et al.*, 2009: 95-96).

A pesar de todo, la SFIO decidió apoyar parlamentariamente la existencia de un Gobierno dirigido por Herriot sobre la siguiente base, según las explicaciones que se daban desde España:

«La función del socialismo francés en este momento tiene que consistir en el apoyo a un Gobierno que sin la asistencia socialista parecería o se convertiría automáticamente en Gobierno de derechas. (...). Apoyando a Herriot, contra las presunciones de la reacción francesa, los socialistas impedirán que se dé el caso, tan frecuente en Francia, de que un triunfo electoral de izquierda se traduzca, durante años y años, en Gobiernos de derecha»¹⁵.

En efecto, Blum justificó el sostenimiento al gobierno como un acto de fidelidad al sufragio popular que habría dado la espalda a la derecha. Mientras el gobierno fuera fiel a dicha voluntad de cambio, el socialismo daría apoyo a Herriot¹⁶.

En líneas generales, como se puede apreciar hasta aquí, el socialismo español buscaba en Francia un argumento de autoridad para justificar su posición de colaboración

¹⁴ “El Congreso Socialista Francés”, *El Socialista*, 1-6-1932.

¹⁵ “Por qué apoyan los socialistas a Herriot”, *El Socialista*, 9-6-1932.

¹⁶ “Contre M. Tardieu qui se livra à une violente et perfide attaque, le gouvernement l’a emporté par 390 voix contre 152”, *Le Populaire*, 8-6-1932.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4*

con las fuerzas políticas republicanas de izquierda sobre la base de un programa reformista ambicioso. La situación en ambas repúblicas podía ser distinta, como también podía parecerlo a primera vista la de los socialismos. No obstante, la diversidad práctica era explicable. En el caso francés los socialistas no conseguían arrancar “la menor ventaja de carácter social para la clase obrera”, a diferencia de lo que venía ocurriendo en España, por lo que una política de participación “desdibujaría su característica de clase”; además, de nuevo de forma contrapuesta a las relaciones PSOE-UGT, “el Partido Socialista no puede vanagloriarse de dirigir o inspirar a la Confederación General del Trabajo”¹⁷. Así pues, el PSOE encontraba plenamente justificada su participación, como también la postura contraria por parte de la SFIO, que vio, además, cómo, a finales de 1932, tras la salida de Herriot, ni Paul Boncour ni Édouard Daladier aceptaron el mismo programa de reformas¹⁸.

Todo ello no dejó de tener consecuencias en el Partido Socialista francés. De hecho, además de las divisiones y conflictos que iremos viendo, en paralelo a lo que iba sucediendo en España aunque en una coyuntura diferente, a finales de 1933, aquel dio un paso adelante para reclamar “su candidatura al Poder”, es decir, ser protagonista de los cambios políticos y sociales sin esperar a que un grupo *burgués* u otro decidiera tomar parte de su programa a cambio del voto de sus diputados¹⁹. De hecho, poco antes de la movilización ultraderechista del 6 de febrero de 1934, se proclamaba “el más indicado para reunir alrededor de él a todos los trabajadores y a todos los hombres que no quieren que se pierdan las libertades públicas”, por lo que reiteraba su petición del poder “para ejercerlo con aquellos que estén resueltos a salvar la República” de la degeneración política y la corrupción²⁰. En todo caso, todavía no se pasaba de la gestualidad, pues la SFIO, finalmente, se abstuvo en la votación de los proyectos financieros gubernamentales en diciembre de 1933 para “no originar una crisis ministerial que podría tener graves consecuencias”, y mantener unido su grupo parlamentario²¹.

¹⁷ “La situación de los socialistas franceses”, *El Socialista*, 11-2-1933.

¹⁸ “El Grupo parlamentario socialista ha resuelto no apoyar al Gobierno”, *El Socialista*, 14-12-1932.

¹⁹ “La crisis ministerial en Francia”, *El Socialista*, 25-11-1933. El programa del propuesto gobierno socialista, bajo la firma del secretario Paul Faure, en “Nous réclamons le pouvoir” *Le Populaire*, 25-11-1933 y “Le Parti Socialiste SFIO aux travailleurs de France”, *Le Populaire*, 5-12-1933.

²⁰ “Política francesa”, *El Socialista*, 1-2-1934. El manifiesto del Grupo Parlamentario Socialista en “L’appel des élus du Parti”, *Le Populaire*, 1-2-1934.

²¹ “La política francesa”, *El Socialista*, 8-12-1933.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

En este caso, la confluencia con los procesos españoles es llamativa, pues coincide con los momentos en los que el PSOE rompió amarras con sus socios republicanos de izquierda, se celebraron los cruciales comités nacionales de otoño de 1933, en los que el socialismo español remarcó su posición unilateral y su decisión de afrontar una acción política de defensa del reformismo y del camino hacia el socialismo –aunque ello implicara apostar por posiciones que fueran más allá de las formas democráticas utilizadas hasta ese momento–, y comenzó el viraje hacia las formaciones obreristas con una intencionalidad calcada a la que se imputaba en el caso francés: salvar la República de las formaciones políticas en el gobierno desde noviembre de 1933.

Entonces se produjeron los hechos de febrero y la revolución de octubre de 1934 en Francia y España, respectivamente. Ambas cuestiones cambiaron el ritmo político de forma progresiva, con el acercamiento obrerista y la formación del Frente Popular a ambos lados de los Pirineos. Pero también ello implicó el aumento de las tensiones internas. En el caso del socialismo español, durante 1935, se fue abriendo una profunda fractura entre dos tendencias en función de la lectura que hicieron de su experiencia en los años precedentes: de una parte, los partidarios de volver a la situación del bienio 1931-1933, a saber, el pacto con los republicanos de izquierda y la puesta en marcha del reformismo, encabezados por Indalecio Prieto (prietistas); y, de otra parte, aquellos que, con Francisco Largo Caballero al frente (caballeristas), entendían que aquella fórmula había fracasado y, por tanto, se debían abrir vías más ambiciosas para llegar a la sociedad sin clases, de la mano de las fuerzas obreristas, aunque también con pactos con los republicanos, siempre que no implicara situarse en un plano secundario (Juliá, 1977).

En ese nuevo escenario político, *El Socialista*, bajo control de la dirección prietista del PSOE, remarcaba la vocación del socialismo francés por “aceptar toda clase de responsabilidades”, siempre que se hiciera efectivo un programa gubernamental pactado, dejando en un plano secundario la composición del gobierno²². Por eso mismo la SFIO habría decidido apoyar al nuevo ejecutivo de Albert Sarraut a finales de enero de 1936, “aunque no se tratase de un Gobierno del Frente Popular”²³, pacto existente desde el año anterior.

²² “Ha caído el Gabinete Laval”, *El Socialista*, 23-1-1936.

²³ “Acuerdo unánime en el Gobierno francés”, *El Socialista*, 28-1-1936; “El Gobierno Sarraut se presenta ante el Parlamento”, *El Socialista*, 31-1-1936. Ahora bien, no se omitía que la SFIO se había implicado en

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

Que el elemento de fuerza era el programa fue un mensaje reiterado por *El Socialista*. Así fue cuando reseñó las declaraciones de Blum, en las que afirmaba que la SFIO deseaba “llevar su programa a la realidad”, para lo cual, si fuera necesario, cabía tomar las riendas del poder y también hacerlo en un gobierno en coalición. El Partido Socialista francés no pondría ningún problema: “Está dispuesto a formar parte de la mayoría o de un Gobierno de coalición que tenga un programa común de sentido popular”. Pero, además, se avanzaba en el sentido de convertir el programa común en el caballo de batalla electoral, de forma que, si los candidatos socialistas debían desistir en segunda vuelta, esa renuncia se haría sin dudar, pues lo importante eran las medidas a desarrollar desde el gobierno: “Guía de nuestros actos electorales y [que] estamos dispuestos a aplicar (...) en el Gobierno con los demás partidos unidos en el Frente Popular”²⁴.

Esta importancia del programa encajaba con el discurso oficial del PSOE prietista, que entendía que ese debía ser el aspecto prioritario y no quién ejercía el poder. Incluso llegó a defender un gobierno de coalición como el del bienio 1931-1933, en el que el PSOE ocupaba un lugar secundario respecto a las fuerzas republicanas. Pero se contraponía al esquema caballerista, que, además de hacer fuerza en las medidas, también lo hacía en quién debía desarrollarlas –un gobierno plenamente socialista por ser la minoría parlamentaria más numerosa– y en compañía de quién –con el apoyo parlamentario de republicanos y comunistas. Por ello, el prietismo elogiaba la prudencia de Blum, quien, como “hombre de Estado” y “militante socialista”, demandaría de las masas obreras la confianza necesaria para no hacer peligrar al Gobierno”²⁵, algo que se achacaba a los caballeristas españoles por impedir la entrada de los socialistas en el Ejecutivo o llegar incluso a reclamar la formación de un gobierno enteramente del PSOE (Juliá, 1977).

El Socialista recogía, así, varias intervenciones de Blum llamando al cumplimiento de un programa de Frente Popular, en un gobierno de dicha naturaleza. Nadie debía pensar en un gobierno y un programa puramente socialista, ni obrero²⁶. Pero,

la caída del anterior gobierno de Laval y que su apoyo a Sarraut perseguía evitar más virajes hacia la derecha y obtener una próxima convocatoria electoral.

²⁴ “Un discurso del camarada León Blum”, *El Socialista*, 22-4-1936.

²⁵ “León Blum o la cautela socialista”, *El Socialista*, 17-5-1936.

²⁶ Este mismo planteamiento lo había expuesto Francisco Largo Caballero, quien señaló que lo realizado desde el Ministerio de Trabajo que él encabezó entre 1931 y 1933 “«no era» un plan socialista; que «era»

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

como se citaba, la tarea era “extraer del régimen cuanto pueda ser aprovechado en bien de la justicia y el bienestar sociales para quienes trabajan”. Así se llegaría a “constituir la sociedad como la interpretamos nosotros”²⁷, lo que indicaba la vocación de buscar siempre un objetivo socialista. En este sentido, Blum confiaba en poder llevar a cabo el proyecto reformista del Frente Popular, pero, en caso contrario, se debía asumir el error y continuar por otra vía socialista:

«La cuestión consiste en saber si de la sociedad actual, (...), es posible extraer una cantidad de orden, bienestar, seguridad y justicia para las masas trabajadoras. Si fracasáramos en la tarea, si resistencias invencibles nos obligaran a reconocer la imposibilidad de mejorarlas, entonces sería yo el primero en decirlo: era una quimera, un vano sueño. Sería también el primero en decirlo las consecuencias que hay que sacar»²⁸.

La disyuntiva era aquella, y, con ello, saber si del fracasado sistema capitalista se podía acceder “*paisiblement et aimablement*” hacia otro capaz de garantizar lo necesario a quienes trabajan y sufren²⁹. En ningún momento, pues, se abandonaba el horizonte socialista ya que el Frente Popular y su programa reformista no eran el fin último, tal y como señaló Paul Faure:

«Pero cuando el programa [del Frente Popular] esté aplicado (...) no por ello quedarán vencidas todas las dificultades ni estarán resueltos todos los problemas. (...) El programa del Frente Popular se realizará. Estará realizado en breve. Después será preciso hacer más y mejor»³⁰.

Era una muestra de la evolución política francesa, pero también un mensaje claro para la España de principios de 1936: el Frente Popular tenía como medio el reformismo, pero el fin era más ambicioso. Mostraba a las claras cuál era la situación interna del PSOE, donde las divisiones entre prietistas y caballeristas se fueron enquistando cada vez más

obra de un socialista, pero no «obra socialista» (Ministerio de Trabajo y Previsión Social, s.a., cit. por Aróstegui, 2008: 220).

²⁷ En “Paul Rivet, Léon Blum, Paul Faure, Camille Planche, Weil Curiel et Marceau Pivert ont harangué la foule qui stationnait avenue Wagram”, *Le Populaire*, 16-5-1936, la frase original fue: “préparer l’avènement de notre société à nous”.

²⁸ “La política francesa”, *El Socialista*, 2-6-1936. Esta era la experiencia y el aprendizaje que el caballerismo afirmaba haber tenido ya durante el bienio 1931-1933, al que los prietistas se empeñaban en volver con su fórmula de pacto y gobierno con los republicanos.

²⁹ “Au XXXIII Congrès du Parti Socialiste”, *Le Populaire*, 1-6-1936.

³⁰ “El programa del Frente Popular”, *El Socialista*, 18-6-1936. Declaraciones recogidas también en “Une déclaration de Paul Faure ministre d’Etat”, *Le Populaire*, 18-6-1936.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

durante la primera parte de 1936, y qué mensaje se quería transmitir hacia el interior en base a las experiencias en otros lugares: fidelidad al reformismo como base para objetivos ulteriores. La dirección del PSOE intentaba combatir a sus adversarios dentro de la organización mostrando tanto a sus bases sociales como a muchos dirigentes y cuadros medios que el Frente Popular no suponía un pacto basado en la quietud y el inmovilismo, sino que tenía su *leit motiv* en recuperar un profundo reformismo social como vía hacia un cambio posterior, que llegaría, pero sin impaciencia. Eso los diferenciaba del caballerismo –las prisas por llegar al fin último– y los asemejaba a sus vecinos transpirenaicos.

Los compartidos conflictos internos en el PSOE y la SFIO

En el camino transitado durante los años treinta en torno a la participación gubernamental y la colaboración con fuerzas *burguesas*, no se avanzó sin que ello causara daños internos en las organizaciones socialistas europeas. En el caso francés, estos comenzaron dentro del grupo parlamentario, aunque tuvieran ya un recorrido anterior incluso a la Gran Guerra (Chambarlhac *et al.*, 2005 y Chamberlhac *et al.*, 2005; Bergonioux, *et al.*, 2005; Hohl, 2007: 67-79), y en el PSOE la cuestión de la colaboración estuvo coleando hasta la celebración de su XIII Congreso, en octubre de 1932, cuando los delegados aprobaron la gestión realizada, pues había significado la consecución de buena parte del “programa trazado por nuestro Congreso extraordinario”³¹.

En el marco de esta incertidumbre interna, desde el socialismo español se recogían las primeras discrepancias en la SFIO a mediados de 1931³², coincidiendo con el congreso extraordinario del PSOE de julio de ese año. Pero el enfrentamiento estalló por completo tras las citadas elecciones francesas de 1932. El hecho concreto fue la decisión de gran parte del grupo parlamentario socialista, a principios de 1933, de aceptar una posible participación en el nuevo gobierno Daladier, sin disponer del respaldo del partido. Por eso, la dirección de la SFIO recordó a los diputados “la obligación estricta de conformarse a las decisiones de los Congresos y a los principios estatutarios del Pacto de Unidad”,

³¹ *Actas del XIII Congreso del PSOE*, FPI/M-b 3402, pp. 561-563.

³² “El XXVIII Congreso del Partido Socialista Francés”, *El Socialista*, 2-6-1931.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

insistiendo en que “incluso en casos de circunstancias excepcionales, los diputados y senadores no podrán comprometer al Partido sin su asentimiento”³³.

Sin embargo, las disensiones continuaron y llevaron, incluso, a la dimisión de la dirección del grupo parlamentario: Blum, como presidente, y Vincent Auriol, como vicepresidente, forzando el congreso de Avignon, en abril de 1933³⁴, en el que las posiciones eran claras: Blum, con el apoyo de la izquierda de la SFIO y de Faure, defendió, en la línea de lo ya practicado en España desde 1931, que la participación debía estar condicionada a un programa definido y la actuación de la minoría someterse previamente al Partido³⁵. Por su parte, la postura de Pierre Renaudel y de la derecha socialista se mantuvo firme en la implicación socialista con el gobierno. La propuesta de Blum y Faure acabó obteniendo 2.677 votos frente a los 899 de la de Renaudel y Adrien Marquet³⁶, lo que suponía mantener la posibilidad de la colaboración, pero anteponer unas condiciones claras, un programa de reformas laborales, sociales y económicas, a la vez que se reforzaba el patriotismo de partido impulsado por el secretariado de la SFIO (Hohl, 2004: 77-78).

Todo ello tuvo un eco enorme en el socialismo español. Desde *El Socialista* se insistió en que la cuestión era de una importancia crucial: “¡Como que se trataba –y se trata– de una cuestión histórica trascendental, no sólo para Francia y el Socialismo francés, sino también para Europa y el Socialismo continental!”³⁷. Y encajaba en los paradigmas del PSOE, para cuyos miembros apoyar un gobierno sin ninguna contraprestación reformista no tenía sentido: “La preocupación de no romper la mayoría gubernamental no puede acarrear sacrificios inaceptables para los socialistas, ni borrar los principios fundamentales del Partido”³⁸. De hecho, remarcaban que lo aprobado en Francia en abril de 1933 se correspondía con la línea seguida por el PSOE, tanto en las condiciones para la integración en el Gobierno como en cuanto a las relaciones entre minoría y dirección organizativa.

³³ “La situación de los socialistas franceses”, *El Socialista*, 11-2-1933.

³⁴ “La política francesa”, *El Socialista*, 2-3-1933; “El Congreso socialista de Avignon”, *El Socialista*, 16-4-1933.

³⁵ “Hoy comienza en Avignon el Congreso extraordinario”, *El Socialista*, 16-4-1933.

³⁶ “El Congreso socialista francés”, *El Socialista*, 18-4-1933.

³⁷ “Del Congreso de Avignon”, *El Socialista*, 19-4-1933.

³⁸ “Socialismo francés y Socialismo español”, *El Socialista*, 20-4-1933.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

En este momento, aún lo tenía más fácil el PSOE que la SFIO, ya que las voces críticas con la participación en el Gobierno de Azaña, como el XIII Congreso del PSOE había mostrado, eran minoritarias, a pesar del digno resultado que Julián Besteiro, máximo defensor de la no participación, había obtenido en la votación para presidente de la formación³⁹. Por su parte, en el seno del socialismo francés las tensiones internas no se calmaron. Y, en efecto, se reprodujeron en el congreso de verano de 1933 en París, donde, de nuevo y como informaba *El Socialista*, ambas cuestiones –la colaboración y el papel de la minoría parlamentaria– volvieron a ser centrales⁴⁰. E incluso se añadía a todo ello una mayor influencia del contexto internacional. Mientras los favorables exponían que la colaboración era la única vía para evitar la expansión de las derechas, sus contrarios no se reprimían en afirmar que ello no había sido una solución en Alemania: “El camino de la Socialdemocracia alemana (...) con la teoría del mal menor, y de renuncia en abandono, sabemos adónde ha ido a parar”⁴¹.

En todo caso, este nuevo congreso ratificó la postura de abril y adoptó por 2.197 votos una moción en la que se desaprobaba la política de la mayoría del grupo parlamentario y se la invitaba a cumplir las decisiones de los congresos⁴². Ahora bien, lejos de reconducirse la situación, y a pesar de que se remarcará el mantenimiento de la unidad⁴³, a finales de octubre de 1933, parte de la minoría socialista apoyaba los presupuestos de Daladier y rompía de nuevo el grupo parlamentario. El denominado grupo “neosocialista” era expulsado y se consumaba la escisión⁴⁴.

Desde entonces, y hasta el 6 de febrero de 1934, en paralelo a las apuestas del PSOE por conseguir el poder, en el seno de la SFIO se debatió cómo afrontar la reacción conservadora y las posibilidades revolucionarias del socialismo. Sin embargo, llegó febrero y se inició el proceso de acercamiento político que condujo a la conformación del Frente Popular en 1935 (Vigreux, 2016). A partir de este momento, las tensiones internas se rebajaron. Las diferentes tendencias socialistas se vieron calmadas en un equilibrio inestable: los más moderados consiguieron arrastrar a los demás hacia el compromiso de

³⁹ Julián Besteiro obtuvo 14.261 sufragios frente a los 15.817 conseguidos por Francisco Largo Caballero, defensor de la fructífera colaboración gubernamental. Toda una dulce derrota (Juliá, 1997: 201).

⁴⁰ “Ante el congreso de los socialistas franceses”, *El Socialista*, 22-6-1933.

⁴¹ “El Congreso del Partido Socialista Francés”, *El Socialista*, 14-7-1933.

⁴² “El Congreso Socialista Francés”, *El Socialista*, 18-7-1933.

⁴³ “No hay escisión entre los socialistas franceses”, *El Socialista*, 12-9-1933.

⁴⁴ “Los socialistas franceses”, *El Socialista*, 1-11-1933.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

la participación gubernamental con la izquierda burguesa; los más radicales, el pacto con los comunistas y la promesa de un avance imparable hacia el objetivo último; y aquellos que se situaban entre unos y otros, una participación gubernamental liderada por la SFIO en la que primaba el ejercicio del poder y la aplicación de un ambicioso reformismo.

El caso francés no sólo sirvió al PSOE como ejemplo de pacto político y de vía de implementación reformista, sino que también fue útil en los conflictos internos exacerbados tras octubre de 1934 y mantenidos a pesar de la conformación del Frente Popular, con particularidades respecto al francés: mientras el socialismo galo nunca dudó en la inclusión del comunismo, incluso en el futuro gobierno que pudiera formarse, en el caso hispano su inclusión se vio forzada por las presiones de los caballeristas, que lograron vencer las resistencias del prietismo, más alineados con las reticencias de los republicanos; y del mismo modo, este último caso nació como una coalición electoral que daría lugar a un gobierno únicamente republicano con apoyo parlamentario obrerista – tanto socialista como comunista–, mientras que el caso francés nació con la voluntad de que se formara un gobierno plural en representación de las fuerzas coaligadas (Martín Ramos, 2015; Vigreux, 2016).

En este contexto, en el que el socialismo español, a diferencia de su vecino francés, aparecía dividido y condicionaba la evolución del triunfante Frente Popular, desde el órgano de la dirección socialista española, se resaltaba cómo la SFIO aparecía como un partido calmado, en el que, con diferencias, todos apoyaban el objetivo prioritario de llevar adelante la tarea reformista. Por eso, *El Socialista* insistía en que, en el caso español, había “alborotadores del Frente Popular” que en lugar de apoyo ofrecían disconformidad y “aspiran a edificar sobre la base de la indisciplina y la discordia socialistas”. Mientras, no se escondían en señalar que “en la República vecina el Frente Popular cuenta con el potente sentimiento de responsabilidad de los socialistas”, unos socialistas unidos en el esfuerzo que representaba su presidente, Léon Blum, y sólo enfrentados a aquellos que no colaboraban con las tareas de la coalición. De hecho, señalaban cómo Blum había alabado la docilidad de la SFIO en el proceso de formación de gobierno:

«El Partido ha aceptado el mandato y confía a sus delegados el cuidado de realizarle; pero debe continuar su función propia. El Partido aprovechará la acción gubernamental; pero para ello es necesario que la solidaridad entre el Partido y el

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

Gobierno sea total. Estoy resuelto a afrontarlo todo menos la falta de inteligencia con el Partido».

No era esa la experiencia española, por supuesto, y, por eso se concluía: “Y es esa falta de inteligencia, precisamente, la que se empieza a sentir en España... sin participar siquiera del Poder”⁴⁵. Por tanto, Francia servía para intentar ganar posiciones en el conflicto interno: los socialistas españoles debían aprender que la disciplina era el mejor camino para una labor gubernativa fructífera. Todo ello ocultaba la existencia de importantes diferencias en la concepción del Frente Popular, con una izquierda de la SFIO que apostaba por dar un cariz marcadamente socialista al gobierno y a sus medidas – aunque por el momento la mayoría de estas tendencias aceptaran las posturas de Blum (Kergoat, 1994; Joubert, 1977; Hohl, 2004: 141 y ss).

Lo curioso del ejemplo es que el prietismo estaba utilizando a Blum y a la SFIO, más cercanos a los paradigmas caballeristas que a los propios: ejercicio de la presidencia del gobierno por tener la minoría parlamentaria más numerosa; aplicación de un reformismo económico, social y laboral ambicioso, que podía, incluso, cuestionar la propiedad privada, como se demostró en la intervención pública sobre el Banco de Francia o las industrias de armamento; disposición a pactar estrechamente con el Partido Comunista, incluso de forma más intensa que con los partidos de la izquierda burguesa. En este caso, además, no se puede pasar por alto la mayor radicalidad del conjunto de la SFIO en la negociación del programa del Frente Popular, que tuvo que sucumbir frente a la moderación comunista y radical, lo que provocó decepciones entre sus tendencias más izquierdistas (Delperrié de Bayac, 1972; Berstein, 1988: 110-113; Kergoat, 2006; Vigreux, 2016).

Por tanto, el prietismo se apoyaba en esquemas más parecidos a los de sus rivales para desacreditar la lucha interna que estos protagonizaban desde la dimisión de Largo Caballero como presidente del PSOE en diciembre de 1935, de forma que resulta llamativo que el PSOE prietista insistiera en mostrar las bondades de tácticas socialistas que sólo en los resultados se parecían a las propias, pues no en las formas ni los medios para conseguirlos. El único parecido entre la dirección del PSOE y la SFIO en ese momento era que, desde ambos lados, se solicitaba lealtad y disciplina hacia la dirección respectiva. Pero eso no importaba. Lo prioritario era rebajar el conflicto interno en el

⁴⁵ Todas las citas en “Frente al ejemplo de Francia”, *El Socialista*, 3-6-1936.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

socialismo español y llamar a la disciplina en torno a una dirección que, en la primera parte de 1936, fue profundamente cuestionada.

Conclusiones

Tradicionalmente, el PSOE ha sido interpretado en términos subalternos respecto a sus homólogos europeos, e incluso como un caso excepcional, si nos situamos en el período de entreguerras y particularmente durante la Segunda República. Ahora bien, el planteamiento aquí propuesto responde a la voluntad de comprender los socialismos europeos de una forma más horizontal y relacional, a través de los casos de Francia y España. En ambos lugares, se observa una similitud en las problemáticas y en las soluciones adoptadas por sus socialismos en relación con la participación gubernamental, los pactos con diferentes fuerzas políticas y los conflictos internos que todo ello provocó. De este modo, poniendo el foco en el socialismo español y en la mirada que lanzó hacia su homólogo francés, se puede observar cómo los socialismos nacionales nunca dejaron de mantener unas relaciones fluidas, heredadas de las mantenidas en el seno de la Segunda Internacional, a la vez que se comprueba cómo el caso español puede en buena parte alumbrar muchas de las contradicciones y tensiones vividas por el socialismo europeo de entreguerras.

Sin duda, se trata de un camino que se debe explorar con mayor profundidad. Sin embargo, se puede afirmar la similitud de estrategias políticas defendidas. Por una parte, el reformismo revolucionario de la SFIO y el gradualismo reformista del PSOE participaban de unos planteamientos similares. Por ello, durante el primer bienio republicano español, *El Socialista* trató de reforzar mediante el ejemplo de la SFIO, y su reiterada negativa a la participación, su estrategia de impulso reformista, precisamente mediante la colaboración gubernamental con el republicanismo.

Posteriormente, llegados a 1936, ambos socialismos coincidieron en considerar la congregación frentepopulista como un paso temporal necesario hacia la meta socialista. En ambos casos había un elemento que llamaba a la concertación política con otros grupos: la puesta en marcha de un programa reformista que sirviera de base para avanzar en caminos ulteriores que desembocaran en el objetivo final socialista, ya fuera a una mayor o menor velocidad.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

Todo ello condujo, en los dos casos, a profundas divisiones internas. La diversidad de opiniones y el combate entre derechas e izquierdas por el control del partido y la toma de decisiones fue una constante compartida por ambos: si en el caso español, prietistas y caballeristas protagonizaron una descarnada lucha a partir de 1935, en el seno de la SFIO las defecciones y expulsiones individuales y las escisiones estuvieron a la orden del día – en 1933 se expulsaba a los *néos* por la derecha y en 1938 salieron los seguidores de Marceau Pivert por la izquierda.

En esa atmósfera, y como en los años anteriores, la dirección prietista del PSOE hizo uso del ejemplo francés para justificar su propia política, tanto de cara a la opinión pública como hacia la propia militancia. Sin embargo, en 1936, *El Socialista* parecía incurrir en una contradicción y/o hacer una interpretación parcial de la SFIO. Por una parte, en la negociación programática en torno al Frente Popular, el socialismo francés, con Blum a la cabeza, abanderó unas propuestas mucho más próximas a las del caballerismo, que toparon con las reticencias republicanas y comunistas; por otra, en la alianza frentepopulista, el pacto prioritario con el republicanismo del prietismo y su reticencia hacia el comunismo no se correspondían con la actitud de la SFIO. No se trata de una cuestión sencilla, pero, a pesar de la desconfianza de Blum y de buena parte de la dirección del partido socialista hacia una estrecha unión y fusión, el socialismo francés pactó la unidad de acción con el comunismo, formación de la que siempre se demandó la participación gubernamental y hacia la cual empujaba decididamente la izquierda de la SFIO.

Por tanto, el socialismo español no encajaría como excepcional entre sus homólogos, pues experimentó los mismos procesos y apostó por soluciones similares que otros socialismos europeos del período de entreguerras, particularmente el francés. Los aspectos concretos, lógicamente, aparecen diferenciados, pero los debates son compartidos, y muchas de las evoluciones y respuestas, coincidentes.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4*

Bibliografía:

ÁLVAREZ TARDÍO, Manuel; VILLA, Roberto (2017), *1936. Fraude y violencia en las elecciones del Frente Popular*, Barcelona, Espasa.

ARÓSTEGUI, Julio (2008), “Largo Caballero y la construcción de un «Código del Trabajo»”, en Julio Aróstegui (ed.), *La República de los trabajadores. La Segunda República y el mundo del trabajo*, Madrid, Fundación Largo Caballero, pp. 208-223.

BERGOUNIOUX, Alain; GRUNBERG, Gérard (2005), *L'ambition et le remords. Les socialistes français et le pouvoir (1905-2005)*, Paris, Fayard.

BERSTEIN, Serge (1988), *La France des années 30*, Paris, Armand Colin.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (2009), *Histoire de la France au XX siècle. II. 1930-1958*, Paris, Perrin.

BIZCARRONDO, Marta (2008), *Entre la democracia y la revolución (1931-1936)*, en Santiago Castillo (dir.), *Historia de la UGT*, vol. 3, Madrid, Siglo XXI.

BORNE, Dominique; DUBIEF, Henri (1989), *La crise des années 30. 1929-1938*, Paris, Seuil.

BOUVET, Yvonne (2017), “Evolución y perspectivas de la población francesa en las últimas décadas”, *Geograficando*, vol. 13, nº 1.

COBO, Francisco (2003), *De campesinos a electores. Modernización agraria en Andalucía, politización campesina y derechización de los pequeños propietarios y arrendatarios. El caso de la provincia de Jaén, 1931-1936*, Madrid, Biblioteca Nueva.

CHAMBARLHAC, Vincent; DURY, Maxime; HOHL, Thierry; MALOIS, Jérôme (2005), *L'Entreprise socialiste. Histoire documentaire du Parti Socialiste. Tome 1, 1905-1920*, Dijon, EUD.

CHAMBARLHAC, Vincent; DURY, Maxime; HOHL, Thierry; MALOIS, Jérôme (2005), *La Maison socialiste. Histoire documentaire du Parti Socialiste. Tome 2, 1921-1940*, Dijon, EUD.

DEL REY, Fernando (2012), “La República de los socialistas”, en Fernando del Rey (dir.), *Palabras como puños. La intransigencia política en la Segunda República española*, Madrid, Tecnos, pp. 158-225.

DELPERRIÉ DE BAYAC, Jacques (1972), *Histoire du Front Populaire*, Paris, Fayard.

DREYFUS, Michel (1991), *L'Europe des socialistes*, Bruselas, Editions Complexes.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4

ELEY, Geoff (2003): *Un mundo que ganar: historia de la izquierda en Europa, 1845-2000*, Barcelona, Crítica.

HOHL, Thierry (2004), *À Gauche! La Gauche socialiste, 1921-1947*, Dijon, EUD.

HOHL, Thierry (2007), “Divisions parlementaires socialistes au temps du cartel”, *Parlement(s). Revue d’histoire politique*, nº 7, pp. 67-79.

JOUBERT, Jean-Paul (1977), *Marceau Pivert et le pivertisme. Révolutionnaires de la SFIO*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

JULIÁ, Santos (1977), *La izquierda del PSOE: 1935-1936*, México, Siglo Veintiuno.

JULIÁ, Santos (1979), *Orígenes del Frente Popular en España (1934-1936)*, Madrid, Siglo Veintiuno.

JULIÁ, Santos (1997), *Los socialistas en la política espanyola, 1879-1982*, Madrid, Taurus.

KERGOAT, Jaques (1994), *Marceau Pivert, socialiste de gauche*, Paris, Les Éditions de l’Atelier/Éditions Ouvrières.

KERGOAT, Jacques (1997), *Histoire du parti socialiste*, Paris, La Découverte.

KERGOAT, Jacques (2006), *La France du Front Populaire*, Paris, La Découverte.

MARTÍN RAMOS, José Luis (2015), *El Frente Popular: victoria y derrota de la democracia en España*, Barcelona, Pasado y Presente.

MAZOWER, Mark (2017): *La Europa negra: desde la Gran Guerra hasta la caída del comunismo*, Valencia, Barlin, Libros.

MINISTERIO DE TRABAJO Y PREVISIÓN SOCIAL (s.a.), *Labor realizada desde la proclamación de la República hasta el 8 de septiembre de 1932*, Madrid, Imprenta de Rivadeneyra.

MÓNICA, Maria Filomena (1985), *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda-Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

PAYNE, Stanley (2012), “Una visión crítica sobre la Segunda República española”, en Manuel Álvarez Tardío y Fernando del Rey (eds.), *El laberinto republicano. La democracia española y sus enemigos*, Barcelona, RBA, pp. 31-48.

PÉREZ LEDESMA, Manuel (1987), *El obrero consciente. Dirigentes, partidos y sindicatos en la II Internacional*, Madrid, Alianza Editorial.

PRESTON, Paul (1978), *La destrucción de la democracia en España: reacción, reforma y revolución en la Segunda República*, Madrid, Turner.

Sergio Valero Gómez; Aurelio Martí Bataller - *Socialismos europeos aprendiendo entre sí. Las miradas del PSOE a la SFIO en torno a la participación gubernamental durante los años treinta*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 53-75. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a4*

RALLE, Michel (2011), “La réception du marxisme par le socialisme espagnol. Vulgarisation et continuité des cultures ouvrières anti-autoritaires”, *Cahiers d’histoire. Revue d’histoire critique*, n° 114, pp. 51-71.

SABBATUCCI, Giovanni; CIUFFOLETTI, Zeffiro; DEGL’INNOCENTI, Maurizio (1992), *Storia del PSI. Fra due Guerre Mondiali*, Roma, Laterza.

SASSOON, Donald (2001), *Cien años de socialismo*, Barcelona, Edhasa.

SOUTO, Sandra (2003), “De la paramilitarización al fracaso: las insurrecciones socialistas de 1934 en Viena y Madrid”, *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, n° 2, pp. 193-220.

SOUTO, Sandra (2010), “«Las revoluciones no se hacen con hachas y hoces»: Estrategias del octubre madrileño”, en José Luis Martín Ramos y Alejandro Andreassi (eds.), *De un octubre a otro: Revolución y fascismo en el periodo de entreguerras, 1917-1934*, Mataró, El Viejo Topo, pp. 251-280.

SOUTO, Sandra (2013), *Paso a la juventud. Movilización democrática, estalinismo y revolución en la República Española*, Valencia, PUV.

TOUCHARD, Jean (1977), *La gauche en France depuis 1900*, Paris, Seuil.

VALERO, Sergio (2015), *Republicanos con la Monarquía, socialistas con la República. La Federación Socialista Valenciana durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)*, Valencia, PUV.

VERGNON, Gilles (1997), *Les gauches européennes après la victoire nazie. Entre planisme et unité d’action. 1933-1934*, Paris, L’Harmattan.

VIGREUX, Jean (2016): *Histoire du Front Populaire. L’échappée belle*, Paris, Tallandier.

WINOCK, Michel (2003), “La culture politique des socialistes”, en Serge Berstein (dir.), *Les cultures politiques en France*, Paris, Seuil, pp. 189-226.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)

The strategies of political regimentation by the interventor Juracy Magalhães and the place of Bahian oligarchies in the correlation of forces after the 1930 Revolution (1930-1934)

Les stratégies de régimentation politique de l'intervenant Juracy Magalhães et la place des oligarchies bahianaises dans la corrélation des forces après la Révolution de 1930 (1930-1934)

Las estrategias de reglamentación política del interventor Juracy Magalhães y el lugar de las oligarquías bahianas en la correlación de fuerzas después de la Revolución de 1930 (1930-1934)

Carlos Nássaro Araújo da Paixão
IFBAIANO
carlos.hyst@gmail.com

Resumo: Juracy Magalhães, que participara da Revolução de 1930 na linha de frente das forças revolucionárias no norte do país, foi escolhido para assumir a Interventoria Federal na Bahia, em setembro de 1931, e tentar conter a instabilidade política que se instalara no estado, desde a vitória da Revolução, em outubro de 1930. No período em questão, as crises políticas foram constantes no país. A explicação pode vir das disputas entre diferentes projetos defendidos pelos distintos grupos sociais que foram vencedores em 1930 (oligarquias dissidentes, jovem oficialidade do exército), além da oposição das oligarquias vencidas. Neste artigo, discutem-se as relações entre o interventor federal na Bahia, Juracy Magalhães, e os membros dos diferentes grupos oligárquicos baianos, destacando-se os processos de arregimentação política e acomodações que marcaram a centralização e o fortalecimento do poder executivo e o seu papel na conjuntura de 1930 a 1934, assim como a análise da maneira pela qual foi articulado o agrupamento político, em volta da sua liderança, através do alistamento partidário de chefes locais no interior e na capital do estado. As fontes que embasaram a escrita do presente texto são de natureza diversa. Livros de memória de Juracy Magalhães intitulados Minha Vida Pública na Bahia (1957), Minhas Memórias Provisórias (1987) e O Último Tenente (1996) jornais; correspondências; Mensagem ao Chefe do Governo Provisório; Documentos da Associação Comercial da Bahia; Documentos do Gabinete Civil da Presidência da República e da Seção Republicana do Arquivo Público da Bahia.

Palavras-Chave: Juracy Magalhães, Bahia, Revolução de 1930, Oligarquias.

Abstract: Juracy Magalhães who had participated of revolutionary forces in the north of the country in the 1930 Revolution, was chosen to assume the Federal Intervention in Bahia in September 1931 and to contain the political instability that had settled in the state, since the victory of the Revolution in October 1930. In such context, the political crises were constant in the country. The explanation may come from the disputes among different protected projects for the different groups partners that were winner in 1930 (oligarchies dissident, young army officer) in addition to the opposition of the defeated oligarchies. This article discussed the relationships between the federal intervenor of Bahia, Juracy Magalhães and the members of the different Bahian oligarchic groups, standing political regimentation processes and accommodations that marked the centralization and the invigoration of the executive power in this process in the conjuncture of 1930 to 1934, as well as the analysis in the way for the which was articulate political grouping, through the support of local bosses in the interior and in the capital of state. The sources that supported the writing of this text are Memory books written by Juracy Magalhães (Minha Vida Pública na Bahia (1957), Minhas Memórias Provisórias (1987) e O Último Tenente (1996)), newspapers; correspondence; Message to the Head of the Interim Government; Documents from the Commercial Association of Bahia; Documents from

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

the Civil Office of the Presidency of the Republic and the Republican Section of the Public Archive of Bahia.

Keywords: Juracy Magalhães, Bahia, Revolution of 1930, Oligarchies.

Résumé: Juracy Magalhães, qui avait participé à la Révolution de 1930 sur les lignes de front des forces révolutionnaires dans le nord du pays, a été choisie pour reprendre l'Interventoria fédérale à Bahia, en septembre 1931, et essayer de contenir l'instabilité politique qui s'était installée dans l'État, depuis la victoire de la Révolution en octobre 1930. Pendant la période en question, les crises politiques sont constantes dans le pays. L'explication peut venir des disputes entre différents projets défendus par les différents groupes sociaux vainqueurs en 1930 (oligarchies dissidentes, jeunes officiers de l'armée), en plus de l'opposition des oligarchies vaincues. Dans cet article, les relations entre l'intervenant fédéral à Bahia, Juracy Magalhães, et les membres des différents groupes oligarchiques bahianais sont discutées, mettant en évidence les processus de régimentation politique et d'accommodement qui ont marqué la centralisation et le renforcement du pouvoir exécutif et de son rôle dans la conjoncture de 1930 à 1934, ainsi que l'analyse de la manière dont le groupe politique s'est articulé, autour de sa direction, à travers l'enrôlement du parti des chefs locaux à l'intérieur et dans la capitale de l'État. Les sources qui ont soutenu la rédaction de ce texte sont de nature différente. Des livres de mémoire de Juracy Magalhães intitulés journaux *Minha Vida Pública na Bahia* (1957), *Mis Provisórias Memórias* (1987) et *O Último Tenente* (1996); correspondances; Message au chef du gouvernement provisoire; Documents de l'Association commerciale de Bahia; Documents de l'Office civil de la présidence de la République et de la section républicaine des archives publiques de Bahia.

Mots-clés: Juracy Magalhães, Bahia, Révolution de 1930, Oligarchies.

Resumen: Juracy Magalhães, que había participado en la Revolución de 1930 en el frente de las fuerzas revolucionarias en el norte del país, fue elegida para hacerse cargo de la Interventoria Federal en Bahía, en septiembre de 1931, y tratar de contener la inestabilidad política que se había instalado en el estado, desde la victoria de la Revolución en octubre de 1930. Durante el período en cuestión, las crisis políticas fueron constantes en el país. La explicación puede provenir de las disputas entre diferentes proyectos defendidos por los diferentes grupos sociales que fueron ganadores en 1930 (oligarquías disidentes, jóvenes oficiales del ejército), además de la oposición de las oligarquías derrotadas. En este artículo, se discuten las relaciones entre el interventor federal en Bahía, Juracy Magalhães, y los miembros de los diferentes grupos oligárquicos bahianos, destacando los procesos de regulación política y acomodación que marcaron la centralización y el fortalecimiento del poder ejecutivo y su papel en la coyuntura de 1930 a 1934, así como el análisis de la forma en que se articuló el grupo político, en torno a su liderazgo, a través del alistamiento del partido de los jefes locales en el interior y en la capital del estado. Las fuentes que respaldaron la redacción de este texto son de una naturaleza diferente. Los libros de recuerdos de Juracy Magalhães titulados *Minha Vida Pública na Bahia* (1957), *Mis Provisórias Memórias* (1987) y *O Último Tenente* (1996); correspondencias; Mensaje al Jefe del Gobierno Provisional; Documentos de la Asociación Comercial de Bahía; Documentos de la Oficina Civil de la Presidencia de la República y de la Sección Republicana del Archivo Público de Bahía.

Palabras clave: Juracy Magalhães, Bahía, Revolución de 1930, Oligarquías.

Introdução

Em setembro de 1931, Juracy Magalhães chegou à Bahia para assumir o cargo de Interventor Federal, após ser nomeado por Getúlio Vargas, e encontrou a resistência dos diversos grupos que formavam a oligarquia baiana, organizados para a disputa do aparelho de Estado, desde, pelo menos, a instalação da República. Sua base de domínio político estava intrinsecamente relacionada com a posse e exploração da terra, portanto,

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

caracterizada como uma oligarquia agrária, aliada aos grupos urbano-mercantis, além de intelectuais e elementos dos setores médios que adentravam o jogo político em situação de subordinação.

Por ocasião da Revolução de 1930 havia, na Bahia, uma aliança entre as frações das classes dominantes baianas, formadas a partir de um acordo entre os setores financeiro, comercial e agroexportador, além da oligarquia agrária representada pelos coronéis do sertão, que buscavam, através do Estado, a resolução para os problemas econômicos e financeiros gerados pela crise do sistema capitalista global em 1929. E foram estes os grupos organizados que Juracy Magalhães encontrou no início de sua ocupação do cargo no executivo baiano.

Não foi fácil para Getúlio Vargas indicar um nome para assumir a interventoria federal na Bahia que fosse do agrado das diversas facções que constituíam as oligarquias locais (Silva, 2000: 25-32). Buscando evitá-las ou contorná-las, o governo provisório nomeou dois baianos que eram alheios às competições políticas locais, Leopoldo do Amaral e Arthur Neiva. Ambos enfrentaram fortes resistências, principalmente porque o segundo colocou em prática um plano de reorganização administrativa dos municípios baianos, a partir do qual eliminou do mapa cidades centenárias, atingindo em cheio o poder do mandonismo local.

O substituto do prof. Arthur Neiva era objeto de preocupação por parte do governo provisório e Juracy Magalhães foi convidado para ocupar o cargo, embora, inicialmente, o tenha recusado. De acordo com as suas memórias, preferia o nome do também tenente, companheiro de escola militar e baiano, Jurandyr Mamede (Magalhães, 1957: 48)¹. Aceitou o posto, alegando que a “revolução” ainda não se completara e por isto havia um imperativo de servi-la. À época, os atributos do então tenente foram dados a conhecer através de Juarez Távora ao anunciar ao prefeito de Salvador, Pimenta da Cunha: “um dos mais brilhantes oficiais moços que fizeram a Revolução no Norte do país. Estou certo

¹ O livro *Minha Vida Pública na Bahia* foi publicado em 1957 e se configura como um relato biográfico de Juracy Magalhães, com destaque para os cargos que ocupou em sua trajetória política até àquela altura. Foi uma espécie de homenagem dos seus correligionários pelos 25 anos de vida pública do então Senador eleito pela Bahia. Foram anexados uma série de mensagens e discurso proferidos durante o período compreendido entre setembro de 1931 e novembro de 1955.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

de que ele honrará, cabalmente o mandato que lhe confiou o governo provisório.” (Magalhães, 1957: 51).

No relato anterior, Juracy Magalhães buscou fazer parecer que a escolha do seu nome foi resultado inequívoco dos seus serviços prestados à “revolução”, bem como teria sido um consenso entre os principais chefes do movimento. No entanto, em seu diário, o principal responsável pela nomeação do interventor na Bahia, Getúlio Vargas, sugeriu que havia alguma tensão na relação entre Juarez Távora e o seu então secretário e a indicação seria uma estratégia para apaziguá-la. Vargas referiu-se a este fato da seguinte maneira: “acomodando divergências entre Juarez e Juraci, ficou resolvida a nomeação deste para interventor na Bahia, como o primeiro desejava” (Vargas, 1995: 69).

Ainda nesse jogo de esconde/revela das memórias, o que não apareceu de maneira explícita em sua evocação desse fato, diz respeito à sua responsabilidade pelas ações e pela tomada de decisões da Delegacia Militar do Norte no momento de convalescência de Juarez Távora². E, portanto, ele foi um dos articuladores deste movimento de militarização das interventorias do Norte, segundo Raimundo Hélio Lopes (2014: 216).

Juracy Magalhães também atribuiu a escolha do seu nome a uma manobra política de Getúlio Vargas para limitar os poderes do chamado “Vice-Rei do Norte”, pois, ele representando uma escolha pessoal do chefe do governo provisório, deveria se reportar apenas a esse. Ficou, desse modo, ligado diretamente à autoridade de Getúlio Vargas e assumiu o posto de interventor em um dos momentos mais agitados do pós-revolução de 1930 (Gueiros, 1996: 21)³.

O regime que se instalou após 1930 atribuiu ao Estado o papel de árbitro entre as diferentes classes sociais e, mais do que isso, fez com que assumisse, a partir desta

² Foi nesse processo que ele se envolveu em uma disputa com Fernandes Távora, o Manduca, irmão de Juarez, que foi retirado da interventoria do Ceará por influência de Juracy Magalhães (Magalhães, 1982: 57-60). O entrevero entre Juarez Távora e Fernandes Távora e Juracy Magalhães, resultou no estremecimento da amizade entre os dois militares. Juracy Magalhães ressaltou o ressentimento do antigo chefe em suas memórias. (Gueiros, 1996: 137-138). Além disso, se colocou como esse elemento de prestígio e de manutenção da ordem, da disciplina e dos ideais revolucionários.

³ O Livro *O Último Tenente* foi publicado em 1996 sob a organização do jornalista J. A. Gueiros. Neste, Juracy Magalhães relatou pela terceira vez as suas memórias. Destacando a sua trajetória política e enfatizando o seu pertencimento ao grupo dos chamados “tenentes”. Jovens oficiais do exército que teve destaque na vida política do país entre a década de 1920 e início da de 1930. Muitos dos quais assumiram postos no aparelho de Estado a partir de Revolução de 1930, como representa da própria carreira do personagem.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

autonomia relativa, a tarefa de gerente da organização social e econômica da sociedade⁴. Daí adveio a montagem de uma estrutura de poder centralizada com um alto grau de autoritarismo baseado em um aparelho estatal e burocrático que tinha um grande peso na organização política⁵ (Souza, 1976: 83). No entanto, o processo de centralização não ocorreu de maneira imediata e foi se organizando a partir de 1930 e, mesmo após o Estado Novo (1937-1945), a estrutura político-burocrático não estava completamente implantada.

As interventorias representavam o primeiro mecanismo institucional pós-1930 posto em funcionamento e sua função precípua era interligar as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. Do ponto de vista prático, não interferiam diretamente nos pilares, na base econômica que garantia o poder político nos estados. No entanto, acabavam por enfraquecer as antigas situações oligárquicas, pois seu poder não estava ancorado nas relações estabelecidas internamente, mas na sustentação que recebia do governo federal. Sobre isso se refere Maria do Carmo Campello de Souza (1976): “removia-se, assim, boa parte dos empecilhos à centralização administrativa e estabelecia-se, através do interventor, uma convivência entre as diversas correntes da política regional, sem que o governo central entrasse em conflito com elas” (Souza, 1976: 88-89). Estabelecia-se uma espécie de equilíbrio precário entre as forças políticas regionais e a máquina administrativa centralizadora. Portanto, era o interventor uma peça-chave no estabelecimento da relação entre o poder central e os estados e suas oligarquias. Desempenhavam um papel considerado crucial nas mudanças almejadas pela Aliança Liberal e o governo Vargas (Souza, 1976: 95).

O recorte temporal se justifica por ser um período de intensa instabilidade política e de definições entre as forças sócio-políticas em disputa. A jovem oficialidade do

⁴ A Revolução de 1930 pode ser entendida como um processo de recrudescimento da luta de classes, em um momento cujas classes sociais em disputa foram incapacitadas de exercerem a hegemonia, a saída encontrada pela burguesia foi abrir mão do seu poder político com o objetivo de manter o seu domínio social (Demier, 2012: 75). Esta conceituação da Revolução de 1930 teve como pioneiro Boris Fausto (1982).

⁵ Neste artigo, o papel de Juracy Magalhães, jovem oficial cearense, na Interventoria é interpretado a partir desse processo de centralização política preconizado por determinados grupos vencedores de 1930. Suas ações à frente do executivo baiano se deram no sentido de garantir a aplicação na Bahia do receituário político e econômico varguista. Isso pelo menos até o rompimento total entre ambos, em 1937. Sobre esta questão ver Paixão (2018).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

exército e as oligarquias dissidentes, que se aliaram para a formação da Aliança Liberal e para a deflagração da Revolução de 1930, tão logo chegaram ao poder, entraram em disputa a respeito da duração do regime e da sua natureza. Os primeiros resistiam ao máximo à volta do regime constitucional e exigiam a ampliação dos poderes de centralização e intervenção do Estado. Os segundos pleiteavam a imediata convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma Constituição, bem como a manutenção do modelo federativo. Além da tentativa de retorno à cena política dos setores oligárquicos derrotados. Foi este contexto, tendo como foco de análise a situação da Bahia, que buscamos compreender o que se considerava o principal objetivo para o qual Juracy Magalhães foi colocado no posto de interventor: ser, efetivamente, o executor das ideias e dos planos construídos pelos vencedores de 1930, que defendiam o fortalecimento do central.

Os primeiros contatos com os “decaídos”

Ao chegar à Bahia, Juracy Magalhães articulou-se com diferentes setores remanescentes da classe dominante local, já discriminados anteriormente. Mas, antes mesmo de tomar posse oficialmente, buscou contato com alguns dos líderes do grupo político alijado do poder no pós-1930. “Avistou-se com o sr. Pedro Lago. Procurou o sr. J. J. Seabra. Esteve com o sr. João Mangabeira e várias outras figuras de prol (*sic*) da Bahia” (Magalhães, 1957: 52).

O jornal *Diário de Notícias* deu destaque para a busca do jovem tenente por apoio e conselho junto às lideranças tradicionais do jogo político na Bahia:

«O “Diário da Noite” diz que o Tenente Juracy Magalhães teve na semana finda um gesto que repercutiu profundamente. Antes de seguir para a Bahia quis encontrar-se com algumas figuras da política baiana, não só para conhecê-las, pessoalmente, como para trocar com todas elas ideias acerca de seus planos de governo. / Num rasgo de superioridade, que bastante o eleva, o sr. Juracy não se limitou a encontrar-se, apenas, com os ‘leaders’ liberais ligados à luta contra a reação; ele avistou-se quer com o sr. J. J. Seabra, quer com os srs. João Mangabeira e Pedro Lago. Sabemos que a impressão deixada pelo sr. Juracy nos círculos baianos foi excelente. Como verdadeiro homem de governo, na altura da situação do Brasil, o jovem soldado venceu. O êxito de sua missão administrativa na Bahia depende do governo apoiado por todo o povo baiano. É essa obra de congraçamento e coesão de vontades superiormente dirigidas que o sr. Juracy está empreendendo, sob uma atmosfera de confiança e simpatia que estão dissipando mesmo nos que o combatiam as prevenções com que foi recebida a sua escolha» (Biblioteca Pública do Estado da Bahia, *Diário de Notícias*, 01/09/1931: 01).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Entre os consultados, o único que se mostrou aberto a algum tipo de aproximação foi o ex- futuro governador Pedro Lago, cuja posse foi frustrada pelo movimento que teve Juracy como um dos seus participantes. No almoço com Pedro Lago foram indicados nomes que se tornaram importantes aliados como, por exemplo, Medeiros Neto, caracterizado como um grande companheiro de organização política; Altamirando Requião, diretor do jornal *Diário de Notícias* e Marques dos Reis, ex-secretário do Governo Calmon, considerado intelectual de renome e advogado prestigiado na sociedade baiana (Magalhães, 1982: 74-75). Outro contato fundamental foi o desembargador Pedro Ribeiro, descendente de uma tradicional família da região do Recôncavo, que o apresentou ao seu filho, Clemente Mariani, completando, desse modo, o núcleo duro de seu grupo político. Além disso, a sua ligação com a Casa Magalhães, uma empresa exportadora e financiadora dos produtores de açúcar, o aproximou dos representantes do grande comércio baiano (Carone, 1975: 236).

O primeiro sinal emitido por Juracy Magalhães para uma aproximação com esses setores das classes dominantes foi o pronto arquivamento dos inquéritos abertos pelo Tribunal Especial, responsável pelo julgamento político das ações dos membros do grupo que dominava o estado até 1930. Ele rapidamente pôs um fim às ameaças de confisco de bens e prisões arbitrárias, engavetando processos e encerrando represálias (Magalhães, 1982:75):

«Ao tomar posse no governo, eu tinha encontrado uma infinidade de inquéritos instaurados por meu antecessor, muitos deles sem o menor fundamento. A sociedade baiana estava com medo das providências ditas revolucionárias. Resolvi logo acabar com as ameaças de confisco de bens e de prisão sem justa causa, determinando o arquivamento dos processos de fundo político e anunciando que ninguém sofreria represálias por ter sido, em princípio, contrário ao nosso movimento» (Gueiros, 1996: 130).

Ao falar dos chamados “políticos decaídos”, Juracy Magalhães reconheceu, em uma carta endereçada à Vargas, no dia 01 de novembro de 1931, que eles “voltarão à carga” assim que o impacto inicial da queda arrefecer. Explicitamente afirmou que “as suas máquinas, em grande parte, foram mantidas intactas, porque a Revolução Brasileira, em sua essência, foi conservadora” (Magalhães, 1982: 223). Após esse reconhecimento, destacou para o seu chefe a necessidade da rápida reorganização política caso desejasse levar adiante a “vitória da Revolução” (Magalhães, 1982: 223-224).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Maria do Carmo Campello de Souza, sobre esse assunto, também compreendeu que:

«O desmantelamento da velha ordem não ultrapassou os limites de uma “modernização conservadora”: sem qualquer reformulação radical da estrutura socioeconômica existente encaixavam-se no sistema político novos grupos e interesses, devidamente cooptados e burocratizados. Assim, dadas as características sociais do movimento de trinta, (...), a almejada implantação de um Estado forte e centralizado significou, de fato, **não** a marginalização dos interesses econômicos dominantes do período anterior, mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central» (Souza, 1976: 84) (grifos da autora).

Pelos jornais da capital baiana era possível flagrar os movimentos efetuados por aqueles que aderiam ao novo interventor. O *Diário da Bahia*, que até agosto de 1932 era ligado aos *seabristas*, portanto ferrenhos opositores de Juracy Magalhães, detectaram prontamente a debandada de “velhos políticos” para as hostes governistas. Em artigo intitulado, “Revolucionários de Fancaria”, acusava de oportunismo aqueles que eram “aduladores de todos os governos” e que “aguardavam nesta capital, o momento de implorarem ao novo interventor, as posições públicas” (Biblioteca Pública do Estado da Bahia, *Diário da Bahia*, 25/09/1931: 01).

A base de apoio político do interventor federal na Bahia foi se formando a partir de elementos que faziam parte da situação “decaída”, ou seja, do República Oligárquica vigente até 1930. Após a chegada de Juracy Magalhães à interventoria estabeleceu-se uma relação que não pode ser reduzida à ideia de simples cooptação. Em que termos isto pode ser esclarecido? Por um lado, Juracy Magalhães detinham em suas mãos os poderes na condição de preposto do grupo vencedor em 1930. Por outro, as frações das classes dominantes locais que estavam alijadas do poder desde pelo menos 1924, possuíam a inserção e as redes de articulações político-sociais necessárias para que aquele pudesse estabelecer uma dominação política no Estado. Para o cumprimento deste objetivo foram co-fundadores do Partido Social Democrático (PSD), participando do seu diretório central e articulando os apoios necessários para que o interventor pudesse consolidar seu domínio. Todos foram eleitos pelo partido do interventor para ocupar uma vaga na Assembleia Constituinte, em 1933.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

No ano seguinte, em 1934, muitos daqueles considerados decaídos elegeram-se para a Câmara dos Deputados. Assumiram a condição de líderes de partido e líderes da maioria e na casa legislativa. Pacheco de Oliveira e Medeiros Neto abriram mão de sua cadeira, pois foram eleitos indiretamente pela Assembleia Constituinte estadual para o cargo de Senador, Marques dos Reis foi para o Ministério da Viação⁶.

Esses atores políticos integravam um quadro mais amplo representado pelo conjunto das classes dominantes da Bahia. Eles apresentavam trajetórias pessoais, acadêmicas e políticas comuns. O *modus operandi* foi também compartilhado, como o apelo às relações pessoais para se chegar às posições de destaque no cenário político.

Em outra carta endereçada a Vargas, em 06 de maio de 1932, Juracy continuou a tratar daquilo que ele denominou de “[organizar] a Bahia, politicamente, ao lado da Revolução”. Mas, que, de fato, se tratava da arregimentação política de grupos das classes dominantes para a formação de uma base que pudesse sustentá-lo politicamente enquanto estivesse no governo.

A aproximação com a burguesia comercial

Para além dos grupos políticos *strictu sensu*, Juracy Magalhães se aproximou da fração comercial da burguesia baiana, através da sua agremiação de classe, a Associação Comercial da Bahia (ACB):

«Na capital, onde o problema é mais difícil, já temos também elementos e valor da sociedade baiana, que se encarregarão de preparar a opinião ao lado das ideias revolucionárias. Ontem tive uma longa conferência com o Presidente da Associação Comercial e outras figuras prestigiosas das classes conservadoras, que estão dispostas a abandonar a atitude comodista que sempre mantiveram, em benefício dos seus próprios interesses» (Magalhães, 1982: 228-229).

A associação de classe atuava, de acordo com a análise de Mario Augusto Santos (1991), como um grupo de pressão. A fração burguesa ligada ao comércio de importação e exportação era a que se fazia mais incisiva em suas reivindicações. Havia uma predominância dos interesses deste setor em relação às questões dos impostos e dos

⁶ Estas informações biográficas e de trajetória política destes e outros personagens da História Política brasileira podem ser encontradas no *site* do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Na opção referente ao Dicionário-Histórico Biográfico Brasileiro.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

transportes, ou qualquer outro fator que dissesse respeito à defesa de seus interesses.

Santos compreendeu que:

«A força de tais interesses explica-se em função de duas circunstâncias: o papel fundamental que o setor exportador-importador desempenhava na economia do país, economia periférica, sempre dependente dos mercados internacionais, situação que exemplificava, perfeitamente, na Bahia: as posições que representantes daquele setor ocupavam dentro da entidade de classe» (Santos, 1991: 55).

O prestígio da Associação Comercial no conjunto das classes dominantes baianas derivava da sua capacidade financeira que, por sua vez, era decorrente das fortunas pessoais de seus associados. Isto se explicava porque estes consórcios eram ligados ao setor dos bens de capital e representavam os ramos de exportação e importação. Nesse sentido, “era a riqueza dos seus dirigentes – (...) – o que os qualificava e permitia à entidade criar e manter uma ampla teia de relações com o Poder, com os políticos (...)” (Santos, 1991: 127-128).

Desse modo, Juracy Magalhães não poderia prescindir do apoio necessário desse grupo, caso desejasse se inserir nos mais altos escalões da sociedade baiana. Por outro lado, a necessidade de manter intactas as condições propícias para a realização de seus negócios, instava a direção da agremiação a uma aproximação com a cúpula dirigente estadual. O comportamento da direção da instituição, após 1930, se caracterizou, inicialmente, por uma colaboração oficial, até evoluir para uma situação de adesismo (Santos, 1991: 114).

Em relatório, a direção da referida associação justificou o apoio dispensado aos vencedores de 1930. Sua tendência de aproximação com o chefe do Governo Provisório ocorreu com a aprovação de uma moção de apoio e congratulações pela vitória do movimento “revolucionário”, em 21 de novembro de 1930. Esse processo se intensificou com o estreitamento das relações com os interventores locais. O documento deixa transparecer o caráter adesista da instituição, uma vez que parece não importar qual a posição política do ocupante de momento do Palácio do Governo. Desde que atendidas as suas demandas,

«A Associação Comercial da Bahia manteve sempre cordiais relações com os ilustres dirigentes do Estado (...). A sua feição de órgão representativo das classes

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

conservadoras, alheia inteiramente das competições políticas, ou do partidário regional, permitira-lhe receber condignamente aos dignos interventores federais, que a distinguiram com a sua espontânea visita pessoal» (Relatório da ACB, 21/02/1932: 177-178).

A visita de Juracy Magalhães à Associação ocorreu no dia 6 de novembro de 1931, pouco mais de um mês após a sua posse na interventoria do estado, ele compareceu a uma solenidade realizada na sede da instituição. Algumas palavras do presidente, Almir de Azevedo Gordilho, lançaram as bases, a partir das quais a relação deveria se alicerçar:

«A sua presença nesta Casa, Sr. Interventor, tem uma significação de muito maior relevo que a de um simples ato de cortesia e urbanidade de si mesmo merecedor de cordial retribuição. / Como hei dito, é uma prova incontestada de ata deferência às classes conservadoras aqui associadas e reunidas neste momento, pelos seus valores, e ao mesmo tempo oferece uma oportunidade feliz de mutuamente se testemunharem e apreço e a confiança que alicerçam recíprocas relações. Ainda mais, os governos bem orientados, não prescindem de auscultar diretamente as expressões representativas de seu meio, e dentre elas, seria falsa modéstia ocultar, estão as classes conservadoras do Estado» (Relatório da ACB, 21/02/1932: 183-184).

Após estas elogiosas palavras iniciais, o presidente da Associação se utilizou do discurso de boas-vindas para apresentar ao interventor a plataforma de reivindicações da fração comercial da burguesia baiana. Tacitamente, o apoio oferecido ao novo chefe do executivo estadual era condicionado à ação desse em defesa dos interesses dos representantes do comércio. Condição que já estava presente inicialmente, vide o fato de que a visita foi entendida como uma deferência em relação àquele grupo. Além disso, os membros da Associação se colocaram como os detentores dos conselhos que poderiam facilitar o trabalho dos governos, principalmente em matéria de finanças e economia.

«Não é de hoje, que a Associação Comercial da Bahia advoga calorosamente a realização deste programa [equilíbrio orçamentário, compressão de despesas, extinção do banditismo no interior]. Em abril do ano passado, em memorial dirigido ao poder público e subscrito por quem ora o repete, esta Instituição publicava o seguinte: “De todos os recantos do Estado chegam-nos, dia a dia, apelos os mais veementes, os mais intensos em prol de medidas que venham suavizar a situação das classes produtoras ou intermediárias, sendo que cada núcleo, quer o da indústria, quer o do comércio, que o da lavoura, mais calorosamente argui as suas necessidades e os seus reveses, todos, entretanto, merecedores de igual amparo e proteção. Dois índices sobejamente significativos indicam e reclamam especial atenção dos poderes públicos, para o que se passa entre as classes conservadoras – o número de falências e a receita pública. A proporção que as primeiras aumentam consideravelmente, decresce a olhos vistos a segunda. Onde, então, vai

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

procurar o Estado a recompensa a esse desequilíbrio para a estabilidade de seus orçamentos? Exaurindo a capacidade tributária dos que ainda resistem à onda absorvente da crise? Não. Seria impatriótico, antieconômico, e até, quiçá, subversivo, assim procedendo. Faça-se uma arrecadação, oriunda de lançamentos escrupulosamente realizados, procurando se obster (*sic*) do contribuinte o que, na verdade, possa ele satisfazer, e ter-se-á uma receita inesperada e compensadora, que, certamente, muito concorrerá para o equilíbrio orçamentário, coadjuvado pela correlata restrição de despesas”» (Relatório da ACB, 21/02/1932: 184-185).

A continuação do discurso transformou-se em um misto de diagnóstico da situação econômica no contexto de crise na unidade federativa que era também marcada pela hipertrofia da dependência em relação ao mercado externo. Apresentavam-se, também, explicitamente os termos condicionantes do apoio que as “classes conservadoras”, por ora, ofereciam ao novo interventor. A pressão era exercida, sobretudo, em relação à política tributária que deveria ser adotada pelo governo estadual. Prova disso, foi a participação de membros da diretoria da Associação na comissão montada para preparar um novo código tributário para a Bahia. Nesse caso, urgia a diminuição imediata da carga de impostos que era uma ferramenta utilizada por diversos governos para estabilizar a situação de *déficit* orçamentário.

Em ofício encaminhado ao presidente da Associação Comercial da Bahia, datado de 26 de janeiro de 1932, Juracy Magalhães destacou a importância do apoio conferido pelas “classes conservadoras” à sua interventoria.

«Em meio à confusão derrotista, que os poucos inimigos da revolução e do atual governo procuram estender até as classes conservadoras, torna-se admirável esta atitude serena e superior, esta resistência pacífica e convicta do comércio da Bahia, trazendo à administração do Estado o conforto de seu prestígio, festejando-o com as seguranças de sua simpatia, e, principalmente, solidarizando-se com ele para a grande obra de reconstrução financeira e administrativa em que se acha empenhado» (APEBa, Fundo Republicano, Secretaria de Governo, cx. 1854 doc. 2027, 26/01/1932, fl. 152).

O apoio explícito da Associação Comercial ao novo interventor foi considerado inoportuno no contexto das disputas intraoligárquicas que se estabeleceram na Bahia logo após 1930. O Jornal *O Imparcial* constituiu-se como um dos principais críticos desta aproximação entre o chefe do poder executivo estadual e os representantes do comércio baiano. Em uma nota intitulada *A última solidariedade*, publicada em 11 de novembro de 1931, o articulista relembrou o fato de que o presidente da Associação já havia também convidado para uma recepção e coberto de honrarias o ex-interventor Arthur Neiva e

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

nesse convescote teria dito que a Bahia não seria governada por um “tenentezinho”. Uma referência direta a Juracy Magalhães. Esse foi o mote utilizado para criticar o afastamento da associação de sua pretensa neutralidade política (BPEBa, O Imparcial, 11/11/1931: 02).

O que ficou patente na relação entre os representantes da fração comercial da burguesia baiana e o novo interventor foi a confluência de interesses. O segundo, apesar de ter a legalidade do poder, posto que, era um lugar-tenente dos vencedores de 1930, necessitava de inserção na fração econômica da classe dominante caso desejasse colocar em prática o seu projeto de poder. Em contrapartida, os primeiros precisavam estabelecer um contato mais íntimo com os detentores do poder político, caso desejassem que as suas demandas fossem acolhidas pelo Estado. E, por outro lado, atuavam, como já foi dito, enquanto grupo de pressão, que se utilizava de seu poder econômico para forçar o Estado a aprovar medidas fiscais e tributárias que favorecessem os seus negócios.

Uma demanda da fração comercial levada ao interventor e que contou com a mediação da Associação Comercial foi a questão cambial. Diante das dificuldades dos comerciantes em adquirir moedas estrangeiras para desenvolver as suas transações comerciais, apelaram para Juracy Magalhães:

«O sr. Tenente Juracy Magalhães, Interventor Federal, procurando remover as dificuldades existentes para aquisição de cambiais ao Banco do Brasil, já se dirigiu ao sr. Ministro da Fazenda, pedindo providências imediatas, em torno da matéria» (BPEBa, Diário de Notícias, 01/12/1931: 1).

Em comunicação à referida Associação, reproduzida pelo *Diário de Notícias*, o executivo estadual prestou as devidas satisfações de suas ações que visavam dirimir os seus problemas com o Banco do Brasil:

«Tenho a grata satisfação de levar ao conhecimento de v.s. e dessa benemérita Associação que o sr. Interventor, tomando na devida conta a representação feita pelas firmas importadoras desta praça contra a limitação da compra de cambiais pelo Banco do Brasil, telegrafou ao exmo. sr. ministro da Fazenda pedindo providências. E dada a relevância do assunto intimamente ligado à economia comercial deste Estado, é de prever-se que a solução não tardará» (BPEBa, Diário de Notícias, 01/12/1931: 1).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Outra questão sensível que afetava o comércio baiano era o endividamento. Juracy Magalhães, novamente, foi inquirido a responder às demandas dos comerciantes da Bahia. Altamirando Requião, diretor do *Diário de Notícias*, funcionava como um intermediário entre o interventor e a ACB, e saiu em defesa da fração comercial, para solicitar ao Estado a prorrogação e o desconto de impostos devidos:

«A benemérita ‘Associação Comercial da Bahia’, órgão legítimo das nossas classes conservadoras e uma tradição de operosidade construtora e sadia, em nossa terra acaba, no cumprimento salutaríssimo programa de ação de endereçar longo ofício ao sr. Interventor do Estado, pleiteando providências, no sentido de ser decretada a prorrogação do pagamento dos impostos estaduais de indústrias e produções, relativos ao presente exercício financeiro até 31 de dezembro do corrente ano, com isenção das respectivas multas e do acréscimo de 25%, de que trata o art. 18 da Lei nº 2.226, de 16 de setembro de 1929» (BPEBa. Diário de Notícias, 12/12/1931: 2).

A arregimentação dos coronéis do interior

Uma vez que, na capital baiana, a inserção social de Juracy Magalhães passava pela aliança com políticos tradicionais e membros da fração comercial da burguesia, via Associação Comercial da Bahia, no interior, aquele montou uma sólida base de apoio que alicerçou seu domínio político no estado. A sua aliança com os coronéis foi justificada nos seguintes termos:

«Tenho que me defender de velhas raposas políticas, treinadas na arte de enganar o próximo, procurei criar um lastro político que permita à Revolução, na Bahia, uma situação estável, defendida de qualquer manobra de última hora» (Magalhães, 1982: 225).

Desse modo, ele buscou mostrar para Vargas, em correspondência datada de 03 de janeiro de 1932, a necessidade da arregimentação política enquanto um antídoto para volta dos chamados “decaídos”:

«Depois de meu regresso do Rio é a primeira vez que posso lhe enviar notícias. Os atropelos da confecção do orçamento e as conversas políticas com os homens do interior e da capital absorveram-me, completamente, o tempo. Felizmente tudo marcha a contento. Como tenho que me defender de velhas raposas políticas, treinadas na arte de enganar o próximo, procurei criar um lastro político que permita à Revolução, na Bahia uma situação estável, defendida de qualquer manobra de última hora. Minha maior preocupação é evitar que os políticos, que estão se aproximando depois da vitória da Ditadura, adquiram a força perdida com a exploração de desfrutarem o prestígio oficial. Assim, tenho organizado diretamente os diretórios municipais contando já com a

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

esmagadora maioria do Estado. Isto retardou um pouco o Congresso partidário que só será instalado a 23 do corrente, quando espero ter concluído a organização política do interior» (Magalhães, 1982: 225-226).

As oligarquias ainda mantiveram parte de seu poder concentrado, sobretudo, na esfera local, assim, aqueles grupos ligados ao regime derrotado foram substituídos pelos representantes da antiga oposição, desse modo, o poder central as subordinou através das interventorias que a partir de então assumiram o lugar dos governos estaduais (Fausto, 1982: 110).

A base de apoio político que foi construída em favor de Juracy Magalhães ocorreu com a anulação política dos derrotados política e militarmente em 1930. Ele iniciou esse processo criando uma intrincada rede de alianças, utilizando-se de uma relação direta com os chefes locais. Ao mesmo tempo em que prestigiava os seus aliados com o atendimento de suas demandas, dificultava o acesso aos recursos financeiros para os seus adversários:

«Acho exagero condenar o coronel; ele não é uma figura que mereça ser estigmatizada. Em minha vida política, apeguei-me aos coronéis que me pareciam os mais adequados e repudiei os que não mereciam a minha confiança. Escolhidos estes últimos, que eram poucos, entreguei aos primeiros a responsabilidade da liderança política local. Eles assumiram compromissos políticos comigo e exerceram uma liderança correta, trazendo muitos louros para minha pessoa. / O que fiz, na realidade, foi aproveitar os elementos válidos de cada municipalidade para criar uma sólida base política e assegurar a continuidade revolucionária. Além disso, dei autonomia política às chefias locais, eliminando intermediários, como João Mangabeira e Chico Rocha, para tratar dos problemas diretamente com os pequenos chefes municipais, que passaram a me manifestar suas preferências, indicando eles próprios o candidato a deputado que desejavam apoiar em sua área, de modo a estabelecer nossa vinculação em bases absolutamente democráticas e reais» (Magalhães, 1982: 83).

O recurso ao apoio dos coronéis explica-se pelo fato de que a chamada Revolução de 1930 não alterou as estruturas socioeconômicas, e nem era efetivamente o seu objetivo, além disso, e o mais fundamental, era que as formas de acesso à posse da terra mantiveram-se intactas. Portanto, o atraso social, político e econômico ainda grassava nos sertões baianos e era esse retardamento que permitia, ainda, que o sucesso de qualquer agrupamento político passasse pelo crivo do apoio significativo dos coronéis.

A eliminação de intermediários foi fundamental para que Juracy Magalhães pudesse estabelecer uma estrutura política que tivesse o município por base. Ele buscou minar o poder dos principais políticos e incentivou aqueles de menor expressão,

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

diretamente submetidos a ele, para a montagem da máquina política que resultou na fundação do Partido Social Democrático, em 1933.

«Um desses líderes políticos, Manuel Novais, se tornou meu oficial-de-gabinete, pois demonstrou desde cedo extraordinário pendor para a política. Embora fosse um rapaz de apenas vinte e três anos, oriundo do sertão pernambucano, entreguei-lhe uma espécie de chefia de estado-maior na organização política da qual resultou o Partido Social Democrático da Bahia» (Magalhães, 1982: 83).

A repactuação, envolvendo o Estado e os chefes locais, permitiu que se continuassem as práticas políticas marcadas pelos acordos e barganhas entre os coronéis e os representantes dos vencedores de 1930. A vitória veio seguida de uma transformação do mandonismo local, integrando-o na política nacional. Para o chefe local ter acesso às verbas e obras estatais foi preciso se integrar em uma estrutura de poder cada vez mais centralizada. O coronel que era marcado por um poder altamente personalista, precisou se disciplinar e se submeter à estrutura de um partido político centralizado e burocratizado, visando sobreviver politicamente (Pang, 1979: 232).

O primeiro passo para uma organização mais centralizada dos chefes políticos locais foi a inauguração da Coligação Sertaneja, em 19 de janeiro de 1933, na cidade de Juazeiro. Na ata que registrou o evento, estavam estabelecidos os motivos para a fundação da agremiação:

«A extensa faixa de terra banhada pelo Rio São Francisco, politicamente, estava retalhada. Conforme noticiamos, os homens públicos daquela região, num exemplo de grande alcance patriótico, acabam de se arregimentar consolidando as suas forças políticas, para o engrandecimento do sertão e defesa de seus múltiplos interesses, fundando a “Coligação Sertaneja”» (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933).

Essas palavras são representativas do significado da arregimentação dos principais chefes políticos da zona do Rio São Francisco: o que se destaca é a ideia de pacificação das disputas que tanto marcaram a região na Primeira República. Nesse sentido, a organização das lideranças sertanejas em uma agremiação política centralizada, submetida ao controle do interventor, constituiu-se em subordinação ao poder central, após o seu desarmamento depois de 1930. Como sugere o mesmo documento em outra

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

passagem, a reunião de arregimentação ocorreu de modo a fazer parecer que o interventor não estava envolvido e, mais do que isso, capitaneava todo o processo.

A reunião de fundação do referido grupo foi convocada com a anuência e sob a autoridade de Juracy Magalhães e de Getúlio Vargas que estavam buscando uma maneira mais eficiente de subordinar politicamente uma região marcada pelas disputas pessoais e pelo personalismo do poder. A instalação da agremiação apareceu exatamente como uma estratégia de dominação política daquela zona (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933). Portanto, era preciso ter, diz Juracy Magalhães em carta ao seu preposto na região, Nelson Xavier, após a organização dos diretórios políticos locais, “todos integrados nos ideais revolucionários e, para acautelar todos os interesses da zona como salvaguardá-la da repetição de atritos que tanto a tem desabonado, propunha a assinatura de um pacto” (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933). Leia-se “ideais revolucionários” como a tentativa de estabelecimento no Brasil de uma modernização burguesa, através de uma centralização política conservadora e “por cima”. E, para tanto, era necessário dobrar qualquer obstáculo particularista e autônomo dos poderes locais. O pacto que foi proposto/imposto pela interventoria e pela chefia do Governo Provisório, em seus diversos pontos, deixava clara a intenção de subordinação do mandonismo local. Portanto, se destacarão aqueles considerados mais relevantes para subsidiar a discussão proposta:

«I – Fica criada a “Coligação Sertaneja” firmada pelos signatários da presente, a qual apoiará o Exmo. Snr. Tenente Juracy Montenegro Magalhães digníssimo Interventor Federal, e a sua obra política, sejam quais forem as consequências a que nos levem o resultado desse apoio. / II – Manter plena harmonia de vistas na escolha de seus representantes políticos com o Diretório Político Central, cujas decisões apoiará (...). / III – Esquecer completamente as velhas dissensões partidárias e pessoais acatando como vontade arbitral a decisão da coligação (...)» (GCPR, Bahia, Lata 85, Anexo 8, 25/01/1933).

Este documento celebrou o início do processo de organização política da base de apoio de Juracy Magalhães, na Bahia⁷. Ele não destituiu completamente o poder dos chefes locais nos seus municípios. Inclusive não se imiscuiu em questões de fronteiras e limites

⁷ Para a discussão sobre a arregimentação política da oposição liberal a Juracy Magalhães, ver Silva (2011) e Batista (2018). A oposição a Juracy Magalhães na Bahia também se dava com relação aos Integralistas, sobre esse tema, ver Ferreira (2009) Alves Neta (2018).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

entre as localidades, que deveriam ser resolvidas entre os membros signatários da coligação. Mas, para exercerem a dominação política, os coronéis deveriam se enquadrar nas regras ditadas pelo interventor. Inicialmente, ficou claro que aquela organização tinha por objetivo principal o apoio político a Juracy Magalhães, independentemente das consequências que essa atitude trouxesse.

Em relação ao Diretório Central, a Coligação detinha uma posição de subordinação, pois deveria apoiar as suas decisões e, por fim, mais uma vez, foi ressaltada a necessidade da pacificação política da região. Isto se explica pela impossibilidade de Juracy Magalhães controlar as ações dos seus prepostos no interior em uma situação de instabilidade marcada pelas disputas pessoais. Tendo por líderes Nelson Xavier, trazido pelo interventor para presidir a Empresa de Navegação do São Francisco, Franklin Lins do Albuquerque, chefe das cidades de Remanso e Pilão Arcado e Abilio Wolney, chefe político da região de Barreiras, a Coligação tinha por objetivo consolidar a presença mais efetiva do Estado na região.

A arregimentação política dos chefes municipais, que continuou com a fundação do Partido Social Democrático (PSD), serviu para Juracy Magalhães demonstrar a Vargas o prestígio que ele havia conquistado na Bahia, ao mesmo tempo em que provava sua força para os adversários. O fato de ter conseguido deslocar lideranças políticas de diversas cidades do interior para a capital, fez transparecer que o interventor, de fato, estava se tornando uma importante liderança, tanto em nível regional, quanto no âmbito nacional.

«Deu-me um grande trabalho essa arregimentação, pois, como Vossa Excelência sabe, a política baiana é cheia de grupinhos, formados, em geral, por incompatibilidades pessoais. Apesar disso, consegui reunir elementos que asseguram à Revolução em esmagadora maioria, no Estado. Vieram ao Congresso, pessoalmente, velhos chefes sertanejos, muitos dos quais nunca tinham comparecido a uma reunião política e outros jamais tinham vindo à capital. (...). Basta dizer a Vossa Excelência que a gente do São Francisco veio *unânime*, depois de ter feito a fusão de todas as suas forças políticas, em uma reunião na cidade de Juazeiro. Parece-me o fato mais expressivo do momento político baiano, pois aquela gente viveu sempre dividida por lutas tremendas» (Magalhães, 1982: 237) (grifo do autor).

O seu propósito em controlar as disputas pessoais dos chefes locais e fazê-las reverberar nas estruturas do Estado, para que ele pudesse atuar enquanto um árbitro foi

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

confirmado nesta correspondência. Ao se fazer uma comparação entre este parágrafo e os principais artigos do pacto que fundou a Coligação Sertaneja, pode-se perceber quase uma repetição de palavras. Principalmente no que diz respeito às incompatibilidades pessoais. Destacou, ainda, a pacificação dos sertões como “o” fato de relevo no momento político da Bahia. Continuou a enfatizar a sua estratégia de mobilização política do interior do estado, através da montagem de uma máquina de dominação política que garantisse o sucesso no processo de inserção da Bahia em uma rota de modernização burguesa:

«Parece-me que acertei no plano concebido por minha *calourice* política. fiz aparecer a gente que tem prestígio real, promovendo o afastamento dos intermediários parasitas. (...). Dei uma oportunidade aos homens de prestígio de aparecerem no cenário político, pessoalmente, e isto, ao lado de ter contribuído para destruir o falso prestígio dos “gros bonets” da política baiana, vai fazê-los dar um rendimento muito maior, pois trabalharão arduamente para mostrar que o prestígio era deles» (Magalhães, 1982: 237) (grifo do autor).

Ao tirar do caminho a maioria dos políticos tradicionais que dominavam o cenário anterior a 1930, Juracy Magalhães pôde manobrar com aqueles de menor prestígio. Ele agiu assim, pois contou com uma estrutura e uma forma de comportamento político das oligarquias, na qual, não importava quem estivesse no poder, elas eram governistas. A conjuntura permitiu que o seu partido fosse majoritário em grande parte dos municípios, inclusive em alguns “estão reorganizados dois diretórios; prestigiamos o melhor, mas mesmo assim, os diretórios de oposição local apoiam o governo” (Magalhães, 1982: 237). Para finalizar o seu relato, a confirmação de que, enquanto preposto do Chefe do Governo Provisório, estava encaminhando a Bahia para que ficasse em conformidade com os planos do bloco no poder: “posso hoje assegurar a Vossa Excelência que a Bahia será um dos Estados, em cujo apoio político pode o seu governo mais tranquilamente confiar. Daqui não sairão surpresas” (Magalhães, 1982: 237).

O que Juracy Magalhães informa como resultado de seu gênio político e perspicácia, é fruto, na verdade, de uma situação política e de correlação de forças concreta. Os trezentos e quarenta e seis representantes, municipais e distritais, que participaram do congresso de lançamento do PSD estavam administrativa e hierarquicamente subordinados a ele, pois cabia ao interventor a nomeação e a consequente demissão dos administradores municipais. Ele relatou o resultado da reunião

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

de fundação do PSD em uma carta/relatório enviada para Vargas, em 31 de janeiro de 1933.

Portanto, o sucesso de público daquele evento dependeu, também, do poder de coerção de um Estado que, naquele contexto, enfrentava uma centralização autoritária, uma vez que, a partir de outubro de 1930, foram destituídos os chefes dos executivos estaduais, todos os parlamentares em todos os níveis e todos os prefeitos. Os ocupantes dos cargos foram escolhidos pelos interventores, que, por sua vez, foram indicados pelo Chefe do Governo Provisório. E, de todo modo, esse já havia aparecido diretamente na imposição do pacto que resultou na formação da Coligação Sertaneja (Magalhães, 1982: 228-229).

Em um relatório datado de 1933, de autoria desconhecida, sugeria-se que Vargas, ou outro membro do alto escalão do Governo Provisório, estava espionando os seus delegados, nomeados para as Interventorias Federais nos estados. O autor descreveu as reuniões de fundação da Coligação Sertaneja e de organização do PSD, tendo, inclusive, acesso a todos os documentos dessas instituições, com destaque para os regimentos. Ademais, o documento foi uma verdadeira avaliação do comportamento e das realizações políticas de Juracy Magalhães e do grupo que estava montando em torno de si. O tom da descrição variava entre a reprovação e a aberta condenação do que o autor considerava um desvio de conduta de alguém que deveria “consolidar a vitória da revolução” e acabou pactuando com elementos ligados à “política dos decaídos”.

O documento relaciona-se com importante papel desempenhado por Juracy Magalhães na correlação de forças que equilibravam a situação política local e nacional. Para além das desconfianças apontadas, a fonte revela a importância e o cuidado com as interventorias nos estados da federação e a continuidade dos problemas apontados pela Aliança Liberal. Ela se constituiu em exemplo da maneira pela qual Juracy Magalhães foi tecendo a rede de contatos e alianças que permitiram a sua permanência na vida política, ocupando cargos em diversas esferas institucionais do aparelho de Estado, por aproximadamente quarenta anos. Nesse caso, foi sintomático o fato de que o relatório foi produzindo em um momento em que Juracy Magalhães ainda poderia ser considerado um iniciante na vida pública.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

O documento encontrava-se dividido em sessões diversas. Na primeira, foi possível identificar o período da viagem e o itinerário do autor do relatório: chegou à Bahia no dia 21 de janeiro e partiu para Sergipe em 28 de janeiro; retornou à Bahia em 1 de fevereiro; foi ao Bom Jesus em 3 de fevereiro; retornou novamente à Bahia em 6 de fevereiro e foi para o Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1933.

Na segunda, pode-se perceber um relato detalhado da convenção que resultou na organização do PSD, com destaque para o estatuto, o programa partidário, o regimento interno e o prestígio político do partido. No último ponto, o relator ressaltou que o partido “representava mais de 80% da força eleitoral baiana” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933: 3). Depois, teve lugar a caracterização e a situação política do Interventor, da oposição, do alistamento eleitoral. Por fim, situou um breve relato da situação administrativa do Estado. Ao final do relatório, foi possível encontrar uma série de anexos, compostos de matérias da imprensa versando sobre o quadro político no estado, bem como o estatuto do PSD; o anteprojeto do programa do partido; o Regimento Interno do Congresso Político da Bahia; e uma espécie de dossiê sobre os principais nomes que compunham a direção partidária, e, conseqüentemente, os aliados e articuladores políticos de Juracy Magalhães; a ata de inauguração da Coligação Sertaneja.

O documento em questão apresentou possibilidades de análise sobre o quadro político na Bahia no início de 1933, ano fundamental para a reorganização das forças políticas do estado, devido à eleição para a formação da Assembleia Constituinte. Entre elas, pode-se ressaltar o relato/julgamento que o relator produziu sobre a desenvoltura política de Juracy Magalhães. Em primeiro lugar, esclareceu o fato de que o interventor atuava nas sombras para articular com os chefes municipais e que a censura estabelecida por ele, na imprensa local, impediu que fosse noticiado a exigência da indicação do seu nome para o governo constitucional da Bahia.

«Ninguém ignora que o Interventor é o animador do Partido Social Democrático. Este dá-lhe prestígio integral. (...). Manobrou habilmente com a política municipal, o que deu em resultado o pacto de 28 de junho de 1932, dos municípios do S. Francisco (...). Os jornais não publicaram a 2ª clausula deste pacto, e que reza assim: ‘A Coligação Sertaneja compromete-se a indicar o nome do Tte. Juracy Magalhães para primeiro governador constitucional da Bahia’» (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933: 03).

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Destaca-se, neste trecho, a estratégia utilizada por Juracy Magalhães para estabelecer rapidamente uma base de sustentação política. Utilizou-se de sua condição de indicado e diretamente ligado ao chefe do Governo Provisório para garantir o apoio dos chefes políticos do interior. Ao lançar mão de suas relações com Vargas, manobrou com a dependência característica dos coronéis em relação aos recursos do poder central, fundamentais para que pudessem manter o seu poder na esfera local (SAES, 1988, p. 105-106). Outra questão que apareceu foi a intenção, desde o início da arregimentação política, de estabelecer minimamente as bases de um domínio político, ao forçar o apoio dos seus aliados/subordinados à indicação e consolidação do seu nome como governador da Bahia, tão logo retornasse o regime constitucional. Após esta breve introdução, o autor do relatório estabeleceu em dez pontos um diagnóstico da atuação do Interventor:

«1- Está com a força eleitoral da Bahia, isto é indiscutível – talvez 90% de todo eleitorado./ 2- Quer ser o primeiro governador constitucional, ou então dar o poder a João Marques dos Reis – e, provavelmente, o conseguirá./ 3- É político hábil, tendo o defeito de *querer tornar-se simpático a todas as correntes*./ 4- É totalmente *destituído de escrúpulos em política*./ 5- Está embalado pela segurança de seu triunfo; mas como aproveitou, às vezes, os piores elementos (v.g. Franklin de Albuquerque, Rosendo Almeida, Pinto Dantas, Duque, et caterva...), só pelo motivo de terem força nos municípios, é capaz de ter grandes dissabores, pois este pessoal é destituído de escrúpulos e o esquecerá bem cedo./ 6- É duro nos processos administrativos – adversários não alista ninguém./ 7- Não parece estar muito ligado ao Aranha. É inimigo do João Mangabeira, a quem convidou para o partido e que impôs, como condição sine qua, sua eleição para a presidência do Diretório Central e a posse política de vários municípios dos mais importantes, como Ilhéus, Jequié, etc., o que foi recusado. Foi impossível apurar suas relações com José Américo./ 8- Tem contra si boa parte dos bons elementos da Capital, por causa do caso dos estudantes da Faculdade de Medicina./ 9- Quer agradar e o consegue em cerca de 70% dos casos. É inteligente, orador regular, maneiroso e hábil, além de muito manhoso./ 10- *Cercou-se de elementos díspares, em que predominam os elementos maus que tem prestígio político*» (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933: 03-04) (grifo nosso).

Esta longa citação demonstrou que Juracy Magalhães se aliou e trouxe para o bloco de poder, forças sociais heterogêneas. Algumas expressões utilizadas deram a justa representação desta compreensão: “querer tornar-se simpático a todas as correntes”; ser destituído de escrúpulos em se tratando de política; o proveito dos piores elementos, desde que eles desfrutassem de prestígio político. Independente do julgamento moral, o que foi relatado confirmava o fato de que seria impossível para Juracy Magalhães, ou qualquer outro que assumisse o cargo, governar alheio às diferentes frações das classes dominantes

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

da Bahia. Segundo as impressões apresentadas no documento, o interventor estava tendo êxito em sua estratégia de arregimentar as oligarquias do estado, vide a sua força eleitoral que contava com aproximadamente noventa por cento do eleitorado e conseguia agradar em setenta por cento das vezes, embora não haja nenhuma explicação metodológica de como teria chegado a este número.

Para completar essas informações, ao final do relatório há um dossiê anexado, a respeito dos principais aliados de primeira hora ao governo de Juracy Magalhães, a partir de sua chegada à Bahia, que ajudou na compreensão do processo de construção da rede de apoios sociais, políticos e econômicos que constituiu a sua base política. Destaquem-se as informações sobre Correia de Menezes, Pacheco de Oliveira e os chefes políticos da zona cacauzeira, Gileno Amado, de Itabuna e os irmãos Arthur Lavigne e Eugênio Lavigne, de Ilhéus. Sobre Correia de Menezes, secretário do Interior de Juracy Magalhães, foi dito, entre outras coisas, que: “nunca foi revolucionário, sempre foi *seabrista* e adepto fervoroso do Sr. Moniz Sodré. Com a vitória da Revolução, em 1930, passou-se com armas e bagagens para a corrente dos tenentes” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº04: 02). A análise sobre Pacheco de Oliveira foi mais extensa, porque esse era um dos principais articuladores políticos do interventor, rivalizando com Clemente Mariani, Marques dos Reis, Medeiros Neto e Manoel Novais:

«Assumindo o Tenente Juracy a interventoria, o Sr. Pacheco de Oliveira se insinuou de tal forma que hoje é um dos pró (*sic*) homens da situação. O “Diário da Bahia”, jornal de propriedade do Sr. Geraldo Rocha e que estava arrendado ao Sr. Moniz Sodré, foi adquirido pelo Sr. Pacheco de Oliveira, que, auxiliado pelo Sr. Tenente Juracy, constituiu uma Sociedade Anônima com o capital de 600 contos, sendo passadas ações aos prefeitos e a todos os chefes políticos do interior. O Club 3 de Outubro muito combate a ação preponderante que o mesmo exerce sobre o interventor. É o chefe político da capital, tendo nomeado 15 sub-Comissários. Conseguiu a nomeação de um genro para médico do Corpo de Bombeiros, um filho para Promotor da Capital, e dois irmãos para escriturários do Saneamento e da Prefeitura» (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº04: 02).

Também proveniente da situação anterior, Pacheco de Oliveira viu na adesão à nova situação a única possibilidade de sobrevivência política. Por outro lado, o novo interventor utilizou-se do prestígio político que o ex-deputado possuía na capital para conseguir estabelecer o seu domínio frente ao grupo político deposto pelo movimento de 1930, e que possuía a sua base entre os setores burgueses de Salvador.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Juracy Magalhães, junto ao seu novo aliado, construiu um canal de comunicação que fosse a voz do governo frente à opinião pública. Para isso, utilizou-se de sua função no Estado para facilitar a compra de um veículo de imprensa, o *Diário da Bahia*, a partir de sua posse na interventoria. Finalmente, a continuação das velhas práticas de nepotismo e patrimonialismo, mostrando que sem a alteração das estruturas socioeconômicas, não haveria mudança significativa na organização política. Juracy Magalhães teria que aceitar essas práticas se quisesse constituir uma base minimamente eficaz e consolidada.

Ao prestigiar Gileno Amado e os irmãos Lavigne, Juracy Magalhães, de uma só vez, buscou minar o poder de João Mangabeira na região, eliminando-o da condição de intermediário e estabelecer uma relação mais direta com a fração burguesa ligada aos negócios do cacau. Sobre o primeiro, chefe político de Itabuna, assim analisou o documento: “sempre foi perrepista exaltado, até que, em 1932, o Sr. Juracy chamou-o para o seu partido. Foi o orador dos Convencionais de 1933, saudando o Sr. Juracy Magalhães.” (GCPR, Bahia, Lata 85, Relatório 1933, anexo nº04: 03). Esse foi mais um, entre tantos outros, que, pensando na sobrevivência política, esqueceu qualquer tipo de coloração partidária ou identificação ideológica e mudou-se por completo para o grupo governista. Juracy Magalhães, por outro lado, utilizou-se do seu poder de barganha, daquele que possuía o poder de distribuir os recursos do Estado, em forma de empregos, verbas e melhoramentos urbanos para ampliar a base social de seu grupo político em formação.

Considerações finais

Entre 1931 e 1937, Juracy Magalhães compôs um bloco de poder formado por diversas frações da classe dominante baiana: articulou-se com a fração comercial, através dos apoios e das relações construídas com as agremiações representantes do comércio; teve como correligionários elementos ligados ao setor financeiro, como foi o caso de Clemente Mariani; organizou politicamente e contou com a sustentação dos chefes políticos do interior, os coronéis do sertão; angariou, ainda, o apoio da burguesia cacauera. Conforme documento analisado, ele não demonstrou qualquer escrúpulo em se aliar aos diferentes grupos socioeconômicos que formavam a classe dominante da Bahia. Desde que essa base de apoio viabilizasse a sobrevivência de seu grupo político,

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

as alianças com as forças mais heterogêneas não passavam por quaisquer crivos morais ou de afinidades de ideias, caso o objetivo fosse a viabilização do seu domínio.

Neste sentido, é necessário retomar o fato de que em razão da estrutura socioeconômica brasileira, a Revolução de 1930 não pode ser pensada muito mais do que um contexto de crise de hegemonia, cujo resultado gerou um regime no qual as partes integrantes, a saber, os setores dissidentes da oligarquia e elementos das classes médias representadas pelos oficiais de baixa patente, não possuíam a força necessária para o estabelecimento de uma dominação política. Por outro lado, a burguesia interna, no Brasil, inserida de maneira dependente no sistema capitalista, em sua etapa monopolista, não poderia assumir a sua tarefa histórica de efetivação de uma revolução de caráter democrático-burguês. Neste sentido, o Estado aparece em sua autonomia relativa em relação às classes em presença e assume a tarefa de organização das classes dominantes. E Juracy Magalhães foi compreendido como um preposto deste Estado.

Portanto, a transformação do Brasil de um país agrário e rural, em urbano e marcado pela industrialização, deveria ser tarefa do Estado, o qual, através de uma centralização autoritária, com um modelo de modernização conservadora, “por cima”, deveria, assumir o papel de fomentador da implantação de uma industrialização burguesa no país, controlando no processo qualquer sorte de convulsão social que viesse a abalar a ordem vigente. Esse deveria conviver com a permanência de setores ligados às antigas oligarquias, que ainda detinham o controle massivo da população rural em uma situação em que os vencedores de 1930 subordinavam seu acesso às instâncias de poder.

No caso da Bahia, as forças da inércia, representadas pelos diversos setores oligárquicos na capital e no interior, resistiram o quanto puderam, às tentativas, após 1930, de controle de suas formas de dominação, o que explica a alta rotatividade de interventores antes de setembro de 1931, quando Juracy Magalhães assumiu o cargo. E aí está a questão fundamental: esse personagem político não se desviou de nenhum programa previamente estabelecido, não traiu, necessariamente, movimento algum. As suas próprias alianças contavam com elementos tradicionais de diversas oligarquias estaduais, portanto, a sua postura política respondeu à uma necessidade que se colocava

Na Bahia, somente era possível alcançar o mínimo de base de apoio político se o ocupante do poder executivo estadual transigisse e negociasse com os diversos grupos de

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

suas classes dominantes; fossem os bacharéis, comerciantes e políticos profissionais da capital, ou os chefes locais, os coronéis do interior. E, desse modo, seguindo a proposta de centralização política e econômica preconizada por aqueles que ascenderam ao poder em 1930 e que buscavam a modernização capitalista do Brasil, Juracy Magalhães, articulado às frações das classes dominantes baianas, estabelecia, também, as bases desse mesmo processo na Bahia. Com a ressalva de que esse foi duplamente dependente: do centro dinâmico da economia nacional e do capitalismo monopolista internacional.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

Bibliografia:

Fontes:

Ata da Fundação da Concentração Sertaneja, 25/01/1933

Carta encaminhada pelo Interventor Federal, Juracy Magalhães, ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, 11/01/1932

Diário da Bahia. Edições Seleccionadas, 1931.

Diário de Notícias. Edições Seleccionadas, 1931.

GUEIROS, José Alberto (1996), *O Último Tenente*, Rio de Janeiro, Record.

MAGALHÃES, Juraci (1957), *Minha Vida Pública na Bahia*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

_____(1982), *Minhas Memórias Provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

O Imparcial. Edições Seleccionadas, 1931.

Ofício encaminhado ao Presidente da Associação Comercial da Bahia, 26/01/1932

Relatório da Associação Comercial da Bahia, 1932.

Relatório/Dossiê sobre a atuação política de Juracy Magalhães, 1933

VARGAS, Getúlio (1995), *Diário*, São Paulo, Siciliano, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (Vol. I).

Estudos:

ALVES NETA, Amélia Saback (2018), *Os Verdes às Portas do Sertão: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932-1945)*, Salvador, Sagga.

BATISTA, Eliana Batista (2018), *A Bahia para os Baianos: acomodação e reação política ao governo Getúlio Vargas (1930-1937)*, Tese de Doutorado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 537 fls.

CARONE, Edgard (1975) *O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas*, Rio de Janeiro, DIFEL.

_____(1974), *A República Nova (1930-1937)*, São Paulo, Difel.

DEMIER, Felipe (2012), *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*, Tese de Doutorado. Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense, 506 fls.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

_____(2013), *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica*, Rio de Janeiro, Mauad X.

FAUSTO, Boris (1982), *A Revolução de 1930: história e historiografia*, São Paulo, Brasiliense.

FERNANDES, Florestan (1976), *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores.

FERREIRA, Laís Mônica Reis (2009), *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social na Bahia em O Imparcial 1933-1937*, Salvador, EDUFBA.

IANNI, Octávio (1979), *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LOPES, Raimundo Hélio (2014), *Um Vice-Reinado na República do Pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 315 fls.

OLIVEIRA, Francisco de (2011), *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da (2018), *“De Tenente Mancebo” a Experiência Embaixador: Juracy Magalhães e a construção de suas memórias sobre o desenvolvimento econômico do Brasil (1930-1967)*, Tese de Doutorado. Vitória da Conquista-BA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 281 fls.

PANDOLFI, Dulce Chaves (1980), “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”, in Ângela Maria de Castro Gomes, org., *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

PANG, Eul-Soo (1979), *Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

POULANTZAS, Nicos (1971), *Poder Político e Classes Sociais*, Porto, Portucalense Editora, (vol. I-II).

PRADO JÚNIOR, Caio (2014), *A Revolução Brasileira / A Questão Agrária no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.

SAES, Décio (1984), *Classe Média e Sistema Político no Brasil*, São Paulo, T. A. Queiroz.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão - *As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 76-104. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a5

_____(1985), *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____(1998), *Estado e Democracia: ensaios teóricos*, 2ª ed., Campinas, SP: Unicamp Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Coleção Trajetórias; 1).

SAMPAIO, Consuelo Novais (1992), *Poder e Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*, Salvador, Assembleia Legislativa.

SANTA ROSA, Virgínio (1976), *O Sentido do Tenentismo*, São Paulo, Alfa-Ômega.

SANTOS, Mario Augusto (1991), *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*, Salvador, Associação Comercial da Bahia.

SILVA, Paulo Santos (2011), *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*, 2ª ed., Salvador, EDUFBA.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1976), *Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964*, São Paulo, Alfa - Omega.

TAVARES, Luís Henrique Dias (2001), *História da Bahia*, São Paulo, Editora da UNESP.

TRONCA, Ítalo (1986), *Revolução de 1930: a dominação oculta*, São Paulo, Brasiliense.

VARGAS, Getúlio (1995), *Diário*, São Paulo, Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (Vol. I-II).

WEFFORT, Francisco (1978), *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

Múnich, Praga y los judíos como pretexto
La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea
(1938-1939)

Munique, Praga e os judeus como pretexto
A “impregnação fascista” dos direitos catalães frente à nova guerra europeia
(1938-1939)

Munich, Prague and the Jews as a pretext
The “fascist impregnation” of the Catalan rights regarding the new European war
(1938-1939)

Munich, Prague et les Juifs comme prétexte
“L’impregnation fasciste” des droits catalans face à la nouvelle guerre européenne
(1938-1939)

Francesc Vilanova
 Universitat Autònoma de Barcelona
 Centre d’Estudis sobre el Franquisme i la Democràcia
 francesc.vilanova@uab.cat

Resumo: Como na maioria das direitas europeias, os grupos conservadores catalães, sejam espanhóis ou monárquicos, ou o poderoso grupo regionalista da Lliga Catalana, deixaram-se surpreender pelo discurso e pela cosmovisão da época do fascismo do continente. A “impregnação fascista”, que devorou as direitas continentais, também ocorreu em alguns grupos políticos e sociais especialmente traumatizados pela experiência a sublevação fascista espanhola e pelo surto revolucionário na retaguarda republicana. Este artigo apresenta alguns exemplos dessa deriva, num setor significativo da direita catalã (ex-regionalistas, católicos, monárquicos afonsinos) que nos anos 1938-1939 assumiram o discurso e a interpretação dos acontecimentos do momento com os valores do fascismo, até o tornar indistinguível do modelo original. A maneira como analisaram a crise de Munique (setembro de 1938), a destruição da Checoslováquia (março de 1939) ou o esforço em culpar os judeus europeus pela nova guerra continental é totalmente coincidente com os discursos fascistas continentais do momento.

Palavras chave: Fascismo, franquismo, Munique, anti-semitismo.

Abstract: As in most of the European right-wing political movements, the Catalan conservative groups, whether they were Spanish supporters and monarchists, or the powerful regionalist group of the Catalan League, allowed themselves to be caught by the discourse and worldview of that moment regarding fascism in the whole continent. The “fascist impregnation”, which had devoured the continental right-wing, also occurred in political and social groups especially traumatized by the experience of the Spanish fascist uprising and the revolutionary outbreak in the republican rearward. This article presents some examples of this drift in a significant Catalan right-wing sector (former regionalists, Catholics, Alphonse monarchists) who in the years 1938-1939 had assumed the discourse and interpretation of the events of the moment with the values of fascism, until doing so and reaching an indistinguishable point from the original model. The way they analyzed the Munich crisis (September 1938), the destruction of Czechoslovakia (March 1939), or the effort to blame European Jews for the new continental war, is fully consistent with the continental fascist discourses of that time.

Keywords: Fascism, Francoism, Munich, anti-Semitism

Résumé: Comme pour la plupart des droites européennes, les groupes conservateurs catalans, qu’ils soient espagnolistes et monarchistes, voire même le puissant groupe régionaliste de la Lliga Catalana, se sont laissés prendre par le discours et la cosmovision des fascismes de l’époque sur le continent européen. L’“impregnation fasciste”, qui avait dévoré les droites continentales, s’est également produite dans des

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

groupes politiques et sociaux particulièrement traumatisés par l’expérience du soulèvement fasciste espagnol et l’éclatement révolutionnaire dans l’arrière-garde républicaine. Cet article présente quelques exemples de cette dérive dans un important secteur des droites catalanes (anciens régionalistes, catholiques, monarchistes alphonssines qui, dans les années 1938-1939, avaient assumé le discours et l’interprétation des événements du moment avec les valeurs des fascismes, jusqu’à le rendre indiscernable du modèle original. La façon dont ils ont analysé la crise de Munich (septembre 1938), la destruction de la Tchécoslovaquie (mars 1939) ou la tentative de culpabiliser les juifs européens de la nouvelle guerre continentale, est parfaitement cohérente avec les discours fascistes continentaux du moment.

Mots-clés: Fascisme, franquisme, Munich, antisémitisme.

Resumen: Como en buena parte de las derechas europeas, los grupos conservadores catalanes, fuesen españolistas y monárquicos, o el potente grupo regionalista de la Lliga Catalana, se dejaron atrapar por el discurso y la cosmovisión del momento de los fascismos del continente. La “impregnación fascista”, que había devorado las derechas continentales, también se dio en unos grupos políticos y sociales especialmente traumatizados por la experiencia de la sublevación fascista española y el estallido revolucionario en la retaguardia republicana. Este artículo plantea algunos ejemplos de esta deriva en un sector derechista catalán significativo (antiguos regionalistas, católicos, monárquicos alfonsinos) que en los años 1938-1939 había asumido el discurso y la interpretación de los hechos del momento con los valores de los fascismos, hasta hacerlo indistinguible del modelo original. La manera como analizaron la crisis de Múnich (septiembre de 1938), la destrucción de Checoslovaquia (marzo de 1939) o el empeño en culpabilizar a los judíos europeos de la nueva guerra continental, es plenamente coincidente con los discursos fascistas continentales del momento.

Palabras clave: Fascismo, franquismo, Múnich, antisemitismo.

1. “L’impregnation fasciste” de las derechas catalanas

El título de este artículo, “L’impregnation fasciste” (Winock, 2012: 100-101, citando a Raoul Giraudet) plantea una serie de preguntas .¿Qué importancia puede tener el análisis pormenorizado de las actitudes y discursos que las derechas catalanas mostraron y emitieron ante el estallido y primeros pasos de la nueva guerra europea, en otoño de 1939, o sobre el antecedente dramático de la conferencia de Múnich, un año antes?¹ Unas derechas diversas y divididas entre un grupo mayoritario y socialmente hegemónico como había sido el regionalismo conservador de la Lliga Catalana (el partido liderado por el financiero, mecenas y exministro de la monarquía Francesc Cambó); los carlistas (o tradicionalistas); los monárquicos alfonsinos de extrema derecha y nacionalistas españoles radicales; o el minúsculo grupo falangista, de clara

¹ Para evitar una dispersión temática y cronológica excesiva, concentraré el análisis sobre el discurso político fascistizado de las derechas catalanas en los grupos no catalanistas, lo que deja fuera, a mi pesar, el interesante proceso de contaminación que padeció, por ejemplo, el máximo líder de Lliga Catalana, Francesc Cambó i Batlle, y que reflejó en su diario (Cambó Batlle, 1982). Para el mundo regionalista (los nacionalistas conservadores catalanes, fuerza hegemónica hasta 1931 en el mundo político catalán) en el tramo final de su existencia como organización política independiente (entre la sublevación de julio de 1936 y la victoria franquista de abril de 1939), véanse los trabajos de Riquer (1996), Massot i Muntaner (1998), Vilanova (1996), Abadal i Calderó (2001), Doll-Petit (2003), Díaz Esculies (2013).

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

inspiración fascista. Y aún podríamos añadir los sectores eclesiásticos reaccionarios y algún grupo de católicos integristas que no había acabado de encontrar acomodo en el inestable panorama político de la Segunda República (Marín, 2019).² En definitiva, unas derechas multiformes que, a diferencia de todos los grupos homólogos de la Europa occidental, pasaron por la experiencia traumática de una guerra civil, un intento de revolución (nunca culminada) y un proceso de fascistización acelerado que las transformó radicalmente y para siempre.

Tras los primeros tiempos de desorganización y caos en la zona rebelde, en el otoño de 1938 (año y medio después del decreto de unificación que dio lugar a FET y de las JONS), las derechas catalanas ya tenían poco que ver con las organizaciones que en la primavera de 1936 tenían presencia en las calles y ciudades de Cataluña y habían conformado, de forma mayoritaria, la propuesta electoral del Front Català d'Ordre (Lliga Catalana, más los radicales de Alejandro Lerroux y los tradicionalistas), o se habían integrado en las candidaturas de la extrema derecha española (Bloque Nacional o Renovación Española, por ejemplo).³ Habían sido unificadas en FET y de las JONS y aquellos de sus integrantes que querían tener algún tipo de protagonismo en la posguerra ya sabían perfectamente que su identidad política de 1936 - regionalista, carlista, alfonsina - ya no valía para nada. Si para los falangistas “camisas viejas” y las nuevas incorporaciones anteriores a la unificación de abril de 1937, la nueva identidad era una prolongación de su fascismo de primera hora, para las derechas tradicionales o burguesas empezaba un proceso imparable de “impregnation fasciste”, que fue

² Si consideramos que las derechas catalanas acabaron encontrándose - aquellos que quisieron mantener una cierta presencia pública o acceder a cargos de gestión y responsabilidad en la nueva administración franquista - en el partido único, Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET y de las JONS, o Falange a secas, para abreviar la denominación), el análisis más completo actualizado de este proceso de “centralización” en Marín (2019).

³ A falta de grandes o más modestas síntesis sobre las derechas catalanas antes de verano de 1936, debemos echar mano de algunas monografías imprescindibles. Para la derecha regionalista, por ejemplo, hay que consultar Molas (1973); Riquer (1996). Para el mundo carlista (o tradicionalista), véase Vallverdú (2008 y 2014). Para los monárquicos autoritarios (o alfonsinos), representados en Derecha de Cataluña-Renovación Española, puede consultarse la tesis doctoral de Arqué (2014); y Mota (2020). Para los falangistas catalanes, hay que consultar Thomàs (1992 y 2008). Ciertamente, la historiografía contemporaneista española ha dedicado un notable espacio al análisis de las fuerzas derechistas y sus procesos de “impregnation fasciste” (Eduardo González Calleja, Juan Gil Pecharromán, entre otros); sin embargo, sus limitadas aportaciones sobre el singular sistema político catalán de la Restauración y la Segunda República, obliga a utilizar esta bibliografía con mucho cuidado.

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La "impregnation fasciste" de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

extraordinariamente visible en los discursos públicos o privados de muchos derechistas ante el nuevo conflicto europeo.

Debe quedar claro que este proceso de fascistización del discurso y el análisis de los conservadores catalanes no fue una imposición inevitable de la nueva dictadura que se estaba construyendo en Burgos (o en Salamanca). Junto con la coacción inherente al despliegue del poder francofalangista, muchos de estos derechistas catalanes (jóvenes, como los redactores del semanario *Destino*, o más veteranos, como el dirigente político regionalista Francesc Cambó, pero también ciudadanos y escritores que se expresaban en privado o en público) abrazaron voluntariamente y sin complejos el nuevo lenguaje, el nuevo análisis de la situación, que se llevaba a cabo en el campo fascista y tenía como objetivo la acusación y condena de la democracia liberal y el comunismo (y los judíos) como inductores principales de la nueva crisis europea.

No se trataba solamente de exaltar los valores del fascismo, del sistema político que se derivaba, de sus propuestas de gobernanza. Los elogios a Hitler, las esperanzas puestas en la creación de un nuevo orden europeo (después de la conferencia de Múnich y en su primera culminación, la destrucción de Checoslovaquia) o las acusaciones a los judíos de ser los inductores de la guerra, formaban parte del amplio catálogo de la narrativa fascista acerca de lo que ocurría en el mundo. Y lo más significativo fue observar cómo jóvenes y no tan jóvenes conservadores catalanes se dejaron impregnar por el discurso del fascismo europeo. Antiguos liberales y/o conservadores catalanes y jóvenes supuestamente britanizados (es decir, que conocían bien la lengua y las culturas políticas británicas) no tuvieron ningún reparo en asumir la cosmovisión nazi-fascista del momento. Y fue un momento largo, porque solamente cuando la catástrofe hitleriana fue evidente, los discursos de ciertos franquistas catalanes empezaron a virar hacia territorios menos comprometidos y más acordes con el anticomunismo anglosajón que empezó a dominar el paisaje discursivo a partir de 1944. Sin embargo, en 1938 o en 1939 el tono y el fondo eran unos otros, perfectamente acordes con los discursos fascistas de la época, a pesar de que muchos de los autores de estos discursos habían llegado tarde y mal al fascismo y a sus variantes.

Otro elemento fundamental y a tener muy en cuenta era la imbricación de la historia catalana - y española - con la europea del momento. Cuando Barcelona salió de la guerra civil, a partir de abril de 1939 empezó a recibir delegaciones nazis de todos los

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

rangos e intereses: desde jóvenes hitlerianos a Heinrich Himmler, de periodistas y estudiantes a académicos de la talla de Carl Schmitt (Capdevila y Vilanova, 2017). También llegaron - o volvieron - los amigos fascistas italianos y la ciudad se convirtió en un lugar de acogida, gobernado por autoridades amistosas y cordiales y unos medios de comunicación - la prensa escrita, fundamentalmente - que, independientemente del feroz control gubernativo y la censura, también participaron con un notable entusiasmo y sin complejos a alimentar los discursos. Dicho en otros términos, la nueva guerra europea también llegó a Barcelona - y a Cataluña, y a España -, a pesar de que la neutralidad oficial de la dictadura franquista ocultase las profundas implicaciones y complicidades españolas con la coalición nazi-fascista. La guerra europea no fue ajena al despliegue de la dictadura en aquellos años.

En este contexto europeo (porque la fascistización de las derechas políticas se dio en buena parte del continente), las derechas catalanas siguieron la estela de sus homólogas, con un elemento singular: la extrema radicalización de las actitudes políticas y los discursos que supuso la experiencia de la guerra y la revolución. Este factor fue determinante para hilvanar los nuevos discursos, a medida que elementos políticos e intelectuales (o, simplemente, profesionales), y jóvenes a punto de despuntar, se incorporaban a la zona franquista, huyendo de la persecución política de las fuerzas revolucionarias en la retaguardia republicana. La creación y expansión de la revista *Destino*, en Burgos, por parte de falangistas y no falangistas catalanes, la reaparición de antiguos elementos conservadores y regionalistas en la prensa franquista de Barcelona a partir del invierno de 1939, desprendidos de su antigua identidad política y asumiendo con entusiasmo los nuevos discursos políticos, dan fe de esta “impregnation fasciste”, que iba mucho más allá de las coacciones que pudiera imponer la dictadura triunfante.

2. Los falangistas catalanes antes de Múnich.

Cuando tuvo lugar la conferencia de Múnich, a finales de septiembre de 1938, el falangismo catalán ya estaba relativamente bien organizado y era, de lejos, el núcleo francofalangista más importante dentro del mundo de refugiados catalanes que habían llegado a la zona rebelde desde el verano de 1936. Su importancia derivaba de dos elementos. El primero, disponer de un órgano de comunicación bendecido por los mandamases del nuevo Estado que se estaba organizando y que, por lo tanto, podía

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

difundirse sin problemas entre los combatientes en la primera línea de frente y la retaguardia. Lo que empezó siendo un boletín informativo, a finales de 1937 ya era una publicación semanal, con ínfulas intelectuales. *Destino*. *Semanario de F.E.T. y de las J.O.N.S.*, editado por la Delegación de Prensa y Propaganda de la Territorial de Cataluña, era el portavoz de los “camisas viejas” catalanes, pero también de los nuevos incorporados. En segundo lugar, la importancia del grupo venía determinada también por el amplio espectro ideológico de sus componentes. Entre los jóvenes (y no tan jóvenes) redactores y colaboradores, las diversidades ideológicas eran interesantes: estaban los elementos provenientes del catalanismo cultural y periodístico de preguerra, en su versión conservadora, pero en lengua catalana y políticamente regionalista (Ignacio Agustí, Carlos Sentís, C. A. Matons); otros venían del tradicionalismo, pero ya contaminado por el fascismo, sobre todo por el ejemplo italiano (Juan Ramón Masoliver); otros habían pasado de los primeros núcleos demócrata-cristianos catalanes de comienzos de la República (Unió Democràtica de Catalunya y su área de influencia), a un feroz integrista católico y antisemita (los hermanos José M. y Jaime Ruiz Manent); y otros no habían tenido un recorrido público significativo antes de la guerra, pero estaban en Burgos convencidos de que la Cataluña de 1936 (la del verano, pero también la de la primavera y del Front d’Esquerres) no era la suya (Martí de Riquer, Josep Vergés, aunque ambos ya se movían en el espectro derechista antes de 1936; el primero en el mundo del tradicionalismo sin una militancia expresa). Por encima de ellos estaban los fundadores y comisarios políticos, los auténticos “camisas viejas” catalanes, José M. Fontana, José Ribas Seva, Carlos Trías Bertrán, Mariano Calviño, entre otros, que habían impulsado el proyecto y lo habían dejado en manos más profesionales y experimentadas, pero menos falangistas (al menos, en origen). Teóricamente, en Barcelona les esperarían otros falangistas de primera hora para sumarse al proyecto (Luis Gutiérrez Santamarina, por ejemplo), pero todo lo previsto en Burgos se torció por razones diversas y complejas. Analizados en su conjunto, todos los elementos integrantes de *Destino* eran una muestra muy representativa de como la guerra, la revolución y el proceso de fascistización de aquellos años habían “unificado” las diferentes versiones derechistas y regionalistas catalanas, hasta llegar a conformar lo que sería el cuadro general del franquismo catalán en 1939.⁴

⁴ Para la historia del semanario, en su etapa de Burgos, véase Thomàs (1992). También Huertas Clavería

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

Tres de los principales *factotums* de la publicación - mantuvo un perfil más de boletín que de revista, hasta su reaparición en Barcelona, en junio de 1939 - se pronunciaron con una notable contundencia ante lo que podríamos llamar el prólogo a la conferencia de Múnich y evidenciaron la “impregnation fasciste”. Eran Ignacio Agustí, periodista, escritor y poeta en lengua catalana hasta el verano de 1936; Josep Vergés i Matas, un joven empresario empordanés, sin actividad pública antes de 1936 (tenía 28 años en aquellos días; Agustí, 25), pero de perfil claramente conservador; y, probablemente, Jaime Ruiz Manent, que era el mayor de los tres (38 años) y tenía una carrera ya muy consolidada antes de la guerra en periódicos de Barcelona como *La Vanguardia* (conservador) y *El Matí* (en lengua catalana, cercano a los postulados demócrata-cristianos de UDC). Con la guerra y la revolución, Ruiz Manent derivó rápidamente hacia posiciones integristas muy marcadas, reforzadas con unas notables dosis de antisemitismo.⁵

Es decir, los primeros catalanes de Burgos que opinaron sobre la nueva crisis europea que Hitler estaba provocando desde mayo de 1938 (con maniobras militares en la frontera con Checoslovaquia y presiones políticas de todo tipo) no eran falangistas “camisas viejas”, ni tradicionalistas descendientes de alguna rama carlista histórica, o elementos de la extrema derecha españolista de los años treinta en Cataluña - Acción Popular, Derecha de Cataluña, Peña Blanca, Centro de Defensa Social y otros grupúsculos parecidos. Era gente proveniente del mundo catalanista moderado o conservador y esto aún hacía más inquietante la deriva de las derechas tradicionales hacia el campo fascista.

¿Cómo afrontar los primeros resultados de la entrevista entre Neville Chamberlain y Adolf Hitler, del 15 de septiembre? Ignacio Agustí - que firmaba con el

(1991).

⁵ Jaime Ruiz Manent y su hermano, José M., compartieron trabajo periodístico, firmando con sus nombres y por separado en numerosas ocasiones, o utilizando seudónimos que los hacían indistinguibles. En *Destino* utilizaron los de Diego Victoria y Oriol Montalt, pero no hay manera de saber con exactitud cuál correspondía a cada hermano o si los utilizaban para escribir artículos conjuntamente. A partir de 1940, los artículos con seudónimos fueron desapareciendo progresivamente de la revista - pero aún podía encontrarse algún Diego Victoria en el semanario o en *La Vanguardia Española* - y solamente quedó la firma de Jaime Ruiz Manent. El artículo de septiembre de 1938 es imposible de atribuirlo con seguridad a uno de los dos hermanos, aunque en aquella época Jaime vivía en Ginebra y el artículo está fechado en esta ciudad el 11 de septiembre de 1938. Por lo tanto, se le puede adjudicar sin correr un gran riesgo de equivocarnos. De esta etapa suiza de exilio de Jaime Ruiz Manent, se pueden encontrar algunos datos en Vilanova (1998).

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

seudónimo *Gin* - se lanzó por una vía interpretativa casi mística. Partiendo de una frase del discurso de Hitler en Núremberg, en la concentración anual del partido nazi - “El Todopoderoso no creó a estos millones de hombres para que sean abandonados a su suerte”, habría dicho, según lo apuntado por Agustí, de los alemanes de los Sudetes -, y aprovechando que Mussolini habría hablado en términos similares a lord Runciman, el enviado británico a Praga para presionar al gobierno checoslovaco para que cediera a las exigencias nazis planteadas a lo largo del verano de 1938, el periodista catalán hacía un tipo de interpretación religiosa muy singular del panorama internacional y muy destacable en una publicación que quería imitar la retórica fascista de sus camaradas europeos:

«En realidad, pues, el precipitado viaje de Chamberlain al hogar de Adolfo Hitler, rincón de Baviera casi escondido a la mirada de los hombres, y en la que la presencia de Dios se hace perenne por las vertientes de las crestas vigilantes, nada tiene de común, tampoco en su fondo, con el de una visita de diplomacia política. Seguramente se hallan allí, hoy, representados, todos los corazones europeos que no desoyen el mandato Todopoderoso; aquellos gritos y aquellos pasquines grabados bruscamente en los viejos muros de París: “¡Atrás los cañones!”, y las miradas de las madres angustiadas de toda la juventud decente del mundo...

Chamberlain, muy distante, sin duda, de elucubraciones sentimentales, ha sabido, sin embargo, descubrir que, aun considerando el mundo friamente, existen unas cuantas verdades: la existencia de una sangre terrible que no puede ser vencida sin ser desatada hasta la última de sus generaciones. Entre la voz de esta sangre, clamando en el centro de Europa por la liberación de unos millones de hombres que sienten en común con su pueblo, y el espectáculo de la misma tiñendo de nuevo a Europa, el estadista inglés eligió que el mandato de Dios fuese cumplido.

Contra, o a favor de los intereses de Inglaterra, ¿qué más da...? Pero fue así, porque es un gran estadista, digno de departir un diálogo con el Führer del pueblo germano, en un hogar donde cuajan la nieve y la flor, donde no es raro que los pueblos de Dios esperen la respuesta anhelada...» (*GIN*, 18.09.1938).

Quien firmaba como Oriol Montalt - probablemente, Jaime Ruiz Manent -, no hizo referencia directa a las negociaciones entre Chamberlain y Hitler, pero situó el conflicto provocado por los nazis en el marco de una durísima crítica a la Sociedad de Naciones, en la típica línea de descrédito que la extrema derecha europea y los fascismos planteaban desde que Alemania abandonó el organismo internacional en 1933. Desde esta óptica, Ruiz Manent explicaba a los lectores por qué la crisis checoslovaca no era un asunto de la Sociedad de Naciones: “Lo de Checoslovaquia no puede tratarse aquí, porque, en realidad, hasta este momento no se ha producido

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

agresión de ninguna clase, ni se ha planteado problema alguno que entre dentro de los artículos de la Liga. ¿Es que Alemania ha agredido a Checoslovaquia? ¡No! ¿Es que ha dicho que iba a actuar? ¡Tampoco! No hay más que miedo, un miedo cerbal, y en Pacto el miedo no tiene cabida” (Montalt, 18.09.1938).⁶ En la línea del falso pacifismo de las derechas agrupadas en la coalición francofalangista, contraria a cualquier intervención (política o diplomática, naturalmente) no ítalo-germánica en el asunto español, Jaime Ruiz Manent recogía los aires que se respiraban en la zona rebelde y todo aquello que le llegaba de los círculos franquistas activos en Francia o Suiza. No se trataba de disponer de buena información; sólo era necesario constatar ciertas realidades que se habían ido consolidando desde 1936: Alemania tenía razón en sus exigencias; era imprescindible corregir definitivamente el castigo del Tratado de Versalles; el auténtico peligro era Moscú; y Moscú estaba presente en la guerra de España. Por todo ello, el enemigo no era Hitler - o Mussolini -; el enemigo era Stalin y sus secuaces republicano-comunistas en la península ibérica. Cualquier lector atento a los momentos históricos vería en estos argumentos los pilares fundamentales de la política de *appeasement* que impulsaba con todo tipo de dificultades el *premier* británico, Neville Chamberlain, con el apoyo del mundo conservador y anticomunista.

Para completar el discurso esbozado y desarrollado por Agustí y Ruiz Manent, la persona encargada fue Josep Vergés i Matas,⁷ que había marchado a Londres con el estallido de la guerra y desde allí había pasado a Burgos. En la ciudad castellana se sumó a Ignacio Agustí para impulsar el boletín falangista y convertirlo en una publicación de mayor recorrido. De su paso por Londres le quedó el gusto por el análisis de la política internacional, que desarrollaba con el seudónimo *Fog* o con su nombre y apellidos reales. Era inevitable que él también se ocupara del dictador nazi y de su discurso, las justas reivindicaciones nazis sobre los Sudetes y qué tenían que hacer “las naciones democráticas” (Matas, 18.09.1938).

⁶ La última frase no se entiende en el original; quizá hubo un problema de composición tipográfica.

⁷ La trayectoria posterior de este personaje hace aún más llamativa su etapa de comentarista en *Destino*. En junio de 1939, con Ignacio Agustí y Juan Ramón Masoliver, presentó la nueva etapa de la revista, ahora de su propiedad, en Barcelona. Se convirtió en el hombre fuerte de la empresa (semanario y editorial) y el editor de Josep Pla. Siempre, hasta su muerte, presumió de una imagen de hombre de corte liberal, un *gentleman* a la catalana, y jamás recordó su etapa burgalesa. Debe de tenerse en cuenta para entender el silencio (o la disculpa) de ciertos publicistas barceloneses ante la “impregnation fasciste” de personajes franquistas a los que admiran incondicionalmente. Por ejemplo, son los casos de Doria (2013); y Vilasanjuán (2002).

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6*

En primer lugar, Hitler - lo había demostrado con su discurso - era “un gran patriota que ha sabido hacer resurgir milagrosamente a su pueblo por la fuerza del trabajo y del orden y que no teme enfrentarse con los hechos, por más crudos que estos parezcan”. En segundo lugar, no utilizaba “un lenguaje agresivo, retador. Se expresa precisamente en los términos exactos de un hombre que se siente apoyado por todo su pueblo”. Y, todavía más, Josep Vergés estaba entusiasmado con el personaje y su manera de expresarse: “La voz de Hitler, si no abandona los caminos de la persuasión, la acompaña siempre de la fuerza que represente; esta misma fuerza, que las democracias pretenden presentar bajo una forma agresiva y que, en realidad, el gran estadista alemán, olvidando toda forma de revancha, la transforma en el primer instrumento de paz”.

Enaltecido el dictador desde las filas de los nuevos falangistas catalanes, el texto continuaba: “Las naciones democráticas no supieron en su tiempo solucionar airoosamente el problema, difícilmente pueden ahora negar a los sudetes alemanes el derecho de autodeterminación que se halla en la base misma de sus tratados. Cualquier otra salida dilatoria no haría sino hacer surgir nuevas dificultades, prestando ayuda a los sombríos designios de las bayonetas soviéticas que, escudándose en Praga, mueven los sutiles hilos de la guerra y la paz. Los hombres de París y Londres no pueden olvidar esos intereses alemanes oprimidos, ni desatender la justa razón de Alemania cuando expresa por boca de su jefe que está dispuesta a velar por ellos, “cueste lo que cueste””.

Los catalanes franquistas - y/o falangistas - casi tenían razón: ¿quién querría ir a la guerra por un motivo tan honorable como era la corrección de las iniquidades de Versalles y, a la vez, sabiendo que tras la resistencia de Praga estaban los bolcheviques? Eran los mismos argumentos que llegaban desde Francia, un país que siempre era tenido en cuenta en términos de opinión política e intelectual. En el país vecino, las semanas previas a la conferencia de Múnich habían transcurrido sin demasiado ruido mediático. Jean-François Sirinelli escribe sobre una interrupción (“hiatus”) en las dinámicas públicas “des clerics” (Sitinelli, 1996: 185) y del peso aun determinante de las posiciones pacifistas a derecha e izquierda (Ory y Sirinelli, 2007: 143-146). Los dos elementos parecía que iban a coincidir en una declaración pacifista de una llamada central sindical de acción contra la guerra, que hacía un llamamiento a la clase obrera para que no se convirtiera en carne de cañón “pour les batailles internationales du profit

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

capitaliste et le prestige des impérialismes qu’ils soient” (Sirinelli, 1996: 189);⁸ en *Nouvelles Cahiers* se pedía para “éviter les gestes d’intimidation et de prestige qui, dans l’histoire, ont toujours compromis l’issue des négociations et causés des guerres”, y “élargir le débat tchécoslovaque, devenue un élément d’une rivalité de forces, et s’efforcer de substituer à cette rivalité un statut pacifique européen, équitable et acceptable pour tous” (Sirinelli, 1996: 190-191). Según los responsables de la revista, durante la primera quincena de octubre, la mayoría de respuestas a esta declaración habían sido claramente favorables a una salida pacífica al conflicto.

Lo cierto era que el falangismo (heterogéneo) catalán en guerra podía contar con un aliado poderoso, al menos en el terreno intelectual, en el mundo de las derechas francesas; todos defendían planteamientos y objetivos coincidentes. En Francia, la mayoría de las derechas “par leur hostilité au Front Populaire et leur anticommunisme, témoignent une excessive complaisance pour Mussolini et Hitler, soit en Espagne soit en Tchécoslovaquie” (Winock, 1975: 173). En este aspecto, la gente de *Destino* - el grupo catalán francofalangista mejor articulado del momento - no tenía por qué preocuparse. Lo que escribían aquellos días - la justicia de las reivindicaciones alemanas, el falso pacifismo ante el belicismo bolchevique y otros argumentos similares - tenía una traslación precisa a la prensa de derechas más importante de Francia.

3. Múnich y sus héroes

“La S. de N. est aujourd’hui lettre morte...”, “la Tchécoslovaquie est le véritable repaire de tous les anarchistes, franc-maçons et autres révolutionnaires”; probablemente, no había mejor manera de celebrar el principio del fin de Checoslovaquia, después de la conferencia de Múnich del 29 de septiembre, que las palabras del “journal royaliste” *Le Roussillon*, del 1 de octubre de 1938.

A pesar de que Adolf Hitler buscaba la guerra definitiva contra Checoslovaquia, las opciones de un compromiso - Mussolini y, tras él, Chamberlain i Daladier - ganaron

⁸ Muy probablemente, se trataba de los *extremistas franceses que temen la guerra*, como informaba la edición sevillana del periódico monárquico *ABC* (14 septiembre 1938): *Esta noche han aparecido por las calles de París grandes manifestos firmados por el partido anarquista, los socialistas revolucionarios y la Liga de Madres para la Paz, en los que se dice que los trabajadores no deben hacer la guerra por Checoslovaquia, porque deben darse cuenta de que un conflicto no serviría para salvar a Checoslovaquia y llevaría solamente a la transformación del mundo y a una inmensa carnicería.*

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

temporalmente. El gobierno de Praga libraba los territorios exigidos por el III Reich, se establecían los mecanismos de arbitraje correspondientes y se evitaba la guerra, de momento. La sensación de éxito de las derechas europeas y los fascismos locales fue extraordinaria. No era de extrañar, señalaba Michael Seidman, que en Francia un 57% de los encuestados unos días después de la conferencia, aprobasen el acuerdo. La mezcla de pacifismo mal entendido, miedo, anticomunismo, “a menudo teñido de xenofobia y antisemitismo, hizo popular el pacto” (Seidman, 2017: 126).

La guerra había estado muy cerca, casi cuestión de horas, y la solución en el último minuto había convertido a los dirigentes europeos reunidos, incluso a Adolf Hitler, en unos líderes sin parangón. En el momento de los análisis, casi todos los argumentos, vocabulario y significados convergieron en un mismo terreno. El joven conservador-falangista⁹ Josep Vergés (*Fog* o J. V. Matas en las páginas de *Destino*, donde ejercía de comentarista de los asuntos internacionales) no tenía ningún problema para asumir el catálogo analítico del fascismo. Era el momento de encumbrar a Hitler y a Mussolini, cuya autoridad y discreción eran las columnas que sustentaban “la consecución pacífica de un acuerdo” (*FOG*, 8.10.1938). Por contra, había que cargar contra Francia, sus dirigentes y “la vana palabrería” dedicada a los checoslovacos. La III República, con Daladier a la cabeza, había tenido el papel “de comparsa que invariablemente viene asumiendo cuando algún momento difícil pone en evidencia la imprudente indecisión de sus hombres. Los checos - si checos hay - podrán agradecerle algún día el haberles empujado hasta poner en evidencia la absoluta falta de lógica que existía en el actual Estado checoslovaco”.

⁹ Vale la pena insistir en estas identidades políticas múltiples, que se desplegaron en aquellos años críticos y que, me parece, singularizan de forma notable el mundo de las derechas catalanas, sobre todo los regionalistas y los elementos provenientes del amplio mundo político, cultural y social del catalanismo. En la primavera de 1936, el joven Josep Vergés, un hombre de orden, socialmente conservador, culturalmente liberal, atraído por el mundo anglosajón (por lo tanto, como demostraría a lo largo de los años, un anglófilo innegable), no habría admitido nunca militar en el falangismo o, incluso, en alguno de los grupúsculos de la extrema derecha españolista (caso de Derecha de Cataluña, por ejemplo). En el otoño de 1938, habiendo pasado previamente por Londres, era un entusiasta de los análisis y discursos progermánicos (no exactamente pronazis), un firme defensor de las opciones dictatoriales ante la debilidad de las democracias y un anticomunista (antibolchevique, en el vocabulario político de este mundo) intransigente. Identidades políticas múltiples y, por lo tanto, combinables y compatibles, o una única (carlista, alfonsino, católico integrista, regionalista de derechas) contaminada por el fascismo (o por la versión españolista del falangismo). Quizá, en su síntesis definitiva, encontramos la etiqueta determinante: *franquistas catalanes*.

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

Pero Josep Vergés iría mucho más allá del análisis geopolítico. Sin que nadie le obligase, se metió en un terreno resbaladizo, como era expresar su gran admiración por los “Estados totalitarios”, en donde Hitler y Mussolini “han hablado a su pueblo, se han mantenido en estrecho contacto con él, han apreciado su pulso y su voto” (Matas, J.V., núm. 83, 1.10.1938). Era el argumento fundamental del populismo fascista: la interlocución directa entre el líder carismático y el pueblo, sin intermediarios - partidos políticos, grupos parlamentarios, diputados, ministros u otras figuras similares - que pudiesen entorpecer los objetivos centrales de los nuevos Estados emergentes - es decir, vueltos a la escena internacional con el ascenso de los fascismos y el nazismo. En otras palabras, Josep Vergés explicaba como los dos dictadores habían eliminado “toda la inútil impedimenta” que imposibilitaba la solución de los problemas: “No hay en los últimos discursos de Mussolini y de Hitler ni una vacilación, ni una duda. No hay tampoco ninguno de los efectos fáciles con que los políticos demócratas acostumbran a acompañar sus peroraciones domingueras. Un discurso de Hitler o de Mussolini es, y ha sido siempre, un profundo y vital contacto entre ellos y su pueblo...”. Adolf Hitler se había expresado con toda franqueza ante su pueblo y ante el mundo: él quería la paz y una solución para el conflicto de los Sudetes - “una solución justa”, escribiría Josep Vergés -, como última gran reclamación de su programa de recuperación de Alemania después del *diktat* de Versalles. Pero, con una generosidad analítica notable, Vergés iba más lejos: Hitler era la personificación de “una nueva era de paz”; Edvard Beneš, el presidente checoslovaco traicionado por los países democráticos, representaba “el postrer esfuerzo de una Europa vieja, decadente e inútil”. Ya no era el combate contra el comunismo soviético, que extendía sus zarpas desde España a la Europa central, pasando por el espectro moribundo del Frente Popular francés; era más sencillo que todo esto, más evidente: el combate entre los Estados totalitarios - y en Burgos y Salamanca se respiraba Estado totalitario - y las decadentes democracias de corte occidental (Francia y la Gran Bretaña). Para los catalanes de derechas, la deriva fascizante (o, directamente, fascista) era irresistible, como mínimo en términos de discurso político, quizá no en términos de convencimiento ideológico.

“Triunfo pleno de la paz [...], pero también de la razón y de la justicia” era, probablemente, la mejor frase que Josep Vergés podía escribir para sintetizar el espíritu del conjunto del bloque anticomunista y antiliberal que se había unido a los fascismos

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

Europeos en los últimos tiempos de la década de los treinta. Ceder ante Hitler era asegurar la paz; trocar Checoslovaquia era corregir uno de los numerosos errores del Tratado de Versalles; permitir que la población de origen alemán de los Sudetes se reintegrara en el III Reich era un acto de justicia con una minoría nacional oprimida desde prácticamente 1919.

4. Adiós francofalangista a Checoslovaquia (primavera de 1939)

En marzo de 1939 Barcelona era plenamente, puramente, francofalangista. Republicanos, separatistas, anarquistas y comunistas e incluso masones y judíos (porque, de haberlos, haylos) habían sido barridos de Cataluña de una forma indiscutible y drástica. No solamente “Ha llegado España”, como gritaba un cartel de la época, sino que habían empezado a regresar los fugitivos de 1936, la vieja prensa (es decir, la veterana como la ahora rebautizada *La Vanguardia Española*) reemprendía su camino después de tres años de secuestro, cargada de nuevas consignas; empezaban nuevas aventuras ideológicas y editoriales (por ejemplo, el semanario *Destino. Política de unidad*, reaparecido en junio de aquel año, ahora en manos de Ignacio Agustí y Josep Vergés, pero manteniendo el espíritu falangista originario) (Vilanova, 2018) y otros intentaban marcar nuevas tendencias y la iniciativa político-ideológica-cultural en el ámbito de la interpretación de los sucesos del mundo y el dibujo de nuevas pautas culturales e ideológicas (por ejemplo, *Solidaridad Nacional*, el portavoz falangista en Barcelona, construido sobre las cenizas del desaparecido portavoz anarquista *Solidaridad Obrera*, que padeció una curiosa evolución: si en 1939 su explícito subtítulo era *Diario de la Revolución Nacional-Sindicalista*, meses más tarde se limitaba a ser el *Diario de F.E.T. y de las J.O.N.S.*; había perdido la revolución por el camino).

La cartografía comunicativa de la Barcelona franquista de aquellos meses nos permite disponer de un dibujo político-ideológico interesante, que después se reflejaría en la panoplia de análisis sobre el conflicto europeo. El discurso falangista más puro se refugiaba en *Solidaridad Nacional*. Allí estaban los “camisas viejas” catalanes (Luys Santamarina, Félix Ros, Feliciano Baratech, antiguo tradicionalista pasado a las filas falangistas; Martí de Riquer, también de tradición carlista), pero se les sumaron algunos académicos de origen catalanista (Guillermo Díaz-Plaja, José M. Millás-Vallicrosa,

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La "impregnation fasciste" de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

Felipe Mateu Llopis) y, más ocasionalmente, algunos conocidos de Burgos, como Jaime Ruiz Manent o Ignacio Agustí. Cuando *Destino* reapareció en junio de 1939, en manos privadas y con nuevas ínfulas, el monopolio de la opinión falangista empezó a quebrarse.

La versión menos falangistizada, pero puramente, crudamente franquista, tenía que buscarse en *La Vanguardia Española*, el veterano diario burgués, conservador, dinástico, siempre cercano al poder (fuese el que fuese: monárquico, republicano-azañista, republicano-negrinista; ahora, en 1939, puramente y fielmente franquista), que acogía, bajo la mano de hierro del propietario, conde de Godó, y el director, Luis de Galinsoga, una nómina interesante y bastante representativa de la coalición mediático-intelectual del nuevo poder político establecido: exregionalistas, falangistas, monárquicos de extrema derecha, franquistas sin etiqueta determinada, que tenía en común la valoración del estado del mundo, aunque pudieran diferir en ciertos matices. Los tradicionalistas, civiles y eclesiásticos, se reagruparon alrededor del veteranísimo *El Correo Catalán*. En una feroz dictadura como era la franquista, todo el mundo conocía perfectamente los límites de la opinión política; es decir, que no había límites, solamente el *diktat* del poder, en forma de consignas y censura; a partir de aquí se emitían análisis que, en parte, respondían a las exigencias del poder (los artículos sin firmar, en muchas ocasiones), pero que también respondían con toda honestidad a las creencias de sus autores (los que firmaban sus artículos: de Santiago Nadal a Manuel Brunet, de Feliciano Baratech a Luis de Galinsoga, para entendernos).

Los días de marzo de 1939 no fueron los mejores para la información y el análisis de la situación internacional. Desde Barcelona, todo el mundo estaba más preocupado por la caída de Madrid y el fin de la guerra civil que por lo que pudiera ocurrir más allá de los Pirineos. Por lo tanto, los primeros incidentes checoslovacos pasaron sin demasiado ruido. Hay que esperar al día 15 para encontrar el primer análisis falangista contundente:

«Checoslovaquia era una ficción, y su existencia tenía dos vicios de origen: la democracia y la vejez. Pues las naciones no se han fundado nunca con unas elecciones, por muchas bayonetas que haya habido el día del escrutinio; son la sangre y la conciencia de una misión lo que une a los pueblos con la Historia.

Pocos han reparado en un detalle: en que Masaryk tenía más de 60 años cuando nació su Estado masónico y ginebrino. Y el ser santón laico - tan santón y tan laico como otros que hemos conocido nosotros de cerca desde Giner acá - no es suficiente

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

para infundir la vida a un ser enteco. El día del nacimiento ya era vieja Checoslovaquia, no lo pudo evitar ni el haber sido Wilson el tocólogo que la trajo al mundo en Versalles» (SN, 15.03.1939).

Efectivamente, Checoslovaquia murió con una rapidez extraordinaria, pero no sin dolor. Por muchas vueltas que le dieran y por mucho que lo endulzaran en Barcelona, el episodio de la destrucción y muerte de la República centroeuropea fue especialmente violento y complejo y, sin embargo, nada de lo que ocurrió valió una mirada piadosa a un país destruido, barrido de Europa. Ni en 1939, cuando murió a manos del nazismo, ni en 1941, cuando al periodista católico-integrista Jaime Ruiz Manent se le ocurrió la idea de escribir un elogio de la feliz vida de la Eslovaquia poschecoslovaca, ahora “protegida” por el III Reich:

«Hubo un momento en que algunos ilusos, hijos del país, en mayor contacto con las tendencias extranjeras que con el alma propia del país, se sintieron atacados de megalomanía. Fueron los que secundaron los planes de los nacionalistas checos para formar una nación grande y poderosa [...], pero no consiguieron crear sino aquel engendro de nación checoslovaca de Massaryk [*sic*] y Beneš, que terminó como el rosario del aurora y que ayudó a preparar el pavoroso conflicto que estamos hoy viviendo. [...] Fue ya un sacerdote, monseñor Hlinka, quien levantó el estandarte de la tradición cristiana de Eslovaquia frente a los manejos de los masones y librepensadores de Praga...» (Ruiz Manent, 16.08.1939).

Si del mundo católico no salía nadie a expresar un mínimo sentimiento de piedad y caridad por un Estado soberano borrado del mapa de Europa, ¿quién lo haría? Checoslovaquia no encontró a nadie que llorara el crimen que se cometió con su asesinato político.

Checoslovaquia, el “fraude de Versalles” (*Arriba*, 30.06.1939), había sido borrado de la faz de la tierra y Francia y la Gran Bretaña habían salido de dicha operación seriamente tocadas y perjudicadas en su imagen y prestigio. De Francia se decía que “con su política interior y exterior y con su acercamiento a los Soviets, sólo ha conseguido perder su posición predominante en Europa”. Por su parte, la Gran Bretaña había fracasado en su intento de convocar, a la desesperada, una “Conferencia Democrática internacional” [*sic*]; poca cosa más le quedaba por hacer en el continente (SN, 22.03.1939).

Checoslovaquia desapareció del mapa europeo en marzo de 1939, sin que nadie, entre las derechas y los fascismos del continente, lo lamentara. En España, ni el mundo

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La "impregnation fasciste" de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6*

francofalangista más duro, ni aquella gente conservadora catalana que la primavera de 1939 respiraba más tranquila, a pesar del excesivo exhibicionismo españolista y fascistoide de los vencedores, se movió del discurso más ortodoxo. El franquismo catalán, en sus variantes, matices e intensidades, compartía buena parte de la cosmovisión del mundo europeo de la primavera de 1939 con los fascismos continentales. Era otra evidencia de como estos fascismos habían devorado el espacio analítico, político y retórico de las viejas derechas catalanas, al igual que de buena parte de las del continente.

6. Los inductores de la nueva guerra: judíos y comunistas.

¿Quiénes fueron los inductores de la guerra que estalló en septiembre de 1939?
 ¿Quiénes negaron la última salida negociada y precipitaron el ataque a Polonia?
 Personajes (de hecho, un grupo étnico y un grupo ideológico) y países muy concretos debían asumir la responsabilidad de la nueva guerra en Europa. De hecho, eran preguntas retóricas, porque las respuestas ya estaban escritas antes de formular las dudas.

Judíos y comunistas se habían infiltrado hasta la médula, no solamente del aparato del Estado francés, sino también - y esto era todavía más importante - en el *alma* francesa, en su sustancia nacional, hasta subvertirlo todo. Desde el mundo carlista barcelonés también se denunciaba la pasividad - sinónimo de debilidad - de los franceses ante tantas conspiraciones y ataques de los de siempre, de los mayores enemigos de la Europa tradicional. ¿Qué ocurría en Francia? ¿Cómo era posible que todavía hubiese gente que dudase del contagio comunista de su cuerpo social? (*ECC*, 21.03.1939):

«[...] Cualesquiera que sean las ideas políticas de algunos estrados de la sociedad francesa, ¿es acaso posible que carezcan de espíritu nacional suficiente para abrirles los ojos sobre la realidad de la esclavitud, y no tan sólo ideológica, sino también de hecho, a las miras de los compañeros de Moscú? ¿O es que las democracias, con sus constantes roces, han terminado por triturar y destruir la idea de patria, que es la única capaz de salvaguardar la civilización, las características fundamentales de la raza y la libertad que proclaman los demócratas mismos?

Éstas y otras preguntas igualmente desoladoras surgen espontáneamente en el ánimo del honesto observador ante el espectáculo de tanta inconsciencia.

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

Una enfermedad colectiva muy extraña parece aquejar a Francia. Algo así como un peligroso daltonismo que, al invertir los colores del propio bien y del propio mal, amenaza llevarle a su segura ruina.

Y no aparece en su seno un médico que sea capaz de curarla sin someterla a una dolorosa operación quirúrgica».

El publicista católico Jaime Ruiz Manent remitía a una cuestión que el futuro régimen de Vichy iba a tener muy en cuenta, la demografía; comentando un viejo debate acerca de la decadente demografía francesa, apuntaba lo siguiente: “...como no acuden ya españoles, ni italianos, ni polacos en la proporción de antes, vengan negros...” (Ruiz Manent, 24.08.1939). Y no era ninguna exageración. Si la caída de la natalidad se encontraba en la base del desastre francés, el alcohol también tenía su cuota de protagonismo:

«El alcohol había sido, en manos de los socialistas, el principal instrumento con que se procedía al embrutecimiento y a la insensibilización del pueblo. Los desfiles del Frente Popular producían a los forasteros una impresión de estupor inenarrable. Si Francia fuera ese populacho - escribieron algunos cronistas - sería un pobre país. Y muchos diarios, y no precisamente los más apasionados, aseguraron que las concentraciones que precedían a los desfiles se hacían en los *bistros*. Si esto no fuera exacto, cualquier observador relacionará siempre la impresionante estadística del alcoholismo con el delirio de las masas del Frente Popular...» (ROMANO, 12.07.1941).

Manuel Brunet, un católico permanentemente airado, exasperado ante los tumbos del mundo moderno, pero también un analista excepcional de largo recorrido y años de experiencia como polemista temible en las filas de la derecha regionalista catalana¹⁰, no había terminado - ni terminaría en los años futuros - el inventario de los males franceses de 1939. Después del alcohol, había que apuntar el laicismo, “sinónimo de ateísmo”, “realización máxima de la masonería latina”, un “paganismo sin dioses, sin vitalidad, sin vitaminas. [...] Producto típico de una burguesía bien cebada” (ROMANO, 8.1.1944). Y no debía olvidarse el antifascismo, un “arma verbal y negativa”, “el estupefaciente que permitió que estallara la guerra”:

¹⁰ Manuel Brunet es un personaje fundamental en la reconstrucción del discurso político-intelectual del antiguo regionalismo conservador catalán, transmutado en una forma poco precisa de regionalismo franquista en las páginas del semanario *Destino*. Buena parte del antiguo mundo del catalanismo conservador (mundo político, económico, social y cultural) lo tuvo, entre 1940 y 1956, como uno de sus periodistas-intelectuales de referencia. Véase Montero (2016).

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

«El antifascismo era una receta fácil, un específico de charlatanes de feria, una escopeta de caña que esgrimían multitudes incapaces de pensar y de defenderse eficazmente...

[...] El mito del antifascismo es el principal responsable de la derrota de Francia... En lugar de trabajar, el antifascismo fue fecundo en huelgas, mítines monstruosos y discursos...» (ROMANO, 20.01.1945).

Y los judíos. Las derechas catalanas de 1939, ahora franquistas a secas, eran tan antisemitas como los falangistas españoles más radicales. Era otra de las “impregnaciones fascistas” del momento, adaptada a las características españolas: casi no había judíos y el filtro católico le daba un cariz muy diferente al antisemitismo radical nazi, por ejemplo.¹¹ Era un antisemitismo sin judíos.

Ya en febrero de 1939 y mirando hacía atrás con ira, los tradicionalistas catalanes habían señalado al enemigo obvio (y es solamente un ejemplo entre muchos):

«El judío ayuda a los suyos, pero defiende su dinero con una integridad enérgica, que, puesta en otro servicio, había de merecer los mejores elogios. Y parte de ese dinero, lo constituyen las divisas. Para fijar sus cambios, ya no hay ideologías, a no ser que coadyuven al negocio. Y ¿cómo había de pagarse la moneda de Azaña y Negrín, si la economía a sus órdenes no tenía existencia ninguna, si las cosas habían dejado de tener equivalente en papel acuñado para trocarse por el viejo sistema del intercambio directo; si no había propiedad, ni comercio, ni vida?

Por el contrario, y pese a sus calumniosas informaciones, ellos sabían que en la España de Franco se había proseguido la vida normal, sin más alteraciones que las muy elogiadas de una más estricta justicia entre los hombres y el establecimiento de la verdadera solidaridad. Sabían que el comercio seguía pujante; que la industria no sólo se mantenía, sino que había aumentado su potencia; que una confianza sin límites daba a toda nuestra vida –la espiritual, primero, y la económica, después - un acento de brillantez y normalidad, difícilmente superable –diríamos “imposible” - por otro país que haya de padecer la guerra.

Les quedaba, quizás, la duda no demasiado clara de si los manejos internacionales llegarían a enturbiar el sol de nuestra victoria. Pero ahora, saben ya definitivamente que no. Con presiones o sin presiones extrañas; con dolor o sin él; sin medir la altura de nuestro sacrificio, llegaremos al fin absoluto, del que ya estamos viviendo los primeros días. Y los judíos internacionales habrán de inclinar su cerviz acomodaticia, cuando quieran comerse las migajas de nuestro desdén» (ECC, 24.02.1939).

Todo llevaba a que, en aquella coyuntura bélica de 1939-1940, el antisemitismo franquista, católico o, sencillamente, derechista, se manifestara de alguna manera. Por ejemplo, la versión católica fascistizada de Jaime Ruiz Manent en sus colaboraciones en

¹¹ Para el caso español, debe consultarse: Álvarez Chillida (2002) y Domínguez Arribas (2009). Para el caso catalán: Pérez Ventayol (2017 y 2019).

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

Destino. Política de Unidad. En marzo de 1940 ofreció una buena muestra cuando, invocando a Charles Maurras - ¿quién, si no? -, asumía su tesis de que la guerra había estallado por voluntad y a beneficio de los judíos. De aquí llegaba a la Gran Bretaña, en un trayecto retórico muy corto:

«Inglaterra puso al frente del Ministerio de la Guerra a un judío, Hora [sic] Belisha;¹² un judío auténtico, de raza y de religión. Era “su” guerra, la guerra judía, y los judíos habían de dirigirla.

Por motivos que no han sido todavía aclarados, pues las decisiones del Sanedrín no se dan a conocer tan fácilmente, Hora [sic] Belisha ha dejado su cartera. Pero su influencia sobre el Ministerio sigue siendo grande. Cuanto él dice tiene decisiva significación» (Ruíz Manent, 2.03.1940)¹³.

No era la primera vez que el semanario francofalangista (ahora en manos privadas) se fijaba en el político británico. Precisamente, unos días más tarde de la dimisión del ministro, alguien de la revista le dedicaba un comentario muy clarificador:

«No se sabe a dónde se va. ¿Por qué ha dimitido el ministro de la Guerra? Hore Belisha es judío, un judío auténtico, de raza y de religión, un hebreo convencido. Tal vez por ese hilo sacaríamos el ovillo. Los judíos tienen mucha parte en la preparación y en la conducción de esta guerra.

Contra ellos van los más acerbos ataques de los pacifistas ingleses. No se recatan de decir que la guerra es una empresa judía. Lo dicen a voces en mítines y en la prensa. No tendría nada de extraño que los pontífices del judaísmo internacional, los que mueven en secreto tantos resortes, alarmados por las campañas, hubiesen decidido eclipsar a sus personajes más visibles. Belisha, el hebreo, aparecería excesivamente destacado en lo alto del candelero» (*DPU*, 13.03.1940).

Por cierto que Ruíz Manent, inevitablemente, pasaría de los judíos a los masones, tal como estaba señalado en el canon doctrinario de los fascismos europeos. Tras Hore-Belisha, tocaba la secta: “No hay que excluir tampoco su influencia [*la de los masones*] en la guerra actual. Hace una semana hablábamos de los judíos como instigadores de la guerra. No vamos a contradecirnos hoy al presentar como tales a los francmasones. En realidad, son primos hermanos de los hijos de Judá” (Ruíz Manent, 21.03.1940).

¹² El nombre correcto era lord Leslie Hore-Belisha.

¹³ Ya en 1939 había ofrecido muestras de su antisemitismo: Ruíz Manent (21.10.1939) y Ruíz Manent (2.08.1941).

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

Judíos, comunistas y masones; la tríada perfecta de culpables de una nueva guerra que la Alemania nazi no quiso, la Italia fascista tampoco, y la España franquista esperaba para conseguir un lugar en el nuevo reparto, el nuevo orden europeo. Por el camino fueron cayendo países y sistemas políticos democráticos, lo que no conmovió ni por un momento a las derechas europea, incluyendo las catalanas, definitivamente fascistizadas tras la experiencia bélica española. Lo más extraordinario, quizá, fue que nunca, a partir de 1945, nadie quiso revisar este proceso de contaminación ideológica y, todavía menos, asumir algún tipo de responsabilidad, ni que fuera de carácter ético. Al contrario, casi todos los protagonistas se declararon aliadófilos de primera hora. Y todavía hoy, cierto revisionismo periodístico y ensayístico lo mantiene. Pero ésta es otra historia.

Francesc Vilanova - *Múnic, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

Bibliografia:

ABADAL I CALDERÓ, Raimon d' (2001), *Dietari de guerra, exili i retorn (1936-1941)*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

ÁLVAREZ CHILLIDA, Gonzalo (2002), *El antisemitismo en España. La imagen del judío (1812-2002)*, Madrid, Marcial Pons.

ARQUÉ, Josep (2014), *Derecha de Cataluña: monàrquics alfonsins contra la Segona República i la Catalunya autònoma (1931-1936)*, tesis de doctorado en Historia Moderna y Contemporánea, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona.

ARRIBA (30.07.1939), “A los veinte años del fraude de Versalles. En lo que se convirtieron los catorce puntos de Wilson”.

CAMBÓ BATLLE, Francesc (1982), *Meditacions. Dietari*, vol. 2, Barcelona, Alpha.

CAPDEVILA, Mireia; VILANOVA, Francesc (2017), *Nazis a Barcelona. L'esplendor feixista de postguerra (1939-1945)*, Barcelona, Ajuntament-L'Avenç-Fundació Carles Pi i Sunyer.

Destino. Política de Unidad (DPU), núm. 130, 13.03.1940.

DÍAZ ESCULIES, Daniel Diaz Esculies (2013), *L'exili dels Països Catalans durant la Guerra Civil de 1936-1939*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

DOLL-PETIT, Rubèn (2003), *Els “catalans” de Gènova, història de l'èxode i l'adhesió d'una classe dirigent en temps de guerra*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

DOMÍNGUEZ ARRIBAS, Javier (2009), *El enemigo judeo-masónico en la propaganda franquista (1936-1945)*, Madrid, Marcial Pons.

DORIA, Sergio Doria (2013), *Ignacio Agustí, el árbol y la ceniza*, Barcelona, Destino.

EL CORREO CATALÁN (ECC), “Finanza judía”, (24.02.1939).

EL CORREO CATALÁN (ECC), “Donde se vive con los ojos cerrados. Una potencia extranjera obliga a compilar “listas negras”. Una enfermedad colectiva parece aquejar a Francia”, (21.03.1939).

FOG [VERGÉS I MATAS, Josep], “Panorama internacional”, en *Destino. Política de Unidad (DPU)*, núm. 84, 8.10.1938

GIN [AGUSTÍ, Ignacio], “Bershtesgaden”, en *Destino. Política de Unidad (DPU)*, núm. 81, 18.09.1938.

Francesc Vilanova - *Múnic, Praga y los judíos como pretexto La "impregnation fasciste" de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

HUERTAS CLAVERIA, Josep M. (1991), "Els 100 números del *Destino* de Burgos", en *Miscellània d'homenatge a Josep Benet*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, pp. 517-536.

MARÍN, Martí (2019), *¡Ha llegado España! La política del franquisme a Catalunya (1938-1977)*, Vic, Eumo.

MASSOT I MUNTANER, Josep (1998), *Tres escriptors davant la guerra civil. Georges Bernanos, Joan Estelrich, Llorenç Villalonga*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, sobre todo el estudio "Joan Estelrich, propagandista de Franco a París".

MATAS, J. V. [VERGÉS I MATAS, Josep Vergés i Matas], "Hitler ofrece la paz", en *Destino. Política de Unidad (DPU)*, núm. 81, 18.09.1938.

MATAS, J. V. [VERGÉS I MATAS, Josep], "Voluntad de paz", *Destino. Política de Unidad (DPU)*, núm. 83, 1.10.1938.

MOLAS, Isidre (1973), *Lliga Catalana*, 2 vols., Barcelona, Eds. 62.

MONTALT [RUIZ MANENT, Jaime, muy probablemente], "Ayuno ginebrino", en *Destino. Política de Unidad (DPU)*, núm. 81, 18.09.1938.

MONTERO, Francesc (2016), *Manuel Brunet. El periodisme d'idees a l'ull de l'huracà*, Catarroja, Afers.

MOTA, José Fernando de la (2020), *¡Viva Cataluña española! Historia de la extrema derecha en la Barcelona republicana (1931-1936)*, València, PUV.

ORY, Pascal Ory; SIRINELLI, Jean-François (2007), *Los intelectuales en Francia. Del caso Dreyfus a nuestros días*, Valencia, PUV.

PÉREZ VENTAYOL, Joan (2017), *Els catòlics catalans i la qüestió jueva (1917-1939)*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

PÉREZ VENTAYOL, Joan (2019), *Del filosemitisme a l'antijudaisme (1917-1939)*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

RIQUER, Borja de (1996), *L'últim Cambó. La dreta catalanista davant la guerra civil i el primer franquisme (1936-1947)*, Vic, Eumo.

ROMANO [BRUNET, Manuel], "El alcohol y la política", *Destino. Política de Unidad*, núm. 208, 12.07.1941.

ROMANO [BRUNET, Manuel], "M. Maurice Sarraut", *Destino. Política de Unidad*, núm. 338, 8.01.1944.

Francesc Vilanova - *Múnic, Praga y los judíos como pretexto La "impregnation fasciste" de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

ROMANO [BRUNET, Manuel], "Mitologías nefastas", *Destino. Política de Unidad*, núm. 392, 20.01.1945.

RUIZ MANENT, Jaime, "Los negros en Francia", *Solidaridad Nacional*, (24.08.1939).

RUIZ MANENT, Jaime, "¿Por qué luchan las naciones?", *Destino. Política de Unidad*, (21.10.1939).

RUIZ MANENT, Jaime, "La guerra de Judá", *Destino. Política de Unidad*, núm. 128, 2.03.1940.

RUIZ MANENT, Jaime, "La masonería y la guerra", *Destino. Política de Unidad*, (21.03.1940).

RUIZ MANENT, Jaime, "Ofensiva de Israel", *Destino. Política de Unidad*, núm. 211, 2.08.1941.

RUIZ MANENT, Jaime, "Un pueblo feliz", *Destino. Política de Unidad*, núm. 213, 16.08.1941.

SEIDMAN, Michael (2017), *Antifascismos, 1936-1945. La lucha contra el fascismo a ambos lados del Atlántico*, Madrid, Alianza Editorial.

SIRINELLI, Jean-François (1996), *Intellectuels et passions françaises. Manifestes et pétitions au XXè siècle*, París, Librairie Arthem Fayard.

SOLIDARIDAD NACIONAL (SN), "El final de una entelequia".15.03.1939.

SOLIDARIDAD NACIONAL (SN), "Fracasa la proyectada Conferencia de "democracias". Polonia y Hungría no quieren demasiados contactos con Rusia. Yugoslavia se separa de Francia", 22.03.1939.

THOMÀS, Joan M. (1992), *Falange, guerra civil, franquisme: F.E.T. y de las J.O.N.S. de Barcelona en els primers anys del règim franquista*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

THOMÀS, Joan M. (2008), *Feixistes! Viatge a l'interior del falangisme català*, Barcelona, La Esfera de los Libros.

VALLVERDÚ, Robert (2008), *El carlisme català durant la Segona República espanyola. 1931-1936. Anàlisi d'una política estructural*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat;

VALLVERDÚ, Robert (2014), *La metamorfosi del carlisme català: del "Déu, Pàtria i Rei" a l'Assemblea de Catalunya (1936-1975)*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

Francesc Vilanova - *Múnich, Praga y los judíos como pretexto La “impregnation fasciste” de las derechas catalanas ante la nueva guerra europea (1938-1939)*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 105-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a6

VILANOVA, Francesc (1996), *Ramon d'Abadal, entre la història i la política*, Lleida, Pagès editors.

VILANOVA, Francesc (1998), “Luigi Sturzo i la guerra civil espanyola a través de la seva correspondència”, en AA.VV., *Miscel·lània d'homenatge al Pare Evangelista Vilanova*, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, pp. 489-497.

VILANOVA, Francesc (2018), *Franquisme i cultura. Destino. Política de Unidad. La lluita per l'hegemonia intel·lectual a la postguerra catalana (1939-1949)*, Palma de Mallorca, Leonard Muntaner.

VILASANJUÁN, Sergio (2002), “Tertulias, cenas y conciertos: un diario cultural de posguerra”, en *La Vanguardia*, 7 junio.

WINOCK, Michel (1975), *Histoire politique de la revue Esprit, 1930-1950*, París, Seuil.

WINOCK, Michel (2012), *La droite hier et aujourd'hui*, París, Perrin.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras

A possibilidade de uma ilha. A Checoslováquia como contraexemplo da crise da democracia no período de entre guerras mundiais

La possibilité d'une île. La Tchécoslovaquie comme contre-exemple pendant la crise des démocraties de l'entre-deux-guerres

The possibility of an island. Czechoslovakia as a counter-example of the crisis of democracy in the interwar period

Miguel Cabo Villaverde

Departamento de Historia de la Universidad de Santiago de Compostela
miguel.cabo@usc.es

Resumo: Na Europa de entre guerras mundiais, um país de criação recente, como era a Checoslováquia, converteu-se numa das poucas exceções face à onda autoritária que se impôs nos anos trinta. Esta foi a origem do mito da I República de 1918-38, como uma “ilha de democracia”, reforçado por fatores como o carisma do presidente Masaryk, o sacrifício do país no contexto da política de apaziguamento adotada pelas potências ocidentais no pacto de Munique de 1938, o golpe comunista de 1948 ou o esmagamento da Primavera de Praga, vinte anos mais tarde. Neste artigo, analisar-se-á esse mito, o debate historiográfico posterior à queda do Muro e prestar-se-á particular atenção a um fator pouco conhecido como foi o papel decisivo do partido republicano agrário.

Palavras-chave: Checoslováquia, partido agrário, minorias, parlamentarismo.

Abstract: In Interwar Europe the newly created Czechoslovakia became one of the few exceptions among the rising authoritarian tide in the 1930s. That was the origin of the myth of the Czechoslovak First Republic as an “island of democracy”, supported by factors such as the charisma of president Masaryk, the sacrifice of the country in the altar of appeasement in 1938, the communist coup in 1948 or the crushing of the “Prague Spring” twenty years later. This article will explore this myth, the historiographical debate after the fall of the Berlin Wall and particularly a less known factor, namely the key-role of the republican agrarian party.

Key-words: Czechoslovakia, agrarian party, minorities, parliamentarism.

Résumé: Dans l'Europe de l'entre-deux-guerres, un pays nouvellement créé, la Tchécoslovaquie est devenu une des rares exceptions devant la marée autoritaire qui a prévalu dans les années trente. Ce fut l'origine du mythe de la Première République tchécoslovaque comme “île de démocratie”, soutenu par le charisme du président Masaryk, le sacrifice du pays sur l'autel de la politique d'apaisement à Munich en 1938, le coup communiste en 1948 ou l'écrasement du printemps de Prague vingt années plus tard. L'article analysera ce mythe, le débat historiographique après la chute du Mur et particulièrement un facteur assez mal connu: le rôle crucial joué par le Parti Republicain Agraire.

Mots-clés: Tchécoslovaquie, parti agraire, minorités, parlementarisme.

Resumen: En la Europa de Entreguerras un país de reciente creación, como era Checoslovaquia, se convirtió en una de las pocas excepciones a la oleada autoritaria que se impuso en los años treinta. Ello fue el origen del mito de la I República de 1918-38 como una “isla de democracia”, reforzado por factores como el carisma del presidente Masaryk, el sacrificio el país en aras de la política de apaciguamiento en el pacto de Munich de 1938, el golpe comunista de 1948 o el aplastamiento de la Primavera de Praga veinte años más tarde. En este artículo se analizará ese mito, el debate historiográfico posterior a la caída del Muro y se prestará particular atención a un factor poco conocido como fue el papel clave del partido republicano agrario.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152.*
DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

Palabras clave: Checoslovaquia, partido agrario, minorías, parlamentarismo.

Planteamiento, ¿una isla de democracia?¹

“Un Estado liberal, democrático, moderno creado aquí conscientemente sobre la base de los valores con los cuales hoy en día está también comprometida toda la Europa democrática y en los cuales ve su futuro (...) Es cierto que la república checoslovaca tenía sus defectos pero ello no cambia en modo alguno el hecho de que Checoslovaquia, como Francia, como los actuales países del Benelux, Suiza o las naciones nórdicas era uno de los pocos Estados verdaderamente democráticos y bien organizados de la Europa continental (...) Por tanto, cuando la República checa reconoce sus vínculos de continuidad con Checoslovaquia, ello solamente puede ser considerado como un mérito” (Havel, 1995).

Vaclav Havel, el intelectual disidente que se convirtió en primer presidente de Checoslovaquia tras la caída del Muro, invocó en numerosas ocasiones, como la citada más arriba, el precedente histórico de la I República (1918-1938), relegando las cuatro décadas de régimen comunista a la condición de un lamentable paréntesis. Al hacerlo estaba insertándose en una tradición que, aunque tenía raíces en el siglo XIX, en términos estrictos había cultivado la propia elite política y cultural fundadora del estado checoslovaco en 1918, en primera línea su primer presidente el filósofo Tomáš Garrigue Masaryk (1850-1937) y su discípulo y sucesor Edvard Beneš (1884-1948). Havel sin embargo invocaba el mito de la “isla de democracia” en el momento en que estaba comenzando a ser seriamente cuestionado por la historiografía, aunque se mantuviese sólido fuera de la comunidad académica.

El propósito de este artículo es presentar el mito y analizar en qué medida se apoya en la realidad histórica. El revisionismo tiene un límite, el hecho indiscutible de que con todos los matices que se quieran señalar la I República checoslovaca mantuvo durante veinte años el régimen parlamentario, las libertades civiles y unos niveles de violencia política muy inferiores a los de los países de su entorno, en los que se fueron imponiendo en uno tras otro dictaduras de diferente pelaje. Es necesario pues preguntarse qué tenía de

¹ <http://orcid.org/0000-0002-8099-3895> Departamento de Historia, USC. Grupo de Investigación HISTAGRA (ED431C 2017111. GRC-Galicia). Agradezco a los evaluadores anónimos de la revista sus útiles comentarios.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

particular Checoslovaquia para haber escapado a la suerte de la mayoría de los países de la región. El último apartado se dedicará a presentar un factor fundamental en la estabilidad de la I República que sin embargo con frecuencia es ignorado: el papel jugado por el Partido Agrario o RSZML por sus siglas en checo en su denominación definitiva adoptada en 1922².

Mito y realidad de la I República checoslovaca

Las últimas décadas del Imperio Austro-Húngaro se vieron agitadas por la cuestión de las nacionalidades. Desde el *Ausgleich* o compromiso de 1867 el Imperio se había convertido en una monarquía dual, con dos mitades, austríaca y húngara, con sus respectivos parlamentos, pero ello no había servido ni mucho menos para armonizar las aspiraciones de los distintos grupos nacionales. Eslovaquia se encontraba dentro de la mitad húngara (Transleitania) y no vio reconocidas políticamente sus particularidades, aunque sí hasta cierto punto en los aspectos religioso y lingüístico. En cambio, los checos quedaron englobados en la austríaca (Cisleitania) en la cual se organizaron Dietas provinciales, aunque con competencias ciertamente limitadas. Los checos, crecientemente organizados con partidos y asociaciones de todo tipo (el ejemplo paradigmático es el movimiento deportivo *Sokol*) pugnaron por el reconocimiento de su idioma en distintos ámbitos y por la creación de una universidad checa en Praga (lograda en 1882). Jeremy King (2005), a partir de la ciudad bohemia de Budweis/ Budějovice, ha mostrado cómo en la vida política y asociativa se fueron imponiendo cada vez con más fuerza las afinidades nacionales (con delimitaciones en absoluto exentas de ambigüedad) sobre las de otro tipo (locales, corporativas...). Sin embargo, a la altura de 1914 la aspiración a la independencia era muy minoritaria frente a la reivindicación de mayor autonomía dentro del Imperio, en el mejor de los casos con un status similar al logrado por Hungría. Al iniciarse el conflicto mundial los diputados checos en el parlamento de Viena apoyaron al gobierno imperial y así lo siguieron haciendo durante la mayor parte de la guerra, con la esperanza de que su fidelidad se viese recompensada una vez terminado el conflicto.

² Tras fusionarse con su equivalente eslovaco: *Republikánská strana zemědělského a malorolnického lidu* o *Partido Republicano de Agricultores y Pequeños Campesinos*.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

Los defensores del ideal independentista y además de una entidad nacida de la unión de checos y eslovacos, que apenas había tenido defensores hasta el momento salvo en círculos intelectuales muy restringidos (Bakke, 2004), fueron un grupo reducido de individuos en el exilio. El triunvirato formado por Masaryk, Beneš y el también exalumno suyo y oportunamente eslovaco Milan Štefánik (1880-1919) impulsó su causa a través del Comité nacional checoslovaco (1915) en diversos países aliados y entre las comunidades de emigrantes³. Lo que parecía una empresa quijotesca comenzó a ganar credibilidad cuando la Entente, ante la prolongación de la guerra, optó por jugar la peligrosa carta de promover la autodeterminación de los pueblos supuestamente oprimidos de los Imperios rivales. El lobby académico en torno al historiador escocés Robert Seton-Watson dio respaldo intelectual a la disgregación del Imperio Habsburgo y en particular a la creación de Checoslovaquia, más todavía cuando varios discípulos suyos trabajaban en el Foreign Office y estuvieron presentes en las conferencias de paz (Bakic', 2017: 8). La organización de Legiones checoslovacas con emigrantes y prisioneros de guerra en diversos frentes aportó un argumento adicional.

El Comité nacional checoslovaco logró imponer en las altas esferas de los países occidentales, pero también hasta cierto punto a nivel popular a través de la prensa y actos divulgativos, una narrativa que en parte actualizaba las tesis del historiador František Palacký (1798-1876). Éste había concebido la historia de la nación checa como la pugna constante por afirmarse contra la opresión de Roma y el autoritarismo germánico, a partir de un instinto tolerante e igualitario expresado en el movimiento reformista religioso husita en la Bohemia del siglo XV y reforzado por la desaparición de la nobleza autóctona tras la batalla de la Montaña Blanca de 1620, que selló la imposición de los Habsburgo sobre las tierras checas (Orzoff, 2009: 25). Descrito en estos términos, que varios autores emparentan con la versión *whig* de la historia inglesa, su carácter y pasado acercarían mucho más a los checos a los países occidentales que a la Europa centro-oriental y por tanto ofrecerían un suelo mucho más fértil para el arraigo de un sistema democrático.

Una vez constituido, el Estado checoslovaco y en concreto la oficina presidencial se van a esforzar por expandir esta visión a través del culto a la figura carismática de

³ Štefánik (1880-1919), aviador y astrónomo, se convirtió en el primer ministro de la Guerra de la I República pero falleció poco después en un accidente aéreo.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

Masaryk⁴, casi como rey-filósofo que encarnaba las virtudes de su país, una ingente producción bibliográfica a través de la editorial Orbis dependiente del Ministerio de Asuntos Exteriores y la incansable actividad de Beneš en la escena diplomática internacional (Orzoff, 2008). El mito de la Checoslovaquia tolerante, democrática y mártir irá sumando nuevos perfiles con su sacrificio por parte del Reino Unido y Francia en el pacto de Munich de 1938, que supuso la pérdida de los territorios de mayoría alemana, la posterior ocupación del resto por el III Reich, el golpe comunista de febrero de 1948 y la represión de la Primavera de Praga veinte años después. El modo pacífico en que se produjeron, primero la superación del régimen comunista con la llamada Revolución de Terciopelo, y, poco después, el divorcio entre sus dos partes constituyentes, en 1993, parecieron confirmar el mito, ¿qué mejor epílogo para el mismo que tan civilizados procedimientos para dirimir situaciones potencialmente explosivas que en los Balcanes estaban dando lugar a impactantes derramamientos de sangre por esos mismos años?

Durante la Guerra Fría la historiografía comunista descalificó la I República como un régimen burgués que había reprimido al movimiento obrero, no había sabido resistir al fascismo y había desechado una alianza con la URSS, buscando en cambio el apoyo de las idealizadas democracias occidentales que en el momento decisivo la habían ofrecido en sacrificio a la Alemania nazi para salvaguardar sus propios intereses (Adams, 2004; Holubec, 2014; Koeltzsch y Konrád, 2014: 293). El mito sobrevivió entre el exilio y entre los disidentes (aunque significativamente mucho más entre los checos que entre los eslovacos) que lo utilizaban como fuente de legitimación, pero hasta la caída del comunismo no se dieron las condiciones para una revisión historiográfica seria (Holy, 1996; 165).

En los siguientes apartados se presentará un análisis del sistema político y un estado de la cuestión historiográfico que implican la revisión de los mitos fundadores de

⁴ La biografía de referencia es la de Soubigou (2002), precisamente con un prólogo de Havel. Que Bradley (2000:105) tras analizar las causas de la pervivencia de la democracia en la I República termine afirmando que sin Masaryk “no hubiese existido un sistema democrático liberal fuerte en Checoslovaquia, sino probablemente algo que se parecería a las confusas antiguas provincias checas bajo los Habsburgo” dice tanto del peso de su figura como de la pervivencia del mito a su alrededor.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

la I República⁵. Sin embargo, nadie puede negar el hecho indiscutible de que a la altura de 1937 era el único régimen parlamentario que sobrevivía al este de Suiza, capaz además de gestionar elecciones periódicamente marcadas por una participación masiva (superior al 90%, aunque es cierto que el voto era obligatorio) y la ausencia de la violencia y el fraude endémicos en varios países de la región. Y ello a pesar de que si nos situásemos en 1918, el punto de partida habría justificado cierto grado de escepticismo al respecto, porque no se confirman en su caso las principales teorías que desde la Ciencia política y la Historia se han elaborado para explicar la viabilidad de los sistemas democráticos. El único criterio que cumpliría de forma clara sería el de las teorías de la modernización que vinculan democracia y prosperidad económica, e incluso cabría introducir el matiz de que ello era válido para las tierras checas, que eran la región más industrializada del Imperio Habsburgo, pero no para Eslovaquia y desde luego tampoco para la atrasada Rutenia subcarpática (Berg-Schollosser y Mitchell, 2000: 18). Otros factores hubiesen presagiado un desarrollo político mucho menos apacible, al menos cuatro por limitarnos a los principales.

En primer lugar, la composición étnica de su población era muy heterogénea, casi una reproducción en miniatura del antiguo Imperio Habsburgo: la suma de checos y eslovacos constituía según el censo de 1921 solamente el 65% de la población: 8,7 millones del total de 13,4, una mayoría construida sobre la afinidad lingüística de ambos, pero obviando los factores que los separaban. Por ejemplo, el mayor desarrollo económico y educativo de las tierras checas (Bohemia, Moravia y Silesia), la mucho mayor fuerza del catolicismo en Eslovaquia, o que los checos hubiesen adquirido bajo el dominio austriaco un aprendizaje político (dieta provincial, sufragio masculino universal de 1907, mayor libertad asociativa) que Budapest negó a los eslovacos. Casi un cuarto del total era población alemana que había sido incorporada contra su voluntad, y junto con el 5% de húngaros (que en Eslovaquia suponían el 22%) partían del resentimiento de haber sido los grupos dirigentes hasta 1918 y ahora sentirse en una posición subordinada, a lo que había que añadir haber sido los principales perjudicados por las expropiaciones de la reforma agraria. Aparte habría que tener en cuenta a los rutenos (de lengua

⁵ El mito tiene también una dimensión económica que no podemos tratar aquí, puesto que la I República es recordada hoy en día popularmente como un período de prosperidad más que cuestionable con los datos *objetivos* (Kubů y Pátek, 2000).

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

ucraniana), polacos, judíos, gitanos y rusos. Lo aconsejable hubiese sido una solución federal, pero el temor al uso que haría de la misma la minoría alemana bloqueó todos los intentos e indirectamente nutrió el descontento eslovaco ante lo que percibían como centralismo de Praga, agravado porque la burocracia se nutrió desproporcionadamente de checos dado su mayor nivel educativo y acceso al funcionariado bajo la Administración austriaca. El “checoslovaco” era la única lengua oficial, lo que supuso el despido de miles de funcionarios de habla alemana, si bien sí se reconocía, prolongando una práctica proveniente de Cisleitania, la utilización de lenguas minoritarias en el ámbito escolar allí donde tuviesen un peso significativo.

En segundo lugar, la vida política vino marcada por una extrema fragmentación, agravada por la representación proporcional y por el hecho de que la mayor parte de los partidos tuviesen un matiz étnico. En las elecciones de 1920 el partido más votado fue el socialdemócrata con el 26,2% de los sufragios, pero enseguida se produjo la escisión comunista. En las tres siguientes el partido con más escaños fue el agrario moviéndose en el umbral del 15% de los votos, pero se dio la paradoja de que, en las últimas, las de 1935, el partido más votado en el conjunto de la República fuese nada menos que el Partido de los Sudetes de Henlein al lograr concentrar dos tercios de los sufragios de esa minoría y con ello el 15,2% del total del país. En los términos de Sartori (2005), se podría hablar de un sistema de pluralismo polarizado que además asistiría al crecimiento en los años treinta de partidos antisistema (el de los Sudetes y hasta cierto punto el eslovaco de Andrej Hlinka) que se sumaban al partido comunista más fuerte de toda la región.

El entorno geopolítico no era precisamente el más favorable. Salvo Rumanía, el resto de los Estados fronterizos (Alemania, Austria, Polonia y Hungría) tenían contenciosos territoriales con Checoslovaquia y/o eran Estados perdedores en los acuerdos de paz de los que había nacido aquella y aspiraban a su revisión. La diplomacia de Beneš aspiró a apuntalar su posición mediante la alianza con Francia y la formación de la Pequeña Entente con Yugoslavia y Rumanía dirigida contra Hungría, contra una posible restauración de los Habsburgo y contra cualquier revisionismo de los tratados de paz, pero la contradicción era que su principal socio comercial seguía siendo Alemania.

Otro factor a tener en cuenta es el impacto de la Gran Depresión (Průcha, 1995). El retroceso en las exportaciones industriales no se recuperó hasta 1936 y solamente gracias a la industria pesada, en particular la armamentística, mientras la ligera perdía

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

competitividad. Su estabilidad sí permitió un alto nivel de inversiones de capital extranjero (Teichova, 1974).

Por lo tanto, muchos de los factores que desequilibraron los sistemas parlamentarios en Europa central y oriental en los años veinte y treinta estaban presentes también en el caso checoslovaco. Para comprender por qué el resultado fue diferente es necesario considerar tanto sus instituciones políticas como sobre todo el modo en que funcionaban en la práctica.

Detrás del mito: instituciones políticas formales e informales de la I República.

La Constitución de 1920 no fue aprobada por una Asamblea Constitucional ni en referéndum, sino elaborada por un Parlamento provisional compuesto por los representantes en el Reichsrat de Viena. Se inspiraba fundamentalmente en la estadounidense y en la legislación de la III República francesa. El centro del sistema político lo constituía en teoría un Parlamento bicameral (cámara baja con 300 diputados y Senado con 150) elegido por sufragio universal (también femenino), mientras el presidente disponía del poder de veto. Sin embargo, en las dos décadas en que estuvo en vigor ni un solo gobierno cayó como resultado de un voto de no confianza del Parlamento (Broklová, 1992: 28). En realidad, el Parlamento se limitaba a ratificar las decisiones de una institución que ni siquiera existía en ningún texto legal, la *Pětka*, de la palabra checa para “cinco”. Se trataba de un comité informal de representantes de los cinco principales partidos (posteriormente se fue uniendo algún otro) establecido en forma de reuniones periódicas en 1920 y que ha llegado a ser calificado como “el verdadero gobierno de la nación” (Crampton, 1997: 63). Esos cinco partidos, que ya se habían configurado durante los últimos años del Imperio Habsburgo, eran los sostenedores de la República, leales a la misma y con posibilidades de asumir responsabilidades de gobierno. De izquierda a derecha:

1. El partido socialdemócrata, reformista y moderado, que marcaba distancias sistemáticamente con el comunista. Estaba dispuesto a entrar en coaliciones con partidos burgueses, lo cual le permitió avanzar su agenda. Existía otro partido socialdemócrata, pero de la minoría alemana que entraría en varios gobiernos a partir de 1932.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

2. El Partido Nacional Socialista (nada que ver con el NSDAP alemán), al que pertenecía Beneš, un partido de centro-izquierda nacionalista checo formado en 1897 a partir de una escisión de la socialdemocracia que rechazaba la lucha de clases a favor de una vía reformista.

3. El Partido Republicano o Agrario.

4. El Partido Nacional Democrático, derechista, evolución del antiguo partido de los Jóvenes Checos, representante de la industria. Frente a la orientación occidental de Beneš y Masaryk, era eslavófilo, pero el triunfo bolchevique en la guerra civil rusa imposibilitó la aplicación práctica de este principio.

5. El Partido Popular, católico-social, a no confundir con su equivalente eslovaco con el cual no tenía buenas relaciones.

La disgregación del mapa partidista y la voluntad de mantener al margen al partido comunista obligaron a gobiernos de coalición muy amplios, cuyo eje siempre sería el Partido Agrario⁶. Lo discutible es que los nombramientos de altos cargos y la legislación no se decidían en el Parlamento, sino en el seno de esas reuniones de los líderes de los principales partidos. La discusión pública se trasladaba, eso sí, a la opinión, a través de la pujante prensa. Las cámaras se veían de este modo vaciadas de contenido y limitadas a un papel de mera ratificación o a lo sumo a cuestiones de detalle. Esta partitocracia incluso hacía que el primer ministro no nombrase a sus ministros, sino que una vez en la *Pětka* se llegaba a un acuerdo sobre el reparto de carteras era cada partido el que designaba a quienes iban a ocupar las que le habían correspondido. La necesidad de amplias coaliciones también dificultaba reformas de calado por la necesidad de acomodar a muchos partidos implicados y tendía a favorecer políticas de gestión.

La verdadera lucha política no se daba pues dentro del Parlamento, sino en reuniones informales, pero además hay que añadirle otro eje de confrontación política también al margen de la letra de la Constitución: el del *Hrad* con respecto a los partidos políticos. *Hrad* significa castillo fortificado y hace referencia a la sede de la presidencia

⁶ El partido comunista era el más potente de la región, segundo por número de escaños en 1925 y tercero en 1929 y 1935, pero nunca se le abrieron las puertas del gobierno pese a ser menos radical que sus equivalentes en los países vecinos. Una particularidad era ser genuinamente checoslovaco, por imposición de Moscú.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

de la República. Masaryk permanentemente buscaba extender su influencia más allá de sus limitados poderes teóricos y determinar el curso de los gabinetes utilizando su influencia personal, su potestad de nombrar al primer ministro, los servicios de inteligencia, los fondos discrecionales de que disponía y una red de intelectuales y periodistas afines (Orzoff, 2009). Su mano derecha era Beneš que, hasta que le sustituyó en el cargo en 1935, desempeñó casi ininterrumpidamente el cargo de ministro de Asuntos Exteriores fuese cual fuese la coalición de gobierno, incluso si su partido no formaba parte de ella. Ambos creían que el país no estaba preparado para una presidencia simbólica, sino que debían educar a la población y orientar a la clase política, según ellos viciada por la pequeña política de intereses sectoriales y locales propia de los tiempos del Imperio. Aunque actuaba a partir de elevados principios morales, en el día a día Masaryk demostraba con frecuencia menos escrúpulos ante los aspectos legales y formales de la democracia y tics paternalistas, de los cuales no era el más insignificante la desconfianza ante la política de masas. Frecuentemente la verdadera pugna no se daba en el Parlamento o entre los partidos sino entre la *Pětka* y el Castillo, que en general tendía a favorecer coaliciones de centro-izquierda con presencia de los socialdemócratas y, de no lograrlo, recurría a gabinetes técnicos. Aunque la letra de la Constitución diseñaba un sistema parlamentarista, en el cual, por ejemplo, las dos cámaras elegían al jefe del Estado y no a través de una votación popular directa, el Castillo buscaba imponer una dinámica más propia de un sistema presidencialista. Como ingeniosamente afirma Orzoff (2009: 64), “Cada uno de ellos [*hrad* y *pětka*] achacaba al otro tendencias antidemocráticas y ambos tenían razón”.

Un ulterior punto de polémica lo constituye el concepto de nación, e indirectamente de ciudadanía, imperante en la I República. Para sus defensores se trataría, en la dicotomía clásica, de un concepto cívico o voluntarista que la emparentaría con los modelos estadounidense o francés, distanciándola simultáneamente de los conceptos esencialistas étnico-culturales de matriz germánica predominantes en Europa central y oriental. Sin embargo la mayor parte de los especialistas se inclinan hoy en día por señalar la primacía en la práctica de elementos culturales, con el agravante de estar contruidos sobre una fusión de las identidades checa y eslovaca discutible desde cualquier punto de vista y no asumida por el grueso de la población (Bakke, 2004: 43). Sin duda el imaginario (movimiento husita, Montaña Blanca...) y la simbología (escudo, bandera, himno,

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

sellos...) nacionales estaban contruidos básicamente con materia prima procedente del pasado y la cultura checas. La tesis mayoritaria (Bakke, 2004; Auer, 2004; Kučera, 2001) considera que se trató de imponer un proyecto de nación étnica checoslovaca que fracasó, incluso entre los eslovacos, por no hablar de otras minorías, aunque no falte quien sí otorgue credibilidad al concepto de nación política, que estaría abierto incluso para los alemanes que reconociesen la legitimidad del Estado (Broklová, 2002).

¿En qué lugar deja todo esto el mito de la isla democrática en medio de un mar de autoritarismo? Ningún mito resiste el plano corto. La visión más extrema la representa la historiadora británica Mary Heimann (2009), que atribuye la disolución de la I República en 1938 al chovinismo y control de las instituciones por parte de los checos que habría fomentado el desafecto de las minorías y, en el caso de los rutenos, explicaría que en esa región el partido comunista fuese el más votado. Intentando corregir el mito, cae en el extremo contrario, regodeándose en los aspectos disfuncionales del sistema político que se han mencionado anteriormente (partidos con impronta étnica, *hrad, pětka*, describe a Masaryk casi en términos dictatoriales...). La II República, que duró únicamente seis meses entre Munich y la invasión alemana y que mostró ya claramente rasgos autoritarios y antisemitas, simplemente luciría con más claridad rasgos ya presentes durante los veinte años previos. El desmontaje del mito prosigue con el bienestar de la población checa bajo el Protectorado alemán por los buenos salarios y la no obligación de alistarse (que sí afectaba a los sudetes), el decreto de expulsión de la minoría alemana de 1945 bajo el prisma de la culpabilidad colectiva y la responsabilidad atribuida a la elite dirigente en la toma del poder por los comunistas al haber perdido, según Heinman, la fe en la democracia y haberse centrado en la limpieza étnica. La retahíla continúa con juicios desfavorables sobre la Primavera de Praga y la Revolución de Terciopelo pero que ya se salen de nuestro campo de interés. Siendo ciertos muchos de los materiales con los que construye su crítica, Heimann claramente realiza una selección sesgada al servicio de la idea de partida, como cuando critica la separación Iglesia-Estado e interpretando que se vote en los domingos como una ofensa a las creencias católicas de la mayoría de los eslovacos, pudiendo ser leído en cambio como un signo de modernidad. En la República Checa se ha incidido en que apenas maneja bibliografía secundaria ni fuentes primarias en checo y, por supuesto, en su posicionamiento hostil de partida, aunque la dureza de

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

algunas reacciones hace sospechar si nacerán de una defensa apasionada del mito nacionalista⁷.

La piedra angular: el papel del Partido Republicano Agrario

Los análisis, especialmente los que realizan autores no checos, minusvaloran o incluso ignoran el papel jugado por el Partido Republicano Agrario en la estabilidad de la I República⁸. Para comprenderlo, es necesario trazar el recorrido histórico del mismo y remontarse a los quince años finales del Imperio Habsburgo⁹. Desde los años ochenta del XIX se había desarrollado en las tierras checas (Bohemia, Moravia y la Silesia austríaca) un potente movimiento asociativo y cooperativo entre el campesinado. Desprovisto en su mayor parte de derecho de sufragio, sus reivindicaciones las representaban los “jóvenes checos”, o Partido Nacional Liberal, pero pronto se extendió la sensación de que éste primaba los intereses de los grupos urbanos y el descontento cristalizó en 1899 con la formación del partido agrario o *Agrární strana* (Palecek, 1971: 180; Kubricht, 1979; Dostal, 1998: 30). Lograron la elección de algunos diputados propios en elecciones provinciales con un discurso antiaristocrático que exaltaba el papel del campesinado como custodio secular de la lengua y las tradiciones checas frente a la germanización de las elites. En cuestiones sociales y económicas el mensaje era reformista y lógicamente centrado en las necesidades de la agricultura: precios que hiciesen viable las pequeñas y medianas explotaciones, denuncia de los abusos de los intermediarios, promoción del cooperativismo, vigilancia de los tratados comerciales para que no implicasen importaciones masivas de productos agrarios, etc¹⁰. Su distanciamiento de la Iglesia católica, rayando en ocasiones en el anticlericalismo, era muy representativo de la mentalidad bohemia y sus raíces podrían remontarse hasta el movimiento husita. Inicialmente, su ámbito era Bohemia, pero en 1906 incorpora organizaciones similares aparecidas en Moravia y Silesia.

⁷ Una reseña muy desfavorable en Šír (2010).

⁸ Por ejemplo, el mencionado de Heimann (2009), que se refiere al partido agrario en contadas ocasiones y no lo integra en su argumentación general. Una excepción es Toshkov (2019: 35) pero en el contexto de un libro sobre varios partidos agrarios.

⁹ Sobre el partido agrario existe una amplia bibliografía en checo, especialmente Palecek (1971), Dostal (1998), Čapek (2004); Rašticová (2008) y Broklová (2008); en alemán, Lemberg (1977); en inglés es fundamental la biografía de Antonín Švehla a cargo de Daniel Miller (1999).

¹⁰ Los programas del partido desde su fundación están recogidos en Harna (ed., 2007).

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

La vinculación con el movimiento asociativo le proporciona una solidez organizativa que le va a facilitar el paso a partido de masas cuando, en 1907, entre en vigor el sufragio universal masculino en Cisleitania (Albrecht, 2006: 223). El año anterior se había fundado su diario *Venkov (El campo)* y progresivamente se irá dotando de una sección juvenil (*Dorost*), estudiantil, femenina, de técnicos agrarios, deportiva, etc. Los vínculos con las cooperativas permiten también la promoción de dirigentes de origen campesino con fuerte arraigo popular, como Antonín Švehla (1873-1933) que ganó popularidad como defensor de los intereses de los productores de remolacha y se convertirá hasta su muerte en el principal líder del partido. De este modo, ya en 1907 el partido agrario consigue 28 escaños en el Reichsrat de Viena y con ello se convierte en el principal partido checo, todavía más en 1911, cuando los eleva a 38. En vísperas de la guerra contaba con 91.000 afiliados y 2500 organizaciones locales (Miller, 1999: 34).

Como la Asamblea Provisional de la recién creada Checoslovaquia distribuyó los escaños en función de los resultados de las elecciones de 1911, el partido agrario era el partido más numeroso en ella, con la quinta parte de los escaños (Čapek, 2004). El primer gobierno de la I República fue una coalición de los principales partidos presidido por el conservador Karel Kramář que, en julio de 1919, fue sustituido por una coalición “rojo-verde” de agrarios y socialdemócratas en el cual Švehla ocupaba, como había hecho ya en el anterior, la cartera de Interior. Ésta fue reservada en casi todos los gobiernos de la I República para un agrario, y la de Agricultura en todos sin excepción. En octubre de 1922, Švehla va a asumir la presidencia del gobierno y, desde entonces hasta la desaparición de la I República, el cargo de primer ministro va a recaer siempre en un miembro del partido agrario, salvo un breve período en 1926 en que se formó un gobierno técnico de funcionarios.

Estamos pues ante una paradoja que requiere explicación. Un partido agrario posicionado como el más influyente en el país más industrializado de Centroeuropa. A finales del Imperio Austro-húngaro los territorios de lo que iba a convertirse en Checoslovaquia suponían el 27% de su población pero alrededor del 70% de su sector industrial, concentrado en Bohemia, Moravia y Silesia porque Eslovaquia y todavía más la Rutenia Subcarpática tenían un marcado carácter agrario (Lemberg, 1977: 328). ¿Cómo se explica? Fundamentalmente por dos razones. La primera, la solidez organizativa del partido, que, aunque apelaba como su base de apoyo preferente a una parte decreciente

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

de la población como era la relacionada con la agricultura, logró monopolizar el voto agrario, beneficiándose también de su control permanente de la oficina que distribuía las tierras expropiadas a la gran propiedad (superiores a 150 ha. de labradío) por la reforma agraria de 1919. Ello explica su carácter de partido de masas, con 363.000 miembros a la altura de 1928 (Miller, 1999: 91).

En segundo lugar, porque su carácter centrista y pragmático, subrayado por la personalidad de su presidente, le hacía imprescindible en cualquier combinación de las variadas que ofrecía el complicado mapa partidista, una característica que le asemeja a los partidos de este tipo en los países nórdicos. De ahí que el *Agrárni strana* entrase en la totalidad de las sucesivas fórmulas aplicadas para gobernar un país atravesado por tantas líneas de conflicto:

a) Coaliciones amplias, como durante los primeros pasos del país cuando formó parte de la amplia coalición que debió elaborar la Constitución, diseñar las instituciones, reordenar la economía preparándola para el marco de un Estado-nación y hacer frente a las amenazas interiores (envío del Ejército a las zonas de mayoría alemana) y exteriores (choques armados con Polonia por la región de Teschen).

b) Gobiernos de centro izquierda, como entre mediados de 1919 y de 1920, cuando agrarios y socialdemócratas formaron gobierno hasta que tuvo que disolverse por la situación creada entre los segundos por la escisión comunista.

c) Fórmulas *burguesas*, como el llamado *gabinete de caballeros* que, entre octubre de 1926 y noviembre de 1929, unió al partido agrario checoslovaco con el partido agrario alemán *Bund der Landwirte*, los tres partidos populistas (checo, alemán y eslovaco), el partido de los comerciantes y los Nacional Demócratas. Aparte de su obra práctica (una tímida descentralización, elevación de aranceles agrícolas), este gobierno destacó por ser el primero multiétnico, incorporando a dos partidos alemanes de los llamados *activistas* (los que aceptaban integrarse en las instituciones del nuevo Estado). De hecho, siguieron presentes en los sucesivos gabinetes (presididos por líderes agrarios igualmente), aunque fueron perdiendo peso electoral ante el auge del Partido de los Sudetes, que terminó siendo decisivo en la crisis final que desembocó en Munich.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

Los partidos agrarios existían en casi todos los países europeos. Sin embargo en otros países del centro y este de Europa la presencia de potentes partidos agrarios no impidió que fuesen cayendo uno tras otro en soluciones autoritarias, aunque es justo precisar que se opusieron a las mismas¹¹. ¿Qué tenía de particular el miembro checoslovaco de esta familia? Se puede afirmar que poseía en grado sumo las virtudes de estos partidos, como la apuesta por el parlamentarismo, el pacifismo, los vínculos con la sociedad civil o la capacidad de llegar a acuerdos con otras fuerzas por encima de diferencias ideológicas o étnicas¹². Por contra, los defectos típicos de los partidos agrarios se presentaban en forma leve y les convertían en un socio fiable y en un pilar del sistema político republicano. Por ejemplo, apenas sufrió escisiones y se mantuvo unido pese a las fricciones que implicaba la presencia de grandes propietarios o los diferentes intereses según sectores o regiones. Tampoco comulgaba de la vena antiurbana que recorría el pensamiento agrarista en esta región de Europa, que, además, con frecuencia se teñía de antisemitismo. La temprana experiencia en las instituciones imperiales y luego la casi permanente presencia en el gobierno ayudaron a consolidar estos rasgos.

Un valioso servicio a la estabilidad de la I República lo proporcionó en el aspecto que más contribuiría a la caída de la misma: la cuestión nacional, como organización común a checos y eslovacos (pocos partidos tenían ese carácter) y capaz de tender puentes hacia la minoría alemana. Conseguir la integración de partidos alemanes en el gabinete a partir de 1926 constituyó un éxito innegable por lo que suponía de reconocimiento mutuo¹³. En ello pudo aprovechar las buenas relaciones con el partido agrario de la minoría alemana, el BdL, en ese momento el más importante de los partidos alemanes (8% del total de los votos en las elecciones de 1925) y cuyo líder, Franz Spina, ocuparía el cargo de ministro de Obras Públicas (Sobieraj, 2002). Con todo, el acuerdo se logró a partir de intereses comunes en el plano económico como la elevación de aranceles

¹¹ Tshkov (2019) es la última aportación al estudio de esta familia política, para la que faltan estudios de conjunto desde el clásico de Gollwitzer (1977). Tshkov se centra en Yugoslavia, Bulgaria y Checoslovaquia.

¹² Los diplomáticos franceses, en términos generales nada entusiastas de los partidos agrarios, alababan en cambio la seriedad del checoslovaco y la contraponían al radicalismo y la irresponsabilidad, a sus ojos, de sus equivalentes croata, búlgaro... Por ejemplo, Archivo del Ministerio de AAEE (París), cajas P2683, P19264, 116CPCOM102 o 116CPCOM 27.

¹³ Según Kural (1994), la entrada de los agrarios y cristiano-sociales alemanes en el gobierno de 1926 fue un efecto secundario, aunque en la buena dirección, puesto que la intención de los agrarios era formar una mayoría sin los socialdemócratas, yendo en ello contra los deseos de Masaryk y Beneš.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

agrarios, pero no se lograron avances en el plano de la organización territorial que hubiesen podido sellar una solución permanente.

Además de su carácter estable y moderado, que emanaba también de la prosperidad e integración en el mercado de la agricultura checa (no tanto la eslovaca), se podría considerar otro argumento aparentemente contraintuitivo para su papel central en el sistema político checoslovaco. Si se integró de tal forma en el mismo hasta casi personificarlo, se podría argumentar que se debió precisamente a que era la expresión política de un sector agrario ya minoritario (un tercio de la población activa en 1930) y, además, con tendencia descendente. En Bulgaria o Rumanía, dado el predominio del sector agrario en todos los órdenes, eran vistos, en cambio, por el resto de los partidos como una amenaza sistémica. En Checoslovaquia, por sus características estructurales, era impensable que el partido agrario pretendiese aplicar un programa de reforma drástica de la sociedad, la cultura, la economía y la política en el nombre de los valores del campesinado. Por ello, era percibido por los demás partidos como un partido sectorial, con intereses concretos y por tanto negociables.

Tras la muerte de Švehla, en 1933, los agrarios siguieron monopolizando la presidencia del gobierno, primero con Jan Malypetr en tres gabinetes sucesivos y, a partir de 1935, con el eslovaco Milan Hodža. Ese año fue decisivo por varios motivos. El primero, el éxito electoral del Partido de los Sudetes. El segundo, la retirada de Masaryk, que abrió la batalla por sucederle. Su heredero natural era obviamente Beneš, que, sin embargo, estaba lejos de despertar el mismo consenso que su maestro a pesar de su prestigio internacional. Una parte del partido agrario maniobró para presentarle un candidato alternativo, en lo que se podría leer como un capítulo postrero de la pugna entre el *Hrad* y la *Pětko*. El resultado fue muy perjudicial puesto que puso de manifiesto la falta de unidad de su liderazgo una vez desaparecida la figura aglutinadora de Švehla. Finalmente no hubo acuerdo para presentar un candidato propio y se abrió una profunda brecha interna entre los partidarios de apoyar a Beneš, con el primer ministro Hodža al frente, que le debía el acceso a la jefatura de gobierno, y los contrarios, como el presidente del partido Rudolf Beran (Harna, 2006: 138). Estas diferencias internas en un partido hasta entonces notablemente cohesionado se venían a sumar a las que separaban a los partidarios de incrementar el intervencionismo en la economía para afrontar las

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

consecuencias de la crisis y los que optaban por una línea más liberal (Broklová, 2008: 31).

Beneš nunca perdonaría al partido agrario el desafío, que se sumaba a precedentes enfrentamientos y a la baja estima en la que tenía a la mayor parte de sus dirigentes (y a la mayoría de la clase política checoslovaca en realidad) al considerarlos políticos de miras estrechas, formados en los manejos provincianos de la política austríaca. Tanto más cuanto los agrarios se habían inmiscuido en el campo de las relaciones internacionales que él tenía por su dominio absoluto mediante la creación del MAB (Oficina Agraria Internacional), o Internacional Verde, una coordinadora de los partidos agrarios de toda Europa con sede en Praga (Haushofer, 1977; Toshkov, 2019). Un ejemplo de las interferencias en política exterior era el apoyo brindado por el partido agrario al Partido Campesino Croata, que Beneš veía como un riesgo para la estabilidad de un país aliado miembro de la Pequeña Entente como era Yugoslavia¹⁴.

Aunque ya se salga del período objeto de este estudio, Beneš tendría ocasión de saldar cuentas con el partido agrario años más tarde, cuando en 1945, al regresar de su exilio en Londres, prohibió su reconstitución con el argumento de que durante los cuatro meses que precedieron a la definitiva invasión alemana el gobierno había estado presidido por un agrario, precisamente el mismo Rudolf Beran que se había opuesto a su elección como presidente diez años antes¹⁵. La historiografía concuerda en que fueron contados los casos de agrarios que colaboraron con los nazis, en todo caso muchos menos que los exiliados y los perseguidos. La suerte de Beran simboliza el destino de muchos políticos agrarios no solamente en su país sino en todos los que terminaron en la zona de hegemonía soviética. Bajo la ocupación alemana fue procesado por vínculos con la resistencia, encarcelado y luego sometido a arresto domiciliario hasta el fin de la guerra, pero en 1947 sería enjuiciado de nuevo, esta vez por colaboracionismo, y morirá en prisión en 1954. Ya bajo el régimen estalinista, en 1952, se organizó un proceso a la moscovita contra

¹⁴ La conexión ya venía de atrás, véase por ejemplo la correspondencia de Stjepan Radić con los republicanos checos en 1918-1919 analizando la situación política en Yugoslavia y solicitando ayuda para obtener pasaportes; *Narodný Archiv* (Praga), Fondo *Švehla* 1649.

¹⁵ Resulta interesante la reivindicación que se hacía años después en el órgano del partido agrario en el exilio de su papel, negando el colaboracionismo, afirmando que el gobierno con partidos alemanes hubiese podido llevar al acomodo en la República de dicha minoría y protestando por su expulsión masiva tras la guerra; *Agrární politika* (1-1-1954).

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

varios miembros del antiguo Partido Agrario y agentes de la reconstituida (en EEUU) Internacional Verde, bajo el nombre de *International Peasant Union*, para tapar el fracaso de la colectivización agraria¹⁶. Una prueba más de que desde diferentes frentes se identificaba a los agrarios, para bien o para mal, con la esencia de la I República a cuya conformación habían contribuido decisivamente.

Conclusiones

Sin duda la I República checoslovaca es un período fascinante. En primer lugar obviamente para sus dos estados herederos, en los que el debate popular y académico sobre ella está muy vivo. Su reivindicación es mucho más entusiasta en el caso checo, lo cual dice mucho de alguno de sus defectos, pero tanto la República Checa como Eslovaquia han tomado nota de lo que creían sus fallos estructurales (Holubec, 2014: 43): el exagerado multipartidismo (por eso ambas han introducido un umbral mínimo nacional para obtener representación parlamentaria) y el carácter multiétnico (consenso para no indemnizar a los sudetes expulsados y reconocimiento moderado de los derechos de la minoría húngara en el caso eslovaco). Sin embargo, yendo más allá, ofrece un desafío con carácter más universal para historiadores y politólogos por su carácter excepcional en la Europa de Entreguerras, ya que invita a poner a prueba las teorías generales sobre la fortaleza, la fragilidad y los límites de los sistemas democráticos.

Son muchos los elementos a considerar. Aquí se ha enfatizado el papel del partido agrario. Harna (206: 165) ha hecho lo propio con la policía, el ejército y el funcionariado, que se mantuvieron leales a e identificados con la República, a diferencia de lo sucedido en Austria o Alemania. No se ha explorado hasta el momento, por ejemplo, la vía neotocquevilliana del asociacionismo como sustrato de la democracia (Putnam, 2000). Según ella, se localizaría ahí uno de los motivos para el relativamente buen desempeño de Checoslovaquia, donde alrededor del 45% de la población activa pertenecía a algún sindicato (Bradley, 2004: 95), a lo que habría que sumarle un sinfín de cooperativas, asociaciones culturales, deportivas, etc. Si bien en buena medida estaban atravesadas por

¹⁶ Smutný (2010). Los cargos fueron resumidos en un folleto titulado *Agenti Zelene internacionály - nepřátelé naši vesnice*, Praga, Orbis (1952) en el que se combinan las acusaciones de traición que les achacaba Beneš con las clásicas comunistas (representar solamente a los agricultores acomodados) y otras típicas de los inicios de la Guerra fría (auxiliar a EEUU para convertir Europa central y oriental en países meramente agrarios al servicio de las economías capitalistas).

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

divisorias étnicas e ideológicas, quedaba abierto quizás el camino para la formación de “pilares” y fórmulas políticas consociativas, hacia las que el propio Lijphart (1977: 33) consideraba que la *Pětká* constituía un primer paso. Para ello hubiese debido resolver el dilema entre ser un estado nacional checo-eslovaco o aplicar un concepto de ciudadanía neutra, para lo cual faltó tiempo y un contexto histórico más favorable.

Si le aplicamos los criterios que Levitsky y Ziblatt (2018: 32) proponen para detectar derivas que erosionen la democracia desde dentro, con todos sus defectos los líderes y partidos de la I República que ejercieron responsabilidades de gobierno los superaban. Ni rechazaban en lo esencial las reglas de juego democráticas, ni negaban legitimidad a sus oponentes, ni alentaban la violencia, ni mostraron voluntad de restringir las libertades civiles de sus rivales ni de amordazar los medios de comunicación. El primer punto es el más discutible y aquí se han mencionado mecanismos que viciaban las normas de juego. En cambio, en contraste con otros países vecinos, las formaciones autóctonas de corte fascista nunca llegaron a suponer una amenaza significativa hasta la deriva final del partido de los sudetes. La antisemita y paneslavista NOF (*Comunidad Fascista Nacional*), de Radola Gajda, fundada en 1926, solamente tuvo arraigo en los territorios checos y su techo fue el 2% de los votos alcanzado en 1935, puesto que no se hicieron realidad los temores de que se hiciese popular entre los veteranos de guerra, que eran la base de este tipo de movimientos en otros países. Lo impidió el hecho de que, en Checoslovaquia, los antiguos legionarios se identificaban con la República y eran constantemente homenajeados y recompensados por ésta (Harna, 2006: 93). Las libertades civiles, la prensa y la judicatura también se desarrollaron en condiciones de independencia muy superiores a las predominantes en países vecinos.

Queda mucho por investigar y reflexionar. La historiografía checa está explorando en los últimos años nuevas vías (Koeltzsch y Konrád, 2014: 308), insertando la I República en marcos territoriales más amplios para contextualizarla, profundizando en cuestiones de historia social (género, idioma, antisemitismo) e incorporando las teorías recientes del estudio de los nacionalismos para analizar por qué, con todos los matices que se quieran introducir, aquel país sin costa se convirtió en buena medida en una isla.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

Bibliografía:

ADAMS, Bradley (2004), *The Struggle for the Soul of the Nation: Czech Culture and the Rise of Communism*, Oxford, Rowman&Littlefield.

ALBRECHT, Catherine (2006), “Nationalism in the Cooperative Movement in Bohemia before 1914”, en Torsten Lorenz (ed.), *Cooperatives in Ethnic Conflicts: Eastern Europe in the 19th and early 20th Century*, Berlín, BWV.

AUER, Stefan (2004), *Liberal Nationalism in Central Europe*, Londres, Routledge.

BAKIC', Dragan (2017), *Britain and Interwar Danubian Europe: Foreign Policy and Security Challenges, 1919-1936*, Londres, Bloomsbury.

BAKKE, Elisabeth (2004), “The Making of Czechoslovakism in the First Czechoslovak Republic” en Martin Schulze (ed.), *Loyalitäten in der Tschechoslowakischen Republik 1918-1938 : politische, nationale und kulturelle Zugehörigkeiten*, Munich, Oldenbourg, pp. 23-44.

BERG-SCHLOSSER, Dirk; MITCHELL, Jerney (eds., 2000), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39*, Basingstoke, MacMillan Press.

BRADLEY, John (2000), “Czechoslovakia: External Crisis and Internal Compromise” en Dirk Berg-Schlosser y Jerney Mitchell (eds.), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39*, Basingstoke, MacMillan Press, pp. 85-105.

BROKLOVÁ, Eva; TOMEŠ, Josef; PEHR, Michal. (2008) *Agrárníci, národní demokraté a lidovci ve druhém poločase první Československé republiky*, Praga, Masarykův ústav a Archiv.

BROKLOVÁ, Eva (1992), *Československá demokracie: politický systém ČSR 1918-1938*, Praga, Sociologické Nakladatelství.

BROKLOVÁ, Eva (2002), “Politický nebo etnický národ?”, *ČČH* 100:2, pp. 379-394.

ČAPEK, Jan (2006), *Agrární strana v letech 1920-1921*, Tesis doctoral, Universidad Carolina, Praga.

ČELOVSKÝ, Bořivoj (2000), *Politici bez moci: První léta exilové Rady svobodného Československa*, Ostrava, Nakladatelství tilia.

CRAMPTON, Richard. J. (1997). *Eastern Europe in the Twentieth Century – And After*, Abingdon, Routledge.

GOLLWITZER, Heinz (ed., 1977), *Europäische Bauernparteien im 20. Jahrhundert*, Stuttgart, Fischer.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

HARNA, Josef (2006), *Krize evropské demokracie a Československo 30. let 20. století*, Praga, Historický ústav.

HARNA, Josef (ed., 2007), *Politické programy českého a slovenského agrárního hnutí 1899-1938*, Praga, Historický Ústav.

HAUSHOFER, Horst (1977) “Die internationale Organisation der Bauernparteien”, en Heinz Gollwitzer (ed.), *Europäische Bauernparteien im 20. Jahrhundert*, Stuttgart, Fischer, pp. 668-690.

HAVEL, Vaclav (1995), *Češi a Němci na cestě k dobrému sousedství*, [consultado el 26 de enero de 2020] disponible en <https://archive.vaclavhavel-library.org/Archive/Detail/1023>

HEIMANN, Mary (2009), *Czechoslovakia: The State That Failed*, Yale UP.

HOLUBEC, Stanislav (2014), “A ‘Golden Twenty Years’, or a Bad Stepmother? Czech Communist and Post-Communist Narratives on Everyday Life in Interwar Czechoslovakia”, *Acta Poloniae Historica*, 110, pp. 23-48.

HOLY, Ladislav (1996), *The Little Czech and the Great Czech. Nation, National Identity and the Post-communist Social Transformation*, Cambridge UP.

KING, Jeremy (2005), *Budweisers into Czechs and Germans: a local history of Bohemian politics, 1848-1948*, Princeton UP.

KOELTZSCH, Ines; KONRÁD, Ota (2016), “From “Islands of Democracy” To “Transnational Border Spaces”: State of the Art and Perspectives of the Historiography on the First Czechoslovak Republic since 1989” *Bohemia* 56; 2, pp. 285-327

KUBRICHT, A.P. (1979): “The National-Economic Implications of the Formation of the Czech Agrarian Party (1899)”, en Ivan Volgyes (ed.), *The Peasantry of Eastern Europe*, N. York, Pergamon Press, pp. 19-34.

KUČERA, Milan; PAVLÍK, Zdeněk (1995), “Czech and Slovak Demography,” en Jiří Musil (ed.), *The End of Czechoslovakia*, Budapest, Central European University Press; 1995, pp.15-39.

KUČERA, Jaroslav (2001), “Politický či přirozený národ? K pojetí národa v československém právním řádu meziválečného období”, *Český časopis historický*, 99, pp. 548-568.

KURAL, Václav (1994), “Das Scheitern der Verständigung. Tschechen, Deutsche und Slowaken in der Ersten Republik (1918-1938)” en Jörg K. Hoensch y Dušan Kováč (eds.),

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

Die Tschechoslowakei als Nationalstaat? Das sudetendeutsche Problem, Essen, Klartext Verlag, pp. 63-70.

LIJPHART, Arend (1977), *Democracy in Plural Societies*, New Haven: Yale UP

PÁTEK, Jaroslav; KUBŮ, Eduard (2000), *Mýtus a realita hospodářské vyspělosti Československa mezi světovými válkami*, Praga, Karolinum.

LEMBERG, Hans (1977), “Die agrarischen Parteien in den Böhmisches Ländern und in der Tschechoslowakischen Republik”, en Heinz Gollwitzer (ed.), *Europäische Bauernparteien im 20. Jahrhundert*, Stuttgart, Fischer, pp. 323-358.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018), *Cómo mueren las democracias*, Barcelona, Ariel.

LUKES, Igor (1996), *Czechoslovakia between Stalin and Hitler: the diplomacy of Edward Beneš*, Oxford UP.

ORZOFF, Andrea (2008), ““The Husbandman”. The Interwar Personality Cult of Tomáš Garrigue Masaryk”, *Austrian History Yearbook*, 39, pp. 121-137

ORZOFF, Andrea (2009), *Battle for the Castle. The Myth of Czechoslovakia in Europe, 1914-1948*, Oxford UP.

PALECEK, Anthony (1971), “The rise and fall of the Czechoslovak agrarian party”, *East European Quarterly*, V, 2, pp. 177-201.

PRŮCHA, (1995), en Jiří Musil (ed.), *The End of Czechoslovakia*, Budapest, Central European University Press, pp. 40-76.

PUTNAM, Robert (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.

RAŠTICOVÁ, Blanka (ed., 2008), *Agrární strany ve vládních a samosprávných strukturách mezi světovými válkami*, Brno: Uherské Hradiště.

SARTORI, Giovanni, (2005) *Partidos y sistemas de partidos*, Madrid, Alianza Editorial

SMUTNÝ, Zdeněk (2010). *Tzv. Zelená internacionála a politické procesy v Československu po druhé světové válce* [Tesina de licenciatura inédita]. Universidad Carolina de Praga. Disponible en <https://is.cuni.cz/webapps/zzp/detail/67326/>, consultado a 29-01-2020.

SOBIERAJ, Silke (2002), *Die nationale Politik des Bundes der Landwirte in der Ersten Tschechoslowakischen Republik. Möglichkeiten und Grenzen der Verständigung zwischen Tschechen und Deutschen (1918-1929)*, Berna, Peter Lang.

Miguel Cabo Villaverde - *La posibilidad de una isla. Checoslovaquia como contraejemplo de la crisis de la democracia en entreguerras*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 130-152.*
DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a7

TEICHOVA, Alice (1974), *An Economic Background to Munich. International Business and Czechoslovakia 1918-1938*, Cambridge UP.

ŠÍR, Vojtěch (2010), “Czechoslovakia: The State That Failed”, *Fronta*
<http://www.fronta.cz/kniha/heimann-czechoslovakia-the-state-that-failed>. 8-1-2010

TOSHKOV, Alex (2019), *Agrarianism as Modernity in 20th-Century Europe. The Golden Age of the Peasantry*, London, Bloomsbury.

Outros Estudos

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa

The Perfect Prince: the figure of King John II of Portugal in the light of Portuguese liberal historiography

Le Prince Parfait : la figure de Roi Jean II de Portugal à la lumière de l'historiographie libérale portugaise

El Príncipe Perfecto: la figura de D. Juan II de Portugal a la luz de la historiografía liberal portuguesa

Marco Alexandre Ribeiro
Universidade do Porto-FLUP
marcoribeiro107@gmail.com

Resumo: No presente estudo procuramos compreender de que forma e por que razão é exaltada a figura de D. João II (1455-1495) na historiografia portuguesa pós-revolução liberal. Nesse sentido, consideramos o contexto político, social e cultural do Reino de Portugal ao longo do século XIX, sobretudo após a queda da monarquia absoluta, e o estabelecimento de uma monarquia constitucional, no sentido de nos aproximarmos do pensamento ético-político português deste século.

Palavras-chave: D. João II; historiografia; Liberalismo político; pensamento ético-político.

Abstract: In this study we seek to understand how and why the figure of D. João II (1455-1495) is exalted by the Portuguese historiography after the liberal revolution. In this sense, we consider the political, social and cultural context of Portugal kingdom throughout the 19th century, especially after the fall of the absolute monarchy and the establishment of a constitutional monarchy in the sense of an approach to the Portuguese ethical-political thought of this century.

Keywords: King John II; historiography; Political Liberalism; ethical-political thinking.

Résumé: Dans cette étude, nous cherchons à comprendre comment et pourquoi la figure de D. João II (1455-1495) est exaltée dans l'historiographie portugaise après la révolution libérale. En ce sens, nous considérons le contexte politique, social et culturel du Royaume du Portugal tout au long du XIXe siècle, en particulier après la chute de la monarchie absolue et la mise en place d'une monarchie constitutionnelle, vers une approche de la pensée éthique et politique portugaise de ce siècle.

Mots-clés: Roi Jean II; Historiographie; Le libéralisme politique; pensée éthique et politique.

Resumen: En el presente estudio tratamos de entender cómo y por qué la figura de D. João II (1455-1495) es exaltada en la historiografía portuguesa después de la revolución liberal. En este sentido, consideramos el contexto político, social y cultural del Reino de Portugal a lo largo del siglo XIX, especialmente después de la caída de la monarquía absoluta, y el establecimiento de una monarquía constitucional, en el sentido de acercarse al pensamiento ético-político portugués de este siglo.

Palabras clave: D. Juan II; Historiografía; Liberalismo político; pensamiento ético-político.

Introdução

A imagem de D. João II foi, desde a sua morte, usada abundantemente de forma a transmitir o reflexo de um governante capaz e virtuoso. Começando desde logo pelas

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

crônicas suas contemporâneas, mas também posteriores, este rei surge, desde cedo, enquanto uma figura virtuosa, “santa”, fiel e justa, um verdadeiro modelo de *Príncipe*, evocado nas várias crônicas ou biografias deste monarca, de Rui de Pina (1440-1552), Garcia de Resende (1470-1536) e Damião Góis (1502-1574), na obra de Diogo Brandão (1475-1530) e de Gil Vicente (c. 1465-c. 1536). Herdeira desta forma de representação do monarca, a historiografia do século XIX parece perpetuar, ou ser responsável, por uma espécie de culto a esta figura. Neste estudo pretende-se entender a forma como os historiadores deste século olharam o desenvolvimento da história portuguesa, por que razão era exaltada a figura de D. João II, como interpretavam a atuação daquele monarca do final do período medieval português. A partir deste estudo de caso, perspetivar-se-á as reminiscências da imagem do *Príncipe* herdadas, mas também, e, principalmente, como a escrita da História se teceu nesta conturbada época.

Mostra-se indispensável uma compreensão daquele que foi o contexto político e cultural do século XIX, desde logo procurando responder à pergunta: de que forma as correntes do pensamento influenciavam as mentalidades dos intelectuais da época e a forma de perspetivar e escrever a história e quais os valores que mais alto se levantavam neste exercício? Paralelamente, parece também fundamental entender aquela que foi a atuação do monarca para procurar compreender o porquê da exaltação e a utilização da figura de D. João II no contexto do pensamento ético-político português do século XIX, que fornecem o molde para os estudos históricos no caso particular de que aqui nos ocupamos.

O Século XIX Português e o estudo da História

O final do século XVIII e todo o século XIX foram marcados pela afirmação das correntes liberais no continente europeu. Estas propunham uma série de novos princípios que rompiam com aquela que era a prática política e social até ao século XVIII (Girvetz *et al.*, 2019). Conhecendo o período auge no século seguinte, é com o advento e propagação do iluminismo nas sociedades ocidentais, que se assiste à reestruturação dos poderes em alguns países, culminando com episódios como a declaração de independência dos Estados Unidos da América em 1776 ou a Revolução Francesa de 1789, sob o mote *Liberté, Égalité et Fraternité*, responsável pela queda no centro da Europa de um regime monárquico. De destacar ainda as guerras de independência na

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

América Espanhola, entre 1808 e 1833, que terão nestes novos ideais o seu epicentro teórico e que irão marcar a época em questão.

Na entrada para a centúria de 1800, Portugal vivia sob um regime monárquico absoluto, no qual o Rei concentrava em si todos os poderes do Estado. Com o início das invasões napoleónicas e a conseqüente fuga da corte para o Brasil, o governo do país passou para o controlo de generais britânicos que trouxeram novas formas de pensar para a sociedade portuguesa. Estes, se, por um lado, introduziram em Portugal uma espécie de “nacionalismo” em oposição às forças que se impunham sobre o país, por outro vão apresentar os ideais que pela Europa já circulavam desde o século anterior, aprofundando o sentimento de crise que o regime absolutista começava a sentir (Mesquita, 2006; Natário, 2007).

Estes ideais trouxeram ao país novas perspectivas políticas e sociais que culminarão na Revolução Liberal de 1820, que terá as suas vicissitudes e conhecerá os seus avanços e recuos ao longo da primeira metade do século (Torgal *et al.*, 1997). Esta Revolução não significou um período de paz e prosperidade em todos os sentidos para o Reino. Ainda que em termos políticos se registassem avanços, os tempos que se seguiram à Revolução provaram-se difíceis nos mais variados âmbitos da vida portuguesa, dividindo completamente a sociedade e levando ao deflagrar da Guerra Civil Portuguesa (1828–1834), que opunha os defensores de correntes liberais e os defensores do poder absoluto do monarca. Resolvida a guerra, não se resolveram todos os problemas do país: as divisões continuavam, agora mesmo entre os defensores de um projeto liberal para o país, situando-se em fações mais ou menos radicais dentro deste projeto, ao que se juntam problemas de ordem económica e financeira, impedimento de avanços significativos no país, eternamente refém do seu complexo de inferioridade.

Todas estas revoluções intelectuais dos séculos XVIII e XIX afetaram as mais variadas áreas do saber, influenciando também a escrita da História. Nesta disciplina começou a notar-se a construção de um maior espírito crítico e a defesa do método analítico que se tinha vindo a construir além-fronteiras, em grande medida personificado pelos historiadores franceses Augustin Thierry (1795–1856) e François Guizot (1787–1874)¹, mas também pelos alemães Johann Gottfried von Herder (1744–1803) e Leopold

¹ Sobre a influência do pensamento francês e inglês no liberalismo português veja-se Moreira, 2008.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

von Ranke (1795–1886)². Esta nova forma de fazer a história reconstrói a historiografia nacional, em reforma desde o século XVIII, aquando da criação da Academia Real de História Portuguesa, para a qual vão contribuir uma série de notáveis historiadores, de entre os quais se destaca Alexandre Herculano (1810–1877), para além de outros nomes alguns seus contemporâneos, outros posteriores, como Rebello da Silva (1822–1871), Oliveira Martins (1845–1894), Jaime Cortesão (1884–1960) ou Joel Serrão (1919–2008).

O desenvolvimento de teorias que se iam construindo e pondo em prática um pouco por toda a Europa também marcaram o pensamento português da época, ou pelo menos da elite cultural, à qual estes historiadores pertenciam. A evolução da teoria positivista de Comte ou as notícias da materialização de projetos revolucionários em Espanha ou na França, bem como a notícia dos seus insucessos não tardaram em chegar e são fundamentais para a compreensão do pensamento ético-político português da época.

Neste contexto, insere-se a *Geração de 70*, onde se notabilizaram autores como Antero de Quental (1842-1891), Eça de Queiroz (1845-1900) ou Oliveira Martins, já referido. Um grupo de intelectuais que ousaram propor alternativas políticas para o país. Este movimento académico trouxe à intelectualidade portuguesa uma mudança paradigmática, que se pretendia verificável em todos os campos e atingiu o seu auge nas *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense*. Aqui, foram apresentados vários textos disruptivos com a realidade da altura, mas as *Conferências* acabaram por ser interrompidas pelo governo. Mergulhado o país em profundas crises económicas e financeiras, o projeto cultural português era também limitado, por interesses ou incapacidades, lutando alguns pela manutenção de um regime que falhava em responder às necessidades do povo português.

As correntes socialistas europeias, que marcam profundamente esta *Geração*, ganhavam em Portugal alguns adeptos, ainda que esta realidade apenas se pudesse verificar numa minoria social, privilegiada e educada. A larga maioria do povo português era analfabeta, e, portanto, estas (ou quaisquer outras) eram alternativas que não poderiam colher um grande apoio popular em Portugal. O socialismo entra no país em meados do

² Com efeito, é visível (na obra de Alexandre Herculano) a leitura da historiografia alemã de Herder a Ranke, que procura captar a idiosincrasia nacional resultante da forma particular como cada povo articulava as diversas manifestações humanas, nas quais se objectivava a índole desse mesmo povo (Pires, 1997: 148).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

século XIX, após a fundação da *I Internacional* (1864), alicerçado na obra política de Pierre-Joseph Proudhon (1809–1865), tendo enquanto o maior nome o de Antero de Quental e contando com uma enorme influência do pensamento espanhol. Para o seu florescimento, muito contribuiu a obra de Oliveira Martins, outro proeminente teórico do socialismo (Martins, 1990).

Na historiografia portuguesa são lançados novos temas, em linha com as correntes intelectuais que atravessavam o país, desconstruindo-se antigos mitos da história nacional, muitos deles com forte fundamentação religiosa e exaltando-se novos temas, mais “adequados” à forma de pensar liberal e também às novas instituições de poder recentemente criadas. Neste sentido, o poder municipal³, que o absolutismo régio procurou sufocar, surge enquanto um quase contrapoder no seio da política portuguesa ao longo de toda a sua história, importando novamente para estes autores, na medida das suas propostas para um novo municipalismo no Portugal do século XIX (Branco, 2007). Para além disto, notou-se ainda a “adoração” de algumas figuras históricas nacionais, como é o caso de D. João II, que mais adiante analisaremos, ou do reinado de D. José (com destaque para a figura do Marquês de Pombal), pelas suas políticas “antiaristocráticas”, onde se notaria um “progresso civilizacional” da sociedade e política portuguesas. A História passará a servir “para a formação do cidadão liberal” (Catroga *et al.*, 1996: 40).

A “historiografia liberal portuguesa” que apontamos no título do nosso estudo não pressupõe, contudo, a existência de uma historiografia rigorosamente orientada num determinado sentido ideológico, que, aliás, nem seria possível por o próprio liberalismo português ter conhecido tantas e diferentes facetas ao longo do século XIX. Pretende-se com esta terminologia simplificar a linguagem, agrupando todos os estudiosos que se dedicaram ao estudo da história após a Revolução Liberal de 1820 até ao final do século, independentemente da sua “barricada” política.

O sentimento de decadência do país e seu povo e a ainda fresca memória de tempos de domínio castelhano e, mais tarde, inglês sobre os territórios portugueses (embora tenham sido domínios completamente diferentes), aos quais se tenta colar uma imagem de ilegitimidade e desvio das leis nacionais, levaram também a um

³ Esta temática surge, em grande medida, na *História de Portugal* de Alexandre Herculano, que dedica a ela todo o seu Livro VIII (Herculano, 1980).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

desenvolvimento de um nacionalismo bastante específico e característico da época, como atrás se refere, construindo-se uma nova imagem nacional, exaltando o nacionalismo “lusitano” e atribuindo grande destaque aos feitos portugueses principalmente na época da fundação do reino⁴.

O Iberismo foi também uma corrente marcante neste século, promovida pelos ideais socialistas, deixando ainda as suas reminiscências até aos dias atuais. Para a sua afirmação no contexto português muito contribuíram as obras do já referido Antero de Quental, mas também de Oliveira Martins, defendendo alguns uma união política entre os povos ibéricos, já que a união cultural (dimensão que outros defendiam enquanto exclusiva do iberismo) já se encontraria materializada. Esta é uma corrente ideológica que encontraremos, aliás, nas obras que adiante analisaremos.

Rejeitando a teoria positivista na escrita da história e as suas construções ráticas, uma vez que em Portugal tal não se poderia aplicar, em virtude da enorme miscigenação da qual nasce o país, Oliveira Martins vai entender a finalidade da História enquanto uma “manifestação do Espírito consciente, na sua plenitude” (Martins, 1928).

O reinado de D. João II e a imagem do *Príncipe*

Antes de se entender as posições tomadas pela historiografia portuguesa do século XIX importa perceber aquilo que foi o reinado de D. João II, entre os anos de 1481 e 1495, e os antecedentes de todo o seu reinado (Fonseca, 2005). Sobre este reinado encontramos uma enorme variedade de obras, normalmente bastante favoráveis a este monarca e à sua figura, importando aqui um entendimento do porquê deste favorecimento, especificamente na época em que o estudo da história estaria a caminhar para um rigor científico.

D. João II destaca-se na vida política portuguesa logo após a derrota na batalha de Toro em 1476, que opôs as forças portuguesas e os castelhanos apoiantes de Joana de Trastâmara às forças castelhanas defensoras de Isabel, apoiadas pelo monarca aragonês Fernando II. As intenções do pai de D. João II, o rei D. Afonso V, ao trono vizinho saíram

⁴ A importância conferida pelo autor (A. Herculano) à questão das origens, valorizando a Idade Média como época de formação das nações modernas, após a fragmentação política do Império Romano, está, pois, justificada por um raciocínio análogo ao que preside à teoria da reminiscência platónica. A alma poderá recordar-se mais nitidamente da essência quanto mais perto, no tempo estiver do momento em que a contemplou (Pires, 2007: 151).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

deste conflito completamente frustradas, tal como saiu o próprio governante, principalmente após a procura de apoio francês, que se revelou infrutífera⁵. Assim, em 1477 D. Afonso V cede o governo português ao seu filho e herdeiro o príncipe João, para se dedicar a uma viagem espiritual a caminho da Terra Santa. Esta foi uma viagem de curta duração e, apenas 4 dias depois da cedência do governo, o rei está de volta. É por demais evidente, no entanto, que D. João II tinha já uma influência política inegável sobre o reino.

Relativamente curto, o reinado de D. João II não foi, em termos de significado político, económico e social equiparado à sua duração e foi possível assistir a mutações nas mais variadas áreas da vida do reino. Este monarca herda de seu pai uma Coroa empobrecida e de alguma forma humilhada pelas intenções que anteriormente vimos. Nesse sentido, D. João II desde cedo se vai esforçar por se afirmar no panorama político e social português, tentando envolver a “sua” Coroa e a sua figura régia de uma imagem de Senhor dos Senhores portugueses.

Os primeiros anos de governo de D. João II serão profundamente marcantes, anunciando já algumas diretrizes daquilo que viria a significar politicamente este reinado (Mendonça, 1991). Este processo passava, numa primeira fase, pelo estabelecimento da paz com o reino vizinho, com quem se firmou o Tratado de Alcáçovas-Toledo em 1480. Nestas negociações, o príncipe vai-se evidenciar como um capaz diplomata, ocupando uma posição central no seu sucesso.

Alcançada esta paz, o então já rei D. João II pôde concentrar-se em diferentes problemas que afetavam o reino e, em especial, o rei. Por um lado, a política externa seguida pelo seu pai havia deixado as finanças do reino num estado crítico e, por outro, o processo de expansão d’o *Africano*, auxiliado pela aristocracia portuguesa, levou a uma concessão intensiva de títulos⁶, levando a que o novo rei se entendesse enquanto “rei das estradas e dos caminhos de Portugal”. Para colmatar estas situações, D. João II vai

⁵ Este assunto teve, naturalmente, contornos bem mais específicos e profundos que aqui não se analisarão, mas que se encontram estudados em (Gomes, 2006).

⁶ *Quando D. Afonso V morreu, deixou a seu filho D. João II (...) uma pesada herança. Tanto nas campanhas africanas como nas de Castela, viu-se obrigado a multiplicar as dádivas aos nobres para os recompensar ou atrair. E daí o empobrecimento do erário público, por um lado, e a excessiva opulência e excessiva arrogância dos nobres privilegiados, por outro. O estado das finanças era caótico, desastroso* (Azevedo, 1993: 36).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

concentrar as suas forças num maior controlo sobre a aristocracia portuguesa, seguindo a linha de centralização do poder na figura régia que se vinha a registar já desde os inícios da primeira dinastia portuguesa, estabelecendo com a alta aristocracia duros confrontos e medições de forças.

O jovem monarca deixou bem clara a sua posição enquanto governante logo nas Cortes que convocou para a cidade de Évora em 1481-82. D. João II não será uma figura propriamente querida entre as mais altas patentes da sociedade portuguesa da altura, que viam neste monarca um atentado à expansão dos seus poderes, receio que D. João II desde cedo mostrou ser justificado. As conspirações contra o rei foram-se criando, em muito auxiliadas pelos *Reis Católicos* do reino vizinho, destacando-se as figuras do Duque de Bragança, D. Fernando II, e ainda a família Meneses que, aliás, se encontrava intimamente ligada com o Duque⁷.

Em resposta a estas conspirações e pedidos de intervenção aos monarcas castelhanos-aragoneses D. João II manda prender o Duque de Bragança e, após um julgamento sumário, condena-o à morte em praça pública na cidade de Évora em 1483. Esta demonstração de poder não parece ter sido suficiente e, no ano seguinte, uma nova conspiração se levanta contra o rei, desta vez de forma a tirar-lhe a vida. Numa trama encabeçada pelo seu primo e cunhado, o Duque de Viseu D. Diogo, mas que envolvia muitos mais elementos da alta nobreza portuguesa, um dos episódios mais marcantes do governo de D. João II, ele assassinou os seus pretensos assassinos pessoalmente e mandou perseguir e assassinar todos os intervenientes. Como compensação ao irmão de D. Diogo, D. Manuel, o rei confirma-lhe o Ducado de Viseu, reconhecendo-o, à morte do seu sucessor o príncipe Afonso, o direito de herdar a Coroa portuguesa.

Esta situação vai levar a uma certa acalmia no seio da aristocracia portuguesa e nas suas intenções, permitindo ao monarca uma maior concentração em projetos distintos, como a continuação da expansão ultramarina, da qual D. João II foi um dos maiores arquitetos, deixando ao seu sucessor a construção de um confortável caminho que este poderia então percorrer.

O seu reinado, profundamente marcante no período de transição entre o medieval e o moderno, representou um vasto leque de sentimentos, por vezes antagónicos, em quem

⁷ D. Fernando II era casado com D. Leonor de Meneses, filha de D. Pedro de Meneses, Conde de Vila Real.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

se debruçou sobre ele. Se, por um lado, como vimos, o Rei era visto enquanto um *Príncipe Perfeito* desde muito cedo, também não faltou quem interpretasse o reinado de D. João II um exemplo primitivo de um rei absoluto, tirano e cruel. As duas primeiras imagens do monarca são precisamente da autoria de Rui de Pina (*Crónica DelRey Dom Joham*) e Garcia de Resende (*Chronica dos Valerosos, e Insignes Feitos de Rey D. Ioam II*), autores de crónicas do rei. Estes autores, contemporâneos de D. João II, viveram proximamente do rei, assistindo a alguns dos momentos mais marcantes do seu reinado, exprimindo posteriormente a imagem que moldou a consciência dominante sobre a figura deste monarca.

Nos textos de ambos os autores, D. João II é retratado enquanto monarca exemplar, justo, rigoroso, piedoso e uma figura extremamente liberal, que não olhava até às classes na hora de aplicar a sua justiça. Na obra de Garcia de Resende, particularmente, o autor oferece ao monarca uma figura mais cortesã, exaltando aspetos do quotidiano, elevando bem alto a figura de D. João II. Entre os dois textos, existem, contudo, alguns aspetos que as podem afastar. Apesar de ambos exaltarem a figura régia, é necessário considerar, primeiro, que são encomendas do poder real, alinhando com a lógica de exaltação deste mesmo poder que vigorava à altura. Para além disto, lembremos ainda que “Rui de Pina escrevia nos primeiros anos do governo de D. Manuel quando os filhos dos perseguidos por D. João II recuperavam boa parte do poder. Garcia de Resende está a redigir no tempo de D. João III quando o mito crescia e se desenvolvia” (Coelho, 1996: 25). É, porém, evidente a aura com que a imagem deste monarca foi envolvida desde muito cedo, permitindo que a imagem do *Príncipe Perfeito* marcasse por gerações a forma de análise sobre o seu reinado.

Destas crónicas beberá a historiografia que se segue, desde Damião de Góis (1502-1574) (*Crónica do Príncipe D. João*) até à historiografia do século XIX, mesmo apesar das vozes desconcordantes sobre esta figura régia (por exemplo, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos (1581-1641) – *Vida e acções de el-rei D. João II, decimo terceiro rei de Portugal* – ou D. Francisco Manuel de Melo (1608-1668) – *D. Teodósio II*). A imagem de perfeição de D. João II, cultivada desde muito cedo pelas diferentes formas de historiografia deixaram uma profunda marca na forma de análise deste reinado (Cunha, 1988), deturpando uma análise mais rigorosa e isenta sobre este período histórico, como veremos.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

O Príncipe na historiografia do século XIX

Esta abordagem ao reinado de D. João II permite-nos enquadrar a figura deste monarca com os ideais liberais impressos na escrita da história do século XIX. Para o estudo, cingimo-nos a, apenas, dois historiadores, um exercício que poderá vir a ser realizado com outros atrás indicados Rebello da Silva e Oliveira Martins, clarificando, a razão pela qual a monarquia de pendor absoluto de D. João II se enquadra nos ideais liberais.

De entre as obras do primeiro autor poderá ser destacado o volume intitulado “D. João II e a Nobreza (1483-1484)” (Silva, 1910). Neste, Rebello da Silva pretende analisar aquela que foi a relação do filho de D. Afonso V com o mais alto grupo social português da época, a nobreza, durante os anos de 1483 e 1484.

Ao longo desta obra é possível encontrar os referidos ideais liberais (governo limitado, municipalismo e descentralização, reformas administrativas do poder local, direitos individuais, mormente cívicos, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, etc.) predominantes nas correntes intelectuais oitocentistas em diversos momentos, não se podendo considerar, no entanto, a invalidade do estudo, que se baseia em documentação diversa e uma análise das fontes e também de outros estudos anteriores ao seu, portugueses e também estrangeiros. Contudo, é completamente inegável a clara tendência do autor em vários momentos da obra, suavizando a imagem de certas figuras em detrimento de outras, sobre as quais chega a construir uma certa diabolização.

Esta obra tem um pendor bastante favorável para a imagem do poder local, os concelhos, que são referidos inúmeras vezes ao longo de todo o estudo enquanto povo oprimido, obrigado a trabalhar, a pagar impostos e a lutar pelo Reino para satisfazer as necessidades (ou caprichos) dos privilegiados. Esta imagem sobrepõe-se até, ainda que de forma subentendida, à figura do monarca. É nos concelhos que, para o autor, residem as “classes médias”, o grande suporte do monarca no seu projeto de afirmação senhorial e, em última análise, o fator decisivo para o sucesso do projeto de D. João II.

Em contraste com esta “classe” surgem os privilegiados, onde Rebello da Silva inclui a aristocracia e o clero, seres oportunistas, cuja contribuição para a vida económico-financeira do país era nula e que apenas auxiliavam os seus monarcas em troca e sob a promessa de recompensas, que levavam à “depenação” do erário régio e lhes permitia oprimir as “classes” mais baixas da sociedade naquilo que são considerados autênticos

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

abusos de poder. A estes “abutres” e “terror das localidades” (Silva, 1910: 123) era também possível o contorno das próprias leis do reino, apoderando-se de cargos que não lhes cabiam, retirando daí elementos dos referidos oprimidos, levando o reino a um estado de “anarquia geral” no final do reinado de D. Afonso V.

À cabeça destes privilegiados encontra-se a casa de Bragança, “fundada pelo altivo bastardo do mestre de Aviz” (Silva, 1910: 27), condição hereditária que o autor faz questão de frisar. É sobre o duque D. Fernando II que o autor se debruça mais atentamente; é com este que D. João II terá uma relação mais acesa e, por isso, será a sua a primeira cabeça decepada. Este é, nesta obra, o representante máximo da arrogância em que se achavam os privilegiados do tempo de D. Afonso V, com quem D. João II terá que lidar; um indivíduo de uma soberba desmedida, pretendeu, segundo o autor, equiparar-se por diversas vezes aos monarcas que deveria servir, muito pela generosidade da mão d’*O Africano*, que lhe ofereceu vastos domínios senhoriais que fizeram dele o primeiro fidalgo do reino. Para além disto, esta soberba notava-se também pela proximidade do nobre à própria família real; D. Fernando II era descendente de D. João I e une-se também à casa real pelas políticas matrimoniais seguidas, tendo-se casado com D. Isabel de Viseu, irmã da Rainha D. Leonor, primas direitas (e a última também esposa) de D. João II.

Os privilegiados são, então, retratados enquanto “classes” opressoras, profundamente oportunistas e que existiam apenas “para receber e desfructar, e as classes médias para trabalharem, e sustentarem o luxo e as pompas dos orgulhosos senhores, por amor dos quaes o povo e o rei se arruinavam, enriquecendo sem medida os seus inimigos naturaes, ou os seus émulos irreconciliáveis” (Silva, 1910: 138). Dentro destes grupos sociais, as próprias crianças, “cujo único merecimento se reduzia a procederem do sangue illustre de um opulento donatário ou as mulheres e filhas dos grandes, só porque mais próximos do ouvido do soberano, possuíam o segredo de lhe extorquirem mercês injustas” (Silva, 1910: 147). É clara a posição do autor sobre a aristocracia.

Face a todos os abusos perpetrados por estes, que conduziam à decadência do reino, só a “mão liberal” (Silva, 1910: 167) de D. João II poderia trazer a necessária “revolução”. Este monarca surge como um perfeito príncipe e governante no sentido em que foi, para o autor, o que o reino verdadeiramente precisava à época. Após um reinado devastador para as contas e domínio públicos, que o autor vai suavizando, sendo clara a tentativa de enaltecimento da figura de D. Afonso V, rei humilde e generoso, que deveria

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

ter-se retirado logo após a derrota na batalha de Toro para “não assistir com a corôa na cabeça aos funeraes da sua glória” (Silva, 1910: 63), de quem a nobreza se teria aproveitado, D. João II, uma “alma fria e despiedosa”, o “rei político”, vai necessitar de dar uma nova arrumação à distribuição dos poderes portugueses.

Esta nova distribuição passará pelo retirar de poder à aristocracia, indevidamente engrandecida no reinado anterior, numa luta encabeçada por um génio político como só D. João II e, mais tarde, o Marquês de Pombal (associação feita por Rebello da Silva), poderia fazer.

O autor enaltece a figura do monarca, cuja ascendência vai recordando ao longo de toda a obra; é clara a adoração pela Geração de Avis. A imagem de “libertador” de D. João I é hereditária, chegando também a D. João II, o último representante da linhagem primogénita da “gloriosa dinastia de Avis”. Este monarca, justo, correto e um exímio cumpridor das leis do reino, será o libertador do “povo oprimido”, um “defensor natural dos oprimidos” (Silva, 1910: 112), que sofriam às mãos da tirania da aristocracia portuguesa “mal habituada dos tempos de Afonso V”, imitando aquela que foi (ou tentou ser) a atuação política de Luís XI de França.

Alicerçado nos concelhos, D. João II vai promover a tão necessária “revolução” social, permitindo a libertação e ascensão dos povos oprimidos, através, por um lado, do suporte nestas “classes” e, por outro, do ataque aos privilegiados, contra quem guardaria um certo rancor pela morte do regente D. Pedro seu tio, anos antes na batalha de Alfarrobeira, às mãos dos partidários de D. Afonso V, onde se contava o duque de Bragança.

Rebello da Silva vai indicar o reinado de D. João II como o reverter da decadência crescente em que o reino se encontrava, possibilitando que os reinados seguintes se traduzissem em períodos de certa “glória” para o povo português, devido ao projeto de expansão ultramarina, do qual não se poderá dissociar a figura deste rei. Para o autor, os feitos alcançados por D. Manuel I ou por D. João III talvez não tivessem sido possíveis sem esta ação do *Príncipe Perfeito*.

Paralelamente, não deixa de apontar a D. Manuel I uma certa responsabilidade no período de usurpação do poder municipal, balizando aqui um início de decadência do reino, que culminará com o domínio castelhano sobre o estado português. São, portanto, vários os temas que se vão relacionando com as linhas ideológicas que atrás se referiram.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

Na obra de Oliveira Martins, poderão ser destacados dois textos, a sua célebre *História de Portugal*, de forma mais específica o capítulo intitulado “O Príncipe Perfeito”, não deixando, porém, de se aproveitar o que antes ou depois deste capítulo puder auxiliar o presente estudo, e *O Príncipe Perfeito*, obra que o autor começou mas as vicissitudes do tempo não lhe permitiram terminar.

Este autor, tem uma escrita distinta do anterior, não se inibindo de criticar ou valorizar quando entende devido, existindo, no entanto, um claro favorecimento da figura e época de D. João II em detrimento de outras.

A cortesia com que Rebello da Silva aborda o reinado que considera desastroso para o reino não se verifica na obra de Oliveira Martins, que se posiciona como um crítico bastante claro a D. Afonso V, classificando-o de exemplo mesquinho, fraco e permissor da desordem em que o reino se encontrava, por se deixar lisonjear; o rei, como os fidalgos que o rodeavam, era “simples e estouvado”, “tão comum no aspeto como no espírito” (Martins, 1991: 143), era, segundo o autor, praticamente inútil, “um aborto, ou um anacronismo medieval” (Martins, 1991: 145), levando o reino num caminho decadente com os seus devaneios tanto na conquista de praças africanas, quanto nas guerras com Castela.

D. João II surge enquanto “um exemplar *perfeito* do género dos príncipes da Renascença, para quem Maquiavel escreveu (um pouco depois) o catecismo: é um mestre na moderna arte de reinar” (Martins, 1991: 142). O arquétipo maquiavélico de príncipe será, aliás, recordado por diversas vezes pelo autor ao longo do texto, estando bem patente uma tentativa de imprimir a D. João II esta imagem.

O sobrinho do regente D. Pedro, que o autor lembra também, havia-se já distinguido ainda durante o reinado do seu pai nomeadamente durante a batalha de Toro; esta “não foi propriamente uma derrota militar, mas foi uma derrota para o rei e para as suas ambições. O pobre velho, gordo, estafado, sem poder consigo, foi correndo abrigar-se em Castro-Nuno, e deitou-se logo a dormir. Avendano, o fidalgo do lugar, declarara-se por ele; mas a mulher castelhana, esperta, apontava-lhe o volume de carnes, para ali deitado a rressonar ruidosamente, como os gordos, e dizia ao marido: «Olha lá por quem te perdeste!» Efetivamente o rei não valia para coisa alguma” (Martins, 1991: 144).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

O papel de D. João II nos acordos de paz com Castela é também lembrado por Oliveira Martins, bem como a sua descendência da Geração de Avis, da qual se desviava D. Afonso V.

A relação do rei com a nobreza não é um assunto extensamente desenvolvido pelo autor, persistindo a imagem negativa da cabeça de família da casa de Bragança, que considerava o rei como um igual; o julgamento e morte deste nobre teriam provocado um desejo de vingança por parte do resto da nobreza portuguesa que, sob a égide do duque de Viseu tentarão assassinar o rei, acabando este duque morto pelas mãos do próprio rei, questão que, porém, deixará para sempre no monarca sentidos remorsos, uma tentativa de humanização de D. João II e amenização da situação.

Controlada a nobreza e os seus abusos, o rei poderia então “alargar os seus voos amplos” (Martins, 1991: 149), que seria a expansão ultramarina, promovendo grandes desenvolvimentos tecnológicos para a empresa da mesma.

É ainda referida a política matrimonial seguida por D. João II, que foi uma tentativa de união das coroas ibéricas (e seus impérios) na figura do seu filho, onde se juntariam os estados orientais do Preste-João que este monarca tentou descobrir (por terra e por mar). Porém, a morte precoce do filho de D. João II, fez cair este grande projeto, fazendo-o também “meditar sobre o valor do acaso na história” (Martins, 1991: 152).

Para além do que Oliveira Martins escreve, a própria organização da *História de Portugal* oferece-nos algumas ideias sobre aquela que seria a linha ideológica do autor; o capítulo que mais se relaciona com o *Príncipe Perfeito* faz parte do “livro terceiro” onde é analisada a dinastia de Avis entre 1385 e 1500, seguindo-se uma abordagem à expansão portuguesa (de 1500 a 1640) e depois os capítulos dedicados à «catástrofe» e à «decomposição», que correspondem aos restantes governos da dinastia de Avis (entre 1500 e 1580) e do domínio espanhol e dinastia de Bragança (1580-1777), respetivamente. A obra termina com «A anarquia espontânea», entre 1777 e 1834.

É clara a impressão de uma linha ideológica específica nas obras do autor, também de *Os filhos de D. João I* e outras importantes obras históricas que se poderiam analisar, mas que, a fuga àquele que se pretende que seja o tema central deste estudo, afastaram da observação.

A análise d’*O Príncipe Perfeito* (Martins, 1954) seria também produtiva. Porém, esta é uma obra inacabada de Oliveira Martins, não se podendo estender muito mais a

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

observação do pensamento deste autor, uma vez que o seu estudo não vai além de um início de uma abordagem à batalha de Toro, os seus contextos e consequências.

Tendo isto em consideração, não se poderão deixar de tecer alguns comentários relativos a esta retórica dos dois autores.

Sobre a obra de Rebello da Silva, poderemos afirmar que não serão incorretas algumas das questões que o autor levanta; a situação económico-financeira do país no final do reinado de D. Afonso V era crítica, fruto de vários motivos, de entre os quais se conta uma intensa política de doação de bens da coroa a um grande número de nobres, os abusos por estes perpetrados são verificáveis pelos capítulos das cortes (e estão já estudados), a relação de D. João II com a nobreza não era a mais afável e realmente este monarca centralizou em si os poderes do reino, controlando os grupos sociais privilegiados portugueses e permitindo uma evolução do Estado bastante favorável para o reinado que se lhe seguiu.

Contudo, o recurso a imagens de messias e salvadores é perigoso no estudo da história. A tentativa de colar a D. João II a imagem de D. João I não parece correta, como também não o parece a teoria do desejo de vingança de D. João II pela morte do seu tio na batalha de Alfarrobeira, ou o grande avanço dos governos locais durante o reinado deste monarca. É entendido que este se terá apoiado nestes governos para o sucesso do seu projeto, porém, o cenário de interferência real no poder municipal que o autor aponta a D. Manuel I já se verifica, em grande medida, durante o reinado de D. João II⁸. Paralelamente, a divisão social entre opressores e oprimidos também não se coaduna com a realidade por não ser tão clara assim esta divisão no seu sentido prático. Certamente existiriam elementos em ambos os grupos, porém eles não se dividem tão linearmente como Rebello da Silva o faz.

Do lado dos oprimidos pode encaixar o “povo”, a grande questão que se coloca é a enorme complexidade deste grupo social. Não se poderá ter na mesma conta um lavrador, um ourives ou um mercador que fazia parte de um governo local, por exemplo. É que, mesmo dentro destes tão aclamados faróis da liberdade, a opressão fazia-se sentir; os concelhos eram governados por autênticas oligarquias, onde entrariam elementos que,

⁸ A interferência de D. João II nos assuntos municipais poderá ser vista, por exemplo, nas atas de vereação municipais de várias cidades do país, correspondentes ao período de governação deste monarca. Tenha-se, a título de exemplo, o caso portuense de 1485–1488 (Ribeiro, 2019).

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

pelo seu ofício ou mester, haviam enriquecido e ascendido socialmente. Por outro lado, são vários os exemplos que se poderiam dar de opressão destes governos sobre a população urbana e também sobre os termos das cidades⁹.

Por sua vez, no estudo de Oliveira Martins é de salientar a condenação do autor à política portuguesa de expansão seguida por D. Afonso V e contrastante valorização da política de D. João II, tal como a análise da tentativa de união ibérica realizada pelo primeiro e até à desta união sob a égide da dinastia filipina, que o autor enquadra num período de extrema decadência portuguesa, ao mesmo tempo que enaltece grandemente a política do *Príncipe* na mesma matéria.

Para Oliveira Martins, a expansão afonsina que “fatigava o povo com impostos e desbaratava com prodigalidades o património da coroa” merecia uma certa valorização quando exercida por D. João II, provavelmente por esta última não engrandecer tanto os nobres do país, mas que também significaria custos para o povo.

Tratando o reconhecimento da legitimidade de D. Joana, filha de D. Henrique IV de Castela, este tema merece uma certa desvalorização por parte do autor, que compara esta situação com a sucessão dinástica de 1383-85 no reino de Portugal; a legitimidade da filha de D. Fernando de Portugal é posta em causa pelos partidários do *Mestre de Avis*, tal como os partidários de D. Isabel de Castela punham aqui em causa a legitimidade de D. Joana de Trastâmara; os castelhanos reconhecem legitimidade a D. Isabel, tal como os portugueses haviam feito com D. João I.

Por fim, quando a política de união das coroas ibéricas se desenvolve de forma que poderá ser tida como mais diplomática, com o casamento dos herdeiros das coroas, já durante o governo de D. João II, esta parece ser uma boa solução. Contudo, lembrando a forma e os motivos que fizeram D. Filipe II de Castela subir ao trono português¹⁰, parece algo incoerente por parte do autor entender que, sendo sob o domínio de um descendente de D. João II de Portugal seria uma união produtiva, mas, sendo sob o domínio de um monarca espanhol, é evidência da decadência do reino português.

⁹ Nas atas de vereação referidas na nota anterior, por exemplo, são vários os momentos em que moradores dos vários territórios do termo se vêm queixar à vereação de qualquer tipo de constrangimento, ficando esse registo nos vários livros de atas de vereação. Nestes livros, veem-se também várias decisões bastante favoráveis para a cidade, mas nem tanto para o termo.

¹⁰ D. Filipe II era neto de D. Manuel, tendo ainda casado com D. Maria Manuela, filha de D. João III.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

Considerando estas observações, podemos afirmar que a forma de escrever a História destes autores satisfaz certos propósitos: a orientação para uma classificação dos estratos sociais privilegiados nos vários âmbitos da administração pública, a condenação do “esvaziamento” de poder dos governos locais e a culpabilização de grupos sociais e até indivíduos em específico pela decadência portuguesa (ou que esta corrente intelectual entendia que o país se achava).

Conclusão

Rebello da Silva como Oliveira Martins foram dois dos exemplos maiores de uma interpretação da História onde a ideia de progresso e de cultura ilumina todo o contexto do século em que viveram e que, pela amplitude de horizontes considerados, nos possibilitaram uma interpretação que nos conduziu e muito contribuiu para a elaboração do nosso estudo.

A exaltação da figura de D. João II, através, também, da glorificação da administração municipal e do “poder do povo”, é um sinal dos tempos que os autores viveram e das posições e rumos que preferiam para o Reino de Portugal, sendo claros defensores da materialização de um regime de cariz “liberal” em Portugal, independentemente das suas vertentes mais ou menos radicais. Por um lado, Rebello da Silva mostra-se claramente favorável a uma descentralização do poder, concretizada na sua distribuição pelos municípios, à imagem do período medieval português. Por sua vez, Oliveira Martins, olhando nos olhos o fracasso do liberalismo português, concretizado nos avanços e recuos dos projetos liberais que se tentaram implementar e com a afirmação de um regime parlamentar de domínio essencialmente burguês, ignorando o mote liberal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a elite intelectual, ou pelo menos parte dela, olha com desconfiança a capacidade da elite governativa sua contemporânea. Perante tal situação, este autor parece, nesta sua fase da vida, mais recetivo à ideia de um Estado mais forte e centralizado, capaz de servir melhor os interesses da nação, à imagem maquiavélica que o autor salienta na figura de D. João II.

Sinal também dos tempos foi igualmente o combate feroz que ambos os autores fizeram à aristocracia portuguesa. Herdeiros de uma época conturbada, tanto Rebello da Silva como Oliveira Martins não se coíbem em criticar, satirizar e até ridicularizar a aristocracia portuguesa, mesmo notando-se diferentes formas de abordagem entre os dois

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

autores. Por outro lado, o debate iberista, profundamente marcante nas épocas dos dois autores, vai também deixar a sua marca nos seus textos, particularmente naqueles que aqui se analisaram, sendo de destacar a posição favorável a esta questão, principalmente na obra de Oliveira Martins. Filhos do seu tempo, estes historiadores vão, sem dúvida, marcar a historiografia portuguesa e também a corrente intelectual da época, ao mesmo tempo que nos permitem entender o pensamento ético-político da elite cultural portuguesa de meados e final do século XIX, bem como uma mundividência social e cultural.

Exemplares quase tão *perfeitos* quanto D. João II na imagem do século XIX, Rebello da Silva e Oliveira Martins são ainda precursores da árdua tarefa que representa o estudo da História, não sendo ainda hoje, e apesar do tempo que os separa da atualidade, possível olvidá-los da historiografia nacional, sendo os seus textos ainda referências incontornáveis em diversas matérias para o estudo da história portuguesa, nas suas diversas vertentes.

Passados quase dois séculos, as suas análises são ainda hoje visitadas e em grande medida seguidas, perdurando ainda, por exemplo, a imagem de perfeição que os autores (à semelhança de outros tantos) imprimiram na figura de D. João II. Tal imagem justifica, em grande medida, a pertinência de um estudo como o que aqui se realizou, procurando analisar a escrita da História destes dois autores por uma nova perspetiva, capaz de avaliar no contexto da sua época.

Não se afastando da imagem oferecida pelos cronistas mais próximos de D. João II, estes historiadores vão elaborar uma análise enviesada deste reinado, marcando toda a historiografia que se lhes seguiu, até aos dias de hoje, moldando, assim, a memória contemporânea portuguesa sobre este período histórico, numa posição claramente favorável ao monarca, que peca pela sua conseqüente falta de capacidade analítica.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

Bibliografia:

Fontes:

MARTINS, Oliveira (1928), *O hellenismo e a civilização cristã*, 4ª ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira.

MARTINS, Oliveira (1954), *O Príncipe Perfeito*, 5ª ed., Lisboa, Guimarães & Cª.

MARTINS, Oliveira (1990), *Portugal e o Socialismo. Exame constitucional da sociedade portuguesa e sua reorganização pelo socialismo*, Porto, Guimarães Editores.

MARTINS, Oliveira (1991), *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da (1910), *D. João II e a nobreza: 1483-1484*, Lisboa, Empresa da História de Portugal.

Estudos:

AZEVEDO, José Correia de (1993), *Portugal: História arte e cultura*, Lisboa, Euro-Formação, Vol. 4.

BRANCO, João Pedro (2007), *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834–1859)*, Lisboa, Dissertação de mestrado em Cultura e Formação Autárquica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRALBA, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

COELHO, António Borges (1996), "D. João II (1455-1495): esboços para um retrato", *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Nova Série, vol. 1, pp. 21-45. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39667>>.

CUNHA, Mafalda Soares da (1988), "D. João II e a construção do Estado Moderno. Mitos e perspectivas historiográficas", in *Arqueologia do Estado, Iªs Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, vol. II, Lisboa, História & Crítica, pp. 649-667. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13085/1/MS_C_1988_Arqueologia%20do%20Estado.pdf>.

FONSECA, Luís Adão da (2005), *D. João II*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

GIRVETZ, Harry K.; DAGGER, Richard (2019), "Liberalism" in *Encyclopædia Britannica*, Encyclopædia Britannica, inc., 21 junho 2019 [consulta em 12/11/2019]. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/liberalism>>.

Marco Alexandre Ribeiro - *O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a8

GOMES, Saúl António (2006), *D. Afonso V: o africano*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

HERCULANO, Alexandre (1980), *História de Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, tomo IV.

MENDONÇA, Manuela (1991), *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.

MESQUITA, António Pedro (2006), *O pensamento político português no século XIX: uma síntese histórico-crítica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MOREIRA, José Manuel (2008), “Pensamento liberal em Portugal”, *Cultura*, Vol. 25, pp. 177-197.

NATÁRIO, Celeste (2007), *Entre filosofia e cultura: percursos pelo pensamento filosófico-poético português nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Zéfiro.

PIRES, Lídia Cardoso (1997), *A construção da memória: sobre a História e as histórias com Oliveira Martins*, Porto, Dissertação de mestrado em Filosofia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/18109/2/FLM07301P000079345.pdf>>.

RIBEIRO, Marco Alexandre (2019), *As atas de vereação do Porto de 1485 a 1488: Leitura paleográfica, publicação e estudo prévio*, Porto, Edição do Autor. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/124556>>.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) (1997), *O Liberalismo*, Vol. V de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)

The labour legislation of the First Republic and its applicability in Braga (1910-1926)

La législation du travail de la Première République et son applicabilité à Braga (1910-1926)

La legislación laboral de la Primera República y su aplicabilidad en Braga (1910-1926)

Débora Val Escadas
Universidade do Minho
deboraval@live.com.pt

Resumo: Neste artigo, pretendemos observar como a legislação laboral da I República foi aplicada na cidade de Braga (norte de Portugal), muito em particular a luta do operariado bracarense para que tal ocorresse, analisando a imprensa operária e a imprensa generalista bracarense. Os direitos dos trabalhadores foram consagrados na lei, mas não passaram do papel, quer por falta de fiscalização, quer por pressão das associações patronais. Quanto aos operários, estes reivindicavam junto do Governo e do patronato para verem os seus direitos cumpridos, mas sem grandes resultados.

Palavras-chave: 1.ª República, movimento operário, legislação laboral, Braga.

Abstract: In this article, we intend to observe how the labour legislation of the First Republic was applied in Braga town (north of Portugal), in particular the struggle of the Braga workers to its enforcement, analysing the workers' press as well as the Braga's generalist press. Workers' rights were enshrined in law, but remained on paper, either by lack of supervision, either by pressure from employers' associations. The workers claimed from the Government and the employers the accomplice of their rights, but without great results.

Key-words: 1st Republic, labour movement, labour legislation, Braga.

Résumé: Dans cet article, nous cherchons d'observer comment la législation du travail de la Première République a été appliquée dans la ville de Braga, en particulier la lutte de ses travailleurs pour y parvenir, en analysant la presse ouvrière et la presse généraliste de Braga. Les droits des travailleurs sont consacrés par la loi, mais ils ne vont pas au-delà du papier, soit en raison du manque de supervision ou des pressions des associations d'employeurs. Quant aux travailleurs, ils ont revendiqué auprès du gouvernement et des employeurs de voir leurs droits respectés, mais sans grands résultats.

Mots-clés: 1^o République, mouvement ouvrier, législation du travail, Braga.

Resumen: En este artículo, pretendemos observar cómo se aplicó la legislación laboral de la Primera República en la ciudad de Braga (norte de Portugal), en particular la lucha de sus obreros para que esto suceda, analizando la prensa obrera y la prensa generalista de Braga. Los derechos de los trabajadores estaban consagrados en la ley, pero no iban más allá del papel, ya sea por falta de supervisión o por presión de las asociaciones patronales. En cuanto a los trabajadores, reclamaron al Gobierno y a los empleadores que vean sus derechos cumplidos, pero sin grandes resultados.

Palabras-clave: 1.ª República, movimiento obrero, legislación laboral, Braga.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

Introdução

O estudo do movimento operário na I República fez-se de forma tardia, com algum destaque no período final do Estado Novo, em virtude do regime político então vigente. Nos anos 50 e 60, as obras que se publicavam não eram tanto estudos académicos, mas memórias e testemunhos de quem participou no movimento operário durante a I República, destacando-se autores como Vieira (1959) e Nogueira (1966), por exemplo. Foi a partir dos anos 70 que começaram a aparecer estudos académicos sobre esta temática, como os trabalhos de Pereira (1971), Oliveira (1974) e Fonseca (1979). Apesar destes esforços, o estudo académico sobre o movimento operário não prosseguiu no pós 25 de abril e nem se encaixou num programa de investigação organizada. Todavia, esta temática ressurgiu nos anos 80, numa tentativa de estruturar a investigação, feita sobretudo por Sá (1981), Mónica (1985) e Freire (1988). Mais recentemente, iniciativas na disseminação de resultados de investigação deram os seus frutos com a organização dos *Congressos do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal* (2013, 2015, 2017, 2019), bem como a realização de dissertações de Mestrado e Doutoramento que versam sobre esta temática.

Entre o estudo do movimento operário, têm-se feito análises sobre a legislação social promulgada durante a I República. Entre os estudos mais relevantes, porque originaram a prossecução da investigação, encontra-se o de Miriam Halpern Pereira (2000), que analisa a origem do Estado-Providência em Portugal, em concreto sobre a legislação social promulgada em 1919. Sobre o “pacote legislativo” de 1919, há que referir o artigo de Cardoso e Rocha (2009), que analisa as dificuldades da implementação do seguro social obrigatório. Destacamos também os estudos que analisam a legislação laboral na sua generalidade, como o trabalho de Rodrigues (2008), que trata os direitos dos trabalhadores entre 1910 e 1933. Mais recentes, são as teses de Vaz (2012), que analisa o processo de elaboração e promulgação da legislação laboral e a resposta dos operários às mesmas, e de Pereira (2012), que trata as políticas sociais da I República.

Estes estudos, ora de síntese, ora estudos de caso, permitem estabelecer comparabilidades, realidades afins ou contrastantes, preenchendo lacunas na historiografia. No nosso caso, o objetivo passa por compreender como a legislação laboral foi aplicada na cidade de Braga, bem como a luta do operariado para vê-la cumprida, uma narrativa sobre a resistência patronal à aplicação da legislação laboral, que se insere num

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

percurso de investigação anterior, acerca do movimento operário em Braga (Escadas, 2017).

Estudar o movimento operário implica o cruzamento de informação dispersa, embora se use como principal fonte a imprensa. Só havendo três jornais operários bracarenses publicados na I República, dois dos quais números únicos, consultámos jornais operários do Porto e de Lisboa, bem como a imprensa generalista bracarense. Uma crítica essencial ao seu uso e acautelamento na sua análise, prende-se com a sua natureza, porque os periódicos (quer operários, quer generalistas) eram apologeticos da ideologia que propugnavam, transmitindo uma visão fragmentada da realidade, sendo-o ainda mais em tempo de censura à imprensa. Ressalve-se que grande parte da chamada documentação de arquivo, como correspondência, atas de reuniões dos sindicatos, moções de protesto, entre outros, foi destruída quer pelas vicissitudes do tempo, quer deliberadamente durante a I República ou ainda durante o Estado Novo, sendo quase inexistente no caso de Braga.

O operariado e a indústria em Braga

Antes de analisarmos a aplicabilidade da legislação laboral em Braga, as estratégias patronais na oposição à legislação republicana sobre o descanso semanal, horário de trabalho, etc., será pertinente caracterizar o operariado e a indústria da cidade. Sobre o operariado existente em Braga, os números que temos disponíveis são os das estatísticas oficiais, como os recenseamentos da população, não sendo possível dar um número exato de quantos operários havia na cidade, já que essas estatísticas eram incompletas.

Segundo o censo da população de 1911, o concelho de Braga contava com 9278 trabalhadores ativos na indústria e 415 nos transportes, ou seja, um total de 9693 operários, numa população ativa de 30 270 trabalhadores – o operariado representava, assim, 31,9% do total da população ativa bracarense. Se considerarmos apenas o proletariado industrial, a sua representatividade era de 30,7%; já os trabalhadores

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

agrícolas representavam 38,4% da totalidade da população ativa (Cf. Direcção Geral de Estatística, 1916: 40)¹.

Dentre o operariado industrial, 25,4% era constituído por mulheres e 24,8% por trabalhadores menores, com menos de 20 anos (Cf. Direcção Geral de Estatística, 1916: 40). Segundo Ramiro da Costa, no período do pós-guerra, a percentagem de mulheres trabalhadoras em Braga atingia os 55%, representando os trabalhadores menores 20%, justificando-se essa percentagem pela concentração da indústria têxtil na região (Cf. Costa, 1979: 162).

O número de operários industriais representava a insípida industrialização bracarense, sobretudo se compararmos os mesmos números com os grandes centros industriais – no Porto, o proletariado industrial chegava a representar quase metade (46,9%) da população ativa, enquanto 4,3% era a representatividade dos trabalhadores agrícolas (Cf. Direcção Geral de Estatística, 1916: 155). Note-se que, no Norte, “o capitalismo industrial mostrava-se ainda intimamente ligado à economia camponesa familiar e ao artesanato doméstico” (Oliveira Marques; Rodrigues, 1991: 207), o que explica os números apresentados para Braga. A indústria bracarense registava um forte peso do setor artesanal: por exemplo, ainda em 1917, os operários fabricantes de calçado iniciaram protestos contra a mecanização da indústria (Cf. *Ecos do Minho*, 06/02/1917, p. 2).

Esta é uma realidade que, para Braga, não foi mudada durante a I República: os censos de 1930 apresentam percentagens semelhantes às de 1911. Em 1930, o concelho de Braga contava com 10 817 trabalhadores empregados na indústria e 483 nos transportes, isto é, 11 300 operários, correspondendo a 30,6% da população total ativa. Considerando apenas o proletariado industrial, este representava 29,3% da população ativa, enquanto a percentagem de 29,8 representava os trabalhadores agrícolas (Cf. Direcção Geral de Estatística, 1933: 162 e ss.).

Quanto ao estado da industrialização bracarense, os dados são ainda mais incompletos. Já vimos que a indústria tinha uma forte componente artesanal, “em que ainda não existe a completa separação do operário dos seus meios de trabalho” (Costa,

¹ Excluíram-se, nesta análise, as pessoas dependentes dos trabalhadores que não exerciam uma ocupação, como velhos, crianças e mulheres não trabalhadoras. Incluindo a população inativa, os totais ascendem a 20 225 na indústria e 1054 nos transportes.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

1979: 158), ou seja, era uma indústria de pequena e média produção. Mas esta indústria de pequena e média produção não era apenas apanágio de Braga: de acordo com o inquérito industrial de 1917, “68% [dos estabelecimentos] indicavam ocupar de 1 a 10 operários (e sendo a sua maioria de 1 a 3 operários), 865 [de um total de 5491] ocupavam de 11 a 100 operários, 19 de 501 a 1000 operários e apenas 6 fábricas indicam ocupar mais de 1000 operários” (Costa, 1979: 158).

Para o período em questão, e segundo os dados recolhidos na imprensa, foram contadas 121 fábricas e oficinas, pertencendo a maioria ao sector têxtil e de vestuário, com 29 estabelecimentos, seguindo-lhe a indústria metalúrgica, com 27. O sector gráfico também ocupava um lugar de destaque na indústria bracarense, com 14 estabelecimentos fabris, enquanto a indústria de calçado e curtumes ocupava 13 fábricas, como mostra a seguinte tabela:

Quadro 1. Indústria bracarense (1910-1926)

Sector	Fábricas e oficinas
Alimentação	4
Calçado e couros	13
Cerâmica	1
Construção	3
Gráfico	14
Madeiras/mobiliário	2
Metalurgia	27
Papel	2
Química	10
Energia	3
Têxtil e vestuário	29 (10 chapelarias)
Outros	13
TOTAL	121

Fonte: elaboração própria, com base na imprensa generalista bracarense

Mais uma vez, os dados de que dispomos são incompletos, mas servem para ter uma ideia aproximada da realidade na qual o operariado vivia.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

O “decreto-burla”

O decreto-lei de 6 de dezembro de 1910, que regulamentou o direito à greve, foi talvez o que mais causou indignação à classe operária, fazendo com que a República merecesse o descrédito do operariado. Foi a partir deste decreto que os operários perceberam que, tal como outro regime, a República não contribuiria para a sua causa. Reconhecendo o direito de os operários fazerem greve (com exceção dos funcionários públicos), direito que não foi consagrado durante a monarquia, este decreto reconhecia também aos patrões o direito de fazerem *lock-out*. O decreto exigia ao mesmo tempo o aviso prévio da cessação do trabalho nos serviços de interesse público, com uma antecedência de 8 ou 12 dias (8 dias para as greves nos transportes, 12 dias para as greves nos serviços de eletricidade, água e serviços de saúde).

Estas disposições, permitindo o *lock-out* e retirando o elemento surpresa das greves, fortaleceriam as vantagens dos patrões em relação aos operários grevistas, que ficariam com as suas capacidades de resistência diminuídas. Demais, o artigo que permite o *lock-out* coloca num mesmo patamar os direitos dos trabalhadores e dos patrões, o “que chocou os sentimentos e as aspirações emancipatórias que muitos operários depositariam nas novíssimas instituições republicanas” (Freire, 2000: 80). A revolta que o decreto causou nos trabalhadores está patente na imprensa operária. *A Aurora* afirmava que “querer regulamentar um meio de que o operário lança mão para fazer valer os seus legítimos direitos é um absurdo [...]. Os operários, quando se declaram em greve, é porque alguns motivos têm para isso. Greves sem motivo é que nunca houve. Toda a gente o sabe. Por que razão, pois, entendeu o governo que havia de regulamentar o uso de um direito aos que trabalham?” (*A Aurora*, 25/12/1910, p. 1).

A resposta a esta pergunta parece ser o aumento do número de greves depois da proclamação da República, que o Governo gostaria de conter (Carvalho 1977: 60 e ss.). A própria imprensa dá-nos essa mesma justificação. Um representante do movimento social católico afirmava que “o direito à greve: resulta, como corolário da liberdade de trabalho. A lei que reconhece o direito de associação, tem de admitir o direito de greve que é apenas uma das suas formas. Mas é evidente que não poderemos reconhecer o uso ilimitado desse direito” (*O Grito do Povo*, n.º 600, 3 de dezembro de 1910, p. 1). Não se poderia reconhecer o uso ilimitado da greve porque “a vida do país não podia estar à mercê dos caprichos ou das ambições de quem quer que se lembrasse de, justa ou

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

injustamente, fazer reclamações; que a paz da sociedade é uma coisa que interessa a um número bem maior do que determinado número de indivíduos, etc.” (*Pátria Nova*, 15/10/1910, p. 3). A própria Federação Geral do Trabalho (FGT), organização das associações operárias portuenses, aconselhava o operariado a não declarar greves, pois causariam embaraços à consolidação da República (*A Luz do Operário*, 11/12/1910, p. 1).

Nesta perspetiva, portanto, as greves estariam a prejudicar o estabelecimento do novo regime, pelo que os operários teriam de moderar o seu uso. Em resumo, o Governo regulamentou o uso da greve para tentar manter a ordem pública. Contudo, o que o decreto trouxe foi apenas o protesto da classe operária, já que as greves, o seu principal meio de luta, continuaram a ser feitas. Não foi apenas a classe operária a contestar o decreto, pois na imprensa generalista também apareciam artigos a duvidar da utilidade da regulamentação das greves, afirmando que “[na lei] criam-se ali privilégios e exceções que não existiam, e que não estão conformes com um regime de liberdade e igualdade. [...] Parece-nos que esta lei terá o mesmo sucesso da do inquilinato, não agradando ninguém” (*Comércio do Minho*, 10/12/1910, p. 1).

Por o decreto não agradar a ninguém, não teve a aplicabilidade que deveria ter, uma vez que os operários continuaram a fazer as greves como antes, ou seja, sem ter em conta as disposições presentes nessa regulamentação. Todavia, o operariado não deixava de fazer os seus protestos formais contra o decreto. Relatava o jornal *O Sindicalista* que, numa das reuniões das classes operárias, foi apresentada pelo delegado da Liga das Artes Gráficas, Augusto Caldas, uma moção de protesto contra o “decreto-burla”. A moção foi aprovada por todos os delegados presentes, representantes da construção civil, dos fabricantes de calçado, dos operários chapeleiros, dos cocheiros, dos empregados de cafés e restaurantes, e das artes gráficas (*O Sindicalista*, 08/01/1911, p. 2)².

Ao apresentar a moção, Augusto Caldas terminou “por fazer votos por que o operariado se organize nos seus sindicatos, que devem constituir a única esperança e única certeza da vitória na luta de classes” (*O Sindicalista*, 08/01/1911, p. 2). Ainda sobre este tema falaram outros delegados, provando que os operários bracarenses não tinham

² Nesta reunião estavam presentes delegados de seis associações de classe, num total de dez associações existentes em Braga em 1911. Poderemos afirmar, assim, que a maioria da classe operária protestou contra o “decreto-burla”.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

intenção de ficar à espera de leis para fazer valer os seus direitos – como, aliás, não esperariam os operários do resto do país.

A lei dos acidentes de trabalho

A lei dos acidentes de trabalho, promulgada em julho de 1913, começou a ser discutida no Parlamento em novembro de 1911, de modo a fazer as alterações necessárias à legislação existente no tempo da monarquia constitucional. Esta era uma lei que merecia ser discutida porque, nas palavras do deputado Caldeira Queiroz, “representa uma parte mínima daquilo que o proletariado português legitimamente reivindica. É necessário que o povo, que tantos sacrifícios fez pela República, tire dela algum proveito; é preciso que o povo não seja excluído dos benefícios revolucionários” (cit. por Vaz, 2012: 68).

Este “benefício revolucionário” em particular levou quase dois anos a ser concedido, pois a discussão parlamentar do projeto de lei dos acidentes de trabalho andou à volta da questão de saber se o Estado tinha ou não tinha verba para levar adiante o projeto. Sobre este assunto, *A Defesa Operária* comentava que “gritam certos pândegos engratados, e que aconselhavam o povo a que tenha paciência, que saiba esperar, pois o cofre do Estado não tem uma de X. Mas o que tais cavalheiros não aconselham é que o governo corte à *alta mandria*” (*A Defesa Operária*, 17/12/1911, p. 1)³. A questão financeira seria sempre um entrave à promulgação de leis de carácter social e, neste sentido, os operários continuariam com as suas reivindicações.

Em Braga, logo em novembro de 1910, os operários reuniram-se “a fim de se assentarem as bases de uma reclamação ao governo para que sejam postas em prática as pretensões operárias (*Comércio do Minho*, 26/11/1910, p. 3), entre elas, a lei dos acidentes de trabalho. As reivindicações do operariado bracarense continuariam depois de promulgada a lei n.º 83, de julho de 1913, em concreto pela falta de cumprimento da mesma da parte do patronato. Em outubro de 1913, a Associação de Classe (AC) dos Operários Pedreiros reclamou ao ministro do Fomento para que fosse “posto em vigor o regulamento da lei sobre acidentes de trabalho” (*Comércio do Minho*, 21/10/1913, p. 2).

Mesmo com o primeiro regulamento promulgado, em outubro de 1913, o patronato continuava a não cumprir a lei. Em novembro desse mesmo ano, os industriais

³ Itálico no original.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

bracarenses da construção civil resolveram interromper as obras, deixando os seus operários sem trabalho, como forma de protesto por o Governo não ter adiado o prazo para “a instalação da caixa das pensões determinadas pela lei dos acidentes de trabalho” (*Ecos do Minho*, 20/11/1913, p. 3). Em consequência, os operários protestaram ao ministro do Fomento, pedindo que a lei continuasse a vigorar. Os industriais decidiram restabelecer o trabalho e, como solução ao problema da execução da lei, resolveram institucionalizar entre si uma caixa de socorros-mútuos, “a fim de fazerem face aos encargos que a lei lhes impõe para com os operários prejudicados ou inutilizados no trabalho” (*Ecos do Minho*, 23/11/1913, p. 3). Esta caixa funcionaria como as associações de socorros mútuos: cada industrial contribuiria com uma quantia à caixa para, quando tivesse de pagar as indemnizações e despesas clínicas dos seus operários sinistrados durante o trabalho, o encargo não ser excessivo. A comissão delegada do Grémio dos Industriais Bracarenses tentou angariar sócios em todo o distrito de Braga, não havendo registos do sucesso ou insucesso da sua iniciativa (cf. *Ecos do Minho*, 27/11/1913, p. 4). Em 1920, ainda continuava o incumprimento à lei dos acidentes de trabalho. Relatava o *Comércio do Minho* que dois fiscais dessa lei, um de Braga e outro do Porto, andaram “em serviço de fiscalização da referida lei, que nos informaram estar em vigor, não lhe tendo, porém, dado cumprimento grande número de industriais” (*Comércio do Minho*, 01/08/1920, p. 2).

Os industriais eram relutantes em cumprir a lei porque caíam sobre si todos os encargos em caso de acidente de trabalho. Mas os industriais não só não cumpriam a lei como, alegadamente, subornavam o Tribunal dos Acidentes de Trabalho para ganhar os casos. Em agosto de 1920, o correspondente do jornal *A Batalha* questionava “quem seriam os vogais da Junta Operária do Tribunal dos Acidentes de Trabalho [em Braga] que fizeram *fajardice* de receber 90\$00 se certo patrão vencesse um pleito que tinha naquele tribunal, o que de facto aconteceu?” (*A Batalha*, 20/08/1922, p. 3)⁴. Não sabemos se este caso foi ou não único, mas é indicador do mau funcionamento do Tribunal dos Acidentes de Trabalho que, em 1919, iniciou a sua atividade em Braga (cf. Oliveira Marques e Rodrigues, 1991: 210 e ss.)⁵.

⁴ Itálico no original.

⁵ Todavia, as notícias sobre o funcionamento deste Tribunal só começaram a aparecer em maio de 1921: veja-se, por exemplo, *Diário do Minho*, 21/05/1921, p. 2.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

Em 1926, este Tribunal encontrava-se sem juiz presidente há quase um ano, pelo que os organismos operários bracarenses tiveram de “representar ao governo, expondo o que se passa aqui e para que pelo Ministério do Interior se providencie desde já para se não alongar mais o martírio dos que sofrem com semelhante esquecimento do Estado” (*Diário do Minho*, 22/01/1926, p. 2). Os operários, de facto, pareciam ser esquecidos pelo Governo, que promulgava as leis mas, por ausência de meios ou falta de vontade política, não as faziam cumprir. Só sobre os acidentes de trabalho foram promulgados quatro regulamentos para além da lei n.º 83 de julho de 1913, comprovando que a lei e os respetivos regulamentos não eram observados⁶. Quanto ao operariado bracarense, surpreende-nos o facto de não se ter mobilizado para fazer cumprir esta lei, salvo as exceções que referimos acima. A falta de organização não será justificação para o facto, até porque os operários bracarenses movimentavam-se para tentar fazer cumprir outras leis, como o caso da lei do descanso semanal e da lei do horário de trabalho. A justificação, assim, reside na falta de interesse pela questão – falta de interesse de que os operários bracarenses eram amiúde acusados não só pelos correspondentes do jornal *A Batalha*, mas também pelos delegados da Confederação Geral do Trabalho (CGT).

A lei dos seguros sociais obrigatórios

A lei dos seguros sociais obrigatórios apenas foi promulgada em maio de 1919, mas já em 1911 tinha sido apresentado na Assembleia Constituinte um projeto de lei sobre os seguros sociais, da autoria de Fernão Botto Machado, deputado que defendeu os seguros sociais abrangentes não só aos acidentes de trabalho, mas também à doença, desemprego e velhice (Pereira, 2012: 254). Este projeto de lei caiu no esquecimento, mais uma vez com a justificação de que o Estado não tinha condições económicas para promulgar e fazer cumprir uma lei social. O jornal *A Defesa Operária* reconhecia, à época, que “sendo o auxílio de que essas classes necessitam causador de nova despesa aos cofres do Estado, não contamos ver na legislação do país, para serem executados, esses princípios com que hoje lá fora se estão beneficiando os nossos irmãos de trabalho” (*A Defesa Operária*, 13/08/1911, p. 2).

⁶ Os regulamentos promulgados são os seguintes: decreto n.º 183/1913, de 24 de outubro, decreto n.º 938/1914, de 3 de outubro, decreto n.º 1984/1915, de 21 de outubro e decreto n.º 4288/1918, de 22 de maio.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

Só anos mais tarde, em 1919, é que a iniciativa dos seguros sociais obrigatórios deu frutos, acompanhando “o movimento doutrinal em matéria de política social, o qual se foi desencadeando, um pouco por toda a Europa, nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX” (Cardoso; Rocha, 2009: 447), como se faz notar no preâmbulo do decreto n.º 5636/1919, de 10 de maio. Os seguros sociais obrigatórios revestiam uma certa importância, uma vez que abrangiam todos os trabalhadores, ao contrário do que acontecia com a mutualidade livre, que apenas ajudava os operários sócios da associação. A mutualidade, portanto, não cobria toda a população, sendo que em Braga a densidade de população mutualista era de 34 em 1000 habitantes, um número muito baixo se o compararmos com Lisboa (271 por 1000) e Porto (244 por 1000) (cf. decreto n.º 5636/1919, de 10 de maio).

Os seguros sociais cobriam os casos de doença, de acidentes de trabalho e de invalidez e velhice, constituindo “a única solução encontrada” para os operários se valerem nessas horas de privação (decreto n.º 5636/1919, de 10 de maio)⁷. Esta solução única não era cumprida com rigor. Revelava o *Diário do Minho* que, em 1921, “o Tribunal de Desastres no Trabalho neste distrito [de Braga], principiou a levantar autos de transgressão contra os patrões e empregados que não deram ainda cumprimento à lei do Seguro Social Obrigatório contra os desastres no trabalho, e continuará a levantar autos todos os dias até que todos estejam ao abrigo da referida lei” (*Diário do Minho*, 18/08/1921, p. 2). Num só dia, foram 13 os autos levantados contra os patrões que não cumpriam o estipulado pela lei (cf. *Diário do Minho*, 19/08/1921, p. 2).

Já é sabido que o Estado não tinha os meios, ou ainda a vontade, para fazer cumprir a lei, portanto os operários teriam que lutar para vê-la cumprida – e, mais uma vez, o operariado bracarense mostrou-se desinteressado pela questão. Esta legislação não teve a concretização pretendida, não só em Braga como no resto do país, cuja explicação deve ser atribuída “à inércia dos mais diretos beneficiários, associada também ao esvaziamento de sentido da legislação perante o contexto inflacionista que desatualizou os escalões salariais fixados para delimitar os que podiam usufruir dos seguros” (Cardoso; Rocha, 2009: 462).

⁷ Note-se que a instituição dos seguros sociais obrigatórios não impedia que os trabalhadores continuassem a ser sócios das associações mutualistas. O objetivo desta legislação era completar, e não substituir, a mutualidade.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

A lei do descanso semanal

O descanso semanal, durante a I República, foi regulamentado com a promulgação do decreto-lei de 9 janeiro de 1911, reconhecendo o Governo que “todas as razões fisiológicas, morais e sociais aconselham como providência instante e inadiável regularizar o descanso das diversas classes sociais que se afadigam e extenuam num labor diário constante de muitas horas” (decreto-lei de 9 janeiro de 1911, *Regulamentação do descanso semanal*). Já reconhecido durante a monarquia, com o decreto-lei de 3 de agosto de 1907, mas não cumprido pelo patronato, o descanso semanal era, portanto, uma questão urgente a ser tratada, pois o descanso dos operários dependia da boa vontade dos patrões. Em Braga, o descanso dominical foi concedido em 1898 aos empregados do comércio – não sendo, contudo, cumprido pelos patrões (cf. Sousa, 2004: 145 e ss.). O decreto-lei de 9 de janeiro de 1911 teve, neste sentido, uma grande importância e movimentou bastante o operariado de Braga, numa causa dirigida pelos empregados do comércio.

As sugestões sobre o descanso semanal em Braga começaram cedo. Em dezembro de 1910, a Associação Comercial, enquanto entidade patronal, enviou uma representação ao Governo, pedindo que o descanso dos operários fosse dividido por turnos, para não ter de se encerrar as lojas (cf. *Comércio do Minho*, 22/12/1910, p. 2). A esta representação, reagiu o operariado bracarense que, por sua vez, enviou um telegrama de protesto ao ministro do Interior pedindo que “o descanso seja ao domingo para todo o país” (*Comércio do Minho*, 03/01/1911, p. 2). O decreto, no seu artigo 2.º, estatuiu o descanso ao domingo, sem obrigar ao encerramento.

O regulamento do decreto seria feito pelas Câmaras Municipais. Em março de 1911, já depois da publicação do decreto-lei de 8 de março do mesmo ano, que viria a substituir o primeiro, reuniram-se na Câmara Municipal de Braga representantes das associações de classe e sindicatos e os presidentes das juntas de paróquia para discutir o regulamento do descanso semanal. Falaram vários interessados na questão “e, consultada por fim a assembleia, esta manifestou-se na sua maioria por que o dia do descanso seja o domingo inteiro, para todas as classes, menos as que a lei excetua. [...] Este ponto está, pois, definitivamente assente, e é sobre tal base que a câmara tem de elaborar o regulamento” (*Comércio do Minho*, 25/03/1911, p. 2-3). Esta decisão, implicando o encerramento dos estabelecimentos, não agradou a Associação Comercial, que enviou

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

uma representação ao ministro do Interior, afirmando que o encerramento do comércio e da indústria “não se encontra exarado no referido decreto de 8 de março do corrente, [...] Acresce ainda que a votação realizada na câmara municipal [...] não traduz a opinião dos interessados, pois que a grande maioria dos votantes era constituída pelos presidentes das juntas de paróquia (*Comércio do Minho*, 30/03/1911, p. 1).

A Associação Comercial protestava, de igual modo, à Câmara Municipal, fazendo uso dos mesmos argumentos. Todavia, o decreto-lei de 8 de março, concedendo o descanso semanal aos assalariados, não obrigava ao encerramento dos estabelecimentos, mas também não afirmava que os estabelecimentos deveriam ficar abertos – deduzindo-se, portanto, que a decisão de encerrar ou não encerrar ficaria a cargo das Câmaras Municipais. A Câmara Municipal, apesar dos protestos da Associação Comercial, regulamentou o descanso semanal no dia inteiro de domingo para todos os trabalhadores, menos os que a lei excetuava (cf. *Comércio do Minho*, 01/04/1911, p. 2). Os oficiais de barbeiro, por exemplo, só começariam o seu descanso às 12h de domingo, o que originou reclamações da classe, que telegrafou ao ministro do Interior protestando contra essa decisão (cf. *Comércio do Minho*, 04/04/1911, p. 2). Já os seus patrões ficaram agradados com o descanso a partir das 12h de domingo, dando “vivas à comissão municipal, autoridades, etc.” quando o regulamento foi apresentado na Câmara (*Comércio do Minho*, 01/04/1911, p. 2). Os empregados no comércio, pelo contrário, ficaram satisfeitos com o regulamento, agradecendo, numa reunião, às restantes classes o seu apoio prestado, exarando na ata um “voto [de louvor] aos delegados das associações operárias pelo franco apoio concedido à classe dos caixeiros por ocasião da regulamentação do descanso nesta cidade” (*Correio do Norte*, 04/04/1911, p. 3).

O regulamento da Câmara Municipal sobre o descanso semanal entrou em vigor em 16 de abril de 1911, originando mais protestos da Associação Comercial, que pediu à Câmara uma revisão do regulamento e enviou uma representação com 200 assinaturas de comerciantes a pedir que o encerramento dos estabelecimentos fosse a partir das 12h de domingo. Não sendo atendidas nas suas reclamações, a Associação Comercial decidiu apelar, mais uma vez, ao ministro do Interior, não obtendo os resultados desejados (cf. *Comércio do Minho*, 22/04/1911, p.1; *idem*, 29/04/1911, p. 3; *O Radical*, 06/05/1911, p. 3). O descanso semanal, portanto, continuou a ser o dia inteiro de domingo.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

A fiscalização do regulamento ficava a cargo das associações de classe e sindicatos, que elegiam comissões de vigilância, e das autoridades. As comissões de vigilância eram organizadas pelos operários não só porque era o que estava estatuído na lei, mas também porque os patrões eram relutantes em cumprir o descanso semanal: relatava *A Aurora* que, apesar de os estabelecimentos estarem fechados, “os operários de balcão, vulgo caixeiros, estiveram, como de costume, adentro dos estabelecimentos tratando dos afazeres da casa, continuando na mesma escravidão aviltante” (*A Aurora*, 07/05/1911, p. 1). As transgressões à lei poderiam originar casos de violência. Em abril de 1911, por exemplo, “um grupo de padeiros andou vigiando para que não fosse vendido pão antes do meio-dia [numa segunda-feira], nem na praça Municipal, nem nas padarias. [...] Quando, porém, o grupo se dispunha a exercer a mesma vigilância numas padarias das Palhotas, os moradores daquela rua correram-lhos, havendo pancadaria e ferimentos” (*Comércio do Minho*, 20/04/1911, p. 2)⁸.

Os operários apenas fiscalizavam o que era um direito seu – direito que não era bem aceite. Em junho de 1911, alguns operários alfaiates fizeram uma greve por que alguns os seus colegas foram encarregues de fiscalizar o cumprimento da lei do descanso semanal (cf. *Comércio do Minho*, 13/06/1911, p. 2). Segundo o *Correio do Norte*, esta atitude dos industriais “foi devida à mesma comissão ter acusado alguns industriais de haverem faltado ao cumprimento da referida lei, obrigando os oficiais a trabalharem até à madrugada” (*Correio do Norte*, 09/06/1911, p. 2). Como resultado da greve, os patrões decidiram não readmitir os operários que denunciaram a transgressão à lei do descanso semanal, podendo esses operários ser aceites noutras oficinas (cf. *Comércio do Minho*, 15/06/1911, p. 2). Este é um caso único, mas bastante significativo, comprovando a relutância dos patrões em cumprir uma lei que, na sua perspetiva, lhes era prejudicial.

Os patrões, se falhassem no cumprimento da lei, teriam de responder em tribunal, como foi o caso de três industriais de barbearia, tendo um deles sido condenado a pagar uma multa de 5 mil réis, em fevereiro de 1912 (cf. *Comércio do Minho*, 13/02/1912, p. 2). Perante estas situações, a Associação de Classe Comercial (dos caixeiros) decidiu elevar de 12 para 20 o número dos membros da comissão de vigilância, “no intuito de facilitar e desenvolver a fiscalização [...] que de ora em diante irá mesmo até às freguesias

⁸ As transgressões ao descanso semanal dos padeiros eram recorrentes, pois havia vendedores ambulantes que vendiam pão no horário de encerramento das padarias.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

rurais onde consta estarem-se praticando abusos que urge reprimir” (*Ecos do Minho*, 22/02/1912, p. 3).

Abusos, esses, que continuaram a fazer-se. Em 1924 ainda se faziam reclamações para que o descanso semanal fosse cumprido. Em julho do mesmo ano, o Sindicato Único (SU) dos Operários Manipuladores de Pão reclamou ao Governador Civil para que fizesse cumprir o estipulado na lei (cf. *Diário do Minho*, 19/07/1924, p. 2). Em novembro de 1924, os empregados no comércio reuniram-se “para resolver a atitude a seguir, em face das transgressões abusivas dos regulamentos do horário do trabalho e descanso semanal. Após uma acalorada discussão foi nomeada uma comissão para se avistar com o Ex.mo Governador Civil, a fim de se lhe solicitar o rigoroso cumprimento das leis, referentes a este caso” (*Diário do Minho*, 14/11/1924, p. 2). Apesar da fiscalização exercida pelos operários, mais vigilantes que as próprias autoridades, a lei sobre o descanso semanal acabou por não ser inteiramente cumprida, muito em parte porque nem as associações de classe e sindicatos nem os poderes locais dispunham dos meios necessários para fazer o patronato cumpri-la.

A lei do horário de trabalho

A lei do horário de trabalho de oito horas foi uma das questões que mais interessou o operariado. Prometida aos trabalhadores durante o tempo da propaganda republicana, a lei das 8 horas, depois da implementação da República, demoraria cerca de nove anos a ser promulgada. As discussões no Parlamento de projetos-lei sobre o horário de trabalho começaram logo em junho de 1911, pelo deputado socialista Alfredo Ladeira, operário canteiro eleito por Lisboa: o projeto deste deputado apenas concedia as 8 horas aos funcionários públicos, pois o estado subdesenvolvido da indústria portuguesa não permitia que o horário de trabalho fosse reduzido. Em julho do mesmo ano, o deputado Fernão Botto Machado apresentou um projeto-lei que concedia as 8 horas a todos os trabalhadores. Em novembro, Alfredo Ladeira apresentou outro projeto que concedia um horário de 10 horas aos trabalhadores da indústria. Estes projetos viriam a ser alterados pela Comissão de Legislação Operária, que apresentou as modificações ao Parlamento

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

em abril de 1913. A lei de horário de trabalho de 10 horas passou então a ser debatida, sendo promulgada em janeiro de 1915⁹.

As reivindicações operárias para que as promessas dos republicanos se cumprissem não tardaram. Logo em novembro de 1910, *O Grito do Povo* comentava essas reclamações, admitindo que não havia condições para que a promessa do horário de 8 horas se cumprisse de imediato “não há só interesse e direitos dos operários, há-os também dos industriais, tão sagrados como aqueles; [...] há o trabalho diurno, e o trabalho noturno; a tudo se deve atender, como o fez a França, com a sua legislação de 1900, sobre a duração do trabalho, que não é a mesma para todos, mas varia de harmonia, sim, com a natureza do trabalho, as forças, a idade e o sexo dos trabalhadores” (*O Grito do Povo*, 19/11/1910, p. 1). O Governo, portanto, teria de ter em consideração não só os interesses dos operários, mas também os interesses do patronato, o tipo de indústria e o tipo de trabalho que se fazia nas fábricas. Mas era o atraso da indústria portuguesa a justificação dada no Parlamento pela demora da promulgação de uma lei de horário de 8 horas.

Em 1912, *A Defesa Operária* reclamava que “em face da enorme exploração exercida sobre o proletariado, justo era que o parlamento legislasse acerca do horário do trabalho, pois que é um crime o que a tal respeito se vem praticando nas diversas oficinas e mesmo com os operários do Estado” (*A Defesa Operária*, 12/05/1912, p. 1). Mas a exploração continuaria e a legislação, como sabemos, demoraria a chegar. Neste sentido, os operários deveriam lutar pelos seus direitos, mas aproveitando a legislação que entretanto fosse elaborada. Diz-nos um articulista do mesmo jornal que uma “boa tática de proceder, [é] *aproveitar* todas as concessões que o parlamento vai cedendo, devido à nossa ação enérgica, ao mesmo tempo, *e enquanto é tempo*, que vamos, com inteligência e atividade, tratando da fundamental organização, que se impõe como o primeiro passo para a integridade do nosso ideal” (*A Defesa Operária*, 19/05/1912, p. 2)¹⁰. Ou seja, enquanto o operariado não se organizasse a ponto de fazer valer as suas reivindicações, teria de se contentar com a legislação, mesmo que esta não fosse suficiente.

De opinião diferente eram os militantes anarcossindicalistas. Por exemplo, Abreu Romão, articulista d’*A Aurora*, aconselhava aos operários “que se alguma coisa quiserem para seu benefício, terão que o conquistar. [...] Não esperar; obrigar a fazer quando

⁹ Para a discussão das leis sobre o horário de trabalho no Parlamento, veja-se Vaz (2012: 92 e ss.).

¹⁰ Itálicos no original.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

acharmos que deve ser feito. E tendo nós, proletários, a força desde que nos unamos, façamos antes nós, o que nos for preciso e não lhe demos importância” (*A Aurora*, 30/07/1911, p. 2). O operariado tinha, por conseguinte, que lutar para fazer valer os seus direitos – o que significava que não era relevante que esses direitos estivessem reconhecidos por lei, mas antes que fossem cumpridos *de facto* pelo patronato. Mas com ou sem organização, com ou sem legislação, com ou sem luta, o facto é que os operários bracarenses continuaram a trabalhar longas horas, até porque a legislação promulgada não era cumprida.

Durante a República, a primeira legislação promulgada sobre o horário de trabalho foram as leis n.º 295 e n.º 296, de 22 de janeiro de 1915, que regulamentavam o horário de trabalho no comércio e na indústria, respetivamente, para um período máximo de 10 horas diárias (cf. lei n.º 295/1915 e lei n.º 296/1915, de 22 de janeiro)¹¹. O regulamento do horário de trabalho para o comércio estava a cargo das Câmaras Municipais. Em Braga, o regulamento só seria promulgado em maio, demora que originou reclamações dos empregados no comércio. Em abril de 1915, os caixeiros bracarenses resolveram “telegrafar ao exmo. ministro do interior, rogando-lhe que intervenha junto das câmaras municipais, para que abreviem a regulamentação da lei das horas de trabalho no comércio dos seus concelhos” (*Comércio do Minho*, 27/04/1915, p. 3). Esta demora não foi exclusiva da Câmara de Braga: só as Câmaras do Porto e Viseu é que, à data, tinham regulamentado o horário de trabalho para o comércio, merecendo as saudações dos caixeiros bracarenses (cf. *Ecos do Minho*, 27/04/1915, p. 3).

O regulamento da Câmara de Braga entrou em vigor em maio de 1915, estabelecendo os horários de abertura e encerramento dos estabelecimentos comerciais, conforme a época do ano: de 1 de maio a 31 de outubro, os estabelecimentos comerciais não podiam abrir antes das 7h da manhã nem fechar depois das 21h; de 1 de novembro a 30 de abril, não podiam abrir antes das 8h da manhã nem fechar depois das 20h. Os caixeiros trabalhavam 10 horas por dia, tendo direito a duas horas de descanso (cf. *Comércio do Minho*, 15/05/1915, p. 2-3). No regulamento ficou estatuída a formação de uma Comissão de Reclamações, composta por dois membros da classe caixeiral, dois

¹¹ Os operários empregados nas indústrias do Estado trabalhavam por um período máximo de 8 horas diárias.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

membros da classe patronal e um representante da Câmara, com o objetivo de fazer cumprir a lei.

A Associação de Classe Comercial (dos caixeiros), para além de nomear os seus representantes à Comissão de Reclamações, elegeu uma Comissão de Vigilância ao regulamento, de 24 membros, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da lei, decidindo-se também que outra comissão se reunisse com o comissário da Polícia e o presidente da Câmara Municipal para saber qual e como seria a ação de fiscalização do regulamento pelos guardas da polícia cívica e municipal (cf. *Comércio do Minho*, 27/05/1915, p. 2). A classe caixeiral, de facto, estava disposta a fazer cumprir o regulamento. Numa reunião da classe, em junho de 1915, “deliberou-se instituir dois prémios de 10 escudos cada um, destinados a gratificar os guardas da polícia cívica e municipal que maior número de participações apresentarem em juízo, durante o ano corrente, contra transgressores do regulamento das horas de trabalho no comércio” (*Ecos do Minho*, 08/06/1915, p. 2).

Não há informações sobre se os prémios foram dados, mas sabemos que os patrões eram relutantes em cumprir a lei. Em agosto de 1915, os caixeiros decidiram, mais uma vez, “ativar uma persistente e rigorosa fiscalização a favor do diploma que regula o horário de trabalho no comércio, enviando, sem demora, para o poder judicial todas as participações de transgressão ao mesmo regulamento” (*Ecos do Minho*, 17/08/1915, p. 2). Os patrões ainda tentaram ter os estabelecimentos abertos depois das horas regulamentares, originando protestos da Associação de Classe Comercial (dos caixeiros). Contudo, a Câmara Municipal decidiu manter o regulamento em vigor, não permitindo que os estabelecimentos fechassem depois do horário estabelecido pelo regulamento (cf. *Comércio do Minho*, 16/12/1915, p. 3).

De acordo com as notícias que eram publicadas nos jornais, a classe comercial foi a que esteve mais interessada em fazer cumprir a lei do horário de trabalho, mas supomos que o operariado industrial também tenha lutado com o mesmo objetivo, apesar de tal facto não estar largamente noticiado na imprensa. Todavia, um dos casos bem noticiados pela imprensa é o da Liga das Artes Gráficas, que foi uma das classes que lutou para que a lei fosse aplicada no seu sector. Em julho de 1915, a Liga das Artes Gráficas de Braga recebeu um ofício da associação congénere do Porto, “solicitando apoio para o movimento a encetar no sentido de ser aplicada às artes gráficas a lei de 22 de janeiro,

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

que se refere à regulamentação das horas de trabalho”, sendo resolvido “coadjuvar a iniciativa dos gráficos portuenses” (*Ecos do Minho*, 06/07/1915, p. 3). Sabemos que estas movimentações, feitas a nível nacional, tiveram resultado, já que em agosto do mesmo ano foi promulgada a lei n.º 367, que aplicava às artes gráficas o horário de 8 horas, por ser uma indústria tóxica e insalubre (cf. lei n.º 367/1915, de 28 de agosto).

Os patrões da indústria gráfica cumpriram o horário, mas reduziram o salário dos operários para corresponder às 8 horas de trabalho diário, o que originou sérios protestos da classe, acabando estes protestos em duas greves. A primeira, de 2 de setembro a 5 de setembro de 1915, teve como resultado um acordo em que os operários trabalhariam as 8 horas, mais duas suplementares, recebendo o salário integral (cf. *Comércio do Minho*, 07/09/1915, p. 2-3).

A segunda, que durou mais de um mês, de 16 de outubro a 24 de novembro de 1915, foi realizada apenas pelos operários das oficinas tipográficas Augusto Costa & Matos e Ribeiro Braga Sucessores, motivada pelo patronato querer aplicar o salário-hora, o que lhes reduziria o salário. Esta greve acabou em derrota, pois que o salário dos operários foi reduzido em 10%, o que correspondia a 9 horas de trabalho (cf. *Comércio do Minho*, 19/10/1915, p. 3; *idem*, 25/11/1915, p. 2). As restantes classes também se movimentaram sobre esta questão: em agosto de 1915, por iniciativa da AC dos Barbeiros, reuniram as classes operárias bracarenses para discutirem a questão do horário de trabalho. Outra reunião estaria convocada, mas a imprensa não noticiou mais informações sobre o assunto (cf. *Ecos do Minho*, 14/08/1915, p. 2).

Porém, o operariado industrial teria de esperar até 1919 para que visse estatuído na lei o horário de 8 horas – que só em 1925 viria a ser aplicado¹². O decreto n.º 5516, que estabelece o horário de trabalho de 8 horas para todos os trabalhadores, foi promulgado em 7 de maio de 1919 (decreto n.º 5516/1919, de 7 de maio). Mal o decreto foi publicado, a classe operária bracarense indignou-se por não ter sido logo posto em execução, esboçando-se “mesmo um princípio de greve nas classes da construção civil” que, contudo, não chegou a realizar-se (*A Batalha*, 10/05/1919, p. 3). O patronato bracarense, por sua vez, também decidiu reclamar, mas contra o decreto. Dias após a sua promulgação, a Associação Comercial telegrafou ao governo pedindo a revogação do

¹² Para as discussões parlamentares sobre a regulamentação do horário de 8 horas, e o seu constante adiamento, veja-se Vaz (2012: 157 e ss.).

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

decreto e telegrafou também às associações congéneres do Porto e de Lisboa para aderirem a esta reclamação (cf. *Comércio do Minho*, 18/05/1919, p. 2)

O decreto ainda seria tomado como um “equivoco” por um articulista do *Comércio do Minho*, afirmando que “onde se diz [no decreto]: não se deverá trabalhar *mais* de 8 horas, devia estar: não se trabalhará *menos* de 8 horas”, resolvendo-se com essa alteração a questão social, “porque o operariado, vendo que a lei era igual para todos, não tinha razão de se queixar, nem para pedir uma nova redução nas horas de trabalho” (*Comércio do Minho*, 14/12/1919, p. 1)¹³. Esta sugestão apresentada pelo articulista não mudaria em nada a exploração que os operários sofriam, que já trabalhavam 10, 12 ou 14 horas diárias. Existia, portanto, a necessidade de promulgar um regulamento do horário do trabalho que fosse justo para o operariado.

Estando já o decreto publicado, o Governo, pressionado pelo patronato, foi adiando a sua execução, o que causou indignação à classe operária. César Nogueira, militante socialista, num artigo publicado n’*A Batalha*, reconhecia que “não se pode admitir, não é tolerável e excede os limites da serenidade, o que o governo, de mão dada com os senhores industriais e comerciantes, vem praticando com o citado decreto, procurando sucessivos pretextos para adiar a sua efetivação. [...] Não se quer cumprir o decreto das 8 horas, pois que não agrada ao patronato”. Aconselhava ainda a que os operários lutassem para que se fizesse cumprir o decreto, não ficando à espera que o Governo o executasse: “a classe operária tem que estar de atalaia e preparar-se para se movimentar, para que o regime das 8 horas de trabalho se cumpra, sem alcavalas nem sofismas” (*A Batalha*, 21/05/1919, p. 2). Mesmo com a luta encetada pelos operários, sobretudo pelas greves, só em raros casos o decreto das 8 horas se cumpriu.

Em maio de 1919, alguns dias depois da promulgação do decreto citado, os operários da construção civil entraram em greve, “por os patrões ou mestres não quererem pôr em execução o decreto das 8 horas” (*Comércio do Minho*, 22/05/1919, p. 2). Cerca de um mês depois, os industriais da construção civil decidem aumentar o salário dos operários, uma vez que não lhes diminuíram o horário como estava previsto na lei (cf. *Comércio do Minho*, 29/06/1919, p. 2). Ainda em maio do mesmo ano, os operários chapeleiros também estiveram em greve, exigindo que o decreto fosse cumprido de

¹³ Itálicos no original.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

imediatamente, apesar da sua execução ter sido adiada (cf. *Comércio do Minho*, 25/05/1919, p. 1). Em outubro, os operários metalúrgicos e os operários pedreiros das obras do Hospital e dos Correios e Telégrafos estiveram em greve, mais uma vez para que o horário das 8 horas fosse cumprido (cf. *A Batalha*, 09/10/1919, p. 3).

Em novembro de 1919, uma comissão de operários “composta pelos camaradas Júlio Cruz, pela Liga das Artes Gráficas; João Alves Teixeira, pelos Metalúrgicos; José Duarte Trigueiro, pelos Marceneiros e Guilherme Pinto, pelos alfaiates”, foi reclamar ao Comissariado de Polícia para “aquela autoridade obrigar os industriais caturras a cumprirem o regulamento das 8 horas de trabalho” (*A Batalha*, 01/12/1919, p. 2). Apesar de todas as reclamações, a situação continuaria na mesma, a tal ponto que o correspondente do jornal *A Batalha* recomendava à USO apelar às autoridades para que o decreto das 8 horas de trabalho fosse cumprido, “pois indústrias há que não as têm ainda. E bem assim tratar quanto antes de publicar um regulamento de abertura e encerramento de todos os estabelecimentos [...] pois há senhores industriais que abusam por não haver quem os chame à responsabilidade (*A Batalha*, 15/01/1920, p. 3). Não há registos que comprovem que tenha havido um regulamento deste género – e, pela relutância do patronato em cumprir o decreto das 8 horas, é pouco provável que tal regulamento tenha sido elaborado.

Quanto à fiscalização por parte das autoridades, apenas sabemos que em maio de 1922 foram multados três estabelecimentos por não cumprirem o horário regulamentar (cf. *Diário do Minho*, 16/05/1922, p. 2). Por conseguinte, os operários continuariam a reclamar para que um dos seus direitos mais fundamentais fosse cumprido. Em maio de 1921, estiveram em greve os “operários latoeiros, picheleiros e funileiros [...] para impor o cumprimento do horário de trabalho de 8 horas” (*A Batalha*, 12/05/1921, p. 1). Em setembro de 1924, o correspondente de *A Batalha* assinalava que “as 8 horas de trabalho são desrespeitadas em quase todas as oficinas [de metalurgia]” (*A Batalha*, 25/09/1924, p. 3). Os operários metalúrgicos só viram a lei das 8 horas cumpridas em outubro de 1919, depois de uma greve vitoriosa, mas o cumprimento da lei, como vimos, não iria durar muito tempo (cf. *A Batalha*, 21/10/1919, p. 3).

Com efeito, os operários metalúrgicos não eram os únicos que sofriam o incumprimento da lei, pois só há notícia de que foram apenas os industriais de padaria e de chapelaria que cumpriram o horário de 8 horas (*A Batalha*, 06/06/1920, p. 3; *idem*,

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

29/07/1920, p. 2). O decreto das 8 horas não era cumprido por falta de fiscalização, tal como acontecia com as outras leis de carácter social. Este incumprimento continuaria durante todo o período da I República, apesar das reivindicações do operariado bracarense.

Considerações finais

Não poderemos afirmar que a República se esqueceu dos trabalhadores, a legislação promulgada assim o comprova, mas foram os próprios trabalhadores que não se fizeram esquecer, isto é, essa legislação “nasceu de uma tentativa de corresponder a aspirações pré-existentes” (H. Pereira, 2000: 75). A questão económica foi sempre a justificação dos governos para adiarem a promulgação das leis e, se as promulgavam, era como medida para atenuar a *questão social*, não esquecendo que “os temores relativamente às ondas provenientes da vitória da Revolução Socialista na Rússia faziam compelir os governos a caminharem ao encontro de muitos dos cadernos reivindicativos das organizações sindicais” (Pereira, 2012: 323).

Dentre as leis promulgadas, nenhuma se fez cumprir na totalidade. Se é certo que, aparentemente, os operários bracarenses se mostravam menos interessados em fazer cumprir algumas leis, como no caso da lei dos acidentes de trabalho e dos seguros sociais obrigatórios, também é certo que “as providências oficiais pecam por esquecer depressa, quando se destinam a dar satisfação aos trabalhadores” (*A Defesa Operária*, 24/12/1911, p. 2).

Ou seja, as leis não passaram do papel, uma vez que faltavam os meios de fiscalização para fazê-las cumprir, faltava a “vontade política em as aplicar” (Vaz, 2012: 217) e, ainda, no caso de Braga, o desinteresse do operariado nesta questão (excetuando os casos referidos acima). Foram, como vimos, os próprios operários bracarenses que tentaram fiscalizar e fazer o patronato cumprir as leis do descanso semanal e do horário de trabalho, mas estas tentativas não tiveram sucesso, pois aos operários faltava-lhes uma organização consistente. Em suma, a legislação em pouco mudou, se realmente mudou alguma coisa, as condições de trabalho dos operários bracarenses.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

Bibliografia:

Fontes hemerográficas:

Aurora (A), Porto, 1910-1920
Batalha (A), Lisboa, 1919-1926
Comércio do Minho, Braga, 1910-1922
Correio do Norte, Braga, 1911
Defesa Operária (A), Porto, 1910-1914
Diário do Minho, Braga, 1922-1926
Ecos do Minho, Braga, 1911-1919
Grito do Povo (O), Porto, 1910-1913
Luz do Operário (A), Gaia, 1910-1917
Pátria Nova, Braga, 1910-1911
Radical (O), Braga, 1910-1911
Sindicalista (O), Lisboa, 1910-1916

Legislação:

Decreto-lei de 6 de dezembro de 1910, *Regulamentação do direito à greve*
Decreto-lei de 9 de janeiro de 1911, *Regulamentação do descanso semanal*
Lei n.º 83/1913, de 24 de julho
Decreto n.º 183/1913, de 24 de outubro
Decreto n.º 938/1914, de 3 de outubro
Lei n.º 295/1915, de 22 de janeiro
Lei n.º 296/1915, de 22 de janeiro
Lei n.º 367/1915, de 28 de agosto
Decreto n.º 1984/1915, de 21 de outubro
Decreto n.º 4288/1918, de 22 de maio
Decreto n.º 5516/1919, de 7 de maio
Decreto n.º 5636/1919, de 10 de maio

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

Estudos:

CARDOSO, José Luís; ROCHA, Maria Manuela (2009), “O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado providente”, *Análise Social*, vol. XLIV, n.º 192, pp. 439-470.

CARVALHO, David de (1977), *Os sindicatos operários e a República burguesa (1910-1926)*, Lisboa, Seara Nova.

COSTA, Ramiro da (1979), *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Assírio & Alvim.

DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1916), *Censo da população de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, V vol., Lisboa, Imprensa Nacional.

DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1933), *Censo da população de Portugal: Dezembro de 1930*, Lisboa, Imprensa Nacional.

ESCADAS, Débora Duarte Val (2017), *A vida impossível: o movimento operário em Braga durante a I República*, Braga, Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

FONSECA, Carlos da (1979), *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, I Vol., Cronologia*, Lisboa, Europa-América.

FREIRE, João (1988), *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento.

FREIRE, João (2000), “A República e o movimento operário”, in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (org.), *A Primeira República portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 77-89.

MÓNICA, Maria Filomena (1985), *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

NOGUEIRA, César (1966), *Notas para a história do socialismo em Portugal, II Vol., 1895-1925*, Lisboa, Portugália.

OLIVEIRA, César (1974), *O operariado e a República Democrática (1910-1914)*, Lisboa, Seara Nova.

OLIVEIRA MARQUES, A. H.; RODRIGUES, Luís Nuno (1991), “A sociedade e as instituições sociais”, in A. H. Oliveira Marques (coord.), *Nova História de Portugal, XI Vol., Portugal – da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 187-239.

Débora Val Escadas - *A legislação laboral da I República e a sua aplicabilidade em Braga (1910-1926)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 173-197. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a9

PEREIRA, David Oliveira Ricardo (2012), *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, José Pacheco (1971). *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*, Porto, Portucalense Editora.

PEREIRA, Miriam Halpern (2000). “As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado” in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coord.), *A Primeira República Portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 47-76.

PEREIRA, Miriam Halpern (2012), *Do estado liberal ao estado-providência: um século em Portugal*, Bauru, Edusc.

RODRIGUES, Cristina (2008), *Trabalhar em Portugal (1910-1933): análise da legislação sobre os direitos dos trabalhadores*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional.

SÁ, Victor de (1981), “Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa”, *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-69, pp. 839-860.

SOUSA, Amadeu José Campos de (2004), *Braga do entardecer da Monarquia ao tempo da 1.ª República (1890-1926)*, Braga, Casa do Professor.

VAZ, Maria Máxima (2012), *Reformas sociais da 1.ª República*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

VIEIRA, Alexandre (1959), *Figuras gradas do movimento social português*, Lisboa, ed. autor.

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio

Emotion, feeling and reason: dialogues between Júlio de Matos and António Damásio

Emotion, sentiment et raison: dialogues entre Júlio de Matos et António Damásio

Emoción, sentimiento y razón: diálogos entre Júlio de Matos y António Damásio

Ricardo Serrado
Universidade Autónoma de Lisboa
ricardoserrado@gmail.com

Resumo: No biénio de 1879-80, o psiquiatra Júlio de Matos (1857-1923) escreve um texto onde se pronuncia sobre o papel das emoções na tomada de decisão e sobre a função dos sentimentos enquanto sinalizadores mentais do estado do corpo. Nestas ideias, intui, de modo precursor, algumas conclusões a que o neurocientista António Damásio (1944-) chegou a partir da década de 90 do século XX, designadamente no que concerne à importância das emoções e dos sentimentos no comportamento social. Neste artigo pretendemos analisar o diálogo que parece existir entre Júlio de Matos e António Damásio em temas como as emoções, os sentimentos e a razão.

Palavras-chave: António Damásio; Júlio de Matos; emoções; sentimentos.

Abstract: In the 1879-80 biennium, the psychiatrist Júlio de Matos (1857-1923) wrote a text in which he spoke about the role of emotions in decision making and about the function of feelings as mental indicators of the state of the body. In these ideas, Matos foreshadowed in a precursor manner some conclusions that the neuroscientist António Damásio (1944-) reached from the 90s of the 20th century, namely with regard to the importance of emotions and feelings in social behavior. In this article we aim to analyze the dialogue that seems to exist between Júlio de Matos and António Damásio on topics such as emotions, feelings and reason.

Key-words: António Damásio; Júlio de Matos; emotions; feelings.

Résumé: Pendant les années 1879-1880, le psychiatre Júlio de Matos (1857-1923) a écrit un texte dans lequel il parlait du rôle des émotions dans la prise de décision et de la fonction des sentiments comme indicateurs mentaux de l'état du corps. En soutenant ces idées, Júlio de Matos prévoit certaines conclusions auxquelles neuroscientifique António Damásio (1944 -) est parvenu à partir des années 90 du XXe siècle, notamment en ce qui concerne l'importance des émotions et des sentiments dans le comportement social. Dans cet article, nous avons l'intention d'analyser le dialogue qui semble exister entre Júlio de Matos et António Damásio sur des sujets tels que les émotions, les sentiments et la raison.

Mots-clés: António Damásio; Júlio de Matos; émotions; sentiments.

Resumen: Durante el bienio 1879-1880, el psiquiatra Júlio de Matos (1857-1923) escribió un texto en el que hablaba del papel de las emociones en la toma de decisiones y la función de los sentimientos como indicadores mentales del estado del cuerpo. En estas ideas, Matos presagió en un precursor ciertas conclusiones alcanzadas por el neurocientífico António Damásio (1944 -) a partir de los años 90 del siglo XX, particularmente con respecto a la importancia de las emociones y los sentimientos en el comportamiento social. En este artículo, pretendemos analizar el diálogo que parece existir entre Júlio de Matos y António Damásio sobre temas como las emociones, los sentimientos y la razón.

Palabras clave: António Damásio; Júlio de Matos; emociones; sentimientos

Introdução

Júlio de Matos foi um psiquiatra português que viveu entre 1856 e 1922, um período da história cultural portuguesa marcado pelo pensamento positivista¹ (Luz, 2004, 2004a, 2004b; Fernandes, 1957; Matos, 1992). Fez parte de uma geração de vultos intelectuais portugueses como Teófilo Braga, Miguel Bombarda, Teixeira Bastos, Antero de Quental, Sampaio Bruno, entre outros, tendo-se destacado, para além da atividade profissional que exercia como médico psiquiatra, como filósofo positivista. Escreveu sobre temas diversos, como emoções (1879-80), evolucionismo (1880), antropologia (1880), psiquiatra (1884; 1892; 1898; 1911; 1913), livre-arbítrio (1878-79), metafísica (1878-79), entre muitos outros, sob o escopo de um pensamento de cariz evolucionista que entroncava num biologismo positivista (Araújo, 1987; Catroga, 1977; Luz, 2004, 2004a, 2004b; Ferreira, 2017).

Num dos muitos artigos que escreveu na revista *O Positivismo* (que ajudou a fundar com Teófilo Braga), intitulado *O Problema da Felicidade Individual* (1879-80), Júlio de Matos considera as emoções indispensáveis na tomada de decisão e refere-se aos sentimentos como indicadores mentais do estado do corpo, duas reflexões precursoras no contexto histórico-filosófico português. Júlio de Matos defende, no século XIX, três ideias fundamentais que facilmente encontramos paralelo com as conclusões da neurociência, em geral, e com as do neurocientista António Damásio (1944 -), em particular: 1) as emoções são cruciais na tomada de decisão porque acompanham todas as nossas ideias e experiências; 2) os sentimentos funcionam como sinalizadores do estado do corpo, pelo que o estado do organismo reflete os estados mentais; 3) a inteligência pode moderar as emoções através do conhecimento (Matos, 1879-80).

Apesar de as emoções terem sido negligenciadas pelas ciências do cérebro e do comportamento ao longo do século XX², Júlio de Matos, no século XIX, intuiu aquilo que Damásio comprovou em laboratório na transição para o século XXI, sobretudo após o lançamento, em 1994, de *O Erro de Descartes* (2011): de que, ao contrário do que a

¹ Para além do positivismo, outras correntes culturais marcaram este período, como o romantismo, o realismo ou o simbolismo (Roque, 1994). Do ponto de vista filosófico-científico o positivismo foi uma tendência que exerceu significativo impacto no país mas no âmbito literário e artístico, outras correntes (como as enumeradas) tiveram igualmente um impacto substancial.

² Não obstante os trabalhos pioneiros de alguns psicólogos como Carrol Izard, Jerome Gagan e Robert Zajonc, a partir da década de 80 (Izard *et. al.* 1984).

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

tradição cartesiana nos legou, *não* é possível tomar decisões funcionais e eficientes sem sentir emoções (Damásio, 2011).

Para além do papel central que o psiquiatra português dá às emoções na tomada de decisão, Júlio de Matos avança com outra ideia pertinente e, igualmente, contra-intuitiva: a de que *os sentimentos manifestavam o estado do corpo* (Matos, 1879-80). Com esta ideia, Matos não está apenas a expressar uma ideia integrada em relação ao problema corpo-mente, algo já habitual no contexto científico na altura (Ferreira, 2017, Catroga, 1997; Pereira, 2001; Luz 2004a e 2004b), mas está a afirmar algo muito mais pertinente. Está a dizer que a função dos sentimentos é sinalizar os estados – positivos ou negativos - do corpo. Sentimentos positivos seriam indício de um bom funcionamento do corpo, ao passo que sentimentos de dor seriam sinais de um corpo que estava fora dos limites fisiológicos ideais para uma boa regulação do organismo (Matos, 1879-1880), uma ideia que vai ser ostensivamente defendida por António Damásio no século XXI (2003; 2011; 2013).

Por fim, a inteligência - isto é, a aquisição de conhecimento - poderia funcionar como moderadora das emoções e, por conseguinte, da vontade, algo que Damásio igualmente corrobora (Damásio e Immordinno, 2007).

A neurociência, uma das disciplinas científicas que mais tem avançado no século XXI, tem obtido resultados reveladores sobre como o cérebro se organiza, como interage com o corpo e como produz aquilo que os seres humanos designam de mente e consciência (Damásio, 2010; Swaab, 2014; Gazzaniga, 2011; Churchland, 2013). Um dos muitos avanços na neurociência tem sido a compreensão das emoções e dos sentimentos no âmbito do comportamento humano ao nível de emoções primárias, como o castigo e a recompensa (Le Doux, 2000), mas também de que modo é que as emoções sociais (de uma segunda ordem, se quisermos), como a empatia, a culpa, a admiração e a vergonha, contribuem de forma decisiva numa tomada de decisão que poderíamos considerar meramente racional (Damásio e Bechara, 2005).

António Damásio é, indiscutivelmente, um dos cientistas mais importantes no estudo neurobiológico das emoções e dos sentimentos, tendo demonstrado com sucesso, ao longo de uma carreira de várias décadas, que não é possível tomar decisões racionais sem emoção. Ou seja, aquilo que durante séculos fora considerado antítese da razão e que deveria ser erradicado quando se pretendia pensar friamente, na ótica da tradição

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

cartesiana ou kantiana, era agora colocado no centro da decisão e tomado como um fator indispensável para um comportamento social eficiente e desejável. Damásio demonstrou consistentemente que pessoas exíguas no sentimento das emoções, mas que mantinham todas as faculdades cognitivas intactas, eram incapazes de funcionar em sociedade, com comportamentos idênticos ao que podíamos observar em muitos sociopatas (Damásio, 2003; Damásio e Bechara, 2005; Damásio 2010; Damásio 2011; Damásio 2013).

Mais de 100 anos separam o trabalho de Júlio de Matos do de António Damásio. Porém, como veremos, Matos anteviu algumas das ideias centrais do pensamento damasiano, numa perspetiva extremamente inovadora e amplamente contraintuitiva no que concerne àquilo que eram as tendências cognitivas na altura no que respeita às emoções, aos sentimentos e à razão.

Sentimentos e emoções como objeto de estudo

No âmbito do desenvolvimento da neurociência e das ciências cognitivas, o estudo das emoções e dos sentimentos foi durante décadas considerado anátema intelectual. Como refere Damásio: “ao longo do século XX e até muito recentemente, tanto a neurociência como as ciências cognitivas comportaram-se de forma pouco amigável com a emoção”, deixando-a ostensivamente fora dos laboratórios (Damásio, 2013, 58 e 59). Aquilo que distinguia o ser humano seriam as suas funções cognitivas - a razão - aquilo que Platão, Kant ou Descartes consideravam ser crítico no processo decisional, pelo que as emoções deveriam ser erradicadas de modo a decidirmos eficientemente (Damásio, 2011, 228). Aliás, as grandes escolas de psicologia de grande parte do século XX não integravam as emoções como função central no comportamento humano, tratando-as muitas vezes como um simples acessório ancestral (Braunstein e Pewzner, 2003; Sternberg e Sternberg, 2009). O *behaviorismo*, por um lado, não considerava as emoções como objeto de estudo relevante para a compreensão do comportamento humano, nem tão pouco conceitos como mente, cérebro ou sistema nervoso (Braunstein e Pewzner, 2003; Sternberg e Sternberg, 2009); a psicologia cognitiva, por outro lado, muito comprometida com os modelos de inteligência artificial desenvolvidos por alguns dos seus principais fundadores a partir da década de 40 e 50, designadamente Alan Turing e Donald Hebb, demorou em deixar de comparar o cérebro humano como órgão de

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

processamento de informação, idêntico ao utilizado pela programação informática (Sternberg e Sternberg 2009).

Os trabalhos pioneiros de António Damásio (2003; 2010; 2011; 2013; 2017), mas também de neurocientistas como Joseph Ledoux (2000), a partir da década de 90, abriram caminho a uma revolução que colocou as emoções no roteiro da neurociência e das ciências cognitivas no geral, não só como objeto de estudo digno de modo a compreender-se o comportamento humano em geral mas, fundamentalmente, como fator ubíquo no processo de tomada de decisão racional.

Não deixa por isso de ser curioso que alguns intelectuais, como Charles Darwin, William James ou Sigmund Freud, há mais de 100 anos, muito antes do nascimento da neurociência moderna, das ciências cognitivas e do *behaviorismo*, se tenham dedicado a estudar os sentimentos e as emoções, bem como a reconhecerem a sua centralidade na complexidade do comportamento humano³. James, aliás, está na origem da tese de António Damásio sobre as emoções e que é seguida por outros neurocientistas de um modo relativamente consensual sob a designação de *teoria das emoções de James-Lang*: a ideia que as emoções são expressões somáticas específicas que ocorrem de modo automático em resposta a um determinado estímulo. Segundo esta tese, não é a perceção mental do estímulo que gera a emoção mas o estímulo em si que, ao provocar alterações somáticas, vai espoletar o sentimento de emoção, isto é, a ideia de que o corpo se alterou em contacto com um determinado estímulo o que, subsequentemente, originou uma imagem mental em forma de sentimento. Dito por outras palavras, a emoção é espoletada automaticamente pela interação do corpo com o estímulo e manifesta-se através de modificações viscerais, sendo a perceção mental dessas alterações orgánismicas o sentimento de emoção (Damásio, 2003; Damásio, 2010; Damásio, 2011; Damásio, 2013). Ficou célebre a frase de James: “we feel sorry because we cry, angry because we strike, afraid because we tremble, and not that we cry, strike, or tremble, because we are sorry, angry, or fearful...” (1884). Por conseguinte, o sentimento de medo, por exemplo, está relacionado com a capacidade mental de representar cognitivamente as alterações somáticas provocadas pelo estímulo.

³ Veja-se, por exemplo, *A Expressão das Emoções no Homens e nos Animais* (Darwin, 2007), ou “What is an emotion?” (James, 1884)

Em Portugal, Júlio de Matos, embora não se tivesse dedicado a estudar, de forma aprofundada, a importância das emoções no comportamento humano, desenvolveu algumas ideias que consideramos suficientemente pertinentes para as evidenciar, devido à proximidade que as mesmas encontram na neurociência atual, nomeadamente, nas conclusões que António Damásio foi apresentando ao longo da sua carreira e obra, desde a década de 90 do século XX.

Sentimento, felicidade e corpo

A felicidade individual e a forma como poderia ser atingida afigurava-se um problema filosófico para Júlio de Matos (Matos, 1879-80). No entender do psiquiatra português, a felicidade seria o primeiro e último objetivo do ser humano, um género de primeiro impulso que mobilizava o ser humano a procurar fontes de prazer, numa perspectiva que julgamos estar muito próxima do conceito espinosano de *conatus*: o ímpeto natural do ser humano superar-se, dominar o seu meio e, assim, atingir a felicidade (Espinosa, 1992; Ferreira, 2003). Para Matos, em cada ato realizado pelo sujeito havia “sempre o intuito, por menos claro que pareça, de atingir um ideal de felicidade próximo ou remoto” (Matos, 1879-80, 183). Dito de outra forma, qualquer comportamento ou ato humano, consciente ou inconsciente, visava a procura do prazer e a ausência de dor, uma ideia em tudo semelhante ao mecanismo biológico de recompensa-castigo correspondente aos mecanismos básicos de sobrevivência de todas as espécies. A felicidade encontrava-se, igualmente, numa dicotomia que Matos define como egoísmo *vs.* altruísmo (Matos, 1879-80), mas que podemos caracterizar como uma dicotomia eu-social, ideia que nos pode remeter para o conceito de eussociabilidade desenvolvido pelo biólogo Edward O. Wilson - a tese que defende que aquilo que tornou o ser humano a espécie dominante no Planeta foi um acentuado conflito interior entre a sobrevivência pessoal e a perceção que essa sobrevivência dependeria de meios eficazes de relacionamento social (2012).

Júlio de Matos, personificando perfeitamente o espírito positivista da época, era declaradamente um anti-clerical. Matos via na doutrina católica um género de doença que contaminava a sociedade através de mitos que alienavam a população, pelo que, devido ao apelo doutrinal do catolicismo para com uma dimensão sobrenatural e, subsequentemente, com a esfera do inexistente sob o ponto de vista biológico, a religião não poderia mais contribuir para a felicidade do homem moderno (Matos, 1879-80),

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

eminentemente objetivo, crítico, naturalista, enfim, positivista (Ferreira, 2017; Catroga, 1977; Araújo, 1987; Luz 2004 e 2004b; Matos, 1992). Por conseguinte, a felicidade preconizada pelo catolicismo estava enviesada pela perspectiva de uma vida eterna da alma imortal (Delumeau, 1997), pelo que o corpo, ligado ao mundano e ao pecado, deveria ser castigado e menosprezado⁴. O *modus vivendi* fomentado pela religião católica, como de resto a vida dos monges parecia atestar, promovia uma ideia de imaterialidade do ser, de contacto com uma esfera incognoscível o que, devido precisamente a esse afastamento com o observável, poderia provocar alucinações e outras patologias mentais que, segundo Matos, caracterizavam os mártires e os santos (Matos, 1879-80, 187). Neste sentido, felicidade católica era um estado patológico, mórbido, não só porque condenava o corpo a um ostracismo patológico como colocava a mente num estado alucinogénio na pretensão em atingir a felicidade numa dimensão imaterial, suprabiológica e, por conseguinte, inexistente (Matos, 1879-80, 187).

Este tipo de felicidade, fundada numa perspectiva imaterial da mente, não podia servir a conceção naturalista da natureza humana defendida pelos positivistas e materialistas do século XIX (Catroga, 1997; Pereira, 2001; Luz, 2004, 2004a e 2004b; Lima, 1950; Ferreira, 2017). Segundo Júlio de Matos, a felicidade teria que estar ancorada no bem-estar do corpo, na higiene do corpo e no cuidado do corpo, isto é, em modelos de conduta corporais que promovessem a saúde do organismo e, subsequentemente, da mente. Embora se definisse como positivista não-materialista, há em Matos uma perspectiva naturalista-determinista da mente, um entendimento biologista da condição humana que o coloca dentro do espectro de um materialismo que recusa qualquer entidade imaterial na esfera do existente (Matos, 1878-79). Como naturalista-darwinista que era, o psiquiatra tem, por conseguinte, um pensamento orientado para a naturalização/materialização do sujeito que reflete, aliás, uma dimensão integrada do problema corpo-mente e um determinismo dos processos fisiológicos do cérebro que nega qualquer ideia de livre-arbítrio (Matos, 1878-79).

Segundo a perspectiva matasiana do problema corpo-mente, a felicidade deveria ser um sentimento que deveria manifestar o bem-estar do corpo, uma das ideias damasianas mais proeminentes no que concerne à função dos sentimentos, como veremos. Nas palavras de Júlio de Matos, a “sensação de bem-estar corporeo” era “a

⁴ Sobre a noção de felicidade no universo da religião católica ver Delumeau, 1997.

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

primeira condição de felicidade” (Matos, 1879-80: 190). Ou seja, segundo Matos, o sentimento de bem-estar experienciado conscientemente, deveria traduzir um equilíbrio fisiológico, uma estabilidade química atingida pelo organismo que, naturalmente, produziria sentimentos prazerosos. Se, pelo contrário, o corpo se encontrava num estado de desequilíbrio, os sentimentos manifestariam mal-estar, dor e tristeza. Nas palavras do psiquiatra português:

«Esta sensação que resulta do equilíbrio de todas as actividades elementares do organismo, realiza-se quando as funções da vida organica se passam nos dominios da inconsciencia. Se esta sensação desaparece, porque adquirimos consciencia das funções viscerais, porque as sentimos, um estado mórbido psychico tem lugar, que principiando pela mais ligeria tristeza, o desconforto, pode ir até á hypocondria e ás hallucinações do lypemaniaco» (Matos, 1879-80: 191).

Não sabemos se Matos foi, como Miguel Bombarda, influenciado por William James (Bombarda, 1898), mas é clara a afinidade com o seu modelo de emoção ao considerar os estados somáticos como marcadores de estados intelectuais.

A ideia matasiana de sentimento parece antever uma ideia ostensivamente defendida pelo neurocientista António Damásio: *a de que os sentimentos são percepções interocetivas sobre o estado do corpo*. Ou seja, os conteúdos dos sentimentos estão intrinsecamente relacionados com a fisiologia do corpo, com os seus limites químicos e com a sua homeostasia. Um sentimento é, por conseguinte, uma “representação mental do corpo a funcionar de uma certa maneira” (Damásio, 2003: 103). Dito de uma outra maneira, os sentimentos traduzem, em linguagem mental, o estado fisiológico do corpo, pelo que são *qualificadores* da vida interna do organismo, manifestando-se positivamente quando o organismo se encontra em equilíbrio homeostático e negativamente quando o corpo está fora desses limites. A sede ou a fome são, por exemplo, sentimentos de um determinado estado fisiológico do corpo que se desviou dos limites homeostáticos (Damásio, 2003; Damásio, 2010; Damásio, 2011; Damásio, 2013; Damásio, 2017).

Tanto para Damásio, como para Júlio de Matos, a felicidade está assente num bom funcionamento do corpo (em linguagem moderna poderíamos dizer numa boa homeostasia) alcançado através de determinadas condições fisiológicas. Quando esses limites são atingidos, os sentimentos são de prazer, bem-estar e conforto. Quando os mesmos não são alcançados, a dor, o sofrimento e a doença tornam-se eminentes, pelo que os sentimentos emergem em sintonia como representação mental do estado do corpo.

Ricardo Serrado - Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

O corpo é, neste sentido, uma fonte de prazer, já que é através do seu cuidado que podemos atingir melhores estados mentais (Matos, 1879-80: 191; Damásio, 2003; Damásio, 2010; Damásio, 2011; Damásio, 2013).

Emoção, razão e tomada de decisão

Durante o século XX as ciências cognitivas desenvolveram a ideia de que a tomada de decisão estava, fundamentalmente, dependente do raciocínio, da razão e da capacidade do ser humano para memorizar, pensar, planear e prever o futuro com base na informação acumulada no passado. Segundo esta perspetiva, a tomada de decisão era realizada através de um cérebro que processava informação do exterior, semelhante à forma como os sistemas informáticos processavam os dados que lhe eram introduzidos (Braunstein e Pewzner, 2003; Sternberg e Sternberg, 2009). Segundo este ponto de vista exclusivamente cognitivista, quanto maior habilidade cognitiva o sujeito tivesse, maior capacidade teria para decidir, pelo que as emoções eram prejudiciais a uma lucidez que apenas a razão poderia oferecer (Damásio, 2011). Por isso, inúmeros cientistas se debruçaram no estudo dos processos neuronais relativos à capacidade humana de planear, recordar, prever, pensar e manipular ideias (Damásio, 2011; Sternberg e Sternberg, 2009). As emoções seriam apenas resquícios primitivos de outras espécies rudimentares nossas antepassadas – um género de atavismo que, provavelmente, iria acabar por desaparecer à medida que a razão ia subjugando as emoções, como a cultura popular do século XX se esforçou por demonstrar em personagens fictícias, mas sábias, cujas capacidades para sentirem emoções eram exíguas ou nulas, como Spock ou Yoda. Não deixa por isso de ser surpreendente terem existido autores oitocentistas com posições intelectuais dissonantes daquela que foi um lugar-comum no âmbito das ciências cognitivas do século XX e, simultaneamente, mais próximas daquilo que a neurociência contemporânea começou a evidenciar na transição para o século XXI.

Talvez o maior mérito da carreira do neurocientista António Damásio tenha sido o de demonstrar o papel ubíquo das emoções no comportamento humano, não apenas a um nível que poderíamos considerar primitivo, onde emergem emoções como medo e o prazer, mas a um nível social mais complexo, onde observamos estados emocionais como a empatia, a culpa ou a vergonha, os quais muitos poderiam julgar estar associadas a uma matriz sociocultural mas que Damásio demonstrou estarem enraizados na biologia inata

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

do ser humano (Damásio, 2003; Damásio, 2010; Damásio, 2011; Damásio, 2013; Damásio, 2017). Damásio defende, aliás, que é a expressão desses sentimentos no meio que fez emergir a cultura e novas formas de organização social, através de um processo que ele designou de *homeostasia sociocultural* (Damásio, 2010; Damásio, 2017).

A ideia principal no trabalho de António Damásio no que concerne à importância das emoções na tomada de decisão pode ser resumida, genericamente, desta forma: as emoções *qualificam e catalogam*, em determinados sistemas neuronais ligados ao resto do corpo, todas as experiências, objetos e pessoas. Deste modo, sempre que confrontados com um determinado estímulo (exterior ou interior: uma pessoa, um som, um alimento, uma dor) somos afetados por uma emoção em forma de expressão somática que *qualifica e cataloga* esse estímulo – como positivo ou negativo, como prazeroso ou doloroso, como experiência a repetir ou a evitar. A emoção é um *marcador somático* que se pode expressar num sentimento através de uma percepção interocetiva sobre o estado do corpo (Damásio, 2003; Damásio, 2011).

Por conseguinte, sem emoções, não há qualificação de objetos, não há ativação emocional para sentir prazer ou castigo, não há catalogação de estímulos, pelo que estes se tornam neutros, esvaziados de valor ou de importância, como se pode verificar em alguns casos de depressão severa em que o sujeito se encontra num estado de inércia e desmotivação profunda. Sem emoções o ser humano fica, portanto, privado de decidir convenientemente porque fica sem capacidade de *qualificar e catalogar* o que lhe é proveitoso ou nocivo. O sujeito mantém a capacidade de *saber*, mas perde a capacidade de *sentir*. Um ser humano sem emoções ou com emoções diminuídas é, em muitos casos, aquilo que mais se poderá aproximar com o que se pode diagnosticar de comportamento anti-social (comummente chamado de psicopatia ou sociopatia) (Damásio, 2011, Le Doux, 2000). Em alguns casos extremos pode levar à depressão severa, manifestada pela falta de motivação e de energia, à apatia ou a comportamentos irracionais como a procura frequente de estímulos emocionais fortes, como aqueles que podem ser verificados na adição de drogas ou em atividades que aumentam substancialmente o nível de excitação no organismo (Zuckerman, 2007). Em casos ainda mais extremos, o esvaziamento emocional é tão intenso que pessoas perdem o sentimento de si. A síndrome de *Cotard* é caracterizado por uma severa apatia e desmotivação que leva a que as pessoas duvidem que estejam vivas, tal é a desconexão que tem com os sentimentos do seu corpo, acabando

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

por achar que estão mortas ou podres (Ananthaswamy, 2015). A síndrome de *Capgras*, por seu turno, caracteriza-se pela incapacidade do sujeito reconhecer emocionalmente caras familiares, chegando à conclusão que, por exemplo, o seu pai, é um impostor - alguém exatamente igual ao seu pai, mas ainda assim uma outra pessoa que não o seu pai. As pessoas com síndrome de *Capgras* reconhecem cognitivamente as faces das pessoas próximas mas a incapacidade de associarem uma emoção a esse reconhecimento cognitivo priva-as de conseguirem associar esses rostos com alguém que, de facto, conhecem (Ananthaswamy, 2015).

São as emoções que possibilitam a escolha de coisas tão simples, como a comida que gostamos ou que roupa vestir, ou de coisas mais complexas como que carreira profissional seguir ou que casa adquirir. São elas que marcam, de forma positiva ou negativa, agradável ou repulsiva, todas as experiências que vivemos a cada momento, de modo a podermos usufruir dessa informação emocional sempre que deparados com circunstâncias semelhantes (Damásio, 2011; Immordinno, 2007; Ananthaswamy, 2015). Dito de uma outra forma, as emoções são fundamentais para podermos decidir porque “indicam-nos uma direção” ao *qualificar* no corpo (como boas ou más) situações e experiências, qualificação essa que depois serve de informação somática na tarefa de prever um futuro e planear decisões (Damásio, 2011: 17). As emoções são, igualmente, fundamentais para todas relações intersociais. São elas que nos motivam a ajudar o outro (empatia), que nos fazem arrepende e modificar comportamentos (culpa) e que nos fazem conter alguns dos nossos impulsos mais ofensivos (vergonha). As emoções são, em suma, aquilo que nos motiva a fazer tudo aquilo que possamos desejar e a não fazer tudo aquilo que possamos repudiar (Ledoux, 2000; Damásio, Damásio, 2003; Damásio, 2010; Damásio, 2011; Damásio, 2013; Damásio, 2017).

Mas de que modo funcionam as emoções na tomada de decisão? Estão documentados vários casos de pessoas que, embora mantendo intactas todas as funções intelectuais que podemos relacionar com a razão (memória, atenção, raciocínio, linguagem, pensamento, etc.) tornaram-se incapazes de manter uma vida social dentro dos cânones morais e éticos porque, fundamentalmente, deixaram de conseguir tomar decisões vantajosas para si e para a sua família e, talvez pior do que isso, começaram a ter ações que se tornavam amplamente nocivas, tanto para si como para os outros. Estas pessoas, mantendo todas as estruturas neuronais relacionadas com as funções cognitivas,

Ricardo Serrado - Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

começaram a ter comportamentos que facilmente poderíamos chamar de irracionais. São pessoas que mantêm as funcionalidades racionais, mas tornaram-se, paradoxalmente, irracionais.

O estudo do “célebre” Phineas Gage⁵, um trabalhador dos caminhos-de-ferro norte-americano dedicado, responsável e ativo na atividade que desenvolvia, é o primeiro exemplo documentado do que acabamos de aludir. Em 1848, uma explosão fez com que uma vara de ferro lhe perfurasse a base do crânio, atravessasse a região frontal esquerda do cérebro e saísse pela parte superior da cabeça a grande velocidade. Apesar de lesões graves no lobo frontal (especificamente no córtex ventromedial), Gage manteve intactas todas as suas capacidades cognitivas ao nível da linguagem, memória, planeamento, raciocínio, concentração, inteligência. Nunca mostrou dificuldades na linguagem ou expressão de ideias e a sua memória mantinha-se inalterável. Aparentemente, Gage não tinha qualquer problema cognitivo, o que parecia reforçar a ideia de que o cérebro era uma massa comum e não composto por sistemas neuronais especializados - ideias que na altura se contrapunham (Damásio, 2011). No entanto, embora não tivesse perdido funções cognitivas, observava-se em Gage um comportamento diferente do que tinha antes do acidente. Apesar de não se ter assistido a qualquer modificação nas suas capacidades intelectuais, “o Gage já não era o Gage” (Damásio, 2011: 35). O outrora dedicado, responsável e consciencioso Phineas Gage, era agora frio, hostil e ofensivo, tanto na linguagem como no confronto físico. Gage tinha como que adquirido uma nova personalidade, pautada por comportamentos agressivos, irresponsáveis e claramente anti-sociais, idênticos aos que poderiam ser encontrados num criminoso. Gage perdera, igualmente, capacidade para tomar decisões quanto à sua vida presente e futura e acabou naturalmente despedido, com a vida familiar desfeita e completamente arruinado sem que, contudo, se parecesse importar com isso. Juntou-se durante algum tempo a uma prostituta e chegou a trabalhar num circo como uma das atrações principais. Morreu aos 37 anos devido a problemas epiléticos (Damásio, 2011).

Mais recentemente, muitos outros casos idênticos ficaram documentados. Damásio descreve o caso de Elliot que, tal como Gage, precisamente por ter uma lesão no lobo frontal, sofreu uma mudança abrupta na personalidade, nomeadamente ao nível

⁵ Avaliado, na altura pelo médico John Harlow que deixou um vasto relatório, mas estudado já no século XX pela equipa de António Damásio através de novas tecnologias que possibilitaram reconstruir digitalmente o seu cérebro (Damásio, 2011).

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

da intensidade emocional que se viu reduzida substancialmente, o que lhe amputou capacidades para decidir. Mas, ao contrário de Gage, Elliot poderia ser analisado com muito maior minúcia. Outrora um excelente trabalhador de uma empresa de renome, com uma posição invejável a nível social e profissional, homem de família responsável, bom pai e bom marido, Elliot tinha-se transformado abruptamente. Por razões desconhecidas para si e para a sua família, Elliot tinha-se tornado incapaz de manter um emprego e vivia agora às custas da família. Logo de manhã, precisava de incentivo para sair da cama e procurar um novo emprego. Quando arranjava trabalho era incapaz de gerir o tempo e não cumpria qualquer prazo, sendo frequentemente despedido. A nível familiar, as suas más decisões e a frieza que tinha adquirido levou-o a um primeiro divórcio e a um segundo casamento de curta duração com uma mulher de reputação duvidosa (Damásio, 2011).

Depois de analisado pelo laboratório de António Damásio, percebeu-se que Elliot conhecia todas as normas sociais, sabia como se comportar e sabia como resolver os problemas que lhe surgiam. Passara, aliás, com resultados acima da média em todos os testes cognitivos que lhe foram feitos, tendo obtido classificações acima da média nos testes de QI (Damásio, 2011: 72). Compreendia perfeitamente problemas intelectuais e resolvia-os com facilidade. O seu raciocínio moral era surpreendente quando confrontado teoricamente com problemas morais. No entanto, tinha dificuldades em priorizar problemas, decidir de forma responsável e, fundamentalmente, prever acontecimentos vantajosos ou desvantajosos. Uma simples decisão de quando voltar a remarcar uma consulta ou onde ir jantar tornava-se numa lista interminável de prós e contras, sem qualquer tipo de decisão à vista. Como refere Damásio, o problema de Elliot era ele *saber* mas não *sentir* (Damásio, 2011: 77). Faltava-lhe motivação para os seus objetivos, capacidade de sentir dor alheia e sentir estados de prazer e sofrimento em relação aos estímulos do meio. Como refere Damásio, Elliot “não dava sinal do seu próprio sofrimento, apesar de ser ele o protagonista”, nem parecia sofrer “com a sua própria tragédia” (Damásio, 2011: 76)

Os casos de Phineas Gage e de Elliot, entre muitos outros que analisou, levou o neurocientista a desenvolver a *hipótese dos marcadores somáticos* (Damásio, 2011). Após o estudo de largas dezenas de pacientes com lesões pré-frontais, Damásio tinha encontrado um denominador que parecia ajudar a explicar o problema: em todos os casos

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

podia-se assistir a uma diminuição abrupta no sentimento de emoções e, conseqüentemente, uma dificuldade em tomar decisões. Isto é, os dados encontrados pareciam sugerir que o problema da tomada de decisão era exclusivamente um problema relacionado com a perda ou diminuição no sentir de emoções, até porque em todos estes casos se mantinham intactas as faculdades cognitivas relacionadas com a memória, a atenção, a linguagem e a inteligência. As várias experiências realizadas pela equipa de Damásio, entretanto replicadas noutros laboratórios no resto do mundo, apontava para uma conclusão: as emoções estavam intrinsecamente relacionadas com o processo de decisão, tanto a um nível mais básico, como a um nível mais sofisticado (Damásio, 2003; Damásio, 2011).

Damásio sugere que o cortex ventromedial, localizado no lobo pré-frontal, é uma zona cerebral crítica para o sujeito aceder a certos estados somáticos que sinalizam emoções e, subseqüentemente, fazer emergir certos sentimentos emocionais. Ou seja, Gage, Elliot e outros pacientes (bem como pessoas que podem nascer com um cérebro com as mesmas características como os encontrados em pessoas com comportamento anti-social) (Damásio, 2003; Damásio, 2011) estão incapacitados para aceder introcetivamente a estados de corpo correspondentes a determinadas emoções, positivas e negativas. Ao não aceder a esses mapas neuronais relacionados com os estados do corpo, o sujeito torna-se incapaz de criar a imagem mental correspondente - o sentimento de emoção que poderia *qualificar* e *catalogar* uma situação como vantajosa ou desvantajosa (Damásio, 2011). Em poucas palavras, a incapacidade de *sentir* emoções impossibilitava estas pessoas de *sentir* qual os resultados de certas decisões.

Em 1879-80, ou seja, há mais de 100 anos desde que Damásio publicou o *Erro de Descartes*⁶, Júlio de Matos desenvolveu algumas ideias que demonstram claramente afinidades com o pensamento damasiano, nomeadamente a importância da emoção no processo de decisão. Nas palavras do psiquiatra português:

«Entre os motivos que nos impulsionam á realização d`um acto qualquer, costuma dizer-se que figuram elementos de duas ordens diferentes: intellectivos e emotivos. Esta affirmação é inexacta [...] Os actos que nos parecem praticados sob a influencia exclusiva da intelligencia, são realmente motivados por emoções que acompanham os estados intellectivos. Não é à idéa do dever, mas á emoção do dever que nos subordinamos; não é a idéa abstracta de justiça que nos impulsiona, mas a emoção correspondente [...]» (Matos, 1879-80: 191).

⁶ Em 1994 (Damásio, 2011).

Neste excerto, Matos está claramente a criticar aquilo que Damásio considerou ser um dos maiores problemas das ciências cognitivas durante grande parte do século XX: a ideia de que a razão e a emoção eram dois processos independentes que se digladiavam na tomada de decisão. Matos anteviu que esta ideia era incorreta porque percebeu que aqueles atos que parecem ser iniciados, praticados e conduzidos pela razão são, invariavelmente, acompanhados por emoções. Ou seja, a emoção a razão, embora processos independentes, eram complementares e coincidentes, não antagonistas (Matos, 1879-80). Por outras palavras, as emoções acompanham todas as experiências mentais.

Júlio de Matos defendia que a razão não funcionava sem emoção. Percebeu que ideias sem emoções que as motivassem – que as catalogassem - eram ideias estéreis, sem valor e sem potência para serem concretizados. Sem algo que produzisse uma determinada força – que desse *valor* a uma ideia ou a um conceito - um determinado pensamento era algo estéril, como se poderia verificar nos doentes que sofriam de *lypemia* lúcida, designação dada no século XIX à depressão severa:

«Os doentes que a experimentam, conservando intacta a intelligencia, tornam-se todavia insensíveis a todas as emoções que habitualmente agitam o homem; ao mesmo tempo que se realisa esta anesthesia moral, se assim posso exprimir-me, dá-se uma absoluta paralysis da vontade» (Matos, 1879-80: 192).

Júlio de Matos refere, aliás, os depoimentos de um paciente do psiquiatra francês Henri Dagonet, que poderíamos compará-lo facilmente com um Phineas Gage. Era, nas palavras do psiquiatra português, um indivíduo “inteligente e de notável cultura” que dizia o seguinte, na primeira pessoa:

«Sei perfeitamente o que deveria fazer, os seus conselhos são bons e eu tenho o melhor desejo de os seguir; mas faça com que eu possa querer, com este querer que determina e executa. É certo que não tenho vontade senão para deixar de querer, porque conservo toda a minha razão, mas abandona-se a força quando devia actuar» (Matos, 1879-80: 192).

Por conseguinte “a subordinação dos actos humanos á intelligencia” seria, para Matos, “ou é um não-senso”, era um convite “á vida contemplativa, em raras circunstancias realisavel, e prejudicial quando exclusiva...” (Matos, 1879-80: 192). As emoções eram “indispensaveis ao equilibrio psychico e á impulsionação” de todas as ideias que brotavam do “espírito” humano (Matos, 1879-80: 192). A razão, sem emoção,

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

poderia conduzir à apatia e à inércia, pelo que a vontade tinha de “subordinar-se sempre às emoções” (Matos, 1879-80: 192).

No fim do seu artigo dedicado à felicidade, Júlio de Matos refere-se à capacidade da inteligência para regular ou inibir as emoções, tornando-se desta forma “o centro regularizador da vontade”. (Matos, 1879-80: 192 e 193). Aparentemente, parece-nos um pensamento algo contraditório tendo em conta que antes Matos tinha defendido que a vontade estava dependente da emoção. No entanto, tendo em consideração o sentido que Matos dá à inteligência neste contexto, podemos relacioná-la com o conhecimento, isto é, com a capacidade do ser humano adquirir informação e utilizá-la para mudar os seus comportamentos. Por conseguinte, talvez Júlio de Matos estivesse a defender que a aquisição de conhecimento através da inteligência pudesse moderar as emoções, o que, se for o caso, a neurociência subscreve, não obstante a obtenção desse conhecimento estar invariavelmente dependente das emoções (Damásio e Immordino, 2007). Damásio e Immordino (2007) demonstraram que a compreensão de um determinado fenómeno possui uma dimensão intelectual, de compreensão cognitiva, mas igualmente uma dimensão emocional, crítica para a concentração, a vitalidade do processo de aprendizagem e para a retenção da informação através de marcadores somáticos relacionados com a recompensa e com o prazer, ou com o evitamento de emoções relacionadas com o castigo. Em suma, a inteligência e a emoção não eram dimensões conflitantes, antagónicas, mas complementares. A emoção proporcionaria motivação, valor e vigor, a inteligência adquiria conhecimento que poderia moderar e apaziguar certos estados emocionais mais efervescentes (Matos, 1879-80).

Conclusão

Embora as ciências da mente do século XX tenham ignorado o estudo das emoções e dos sentimentos, preferindo a análise daquilo que aparentemente era central na tomada de decisão - a razão - é possível encontrar no século XIX algumas ideias que antevêm aquilo que na transição do século XXI se tornou consensual no meio científico: a importância das emoções na tomada de decisão e dos sentimentos como sinais de estados corporais.

Em 1879-80 Júlio de Matos escreveu um artigo na revista *Positivismo* intitulado *O problema da felicidade individual*, onde podemos encontrar três ideias damasianas,

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

corroboradas pela neurociência atual: 1) a centralidade dos sentimentos como marcadores mentais de estados somáticos; 2) a ubiquidade das emoções no processo de decisão; 3) a importância da inteligência na moderação das emoções.

Os sentimentos são compreendidos como estados de mente que sinalizam estados corporais. O equilíbrio do organismo seria replicado na mente em forma de sentimentos que deveriam sinalizar o estado do corpo, com sentimentos prazerosos para o bom funcionamento do corpo, e com sentimentos de dor para um mau funcionamento do mesmo. As emoções são consideradas neste contexto como expressões corporais que sinalizam e qualificam estímulos, pelo que todos os pensamentos que visam decidir são invariavelmente acompanhados de uma emoção que *cataloga* esses pensamentos, genericamente, como positivos ou negativos.

Por fim, a inteligência é crucial para moderar as emoções. Júlio de Matos, ao contrário do que foi hábito no século XX, não antagonizou as emoções em relação à razão, antes pelo contrário, compatibilizou-as. As emoções são fundamentais para o vigor das ideias, mas a inteligência é extremamente importante na aquisição de conhecimento para moderar as emoções.

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

Bibliografia:

ANANTHASWAMY, Anil (2015), *The Man Who Wasn't There, Investigations into The Strange New Science of the Self*, New York, Dutton-Est.1852.

ARAÚJO, L.A. (1987), “Júlio de Matos e a Psicologia no Séc. XIX.”, *Cultura*, Lisboa, CHC.

BOMBARDA, Miguel (1898), *A consciência e o livre arbítrio*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira.

BRAUNSTEIN, J. F.; PEWZNER, E. (2003), *História da psicologia*, Lisboa, Instituto Piaget, 2003.

CATROGA, Fernando (1977), “Os inícios do positivismo em Portugal”, *Revista de História das Ideias* vol. 1: Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

CHURCHLAND, Patricia (2013), *Touching a Nerve. Our Brains Our Selves*, London, W. W. Norton & Company Ltd.

DAMÁSIO, António (2003), *Ao Encontro de Espinosa. As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*, Lisboa: Europa-América

DAMÁSIO, António (2010), *O Livro da Consciência. A Construção do Cérebro Consciente*, Lisboa: Temas e Debates

DAMÁSIO, António (2011), *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Lisboa, Temas e Debates.

DAMÁSIO, António (2013), *O Sentimento de si. Corpo, Emoção e Consciência*, Lisboa, Temas de Debates.

DAMÁSIO, António (2017), *A estranha ordem das coisas. A vida, os sentimentos e as culturas humanas*, Lisboa, Temas e Debates.

DAMÁSIO, António; IMMORDINNO, Mary Helen (2007), “We feel, therefore we learn: the relevance of affective and social neuroscience to education”, *Mind, Brain and Education*, Volume 1, Number 1 DOI: 10.1111/j.1751-228X.2007.00004.x

DAMÁSIO, António; BECHARA, Antoine (2005), “The somatic marker hypothesis: A neural theory of economic decision”, *Games and Economic Behavior*, Vol. 52, issue 2, pp. 336-372.

DARWIN, Charles (2007), *A Expressão das Emoções nos Homens e nos Animais*, Lisboa, Relógio de Água.

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

FERREIRA, Tânia S. (2017), *Júlio de Matos e o alienismo em Portugal*, Porto, texto policopiado.

DELUMEAU, Jean (1997) *Mil anos de Felicidade. Uma história do Paraíso*, Lisboa, Terramar.

ESPINOSA, Bento (1992), *Ética*, Lisboa, Relógio d'Água.

FERNANDES, Barahona (1957), “Julio de Matos – alienista filósofo”. *Separata de O Médico*, n. 331, Lisboa [s.n.].

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (2003), *Uma Suprema Alegria*, Coimbra, Caminhos.

FERREIRA, Tânia Sofia (2017), *Júlio de Matos e o alienismo em Portugal*, Porto, texto datilografado.

GAZZANIGA, Michael (2011), *Who's in Charge. Free Will and the Science of The Brain*, New York, HarperCollins Publishers Inc.

IZARD, Carroll; KAGAN, Jerome; ZAJONC, Robert (1984), *Emotions, cognitions and behavior*, Cambridge, Cambridge University Press.

JAMES, William (1884), “What is an emotion?”, *Mind* 9, pp. 188-205.

LIMA, Sílvio (1950), “A psicologia em Portugal”, *Separata da Biblos* Vol. XXV, Coimbra, s.n.

LUZ, José Luís Brandão (2004), “A propagação do positivismo em Portugal” in Pedro Calafate Dir. e Manuel Cândido Pimentel coord, *História do Pensamento filosófico português*, Lisboa, Caminho, pp. 239-261.

LUZ, José Luís Brandão (2004a), “Materialismo e positivismo na definição da psicologia”, in Pedro Calafate Dir. e Manuel Cândido Pimentel coord., *História do Pensamento Filosófico Português*, Caminho, Lisboa, pp. 321-388.

LUZ, José Luís Brandão (2004b). “Orientação Sociológica do Positivismo”, in Pedro Calafate Dir. e Manuel Cândido Pimentel coord., *História do Pensamento Filosófico Português*, Caminho, Lisboa, pp.

MATOS, Sérgio Campos (1992), “História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Século XIX”, *Separata de Penélope*, n.8, Lisboa.

MATOS, Júlio de (1879-80), “O problema da felicidade individual”, *O Positivismo*, pp. 182-196

MATOS, Júlio de (1878-79), “O Determinismo em Psicologia”, *O Positivismo*, pp. 22-39.

Ricardo Serrado - *Emoção, sentimento e razão: diálogos entre Júlio de Matos e António Damásio*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 198-217. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a10

MATOS, Júlio de (1880), *Historia Natural Illustrada. Compilação feitas sobre os mais autorizados trabalhos zoologico* – Vol. 1, Porto, Magalhães & Moniz – Editores.

MATOS, Júlio de (1913), *A Loucura. Estudos Clinicos e Medico-Legaes*, Lisboa, Livraria Classica Editora.

MATOS, Júlio de (1884), *Manual das Doenças Mentaes*, Porto, Livraria Central.

MATOS, Júlio de (1892), *Allucinações e Illusões. Ensaio de Psychologia Medica*, S. Paulo, Teixeira & Irmão – editores.

MATOS, Júlio de (1898), *A Paranoia. Ensaio Pathogenico sobre os delírios systematisados*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão.

MATOS, Júlio de (1911), *Elementos de Psychiatria*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão.

PEREIRA, Ana Leonor (2001), *Darwin em Portugal. Filosofia, História e Engenharia Social (1865-1914)*, Coimbra, Almedina.

ROQUE, José Lourenço; TORRAL, Luís Reis (coord.) (1994), “O Liberalismo” in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Vol.5, Lisboa, Editorial Estampa.

STERNBERG, Robert; Sternberg Karin (2009) *Cognitive Psychology*, California, Wadsworth.

SWABB, Dick F. (2014), *We are Our Brains. A Neurobiography of the Brain, from the Womb to Alzheimer`s*, New York, Spiegel & Grau.

WILSON, Edward O. (2012), *A Conquista da Terra. A Nova História da Evolução Humana*, Lisboa, Clube do Autor.

ZUCKERMAN, Marvin (2007), “Sensation seeking and risky behavior”, *American Psychological Association*, <https://doi.org/10.1037/11555-000>.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)

1.º de Maio: a militant group in the Portuguese revolutionary process (1974-1976)

1.º de Maio: un grupo militante en el proceso revolucionario portugués (1974-1976)

1.º de Maio: un groupe militant dans le processus révolutionnaire portugais (1974-1976)

João Lima
Universidade do Porto-FLUP
Joaomendes1989@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa O 1.º de Maio, um grupo político de extrema-esquerda, ativo entre 1974 e 1976, com múltiplos núcleos locais, um jornal semanal homónimo, e que passou ao longo da sua curta história por várias alterações. Trata-se de um grupo que não tinha sido alvo de um estudo socio-histórico sistematizado. Assim, analisaremos inicialmente as características d'O 1.º de Maio, expondo, em seguida, um resumido estado da arte, bem como as opções metodológicas, nomeadamente a análise documental e as entrevistas semi-diretivas, que orientaram este projeto. Por fim, exporemos a história d'O 1.º de Maio, assente em três fases qualitativamente diferentes.

Palavras-chave: O 1.º de Maio; extrema-esquerda; PREC; Portugal.

Abstract: This article analyzes O 1.º de Maio, a far-left political group, that existed between 1974-1976, having multiple local nuclei, a weekly newspaper, and been subjected to several changes during its short history. This is a group that had not been subjected to a systematic socio-historical study. Thus, we will first analyze the characteristics of O 1.º de Maio, then examine a brief state of the art, as well the methodological choices, namely document analysis and semi-directive interviews, which guided this project. Finally, we will describe the story of O 1.º de Maio, based on three qualitatively different phases.

Keywords: 1.º de Maio; far-left; PREC; Portugal.

Résumé: Cet article analyse O 1.º de Maio, un groupe politique d'extrême-gauche, actif entre 1974 et 1976, avec plusieurs milieux locaux, un hebdomadaire homonyme, qui a enduré plusieurs changements au cours de sa courte histoire. C'est un groupe qui n'avait pas été le but d'une étude socio-historique systématique. Ainsi, nous analyserons d'abord les caractéristiques de O 1.º de Maio, puis formulerons l'état de l'art, ainsi que des options méthodologiques, à savoir l'analyse de documents et des entretiens semi-directifs, qui ont guidé ce projet. Enfin, nous exposerons l'histoire d'O 1.º de Maio, basée sur trois phases qualitativement différentes.

Mots-clés: 1.º de Maio; extrême-gauche; PREC; Portugal.

Resumen: Este artículo analiza O 1.º de Maio, un grupo político de extrema-izquierda, activo entre 1974 y 1976, con múltiples núcleos locales, un periódico semanal homónimo, y que ha sufrido varios cambios a lo largo de su corta historia. Es un grupo que no había sido el objetivo de un estudio sociohistórico sistemático. Por lo tanto, analizaremos primero inicialmente las características de O 1.º de Maio, luego expondremos un breve estado del arte, así como opciones metodológicas, a saber, análisis de documentos y entrevistas semi-directivas, que guiaron este proyecto. Finalmente, expondremos la historia de O 1.º de Maio, basada en tres fases cualitativamente diferentes.

Palabras clave: 1.º de Maio; extrema-izquierda; PREC; Portugal.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

Introdução

O objetivo desta investigação não passa por analisar o processo revolucionário português¹. Contudo, este é indissociável do propósito que pretendemos levar a cabo. Trata-se de uma época que não deixa ninguém indiferente, alvo de lutas pela memória histórica, tributárias do que cada sociedade quer recordar e esquecer (Loff, Piedade & Soutelo, 2014). Tem a particularidade, que Gobille (2018) refere sobre o Maio de 1968, de ser mais objeto de fantasias do que de conhecimento propriamente dito. Além disso, surge como uma época em que tudo parece mudar repentinamente, especialmente se não levarmos em conta a histerese que afeta todas as sociedades e agentes num dado momento. Ou se nos ativermos à sabedoria que advém de saber o final da história e vermos uma época como um simples encadeamento de acontecimentos, que, devido efeito de institucionalização, nos faz parecer a história como linear, e que, não satisfeito, retira aos acontecimentos o que os agentes mais valorizavam: as emoções pelas quais passaram durante aquela fase (Pollak, 1989). Por fim, um outro problema é a compreensão dos esquemas de pensamento e ação dos agentes que viveram essa época e, igualmente difícil, romper com a compreensão dóxica sobre o objeto em análise, evitando desta forma projetar “o seu próprio pensamento do objeto, que é precisamente o produto do objeto” (Bourdieu, 2014: 161).

Nesta época, como em todas, existem “silêncios da história” (Le Goff, 1999: 101), grupos e agentes, por exemplo, que caem no esquecimento, e que por isso urge estudar. É assim o objetivo analisar O 1.º de Maio, um grupo político de extrema-esquerda, ativo entre 1974-1976, que teve vários núcleos locais, um jornal semanal, e que participou ativamente quer nas lutas operárias quer nas lutas nos bairros camarários, entre outras coisas, mas que não foi estudado, estando o seu contributo praticamente circunscrito a quem nele participou. A informação existente é reduzida e fragmentária: a análise de Neves (1976) a alguns textos do jornal *O 1.º de Maio*; uma entrada em Sá (1991: 169); uma referência à participação na FUR (Gomes & Castanheira, 2006: 261) e as memórias de Alexandre (AA.VV., 2011).

¹ Artigo baseado na tese de mestrado apresentada pelo autor em 2016 (Lima, 2016). Este artigo apenas se focalizará numa análise resumida da história d'O 1.º de Maio, deixando de fora o estudo do jornal homónimo e a sociologia dos protagonistas.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

Assim, para esta análise, o presente artigo divide-se do seguinte modo: primeiro examinaremos as particularidades do grupo; em segundo, analisaremos o estado da arte e a metodologia em que a investigação se baseou; por fim, procuraremos apresentar uma periodização da história d'O 1.º de Maio.

Caracterização d'O 1.º de Maio

O 1.º de Maio, menos estabilizado e à semelhança de vários grupos que surgiram influenciados pelos modelos do Maio de 1968 (Sommier, 2010; della Porta & Diani, 2006: 147-150), não se enquadra nas características-chave dos grupos de extrema-esquerda, afastando-se da ideia leninista de um partido de massas disciplinado, devido a uma particular rejeição da burocracia partidária. Atuava como um pequeno grupo, pouco estruturado, não-hierarquizado, sem delegação, centralização do poder e normas escritas, apostando numa coordenação informal, sem qualquer tipo de exigência de filiação por parte dos militantes, defendendo a democracia direta e um rousseauísmo, que o situava mais próximo das tradições anarquistas ou libertárias (Alexandre, 2011: 280).

Todavia, todos os grupos políticos precisam de justificar as suas ações, e a principal forma é através da legitimidade ideológica, um conjunto de práticas e valores no qual baseiam a sua atividade política: O 1.º de Maio possuía uma orientação maoísta, nomeadamente no âmbito da linha de massas², tida como essencial para a prossecução do trabalho político. Nunca se caracterizando por uma posição dogmática, note-se. De igual modo, e apesar de em cada campo podermos encontrar um “medo de ser contra” (Bourdieu, 1989: 201-202), que remete para uma certa uniformização dos esquemas de pensamento e ação, no caso d'O 1.º de Maio constatou-se que a subordinação à disciplina era bastante débil, não sendo certo que fosse pretendida de qualquer maneira. O que pode ser visto no recurso ao humor, visível na utilização jocosa da expressão *estalinista* para descrever todos os membros que se pautassem por posições extremadas sobre qualquer tema.

Como mencionado, uma das principais características foi a completa recusa da burocratização, atributo pouco típico em organizações políticas maoístas, que tanto

² Este conceito era visto como uma resposta ao centralismo democrático. Schram (1989) não deixa de verificar que isto se baseava numa ideia truncada do que realmente era a linha de massas: algo complementar ao centralismo democrático leninista, implicando novas relações entre a liderança e as bases.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

apelavam à centralização no verdadeiro partido revolucionário. Estamos perante o que pode parecer um paradoxo: um grupo que durante a sua existência se pautou por uma defesa incessante de uma maior centralização das lutas num só partido, mas que não possuía nenhum tipo de burocracia e sem quaisquer militantes inscritos. Assemelha-se assim a grupos de vanguarda que transportam para o campo político a lógica do campo intelectual, explicado pela razão de não terem uma base com que se preocupar (Bourdieu, 1989: 184-185). Deste modo, O 1.º de Maio, apesar de ter uma visão do mundo ideologicamente justificada e justificadora, não se pautava pela participação no terreno de competição política, o que não podia deixar de ser: seria inviável fazer um partido com o seu número reduzido de membros³. A não-competição eleitoral teve também como efeito um não-antagonismo por parte dos restantes grupos políticos.

Este não-antagonismo, reforçado pelas relações de interconhecimento entre membros dos vários grupos políticos, consequência da participação conjunta nas várias organizações existentes no campo da militância, tudo isto fez com que se conseguisse inserir em meios sociais que de outra maneira lhe estariam vedados. A eficácia de levar a cabo uma ação coletiva dependia não apenas da abertura da estrutura de oportunidades políticas, mas também da capacidade de efetuar alianças com certos interlocutores, fosse com as assistentes sociais da Obra Diocesana para o acesso ao bairro social S. João de Deus ou o contacto com operários em fábricas como a EFACEC. Trata-se do milieu social e partidário (Sawicki, 1997), que assentava em relações de conhecimento de agentes que não pertenciam ao grupo, mas que partilhavam disposições e interesses homólogos, cuja contribuição era essencial para o sucesso das suas ações.

Não nos podemos esquecer também da dimensão afetiva que permeia todos os grupos. Todos estes podem ser vistos como comunidades emocionais partilhando um objetivo comum. Uma outra coisa a reter sobre a identidade coletiva é que esta se baseia em emoções coletivas, sentimentos positivos de pertença a um grupo e da proximidade com os seus membros, o que faz com que a militância tenha valor *per si*, independentemente do sucesso da ação (Jasper, 2011). No caso d'O 1.º de Maio, este sentimento existia: além de estarmos a falar de relações interpessoais já antigas, também

³ Foi possível aferir 46 membros. O número de membros peca por escasso, já que não foi possível descobrir todos militantes que integravam os diferentes núcleos. O que pode explicar a estimativa de uma ou duas centenas postulada por Alexandre (2011: 281).

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

aqui existiam relações amorosas, sendo que a envolvimento de laços de amizade e de amor em torno da causa que defendiam teve o efeito de reforçar e moldar quer as preferências políticas quer o compromisso grupal.

O que não quer dizer que existisse uma perfeita coesão interna: existiam diferentes correntes de opinião sobre o caminho a seguir, o que não deixou de levar ao surgimento de tensões, que foram sendo resolvidas, melhor ou pior, essencialmente através de soluções coletivas. Apesar desta forma ser útil para vincular todos os membros à decisão tomada, em certos casos foi incapaz de repor o equilíbrio interno, tornando inevitável a saída de alguns militantes.

Portanto, O 1.º de Maio pode ser entendido como uma figuração, um círculo de relações sociais interdependentes que une os seus membros, marcado por redes de interconhecimento fortes, em que estes produzem e reproduzem o grupo, baseado numa relação social orientada para um conteúdo de significado bem definido (Elias, 2004), na qual a participação interna era intensa, o normal em grupos pequenos e sem muitos recursos financeiros, que o levou a ter de basear a sua ação em investimentos dos seus próprios recursos, temporais e monetários, quer num saber-fazer militante, assente, em vários casos, num autodidatismo (della Porta & Diani, 2006: 112).

Metodologia

A presente pesquisa foi enformada por um questionamento da trajetória d'O 1.º de Maio, tendo como pano de fundo Portugal entre 1974-1976. Para tal propusemo-nos efetuar a sua sócio-história, procurando estudar as mudanças pelo qual passou ao longo da sua existência.

Levando em conta a perspectiva sócio-histórica da nossa investigação (Noiriel, 2011), consideramos que a estratégia qualitativa, com as suas características compreensivas e interpretativas, era a mais apropriada para o sucesso de uma pesquisa cujo objeto de análise se situa numa época histórica de rutura de inteligibilidade e, por isso, com grandes impactos nos comportamentos e significados atribuídos dos agentes. Elaborado o quadro conceptual adequado ao objeto em causa, optou-se por uma abordagem plurimetodológica que evitasse uma separação artificial dos objetos de pesquisa, permitindo uma maior clarificação, através da obtenção de diferentes perspectivas e conhecimentos parciais sobre o mesmo objeto em análise. Optámos, assim,

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

por duas técnicas: a análise documental, nomeadamente ao jornal *O 1.º de Maio*, através do acesso aos espólios disponibilizados por Mário Brochado Coelho e Ricardo Lima, membros do grupo, que nos permitiram uma compreensão da história e das singularidades d'O 1.º de Maio; e a entrevista semi-diretiva, aplicada a doze militantes. Os contactos foram estabelecidos através do informador privilegiado, tendo-se optado por uma amostra de conveniência. Esta tem a vantagem de facilitar o contacto e a disponibilidade para uma entrevista, não deixando, por outro lado, de criar enviesamentos, como a sobre-representação de elementos do núcleo do Porto.

Relativamente à primeira técnica, é essencial que o investigador efetue uma vigilância epistemológica. Como nenhum documento é neutro, torna-se necessário estudar o seu contexto social e o que este pretende fazer passar, já que pode ter como objetivo, consciente ou não, procurar impor uma certa visão da história (Le Goff, 1999: 86). Temos assim de procurar estudar em que condições sociais foram produzidos, levando em conta a lei geral da produção de discursos, que faz com que os agentes antecipem, inconscientemente, os custos e benefícios de uma opinião num determinado campo (Bourdieu, 1985). A entrevista, por seu lado, trata-se de uma técnica de objetivação bastante exigente para o investigador, em que se pretende levar a cabo um trabalho de rememoração do passado. O problema é que existe sempre um hiato entre o pensamento e a ação, fazendo com que a ação dos agentes acabe por ultrapassar a consciência que se tinha dessa mesma ação, dificultando a sua verbalização (Bourdieu, 2008). Ao falarmos de entrevistas torna-se imperativo abordar a questão da memória, que, como dizia Primo Levi, é um instrumento maravilhoso, mas falível, que vai reorganizando o passado e, em consequência disso, propenso a subjetividade. Por isso, na análise e interpretação das entrevistas, o investigador não deve analisá-las como uma mera descrição, nem ficar refém dos discursos, que podem ir de dois extremos: de um lado, a ilusão biográfica, surgindo a trajetória do agente como se de um romance se tratasse, em que tudo se encaixa (Bourdieu, 2008); e o outro extremo, simbolizado pelo dito de Robert Musil, *es ist passiert*, que impede toda e qualquer análise científica dos discursos.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

Estado da arte

Extrema-esquerda: génese e características

Sem desejarmos imiscuir-nos em debates sobre a relação entre extrema-esquerda/esquerda radical/nova esquerda, que não constituem o âmbito do nosso trabalho (Cardina, 2011, 2010), e apesar do termo extrema-esquerda ser ambíguo e rejeitado por vários elementos desse quadrante político, que o consideram pejorativo, é, porém, o mais utilizado, quer pela academia, quer pela maioria dos intervenientes, para descrever as várias organizações políticas que compunham este universo político. É um conceito que teve a sua génese nas críticas de Lenine ao esquerdismo, às associações políticas que recusavam qualquer acordo tático e que postulavam o recurso a ações armadas. Contudo, após 1965-1968, em Portugal, as expressões esquerdismo e extrema-esquerda acabaram por se tornar coincidentes e passaram a referir-se aos grupos situados à esquerda do PCP (Pereira, 2013). De uma forma resumida, pautavam-se por uma crítica à política do PCUS e dos partidos comunistas que a seguiam, apelidando-os de revisionistas por terem rompido com preceitos tradicionais da teoria marxista-leninista (Cordeiro, 1999a: 712).

A sua génese em Portugal ocorreu na década de 1960, quando surgiu um novo tipo de oposição, que rompeu, quer com a oposição de carácter republicano, quer com o PCP (Rosas, 1994: 542-543; Madeira, 2004: 107). Era uma oposição sociologicamente diferente, mais jovem, com elevados capitais culturais, uma experiência de luta académica, e muito influenciada pelos eventos ocorridos na Revolução Cultural Chinesa e no Maio de 1968, assim como pela realidade da guerra colonial (Cordeiro, 2009; Bebiano, 2003).

Apesar da enorme diversidade de grupos e posições ideológicas, é possível, segundo Cardina (2010: 24-33), delinear algumas características-chave: 1) *combate à alienação e crítica ao economicismo*; 2) *crítica da vida quotidiana*, pois a tomada do poder político seria o início de uma nova sociedade; 3) *crítica às formas de autoridade*, muito influenciada pelos acontecimentos da Revolução Cultural Chinesa e do Maio de 1968, concomitante à desilusão com o modelo soviético (Pereira, 2008); 4) *valorização do papel da juventude*, que passou a ser vista como um dos agentes de mudança social; 5) *pendor anti-imperialista*, muito influenciado por um imaginário de grande simpatia pelos países do terceiro mundo e pela sua luta contra o imperialismo. Acima de tudo, a influência era chinesa, sobretudo a ideia de uma perpétua revolução ancorada nos

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

operários e camponeses e na simbiose entre trabalho manual/intelectual e teoria/prática; 6) *recurso à violência*, que aparecia como essencial na prossecução de uma sociedade sem classes.

Também é possível estabelecer três fases da extrema-esquerda portuguesa até 1974: 1) entre 1964 e 1966, marcado pela génese da CMLP/FAP, bastante importante ao nível da formação ideológica; 2) de 1966 a 1969, em que a repressão destróçou a CMLP/FAP e fez com que as ações dos vários partidos marxistas-leninistas passassem a ser feitas a partir do exterior e com pouca implantação em Portugal; 3) entre 1969 e 1974, quando se deu um aumento da atividade em Portugal e também de crescentes processos de cisão. Após o 25 de Abril, as atividades destes grupos políticos cresceram ainda mais, com uma forte implantação nas lutas populares, tendo sofrido um rude golpe com o 25 de Novembro (Cordeiro, 1999b: 417-420).

Contexto histórico: abertura da estrutura de oportunidades políticas

Quais foram as condições que promoveram as enormes mobilizações no pós-25 de Abril? A explicação mais usual centra-se em tensões sociais, mas não basta. Temos de referir que as mudanças macroestruturais não afetam diretamente as ações coletivas, estando o cerne da questão na conjugação destas mobilizações com as mudanças estruturais ao nível das estruturas de oportunidades políticas (EOP) (Cerezales, 2003).

Como Queirós (2015) constata, para se compreender a ação coletiva é necessário conhecer neste caso a pré-história da ação revolucionária que permitiu, após a abertura da EOP, um rápido aproveitamento das novas possibilidades de ação política. Trata-se de uma abordagem que se afasta da espontaneidade das ações ou da ideia que teriam origem numa determinada consciência de classe. É especialmente relevante o estudo dos “acontecimentos críticos” (Bourdieu, 2016), que permitem uma síntese entre história estrutural e história do acontecimento, expondo as mutações prévias que ficaram em estado latente. Nos primeiros dias após o 25 de Abril, em parte resultado de uma crise de Estado e da ausência das forças repressivas, que reduziu os custos implicados em ações coletivas até então vistas como subversivas, os movimentos sociais tornaram-se um elemento central nas relações de poder, apesar de os novos órgãos de poder não possuírem uma linha de atuação coerente face aos mesmos (Cerezales, 2003). Estamos perante um momento em que o sistema social se caracterizava por uma fluidez nas relações sociais,

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

em que as antigas regras de jogo tinham perdido o seu valor e os agentes desconheciam os custos/benefícios de cada ação, originando a necessidade de um constante trabalho de definição da situação.

Não obstante a relevância das análises sobre a EOP, é necessário algo mais. A mobilização comporta certas condições sociais sem as quais a ação política seria improvável: como as particularidades locais, como a existência de “espaços de tradição revolucionária” (Pereira, 1993: 75) onde se possa recorrer a repertórios de ação e saber-fazer existentes; e, acima de tudo, é necessário que exista uma mola que leve à ação. Essa mola decorre do *habitus* partilhado por aqueles com trajetórias semelhantes e que ocupam posições próximas no espaço social (Bourdieu, 1989).

O 1.º de Maio: um grupo político na Revolução de Abril

O nosso propósito nesta secção passa por elaborar uma sistematização histórica d'O 1.º de Maio, que consideramos ter passado por três fases qualitativamente diferentes.

Primeira fase (abril 1974-junho 1975)

A pré-história do grupo pode ser traçada no dia 29 de abril de 1974, numa reunião em casa de Mário Brochado Coelho, para se debater a nova situação política e gizar possibilidades de atuação. Nem todos os presentes ingressaram n'O 1.º de Maio: muitos optaram pelo Movimento de Esquerda Socialista (MES); outros procuraram seguir um caminho autónomo, baseado numa influência maoísta: O 1.º de Maio.

A 15 e 17 de maio de 1974 existiram mais duas reuniões, já como O 1.º de Maio, nas quais se debateu o primeiro número de um jornal homónimo a instituir e em que podemos analisar as múltiplas histórias que foram surgindo, desde as tarefas a cumprir, aos princípios-base e à escolha da palavra de ordem. Nestas reuniões surgiu um pouco de tudo: críticas ao trabalho efetuado na manifestação do Dia do Trabalhador; elaboração dos princípios base defendidos pelo grupo: prioridade ao trabalho de base, ao anti-sectarismo, relevância da questão colonial, da luta de classes e da defesa contra qualquer hipótese de reversão da situação político-militar⁴. Sobre as tarefas a cumprir, note-se que algumas foram seguidas até ao fim e outras que nunca chegaram a ser implementadas: a

⁴ Atas de reunião. Espólio Mário Brochado Coelho.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

expectativa de se editar um jornal semanal; a constituição de subgrupos e alargamento da base de trabalho; a centralização da informação e, mais relevante, a presença onde as massas estiverem⁵. Outrossim, postularam-se alguns princípios de organização, desde a ideia de que se elaboraria cartões de colaboração e, por fim, que todos os membros do secretariado podiam a todo o momento ser saneados⁶. É interessante constatar os dois últimos princípios, que remetem para uma procura de disciplina e estruturação bem definida: enquanto existem registos da existência de cartões de colaboração, estes nunca foram utilizados, não tendo passado de uma ideia que rapidamente foi descontinuada; por outro lado, nunca existiu qualquer processo de saneamento.

O dia 1 de junho de 1974 ficou na história d'O 1.º de Maio: foi quando saiu o primeiro número do jornal *O 1.º de Maio*, com o sub-título de “Jornal de apoio às lutas populares”. Este era composto e impresso na Tipografia Nunes, situada na Rua D. João IV. A sede, provisória, no apartado 532/Porto, situava-se na editora Afrontamento. Situação que se alterou algum tempo depois, passando a sede a localizar-se na rua Duque de Loulé.

Nesta primeira fase, o grupo assentava numa atividade coletiva, que ia desde a preparação e participação em manifestações, na colagem de cartazes, na distribuição do jornal porta-a-porta nos bairros sociais do Porto ou no final do dia nas fábricas, em reuniões na sede sobre a situação sociopolítica ou questões ideológicas, com os inquéritos e entrevistas realizados a operários em luta ou após a última assembleia no bairro S. João de Deus, no apoio jurídico a ocupações de casas em S. Mamede de Infesta, na execução de todos os passos do jornal *O 1.º de Maio*, desde a próxima escolha temática até às alterações de última hora a efetuar na tipografia. Enfim, tudo isto, numa relação circular, reforçava as relações interpessoais que, por sua vez, potenciavam ainda mais a militância, o que era em si uma das recompensas simbólicas desta militância (Pudal, 1989).

Exatamente um mês após a publicação do primeiro número surge uma importante modificação: a emergência do núcleo de Lisboa. Esta foi uma mudança crucial, passando o jornal a possuir dois núcleos redatoriais: no Porto e em Lisboa. A história deste núcleo segue, em parte, a história d'O 1.º de Maio, baseando-se em laços amicais e informais. Mas Lisboa não era o único núcleo. Uma das particularidades do grupo foi a dispersão

⁵ *Ibidem.*

⁶ *Ibidem.*

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

geográfica de uma rede descentralizada de núcleos, extremamente autónomos, o que permitia cumprir uma das tarefas propostas: o alargamento da base de trabalho⁷. De realçar que as fronteiras entre os núcleos eram porosas, sendo comum a colaboração em mais do que um. Em certos casos, existia um intermediário incumbido de estabelecer contacto com O 1.º de Maio, geralmente através da participação em reuniões, nas quais expunha o trabalho do núcleo e contribuições para notícias no jornal.

Nesta primeira fase, existem outras duas datas que marcaram o grupo indelevelmente e acabaram por levar a um extremar dos campos, à semelhança do que aconteceu em todo o país: o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975, que marca o início do PREC e levou a uma aceleração da revolução portuguesa, com a criação do Conselho da Revolução, institucionalização do MFA e nacionalização da banca e seguros. Foi uma altura em que o discurso político de todos os partidos se extremou, e no jornal, nas edições saídas após estes acontecimentos, podemos constatar isso mesmo, com posições mais extremadas sobre o prosseguimento da revolução⁸.

A 2 de Abril começou oficialmente a campanha eleitoral, mas O 1.º de Maio já desde Dezembro de 1974 debatia e preparava as suas posições sobre a questão. Existiram quatro reuniões inteiramente dedicadas às eleições, nas quais as interrogações são muitas, desde qual a posição da revolução perante as eleições, qual a posição que o grupo deveria tomar perante a divisão da frente revolucionária entre a União Democrática Popular (UDP) e a FEC (m-l); qual a posição perante o período eleitoral, se se deveria traduzir por uma “contracampanha eleitoral” ou uma “contra-campanha extra-eleitoral”⁹. A opção foi apoiar a FEC (m-l) e pautar o eixo da ação política por uma intensificação do trabalho e “ataque às forças de direita”¹⁰. Isso não quer dizer que O 1.º de Maio tivesse alterado as suas posições antiparlamentares: as eleições eram vistas como um “golpe de estado eleitoral” imposto pelas “classes reacionárias”¹¹, nomeadamente o PS, PPD e CDS, o que não o distinguia propriamente da posição defendida por outros grupos de extrema-esquerda.

⁷ Foi possível aferir a existência de dez núcleos: Porto, Lisboa, S. Mamede de Infesta, Gaia, EFACEC, Bairro S. João de Deus, Caminha, Faculdade de Engenharia do Porto, Petrolgal e S. João da Madeira.

⁸ Por exemplo, “Alerta Operários! Alerta Trabalhadores!”, *O 1º de Maio*, nº 7, 1 a 31 de outubro de 1974.

⁹ Atas das reuniões 19 de fevereiro e 23 de fevereiro de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

¹⁰ Ata da reunião 2 de março de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

¹¹ “As eleições de Abril”, *O 1º de Maio*, nº 12, 21 de fevereiro a 10 de março de 1975, p. 1.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

Em resultado do apoio à FEC (m-l), O 1.º de Maio foi convidado a participar no *Grande comício da FEC (m-l)*, no Palácio de Cristal, no dia 20 de abril de 1975. O porta-voz foi Ricardo Lima que, numa longa intervenção, expôs a visão do grupo sobre as eleições, acusando-as de servirem para legitimar o PPD, o CDS e o PS, mas já que eram uma realidade, considerava a FEC (m-l) o partido com a linha revolucionária mais clara¹².

Contudo, segundo opinião de um dos intervenientes, já se começava a duvidar do sucesso da revolução:

«Em 1974, era possível apostar tudo na organização e radicalização do movimento popular. Depois, com a áspera disputa do poder, muda a situação. Escrevi, em 1975, um texto para um jornal estrangeiro em que apontava o beco sem saída do nosso (e meu) esquerdismo: para manter o movimento popular, ou o 'poder popular', não podíamos conceber qualquer desfecho da revolução, fosse 'gonçalvista' ou da direita. Apenas me interessava o impossível *statu quo*. Era uma confissão de impotência. Daí a posterior aposta no otelismo (Jorge Almeida Fernandes, 74 anos, núcleo de Lisboa)»¹³.

É importante salientar que poucos meses após esta confissão de impotência, O 1.º de Maio discutia a possibilidade de ingressar na FUR, um dos setores mais à esquerda do PREC, acabando, de forma surpreendente e efémera, mesmo por se associar. Uma prova que a altura para a aceitação de um (impossível) *status quo* ainda não tinha chegado.

Segunda fase (junho 1975-março 1976)

O processo de transição para uma organização política, apesar de o situarmos numa segunda fase, foi um processo que teve a sua génese bastante antes, a 2 de março de 1975, numa reunião na qual se levantaram as questões: “O 1.º de Maio recebe militantes de organizações políticas? O que é O 1.º de Maio? Quais os seus objetivos? Qual a sua função atual?”¹⁴. As opiniões não eram unânimes, o que provocou o primeiro conflito interno. Não obstante, devido a mudanças a nível interno, na situação político-militar do país e no setor marxista-leninista, o grupo via-se obrigado a se remodelar, surgindo três possibilidades: a) criação de uma nova alternativa partidária; b) formação de uma alternativa para-partidária; c) uma organização meramente jornalística¹⁵. A

¹² Texto sem título, 1975. Espólio Ricardo Lima.

¹³ Entrevista realizada por *e-mail* a 19 de agosto de 2016.

¹⁴ Ata de reunião, 2 de março de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

¹⁵ *Ibidem*.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

questão central era que O 1.º de Maio não deveria terminar, nem se fundir a outra organização do setor marxista-leninista.

Todavia, a terceira possibilidade ficou afastada poucos meses depois: o jornal homónimo deixou de ser editado após o seu décimo sétimo número. Uma das questões, que não é clara, quer nas fontes documentais quer nas entrevistas, é o motivo para o descontinuar. A principal possibilidade, por seu lado, remete para questões económicas. Para validar esta teoria, existe uma carta da distribuidora do jornal, em esta expõe os problemas ao nível de vendas, com taxas de devolução muito elevadas¹⁶.

A decisão de remodelação ficou a larvar durante mais alguns meses. Apesar de não existir nenhuma referência ao dia em que tal se efetivou, através de uma carta de Mário Brochado Coelho¹⁷, conseguimos apontar a remodelação para 23/24 de Agosto de 1975, praticamente um mês após a última edição do jornal *O 1.º de Maio*.

No entanto, a 27 de agosto de 1975, poucos dias após a remodelação, Mário Brochado Coelho enviara uma carta, a nível pessoal, para a ORPC-ML a tentar mediar uma fusão entre os dois grupos¹⁸. Mais de quatro décadas depois, Mário Brochado Coelho defende que a decisão de se formar uma organização política a partir d'O 1.º de Maio foi uma “criancice” e uma “loucura”, e que a decisão mais sensata teria sido “olhar à volta e ver o que há com mais força, com mais capacidade e tudo isso e vamos tentar influenciar por dentro isso” (Mário Brochado Coelho, 77 anos, núcleo do Porto)¹⁹. Para outros membros, a decisão não passou tanto pela formação de uma organização política com o propósito de participar no terreno de competição política, mas sim:

«(...) era uma questão prática, um ‘bilhete de identidade’ para funcionar politicamente, coisa a que o simples jornal não dava resposta. Não tínhamos condições nem vocação para conceber a criação de um partido-grupúsculo a partir d'O 1.º de Maio. Seria ridículo (Jorge Almeida Fernandes, 74 anos, núcleo de Lisboa)»²⁰.

Durante toda a polémica de transição para uma organização política, ocorreu um dos acontecimentos mais significativos para O 1.º de Maio: a efémera adesão ao que ficou

¹⁶ Carta de 3 de abril de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

¹⁷ Carta de Mário Brochado Coelho enviada à ORPC (m-l), 27 de agosto de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Entrevista realizada a 17 de março de 2016.

²⁰ Entrevista realizada por *e-mail* a 19 de agosto de 2016.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

conhecido como Frente de Unidade Revolucionária (FUR), frente que, apoiando-se no Documento do COPCON, defendia o avanço do processo revolucionário articulado com os órgãos do poder popular. Para se entender melhor todas as incidências é necessário recuar um pouco. A 13 de Agosto de 1975 é publicado o Documento da Autocrítica do COPCON, uma resposta ao Documento dos Nove. Ambos podem ser vistos como a expressão do pensamento de diferentes caminhos para a sociedade portuguesa. O 1.º de Maio exprime, num comunicado à imprensa, o seu apoio, na generalidade, ao Documento da Autocrítica do COPCON. O apoio não era incondicional, referindo que este deveria ser debatido, em assembleias, pelo poder popular, para que desta forma fosse possível torná-lo “numa real plataforma de acção e conquista do poder pelas massas trabalhadoras”²¹.

A partir de contactos com o núcleo de Lisboa, O 1.º de Maio foi convidado a comparecer, a 25 de Agosto de 1975, numa reunião no Centro de Sociologia Militar, entre o COPCON, a 5ª Divisão, e vários grupos políticos²², para apoiar o V Governo Provisório e, ao mesmo tempo, repudiar o Documento dos Nove. Nessa longa reunião, em que o grupo tinha dois delegados “convocados à pressa e sem diretivas” (Jorge Almeida Fernandes, 74 anos, núcleo de Lisboa)²³, foi formada uma Frente²⁴.

No dia 26, O 1.º de Maio edita uma autocrítica e decide sair da Frente. Numa longa autocrítica publicada no *República* e n’*O Primeiro de Janeiro*, defendia que, apesar de concordar com a necessidade de uma frente revolucionária para unir o movimento popular e revolucionário, considerava que esta não preenchia os requisitos mínimos. Para tal seria necessário que juntasse não só os partidos revolucionários, mas também as vanguardas populares com ou sem partido²⁵.

Mas o que se passou para que o grupo se sentisse na necessidade de considerar a sua opção do dia anterior incorreta? A questão da adesão foi amplamente debatida, tendo se chegado à conclusão que não se deveria aceitar. O problema é que, durante a reunião

²¹ Comunicado sem título, 13 de agosto de 1975. Espólio Ricardo Lima.

²² LCI, LUAR, MDP, MES, PCP, PRP/BR e O 1º de Maio.

²³ Entrevista realizada por *e-mail* a 19 de agosto de 2016.

²⁴ Depois Frente de Unidade Popular (FUP) e, mais tarde, FUR.

²⁵ “O 1.º de Maio afasta-se da plataforma acordada por oito partidos e organizações de esquerda”, *O Primeiro de Janeiro*, s/n, 1975, p. 5.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

no Centro de Sociologia Militar, os elementos incumbidos de rejeitar a adesão, decidem concordar, apanhando os restantes membros desprevenidos. As reações foram díspares²⁶:

«Um dos metafísicos de Lisboa foi a uma reunião com militares afetos ao Vasco Gonçalves, alguns do Copcon, e representantes dos seguintes partidos: PCP, MDP, MES, LUAR, PRP-BR, LCI e FSP. E nada mais: aceitou a criação de uma frente dita popular com aquela maralha toda. Em nome da fortíssima organização que é o 1.º de Maio...O país ficou a saber que existia...Uma vergonha (Mário Brochado Coelho, 77 anos, núcleo do Porto)».²⁷

«Eu senti-me muito importante, porque essa coisa do Rádio Club Português foi por telefone, fazem-me perguntas tipo ‘Mas o doutor Álvaro Cunhal disse...’ [risos]. (...) Mas então a adesão à FUR, aí é quando o Arnaldo Matos fala do ‘grande O 1.º de Maio e o pequeno PCP’. E a resposta que lhe dou, e é sincero da minha parte, é com sinceridade, eu não sabia, ‘Isso é uma provocação do PCP’ [risos] (António Gonçalves, 75 anos, núcleo EFACEC)».²⁸

Apesar desta efémera entrada na Frente, as limitações da ação d’O 1.º de Maio tornavam-se cada vez mais claras, resultantes da descontinuidade do jornal homónimo: essencialmente através da divulgação das suas posições através de comunicados e alguns boletins densamente teóricos, mas sem a descrição pormenorizada de casos locais característica do seu jornalismo revolucionário (Lima, 2016). Isso é particularmente visível no acompanhamento da crise RASP/CICAP, um momento de grande conflito no seio das forças armadas e que O 1.º de Maio considerava o primeiro passo para a constituição de um “exército revolucionário”²⁹. Existem inúmeros comunicados diários, mas geralmente a apelar a manifestações e ao apoio dos soldados revoltosos³⁰. E apesar de todos os comunicados, o último a 20 de novembro de 1975, a apelar à vigilância operária e à necessidade de não cair na “armadilha” levada a cabo pelas “forças contrarrevolucionárias”³¹, deu-se o 25 de novembro. Este acarretou o encerramento da estrutura de oportunidades políticas, o que afetaria o rumo político do país, com um

²⁶ Aqui devemos levar em consideração as diferentes épocas em que estas reações foram plasmadas, uma em 1975, e a segunda, em 2016, com um distanciamento perante o acontecimento que permite uma perspetiva irónica perante o mesmo.

²⁷ Carta de Mário Brochado Coelho para Maria da Graça Mota, 5 de setembro de 1975. Espólio Mário Brochado Coelho.

²⁸ Entrevista realizada a 29 de janeiro de 2016.

²⁹ Por exemplo, “Vivam os soldados do RASP e CICAP! Fora com a provocação”, 10 de outubro de 1975. Espólio Ricardo Lima.

³⁰ “Façamos do CICAP uma escola de Revolução”, 6 de outubro de 1975. Espólio Ricardo Lima.

³¹ “Alerta! Ao povo do Norte, ao povo do Porto!”, 20 de novembro de 1975. Espólio Ricardo Lima.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

esboroamento das estruturas de base populares, que, como não podia deixar de ser, afetou de sobremaneira O 1.º de Maio, que tanto se apoiava, e centrava a sua ação, nessas mesmas forças.

Além do sentimento de que tinham sofrido um duro revés, existiu uma difícil reunião em casa de Ricardo Lima e Luísa Cerveira Pinto, a 26 de novembro. Foi também o momento em que João Félix e a sua esposa, Luísa Félix, optaram por abandonar o grupo e aderir à UDP³². O ajustamento coletivo que ocorre sempre após a abertura ou encerramento da EOP não é imediato, e, por isso mesmo, os agentes não deixam de tentar ações políticas para testar a reação adversária, bem como para procurar novas definições da situação. A primeira defendia que nem tudo estaria perdido: era necessário não deixar morrer a “alternativa revolucionária” e apelava à criação de “Comités de luta contra a repressão”³³. Para tal realizaram-se cinco reuniões com outros grupos políticos³⁴, tendo por base a proposta d’O 1.º de Maio plasmada no texto “Organizemo-nos contra a repressão”³⁵. No entanto, a proposta dos Comités de luta contra a repressão, essencialmente de pendor defensivo, nunca passou das reuniões.

Terceira fase (abril 1976-setembro 1976)

É perante este quadro de dificuldades que o grupo entra na terceira fase da sua história. Nota-se claramente um retrocesso: as lutas tornam-se mais localizadas e defensivas. A institucionalização do Estado e a desmobilização dos movimentos sociais de base, fez com que as lutas em que O 1.º de Maio tanto investiu se fossem esboroando, afetando diretamente os seus núcleos locais, que praticamente desapareceram, restando apenas os do Porto, Lisboa e S. Mamede de Infesta. Contudo, esta terceira fase foi marcada por uma pluralidade de novas iniciativas dos seus membros, uma verdadeira transfiguração, algumas que acabariam por perdurar para além da existência do próprio grupo, como a *Gazeta da Semana*, os Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUP) e o jornal *Fato-Macaco*.

³² Entrevista efetuada a Ricardo Lima a 16 de fevereiro de 2016.

³³ “Combater a repressão e o alto custo de vida”, 16 de dezembro de 1975. Espólio Ricardo Lima.

³⁴ MES, UDP, PRP, FSP e CARP. As reuniões ocorreram entre 22 de janeiro de 1976 e 12 de fevereiro de 1976. Espólio Ricardo Lima.

³⁵ “Organizemo-nos contra a repressão”, 2 de janeiro de 1976. Espólio Ricardo Lima.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

A 1 de abril de 1976 surgiu o semanário *Gazeta da Semana* que, apesar de ser um projeto autónomo, possuía o contributo de vários membros d'O 1.º de Maio: Jorge Almeida Fernandes surgia como diretor-adjunto interino; José “Pepe” Gonzalez como redator; Fátima Patriarca, Nuno Pereira da Silva, Ricardo Lima e Valentim Alexandre como colaboradores. Os próprios textos da *Gazeta da Semana* seguem em parte a linha d'O 1.º de Maio, isto é, um jornalismo que se afasta dos pressupostos da neutralidade e objetividade, como era visível nos textos de José “Pepe” Gonzalez, que continuavam a narrar as lutas em empresas e bairros anteriormente acompanhadas pel' O 1.º de Maio, nomeadamente de S. Mamede de Infesta³⁶.

Nesta fase, a atividade d'O 1.º de Maio torna-se cada vez mais irregular. Desde o último comunicado sobre os comités de luta contra a repressão passaram-se praticamente dois meses até que voltasse a editar um comunicado. Este serviu para marcar uma fase de relativa intensidade, consequência das eleições legislativas e das presidenciais, a 25 de Abril e 27 de junho de 1976, respetivamente. Alguns argumentos foram recuperados da eleição do ano anterior, como a definição de todo o processo como um “golpe de estado eleitoral”³⁷. Mas a situação político-institucional tinha mudado: lamentava-se a oportunidade desperdiçada pelo movimento popular, que demonstrou “não ter força” para organizar um “Governo verdadeiramente representativo dos seus interesses”³⁸.

Entre junho e setembro de 1976, O 1.º de Maio dedicou-se essencialmente a dois projetos: ao jornal *Fato-Macaco*, que teve um único número, editado em junho de 1976, e à edição de três números do *Boletins para discussão interna*, instrumentos de recurso para manter ativos os militantes e tentar reorganizar o grupo. O terceiro número dos *Boletins*, editado em setembro de 1976, começava com uma questão que implica sempre um mau augúrio: fazia sentido continuar-se com O 1.º de Maio? A resposta era positiva, pois os dois blocos da esquerda revolucionária - PCP(R)/UDP e ex-FUR (MES/PRP) - não davam garantias suficientes para a construção de uma direção política para o movimento popular³⁹. Apesar disso, ainda nesse mês, a 27 de setembro de 1976, lança o comunicado: “Comemoração da vitória popular do 28 de Setembro e apoio à reforma

³⁶ Como “Lionesa: G3, mauser e sabre não chegam”, *Gazeta da Semana*, nº3, 15/21 de abril de 1976, p. 9.

³⁷ “O 1.º de Maio e as eleições legislativas”, 6 de março de 1976. Espólio Ricardo Lima.

³⁸ *Ibidem*. Ver também “Votamos contra a direita pela afirmação do campo revolucionário”, 22 de abril de 1976. Espólio Ricardo Lima.

³⁹ *Boletim de discussão interna*, nº3, setembro de 1976.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

agrária dos trabalhadores alentejanos” e, sem nada o fazer prever, trata-se do último registo d’O 1.º de Maio, que se desagregou em seguida, acabando assim uma história de mais de dois anos de luta.

Podemos afirmar que esta trajetória pode ser explicada em parte pelas mudanças que ocorreram no contexto político-militar português entre 1974 e 1976, com o surgimento explicado pelo aproveitamento da abertura da EOP, consequência de uma já longa trajetória militante de muitos dos seus membros (Lima, 2016), e com evoluções qualitativas até ao Verão Quente, em que se deu um acontecimento crucial na sua história: a descontinuidade do jornal *O 1.º de Maio*, que acabou por cercear a dinâmica da militância, ainda mais afetada com o 25 de Novembro.

Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo estudar a génese e a estruturação d’O 1.º de Maio, que existiu entre 1974 e 1976 e cujos membros se encontravam ligados por meio de relações de interconhecimento e com um objetivo em comum: a implementação de um regime socialista em Portugal. Durante a sua existência, pautou-se pelo envolvimento em várias formas de luta, nomeadamente nas lutas operárias e nos bairros camarários, e pela tentativa de criar um verdadeiro partido revolucionário que agregasse todas as forças populares. O equilíbrio do grupo não se deixou de alterar, consequência das saídas de membros e de mudanças estruturais que afetavam as suas margens de ação.

Consideramos que a história d’O 1.º de Maio, intimamente ligada à conjuntura político-militar nacional, se caracteriza por três fases: a primeira fase engloba a pré-história do grupo e a criação do jornal homónimo; a segunda fase, trata da nem sempre pacífica passagem para uma organização política, que acarretou as primeiras saídas de militantes, o fim da edição do jornal homónimo, e a efémera participação na FUR; a terceira fase, marcada por um claro retrocesso nas suas ações, essencialmente defensivas, mas, igualmente, por uma pluralidade de novas lutas, efémeras na maior parte.

De igual modo, é possível verificar que O 1.º de Maio se pauta por diferenças substanciais em relação aos restantes grupos de extrema-esquerda portugueses, afastando-se da ideia leninista de partido, marcando-se por um claro distanciamento da burocracia partidária, o que o tornou pouco estruturado e marcado por uma coordenação informal, muito mais próximo das tradições libertárias do que propriamente maoísta.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

Para concluir, julgamos desta forma que a militância n'º 1.º de Maio, apesar de não se inserir numa militância típica de partidos comunistas ou marxista-leninistas, é igualmente relevante para uma análise mais fina e sistemática deste período da história portuguesa. Uma militância marcada por uma confluência da homologia entre predisposições e as exigências do campo militante que possibilitou uma militância livre, desprovida de qualquer tipo de burocratização e exigências de pertença exclusiva, o que acabou mesmo por ser uma das principais atrações para vários dos membros. Por outras palavras, o facto de este grupo lhes permitir um local em que podiam ter discussões políticas sem a necessidade de adesão e com uma elevada capacidade de usar o humor numa época marcada por uma imensa polarização política.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

Bibliografia:

Fontes :

1.º de Maio (O), de n.º 1, 1 de junho de 1974, a n.º 17, 25 de julho de 1975.

Boletim de Discussão Interna, de n.º 1, junho de 1976, a n.º 3, julho de 1976.

Gazeta da Semana, de n.º 1, 1 de abril de 1976, a n.º 32, 15 de janeiro de 1977.

Espólios de Mário Brochado Coelho e Ricardo Lima.

Estudos:

AA.VV (2011), *Pátria Utópica*, Lisboa, Bizâncio.

ALEXANDRE, Valentim (2011), “Uma vida privada”. In AA.VV., *Pátria Utópica*, Lisboa, Bizâncio, pp. 277-291.

BEBIANO, Rui (2003), *O poder da imaginação*, Coimbra, Angelus Novus.

BOURDIEU, Pierre (1985), *¿Qué significa hablar?*, Madrid, Akal.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Algés, Difel.

BOURDIEU, Pierre (2008), “Compreender”. In Pierre Bourdieu (coord.), *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, pp. 693-732.

BOURDIEU, Pierre (2014), *Sobre o Estado*, Lisboa, Edições 70.

BOURDIEU, Pierre (2016), *Homo Academicus*, Lisboa, Pedagogo.

CARDINA, Miguel (2010), *O Essencial sobre a Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus.

CARDINA, Miguel (2011), *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China.

CEREZALES, Diego Palacios (2003), *O Poder Caiu na Rua*, Lisboa, ICS.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (1999a), “Extrema-Esquerda”. In António Barreto & Maria Filomena Mónica (orgs.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, pp. 712-714.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (1999b), “Maoísmo”. In António Barreto & Maria Filomena Mónica (orgs.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, pp. 417-421.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2009), “Ao Serviço do Povo Venceremos”: a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974), *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, n.º 5, pp. 119-158.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

della PORTA, Donatella & DIANI, Mario (2006), *Social movements. An introduction*, Londres, Blackwell.

ELIAS, Norbert (2004), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.

GOBILLE, Boris (2018), *Mai 68*, Paris, La Découverte.

GOMES, Adelino & CASTANHEIRA, José Pedro (2006), *Os dias loucos do PREC*, Lisboa, Expresso/Público.

JASPER, James M. (2011), Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research, *Annual Review of Sociology*, vol. 37, pp. 285-304.

LE GOFF, Jacques (1999), *Reflexões Sobre a História*, Lisboa, Edições 70.

LIMA, João (2016), *O 1.º de Maio. Um grupo militante no processo revolucionário português: nascimento, morte e transfiguração*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto, FLUP.

LOFF, Manuel; PIEDADE, Filipe & SOUTELO, Luciana Castro (orgs.) (2015), *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina.

MADEIRA, João (2004), “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, In Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira (orgs.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 91-135.

NEVES, Artur J. Castro (1976), *Contribuição para a percepção da cultura (política) em Portugal*, [s/l], Contra a Corrente.

NOIRIEL, Gérard (2011), *Introducción a la sociohistoria*, Madrid, Siglo XXI.

PEREIRA, José Pacheco (1993), *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva.

PEREIRA, José Pacheco (2008), *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Alêtheia.

PEREIRA, José Pacheco (2013), *Armas de Papel*, Lisboa, Temas e Debates.

POLLAK, Michael (1989), Memória, esquecimento, silêncio, *Revista de Estudos Históricos*, vol. 2, nº. 3, pp. 3-15.

PUDAL, Bernard (2010), *Prendre parti. Pour une sociologie historique du PCF*, Paris, Presses de Sciences Po.

QUEIRÓS, João (2015), *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto, Afrontamento.

ROSAS, Fernando (1994), *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

João Lima - *O 1.º de Maio: um grupo militante no processo revolucionário português (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11

SÁ, Vítor de (1991), *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1936-1986*, Lisboa, Caminho.

SAWICKI, Frédéric (1997), *Les réseaux du Parti socialiste*, Paris, Belin.

SCHRAM, Stuart (1989), *The Thought of Mao Tse-Tung*, Cambridge, Cambridge University Press.

SOMMIER, Isabelle (2010), Revolutionary groups after 1968: Some lessons drawn from a comparative analysis, *Twentieth Century Communism*, vol. 2, n.º 2, pp. 66-91.

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina

(Homo)orientalism: sexual epistemologies and discourse production about the sexual-racial “Other” in Palestine

(Homo)orientalisme: épistémologies sexuelles et production de discours sur “l’Autre” sexuel-racial en Palestine

(Homo)orientalismo: epistemologías sexuales y producción de discursos sobre el “Otro” sexual-racial en Palestina

Bruno Alexandre Reis Costa
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra-FEUC
brunoarcq@gmail.com

Resumo: Tomando como referência a análise crítica e genealógica de Michel Foucault (1994) procuro compreender as mutações dos discursos associados a práticas sexuais em contexto colonial e de que modo esses discursos são parte de um “biopoder”, que hierarquiza e organiza a vida social. O contexto de análise centra-se no território palestino como lugar de circulação de discursos modernos que viajam de representações sobre o carácter homossexual do palestino a discursos sobre o seu carácter homofóbico, sempre com o intuito de construir uma separação abissal (Santos, 2009), entre um “Nós” civilizado e saudável e um “Outro” selvagem e patológico.

Palavras-chave: biopoder, homossexualidade, orientalismo, Palestina.

Abstract: Taking as reference frame the critical and genealogical analysis of Michel Foucault (1994) I try to understand the discourse mutations associated with sexual practices in a colonial context and how these discourses are part of a “biopower”, that hierarchizes and organizes social life. The context of analysis focuses on the Palestinian Territories as a place of circulation of modern discourses, that travel from representations about the homosexual character of the Palestinians to discourses about their homophobic character, always with the aim of building an abyssal separation (Santos, 2009), between a civilized and healthy “Us” and a savage and pathological “Other”.

Keywords: biopower, homosexuality, orientalism, Palestine.

Résumé: Prenant comme référence l’analyse critique et généalogique de Michel Foucault (1994), je cherche à comprendre les mutations des discours associées aux pratiques sexuelles dans un contexte colonial et de quelle façon ces discours participe d’un “biopouvoir”, qui hiérarchise et organise la vie sociale. Le contexte de l’analyse se concentre sur les territoires palestiniens comme lieu de circulation des discours modernes qui oscillent entre des représentations sur le caractère homosexuel du palestinien aux discours sur leur caractère homophobe, toujours dans l’optique de construire une séparation abyssale (Santos, 2009), entre un “Nous” civilisé et sain et un “Autre” sauvage et pathologique.

Mots clés: biopouvoir, homosexualité, orientalisme, Palestine.

Resumen: Tomando como referencia el análisis crítico y genealógico de Michel Foucault (1994), trato de comprender las mutaciones en los discursos asociados con prácticas sexuales en un contexto colonial y cómo estos discursos son parte de un “biopoder”, que jerarquiza y organiza la vida social. El contexto de análisis se centra en el territorio palestino como un lugar para la circulación de discursos modernos que viajan desde representaciones sobre el carácter homosexual de los palestinos a discursos sobre su carácter homofóbico, siempre con el objetivo de construir una separación abisal (Santos, 2009), entre un “Nosotros” civilizado y sano y un “Otro” salvaje y patológico.

Palabras clave: biopoder, homossexualidad, orientalismo, Palestina.

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

1. Introdução

Desde o encontro, ou contacto¹, entre as nações europeias e outros territórios (coloniais ou não, como no caso do Império Otomano) que discursos sobre um “Outro” racializado emergiram? Esses discursos foram associados quer às características físicas dos indivíduos, quer aos seus desejos e práticas eróticas, quer às práticas culturais das sociedades, quer ao impacte de fatores externos (como o clima) nestes indivíduos e sociedades. O que os viajantes, ou agentes dos impérios europeus, viam, ou imaginavam, teria então de ser traduzido para um quadro analítico e taxonómico pensado em contexto europeu, para sociedades europeias. Estes agentes do Ocidente apresentavam-se como estando numa posição neutral quando observavam outros lugares e, por isso mesmo, os quadros analíticos desenvolvidos num contexto local (Europa) apresentavam-se como universais e pretendiam ter uma dimensão universal. As suas leituras não pretendiam apenas compreender o observado, mas legitimar uma história encerrada.

Este trabalho procura criticar os discursos a-históricos produzidos nesse encontro e, de alguma forma, reproduzidos desde então. Discursos que naturalizam o Médio Oriente em geral e a Palestina em particular, como espaços e produtores de subjetividades cristalizadas como libidinais ou reprimidas, sendo que essas subjetividades são sempre produzidas como algo estagnado, num perpétuo estado de doença e corrupção, ou seja, como patologias. Para o fazer, tomo como referência a análise crítica e genealógica de Michel Foucault (1994) sobre o discurso moderno. Em um primeiro momento, procuro compreender como a categoria de homossexualidade é criada no espaço europeu a partir dos discursos e do conhecimento médico e jurídico, que são tecnologias criadas com o propósito de organizar a sociedade em torno de determinados comportamentos ditos normativos. Em um segundo momento, apresento como estes discursos e conhecimento devem também a sua formulação, no contexto europeu, ao encontro com práticas eróticas e manifestações de desejo observadas em outros lugares, ou seja, são influenciadas pelo contato com o “Outro” colonial.

Neste ponto, o trabalho de Edward Said (2004) será fundamental para compreender a interdependência entre o Ocidente e o Oriente, no que à produção e

¹ *I use this term to refer to social spaces where cultures meet, clash, and grapple with each other, often in contexts of highly asymmetrical relations of power, such as colonialism, slavery, or their aftermaths as they are lived out in many parts of the world today* (Pratt, 1991: 34).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

reprodução ontológica e epistemológica diz respeito. O Oriente, como um espaço que se encontra, para os exploradores europeus, entre a ameaça e o desejo, servirá como uma espécie de contraponto na construção do que é ser europeu e da definição, tanto de práticas normativas, como de patologias. Mas, se Said ainda privilegia uma visão heteroerótica sobre esse encontro (entre Ocidente e Oriente) e os discursos a ele associados, os trabalhos de Rudi Bleys (1993) e Joseph Allen Boone (1995) serão fundamentais para perceber que os desejos e práticas eróticas consideradas pouco saudáveis no Ocidente, são consideradas naturais do Oriente, lugar de subjetividades perversas e libidinais, ou mesmo geografia patológica, onde a homossexualidade e a pederastia são práticas endémicas.

Na segunda secção deste artigo, e a partir da análise teórica que a precede, será visitado o espaço da Palestina pré-1948 e pós-2000. Estes dois períodos serão o centro dos dois principais capítulos deste trabalho, porque marcam diferentes leituras sobre o “Outro” sexual-racial. Na análise da era pré-1948, procuro analisar o processo de reabilitação do corpo físico e social do judeu, pelo movimento sionista, e de que modo essa reabilitação se associa ao abandono de um corpo patologizado (o corpo orientalizado pelo antissemita) e à apropriação de uma imagética ligada ao corpo ocidental moderno, visto como saudável, vigoroso e masculinizado. Quanto à era pós-2000, pretendo entender como a integração instrumental de subjetividades homossexuais no Ocidente serve de base a um novo tipo de construção do “Outro” sexual-racial, já não como subjetividade desviante em relação a comportamentos sexuais normativos, mas como homofóbico patológico, adverso à diversidade democrática.

Este trabalho tem como objetivo, por um lado, compreender como os discursos/conhecimento sobre a raça, associados a determinadas práticas sexuais, sofreram alterações tão profundas, na transição do século XX para o século XXI. Por outro, procura demonstrar que os discursos/conhecimento sobre sexualidade no Ocidente e Norte-Global tiveram (e têm) propósitos coloniais, imperialistas e universalizantes, sejam eles territoriais, económicos, políticos ou epistemológicos. Nesse sentido, este trabalho pretende expandir o corpo teórico que aborda as questões da produção e reprodução ontológica e epistemológica ao campo dos estudos pós-coloniais e da sexualidade e demonstrar que o impacto do encontro colonial não se limita ao espaço e

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

subjetividades colonizadas e orientalizadas, mas tem profundas repercussões no espaço e nas subjetividades europeias e ocidentais.

2. Metodologia: Genealogia, Sexualidade e Biopoder

Metodologicamente, tenho como suporte a análise crítica e genealógica que Michel Foucault desenvolve no texto *Nietzsche, a genealogia e a história* (1998) e explora na *História da Sexualidade – I: A Vontade de Saber* (1994), à qual recorro para compreender como os discursos/conhecimento sobre sexualidade, desenvolvidos na Europa dos séculos XVIII e XIX, estão inscritos em relações de saber-poder e são parte de um “biopoder” que, mais do que limitar a sua difusão, tem como objetivo a organização da vida. A partir desta análise, ser-me-á possível avançar o argumento de Foucault e questionar relatos que estagnam e naturalizam subjetividades, comunidades e comportamentos num contexto não-Europeu, e as relações de saber-poder no contato entre a Europa e outros territórios.

Segundo o autor (Foucault, 1998), um método genealógico propõe questionar leituras metafísicas da história. São essas leituras, que procuram na origem dos acontecimentos uma verdade impoluta, ou uma essência, que Foucault procura problematizar, propondo três modos para o fazer: 1) a dissociação, que em alternativa a procurar na origem uma verdade supra-histórica e eterna, trabalha acontecimentos múltiplos e heterogêneos; 2) a paródia, que perturba as realidades aceites e estanques e permite a libertação de potências criativas; 3) a disrupção da subjetividade de conhecimento e da verdade, que questiona, simultaneamente, a verdade do que se conhece e quem a conhece. É possível dizer que, a partir deste método crítico, são abertas possibilidades de vida no presente, desmistificando a unidade na origem em prol de uma disputa que gera caos, ao mesmo tempo que se questiona quem fala, a partir de que ponto de vista e a partir de onde se fala –de onde se produz e difunde conhecimento e o que é invisibilizado e deixado do lado de fora, como não-conhecimento ou como silêncio.

O que Foucault faz, é aquilo a que Walter Benjamin se referiu como “escovar a história a contrapelo” (2017: 13), ou seja, não se limitar a uma busca pela origem ou por uma verdade que está acima da história, não olhar para a história como uma linha de progresso que avança isolada em direção ao futuro e que não assume a existência de uma multiplicidade e de descontinuidades. Pelo contrário, Foucault procura desestabilizar a

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

história, abrindo espaços-tempos e possibilidades, ou como refere Benjamin, abrindo “a porta estreita por onde pod[e] entrar o Messias” (2017: 20). É a partir desta perspectiva que Foucault questiona aquilo a que ele chama de “hipótese repressiva”², abrindo possibilidades para uma nova leitura dos discursos/conhecimento produzidos sobre a sexualidade. É também essa perspectiva que me abrirá possibilidade para questionar os discursos/conhecimento sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina.

Foucault (1994), na sua leitura histórico-genealógica sobre sexualidade, rejeita a hipótese de que as sociedades europeias do século XIX inauguraram uma época de repressão sexual, onde muito pouco poderia ser dito, e refere que, na prática, foi precisamente nesse período que se propagaram os discursos sobre sexualidade e se multiplicaram categorias para especificar práticas e desejos sexuais. Para o autor, a difusão dos discursos sobre sexualidade, entre os séculos XVIII e XIX, não tinha como único propósito reprimir as práticas sexuais e confiná-las ao espaço doméstico, mas que, pelo contrário, a sociedade burguesa europeia do século XIX procurou institucionalizar a sexualidade e categorizá-la: “O sexo é simultaneamente acesso à vida do corpo e à vida da espécie. As pessoas servem-se dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações” (Foucault, 1994: 148). Uma “verdade” sobre o sexo, ou os discursos e o conhecimento médico e jurídico desenvolvido em torno da sexualidade, serviam o propósito de organizar a sociedade em torno de determinados comportamentos, suportados por instituições religiosas, jurídicas, médicas e pedagógicas, como uma espécie de policiamento/controle do sexo, que o gere em nome da felicidade pública. Faziam parte de um “biopoder”: “Tal poder tem que qualificar, que medir, que apreciar, que hierarquizar, mais do que manifestar-se no seu esplendor assassino; não tem que traçar a linha que separa dos súbditos obedientes, os inimigos do soberano; opera distribuições em torno da norma” (Foucault, 1994: 146).

Nesse sentido, o autor (Foucault, 1994) refere que, principalmente a partir do século XIX, as práticas sexuais consideradas normativas deixam de ser discutidas, tornam-se mais silenciosas, e as subjetividades incluídas nos discursos sobre sexualidade,

² *Todos estes elementos negativos –proibições, recusas, censuras, denegações–, que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, não passam, sem dúvida, de peças que têm um papel local e tático a desempenhar numa discursificação, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a eles* (Foucault, 1994: 17-18).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o "Outro" sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

aquelas que despertam o interesse das referidas instituições e que são incentivadas a se confessarem são, em contrapartida, o homossexual, o louco, o criminoso e a criança. Assim, a história do surgimento da homossexualidade³ é, na realidade, uma história sobre a construção de subjetividades, enunciados de verdade e relações de poder, ou seja, a homossexualidade como categoria é fruto de um campo de forças, saberes e relações de poder que definem a sua existência. Refiro-me aqui a uma construção de uma “verdade” sobre subjetividades. Essa “verdade” é formulada em torno de um conjunto de ações esperadas em torno dessas subjetividades, às quais podemos chamar de normalização. A homossexualidade surge como uma periferia patológica dessa normalidade e, como tal, serve como referência negativa que determina uma subjetividade normativa. Neste contexto, a normatividade é conseguida, por um lado, a partir de uma autocensura por parte de subjetividades, que controlam os seus impulsos libidinais, e por outro, através de uma domesticação externa, por parte de instituições médicas e psiquiátricas.

Em suma, a norma é determinada a partir dos seus “Outros”, das suas alteridades, das suas diferenças rejeitadas, mas identificadas e categorizadas. Se, antes, a sodomia era um relapso que podia ser punido com a morte, o homossexual surge como uma espécie que deve ser administrada pela culpa, pelo medo e por instituições especializadas na “verdade” sobre o sexo, de modo a organizar, maximizar e potenciar a vida. É parte daquilo a que Foucault (1994) chamou de “biopolítica”: uma tecnologia de poder centrada na população como problema económico e político. Os seus pilares centrais, em redor dos quais a organização do poder sobre a vida era desenvolvida, são: a regulação da população e o disciplinamento do corpo.

Na senda de Foucault, Jonathan Katz (1995) especifica que também a heterossexualidade monogâmica, como norma, é uma consequência da construção periférica de aberrações e perversões sexuais, ou seja, que a homossexualidade, de uma determinada forma, “inventou” como categoria a heterossexualidade, a relação binária homo-hetero e suas hierarquias. Mas, tanto Katz (1995) como Foucault (1994) articulam questões em torno dos discursos/conhecimento sobre sexualidade, de modo a identificarem a produção de subjetividades dentro de um contexto europeu/ocidental de

³ Não se deve esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica, médica, da homossexualidade se constituiu desde o momento em que a caracterizaram –o famoso artigo de Westphal, em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode valer como data de nascimento (Foucault, 1994: 47).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

relações de saber-poder. Eles fazem-no de forma assumida e a pretensão dos seus trabalhos não é identificar, como já referi, uma origem, mas sim como se desenvolvem essas relações de saber-poder e a sua articulação com práticas discursivas e não-discursivas. Foucault (1994), por exemplo, refere especificamente que a sexualidade é originalmente uma “invenção” burguesa que produz efeitos de classe específicos, ou seja, que as práticas tidas como normativas são parte de uma sexualidade especificamente burguesa.

Este é o meu ponto de partida, já que, como refere Rudi Bleys (1993), esta burguesia se definiu, não apenas num processo de tensão e disputa com outras classes no espaço europeu, mas também a partir do seu contato com o “Outro” colonial, que lhe serviu como anti-modelo, como alteridade radical que ajudou a determinar uma identidade especificamente burguesa. É neste nó, neste encontro entre epistemologias sexuais e epistemologias raciais que pretendo trabalhar. Sendo ainda importante referir que não procuro a origem de uma categoria, mas compreender como essa categoria é também parte e produto da produção de subjetividades fora da Europa e como esse encontro com o “Outro” colonial contribuiu para a produção de subjetividades no continente Europeu.

3. Orientalismo e as Geografias do Desejo

Edward Said, na sua obra seminal *Orientalismo* (2004), parte do trabalho de Michel Foucault para compreender as relações de saber-poder no encontro colonial. Neste trabalho, o autor mostra como o Oriente foi criado como um “Outro”, como uma alteridade radical, que “ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) como contraposição à sua imagem, como ideia, personalidade e experiência contrárias à sua” (Said, 2004: 2). Tal como fez Foucault, o autor palestiano questionou-se sobre quem produz os discursos sobre o Oriente e partir de onde o faz. Foi a partir destas questões que Said identificou a circulação de discursos/conhecimento sobre um Oriente idealizado e estanque, produzidos por viajantes e agentes da Europa e do Ocidente, num quadro de hegemonia cultural. É a partir desses discursos/conhecimento que é desenvolvida uma relação de poder e domínio e é a partir desta hegemonia cultural que essa relação de poder se solidifica e se estende no tempo.

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

Dentro desta narrativa ocidental sobre o Oriente, de que nos fala Said, Joseph Allen Boone (1995) identifica as questões da sexualidade como centrais. O autor refere que em nenhum outro lugar os visitantes e agentes ocidentais falaram tanto, e tão abertamente, dessas questões como nesta geografia. Patrick Haddad (2017) refere até que os discursos sobre o desejo e práticas eróticas antecedem as duas modernidades e podem ser localizados na era pré-colonial, desde a chamada Reconquista Cristã. Neste sentido, um Oriente “eterno”, ocupou e ocupa um lugar ambivalente no imaginário coletivo ocidental. Said (2004) refere que esse lugar se encontra entre o desejo e a ameaça, e que o Oriente sugere “não apenas fecundidade, mas promessa (e ameaça) sexual, sensualidade inesgotável, desejo ilimitado [e] profundas energias generativas” (2004: 220). Assim, a fantasia e exotismo de um Oriente descrito como “lugar onde se podia procurar experiências sexuais impossível de se obter na Europa” (Said, 2004: 223), parece espelhar uma censura imposta na “Europa Vitoriana”. Mas, segundo Boone (1995), esse desejo e essa liberdade, projetadas no Oriente, parecem querer-nos dizer outra coisa. Enquanto Said (2004) apresenta um quadro heteroerótico, onde o domínio de um Ocidente masculinizado se sobrepõe a um Oriente feminino, que é penetrado pela superioridade do seu ocupante, Boone (1995) complexifica esse quadro e apresenta o “fantasma” de um desejo homoerótico a assombrar o Ocidente, um desejo supostamente endêmico no Oriente e com potencialidades de contaminação, ameaçando uma suposta essência heterossexual e normativa da subjetividade masculina ocidental.

No mesmo sentido, Rudi Bleys (1993) releva a preocupação ocidental em domesticar a sexualidade dentro de um quadro de relações de saber-poder. O autor refere que as políticas e os juízos ocidentais sobre as práticas eróticas de um “Outro” colonial estão intimamente ligadas a um domínio político, suportado por ideias sobre a sua sexualidade patológica. Deste modo, Bleys destaca a interdependência entre as ideias de hierarquia civilizacional –onde, a partir do século XVIII, a complexidade cultural era reduzida ao nível da anatomia e, mais tarde, da psicologia da inferioridade racial –e os discursos sobre a sexualidade. A cristalização do Oriente como lugar perverso, fruto do encontro colonial, estava assim relacionada com a consolidação de um poder burguês na Europa e com a promoção de um código de respeitabilidade, uma normalidade justificada em termos científicos. Neste contexto, as raças consideradas inferiores eram catalogadas

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

em hierarquias de anormalidade, como significações num processo de patologização dos marginais dentro do contexto europeu.

Para Bleys (1993), o discurso sobre sexualidade marcou uma diferença entre o Ocidente e populações consideradas inferiores. Esta generalização, baseada em “verdades” de cunho supostamente científico, acompanhou o projeto positivista de uma história natural da humanidade, que justificava a “missão civilizadora” dos Estados europeus. Segundo este modelo, qualquer comportamento desviante do Ocidente poderia ser diagnosticado como tal, a partir de uma comparação com as raças vistas como inferiores. A relação entre perversão sexual e inferioridade racial funcionava como um círculo fechado e, se os “Outros” coloniais eram sexualmente pervertidos, e a homossexualidade era supostamente endémica entre eles, então ela serviria como categoria patológica que ajudaria a definir, por um lado, uma normalidade heterossexual e, por outro, uma superioridade racial, contribuindo para a disseminação de discursos sobre respeitabilidade no Ocidente e estigmatizando a infantilidade de um “Outro” sexual-racial.

4. Masculinidade Normativa e o “Outro” Sexual-Racial

As perguntas por mim colocadas, de modo a compreender a relação entre os discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina e o projeto hegemónico sionista, são as mesmas de Foucault (1994) e Said (2004): Quem fala? O que diz? A partir de onde o diz? Apenas assim é possível compreender as relações de saber-poder presentes neste contexto e ler a sua evolução no espaço e no tempo.

Como tal, é essencial ler e compreender o pensamento sionista e de que modo ele projeta uma nova subjetividade judaica, na sua relação com uma alteridade fragmentada, entre o judeu do exílio e a sua outra face, o palestino. Com esse objetivo irei visitar o trabalho intelectual desenvolvido, no final do século XIX, por dois dos pais do movimento sionista, Theodor Herzl e Max Simon Nordau.

Em 1892, Max Nordau, médico e ativista, popularizou o conceito médico de “degeneração”, num livro com o mesmo nome, *Entartung*⁴. George L. Mosse, em *Nationalism and Sexuality: Middle-Class Morality and Sexual Norms in Modern Europe*

⁴ A obra *Entartung* (1892) foi consultada na sua tradução para inglês, *Degeneration* (Nordau, 1968). *Entartung* e *Degeneration* são, respetivamente, as palavras em alemão e inglês para “Degeneração”.

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

(1985), explica como Nordau utiliza o conceito de degeneração para distinguir entre o normal –as virtudes burguesas relacionadas com o progresso– e o anormal –os vícios que potenciam a extinção do indivíduo, da família e da comunidade nacional. Tal como descrito por Foucault (1994), Nordau relaciona a legitimidade dos desejos com uma norma social e considera quaisquer desejos contrários a essa norma, imorais e repulsivos. O pensamento de Nordau está relacionado com aquilo a que Benedict Anderson se referiu como o estabelecimento de uma “comunidade imaginada” (2012) e da relação entre essa comunidade supostamente homogénea e os seus forasteiros.

Em *The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity* (1998), Mosse insiste que, sem a presença visível desse forasteiro, a sociedade dificilmente consegue projetar uma imagem de força e estabilidade. E, se o papel desse “Outro”, forasteiro ou apátrida, dentro do espaço europeu, pertencia tradicionalmente aos judeus e aos ciganos, a partir da transição do século XIX para o século XX, aqueles que não cumpriam um “tipo ideal” de masculinidade –os que eram considerados afeminados e geralmente classificados como homossexuais ou doentes– também começaram a fazer parte desse grupo de excluídos. O autor vê esta mudança como uma consequência do pensamento de Nordau e dos seus seguidores. Mosse (1998) refere que, a partir do final do século XIX, a homossexualidade deixa de estar apenas relacionada com os atos sexuais *per se* e se torna um problema/patologia relacionado com distúrbios psicológicos, com a aparência física e com a estrutura do corpo. Estes elementos levam o autor a articular os conceitos de “degeneração” e “masculinidade” com as epistemologias raciais europeias. Neste sentido, e como já foi referido, o degenerado sexual era associado às raças inferiores, acusadas de apresentarem a mesma falta de moralidade e autodisciplina: “Blacks, and then Jews, were endowed with excessive sexuality, with a so-called female sensuousness that transformed love into lust. They lacked all manliness. Jews as a group were said to exhibit female traits, just as homosexuals were generally considered effeminate. [...] Abnormality then could be interpreted in medical terms as well as those of race” (Mosse, 1985: 36).

Neste ponto em particular, Nordau e Herzl partilhavam o mesmo ideal de masculinidade dos judeus assimilacionistas⁵, que pretendiam uma integração total nos

⁵ Theodor Herzl, antes de ter escrito o manifesto *The Jewish State* (2011), em 1896, foi partidário da assimilação dos judeus ao Cristianismo. Apenas três anos antes da publicação do manifesto, em 1893, Herzl escreveu: *About two years ago I wanted to solve the Jewish Question, at least in Austria, with the help of*

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

seus países de origem, a partir da conversão religiosa e do abandono de qualquer traço cultural que os pudesse identificar com o judaísmo. Como refere Mosse (1985, 1998) é com o intuito de anular as características atribuídas pelo antissemita ao judeu, que Nordau propõe a reabilitação social e corporal do judeu no Segundo Congresso Sionista, organizado em 1898. Como subjetividade antitética do *Ostjude* –um degenerado urbano, pálido e frágil– Nordau via no *Muskeljude*, ou judeu muscular, a única possibilidade de recuperar a dignidade e grandiosidade dos judeus, concebidos pelo movimento sionista como um “povo”, unido por características étnicas, culturais, linguísticas e religiosas. A partir do conceito de *Muskeljude*, Nordau lançou as bases daquilo que conhecemos como o “novo judeu”, um “tipo ideal” de judeu que contrastava com a imagem de degeneração do judeu do exílio, que tanto preocupava o médico sionista. Este “novo judeu” era portador de uma masculinidade normativa, na sua postura, na sua composição física e como figura capaz de empreender trabalho físico e produtivo, contribuindo para o avanço da sociedade. É esta conceção do “novo judeu”, como sujeito masculinizado e muscular, que está no centro da ideologia sionista, como projeto que assimila os judeus à cultura e modo de ser europeus e como projeto colonial que representa “a rampart of Europe against Asia, an outpost of civilization as opposed to barbarism” (Herzl, 2011: 46).

Ella Shohat, numa entrevista concedida a Manuela Boatcă e Sérgio Costa, fala desta europeização/ocidentalização do judeu pelo movimento sionista e da sua transformação e assimilação na cultura europeia da mesma época: “[the new jew] would often be blond, blue-eyed, or at least light skinned, and of course never graced with the stereotypical hooked nose. This de-semitization took place within the logic of Western hegemony somewhat like the case of the Aryanization of Christ in European painting” (Shohat *apud* Boatcă e Costa, 2013). Este novo corpo social e físico, delineado pelo movimento sionista, seria idealmente reabilitado num novo lugar, a Palestina. Mosse (1998) fala dos *kibbutzim*, cooperativas/colonatos agrícolas, estabelecidos na Palestina, desde o início do século XX, como espaços onde essa reabilitação aconteceria. Estes lugares permitiram, por um lado, ocupar território e, por outro, construir as bases de uma nova sociedade e de um novo homem. Para além destes “espaços de normalização”, a

the Catholic Church. I wished to gain access to the Pope [...] and say to him: Help us against the anti-Semites and I will start a great movement for the free and honorable conversion of Jews to Christianity (*apud* Boyarin, 2000: 239).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

masculinização do “novo judeu” foi feita a partir da apropriação de símbolos do território. Joseph Massad, em *The “Post-Colonial” Colony: Time, Space and Bodies in Palestine/Israel* (2000), revela que o “novo judeu” foi nomeado de *Sabra* –palavra árabe para nomear um cato que cresce na região do Mediterrâneo– “roubando” o nome à terra que teria de “penetrar” e “fertilizar”. Os sionistas descreviam a Palestina como uma “terra virgem” –algo presente na máxima, “a land without a people, for a people without a land” –, um corpo ligado a um projeto sexual e reprodutivo, que o colonizador atlético teria de fazer brotar. Se o território era símbolo de desejo⁶, o palestino simbolizava não apenas a ameaça, mas o inimigo, o “Outro” que permite ao “novo judeu” projetar a sua imagem de força e a estabilidade de uma nova sociedade idealizada pelo movimento sionista e, a partir de 1948, do Estado de Israel⁷.

Neste contexto, e durante os anos em que a Palestina estava sob administração britânica (1920-1948), o palestino é projetado como “Outro” sexual-racial pela imprensa sionista, o que reflete a influência da política colonial britânica e europeia, por um lado, na difusão de uma “verdade” em relação ao sexo e em relação a uma hierarquia civilizacional e, por outro, na construção de uma identidade sionista. Em *British Colonialism and the Criminalization of Homosexuality* (2018), Enze Han e Joseph O’Mahoney explicam como a legislação ainda vigente em algumas ex-colônias britânicas é uma consequência dos códigos penais coloniais, elaborados pelos legisladores do império durante os séculos XIX e XX: “From 1860 onwards, the British Empire spread a specific set of legal codes and common law throughout its colonies [specifically criminalizing] male-to-male sexual relations” (Han e O’Mahoney, 2018: 3). Como referem os autores, o Império Britânico receava que os seus soldados e administradores coloniais sucumbissem a práticas homossexuais nestas “decadent, hot surroundings” [...]

⁶ Golda Meir, Primeira-Ministra de Israel entre 1969 e 1974, refere-se ao território como “a noiva” e ao palestino como símbolo de fragilidade, castrado por Israel: *I thank God every night that the bridegroom was so weak, and the bride could be taken away from him* (apud Massad, 2000: 332).

⁷ É importante referir que o Estado de Israel foi estabelecido apenas em 1948 e que, até esse ano, todo o território era conhecido como Palestina. Como refere Sammy Smooha (2008), esse território, a partir de 1948 –e como consequência daquilo que ficou conhecido como a “Guerra da Independência” para os israelitas e como *Nakba*, ou “Catástrofe” para os palestinos– passou a estar dividido entre Israel e Palestina –sendo que a Palestina ficou separada entre o território da Cisjordânia (administrada pela Jordânia entre 1948 e 1967) e a Faixa de Gaza (administrada pelo Egito entre 1948 e 1967).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

protecting the Christians from “corruption” as well as correcting and Christianizing “native custom” (Han e O’Mahoney, 2018: 4).

A Palestina, como território pertencente ao Império Otomano até 1917, tinha o mesmo Código Penal, que não criminalizava atos sexuais consentidos. Han e O’Mahoney (2018) referem que apenas com a administração britânica –consequência do Mandato⁸, atribuído ao Reino Unido pela Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial– os atos homossexuais consentidos passariam a ser considerados crime⁹. É relevante destacar ainda que, após 1948, parte do território passou a ser administrado pelo recém-criado Estado de Israel, que revogou a lei britânica de 1936 apenas em 1988 (Han e O’Mahoney, 2018). Já a Cisjordânia, que passou a ser administrada pelo Jordânia a partir de 1948, adotou o seu Código Penal, que revogou a mesma lei britânica em 1951 (Human Rights Watch, 2018). Se antes sublinhei a proximidade entre o discurso sobre sexualidade e as políticas europeias e sionistas, partindo destes dados podemos também questionar a ideia, hoje difundida¹⁰, de que Israel sempre se assumiu como uma referência da região, no que à defesa da diversidade e liberdade sexual diz respeito. Este tema será tratado no último capítulo do artigo.

Começarei então por apresentar a coincidência entre as visões ocidentais e sionistas sobre degeneração moral, a partir do texto “*An oriental vice*”: *Representations of sodomy in early Zionist discourse* (2017), onde Ofri Ilany faz uma recolha de material produzido pela imprensa sionista¹¹ e outras fontes, entre os anos 20 e os anos 50 do século XX, sobre práticas homossexuais. A partir destas fontes é possível compreender uma lógica (homo)orientalista –que associa as perversões ao contexto, ao clima e ao caráter supostamente patológico das subjetividades não-ocidentais, consideradas inimigas do

⁸ Este Mandato incluía controlo militar, político, legal e administrativo (Han e O’Mahoney, 2018).

⁹ O novo Código Penal foi instituído em 1936, por Sir Michael McDonnell, Presidente do Supremo Tribunal da Palestina e a sua secção 152(2), que se refere a ofensas sexuais não-naturais, diz: *Any person who: a) has carnal knowledge of any person against the order of nature; or b) has carnal knowledge of an animal; or c) permits a male person to have carnal knowledge of him or her against the order of nature, is guilty of a felony, and is liable to imprisonment for ten years* (Autoridade Britânica, 1936)

¹⁰ O auge de uma narrativa que apresenta Israel como paraíso da diversidade sexual alcançou o seu esplendor em 2019, com a organização do festival da Eurovisão: *the unabashed celebrations of sexual diversity, which has become one of the main hallmarks of Eurovision in recente decades –and one of the areas in which Israel has left an indelible mark*» (Shalev, 2019).

¹¹ Os periódicos consultados pelo autor foram o *Davar*, publicação oficial da Central dos Trabalhadores Judaicos na Palestina (*Histadrut*) e pertencente à ala socialista do movimento sionista, e o *Iton Meyuchad*, um tabloide mais conservador, fundado em 1933 (Ilany, 2017).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o "Outro" sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

projeto sionista e da protoação judaica. Ou seja, são estabelecidos vínculo entre sexualidade, etnia e nacionalidade, num discurso que insiste, em linha com o pensamento dos líderes do *Yishuv*¹², na separação entre as comunidades judaica e palestina –pelo medo de contaminação através do contato com subjetividades orientais e com ambientes hostis, que poderiam causar uma degeneração psíquica e cultural.

O medo de contaminação/“levantinização” está presente nos relatos de uma imprensa que reflete o pensamento político e as visões morais da liderança do movimento sionista¹³. Os artigos que, quanto a mim, merecem maior destaque foram publicados pelo jornal *Iton Meyuchad*. Um primeiro relato fala do suicídio de um jovem polícia judeu, Mordechai Schwartz, ocorrido em 1938: “But from a Jewish policeman, who because of the equality enforced here on the sons of Europe and the sons of the Desert, became not merely witness but even the victim of such abuse, we cannot demand this sacrifice. And after that suicide they had forgotten their lesson and sent officer Mordechai Schwartz to sleep every night in the tent with officer Mustafa Khouri, against whom we have heard there were complaints of “sodomitic acts” during his service” (*apud* Ilany, 2017: 110-111). Neste excerto, o contato forçado entre “os filhos da Europa” e os “filhos do deserto” é apresentado como a causa do suicídio, visto que o puro e moral “filho da Europa” foi contaminado pelos desejos sexuais promíscuos do bárbaro “filho do deserto”. Outro relato importante foi publicado em 1934 e descreve o “submundo de Telavive”, mais concretamente Jaffa, a zona palestina da cidade: “In the orient these types are more prevalent, and it is a well-known fact one does not have to search them out in our land. It suffices to take a little stroll down Jaffa’s alleyways and its coffee houses. He whose eyes are open will notice these fancy boys making love publicly for all to see” (*Iton Meyuchad apud* Ilany, 2017: 114).

A naturalização da homossexualidade como um fenómeno típico do Oriente, e como algo endémico na sociedade palestina e/ou oriental, está ainda presente em textos

¹² Comunidade sionista que vivia na Palestina antes do estabelecimento do Estado de Israel.

¹³ Ze’ev Jabotinsky, a principal figura da ala revisionista do movimento sionista, afirma, em 1926: *Jews, thank God, have nothing in common with the East. We must put an end to any trace of the Oriental spirit in the [native] Jews of Palestine* (*apud* Massad, 1996: 55). Da mesma forma, David Ben-Gurion, nos primeiros anos após o estabelecimento do Estado de Israel, também assume o desconforto causado pelo contato com a sociedade local e com os judeus recém-chegados do Magrebe e do Médio Oriente: *We do not want Israelis to become Arabs. We are in duty bound to fight against the spirit of the Levant, which corrupts individuals and societies, and preserve the authentic Jewish values*» (*apud* Massad, 1996: 57).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

científicos, publicados entre os anos 40 e os anos 50, na Palestina e em Israel. Ilany (2017) destaca três trabalhos: *Youth Neglect*, publicado em 1947, pelo pedagogo e criminologista Carl Frankenstein, que descrevia algumas cidades palestinas (especialmente Nablus) como lugares onde os crimes sexuais (incluindo contato sexual entre homens) eram recorrentes, graças ao caráter oriental dos desejos dessas subjetividades. O autor estabelece ainda uma relação causa-efeito entre o clima e as práticas sexuais; *The Bedouins – Their Origins, Lives and Customs*, publicado em 1957, pelo Dr. Tuvia Ashkenazi, que descrevia a sexualidade das sociedades beduínas da Palestina como excessiva, prematura e de tendência homossexual; e *The Enemies of Youth*, um livro publicado em 1950, por M. Seidman, que descrevia o Oriente como lugar onde as relações sexuais entre homens e a prostituição masculina eram práticas comuns.

Os relatos da imprensa sionista e algumas análises validadas por um discurso científico, marcam um claro distanciamento em relação à sociedade palestina no período pré-Estado e nos primeiros anos após o estabelecimento do Estado de Israel. Difundem uma imagem daquilo que pode acontecer se os judeus se deixarem corromper e “levantinizar” e qual o resultado do declínio moral das sociedades. A partir desta lógica, procuram estabelecer uma identidade judaica reabilitada, branca, ocidentalizada, normativa, saudável e moralmente superior, com práticas sexuais normativas, numa continuação daquele que era o discurso europeu, no que aos conceitos de modernidade e civilização diz respeito. Os discursos/conhecimento sobre sexualidade eram parte de uma epistemologia racial que impunha, como especificam Baruch Kimmerling (1983) e Gershon Shafir (1989), uma divisão política, económica, laboral e territorial. Esta divisão entre judeus e palestinos, incentivada e/ou imposta pelas lideranças sionistas e baseada no conceito de hierarquia civilizacional levou, desde o início do século XX, a uma progressiva segregação da sociedade palestina, num discurso que justificou (e justifica) a administração do seu território por Israel. Essa mesma hierarquia civilizacional ajudou inicialmente a invisibilizar e, mais tarde, a justificar a ocupação de território e a expulsão de cerca de 750 000 palestinos entre 1947 e 1949, período que ficou conhecido como *Nakba*, ou “Catástrofe”.

Não estamos perante um quadro eterno e cristalizado de masculinidade judaica e homossexualidade/fragilidade palestina, mas perante discursos hegemónicos que, ao construir o palestino como “Outro” sexual-racial, permitem organizar e maximizar

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

as vidas judaicas, ao mesmo tempo que deixam os corpos palestinos à mercê da eliminação, “imunizando” (Esposito, 2018), desta forma, território e população.

5. Homossexualidade Normativa e o “Outro” Sexual-Racial

Entre o final do século XX e o início do século XXI, assiste-se a uma gradual inversão de papéis. Até ao final do século XX, a dicotomia é feita entre uma homossexualidade poligâmica orientalizada, com vínculos a uma representação homoerótica e promiscua das subjetividades palestinas (e da região do Médio Oriente em geral), e uma heterossexualidade monogâmica saudável e não-erotizada das subjetividades judaico-sionistas (e do Ocidente em geral). Na transição para o século XXI, a dicotomia começa a ser feita entre uma homossexualidade normativa branca e ocidentalizada e uma homofobia patológica de subjetividades palestinas.

Esta mudança está relacionada com a apropriação positiva, por parte de subjetividades homossexuais, de uma categoria construída como patologia. Como referi anteriormente, categorias como homossexualidade são formadas a partir da construção de uma “verdade” sobre as coisas, neste caso, sobre o sexo. Essa “verdade” tem o propósito de produzir subjetividades normalizadas e enquadradas socialmente, dentro de um quadro de relações de saber-poder. Neste particular, Foucault (1994) questiona-se sobre a potencialidade de uma super-significação do sexo como ato de resistência, concluindo que, essa pretensa resistência apenas reproduz a mesma economia dos discursos da qual se quer libertar. Podemos dizer que, no caso das identidades *gay* e *lésbica*, uma apropriação e identificação positivas podem favorecer o reconhecimento de direitos, mas esse reconhecimento será sempre dentro de um quadro de relações de saber-poder que excluiu a homossexualidade como alteridade e patologia, ou seja, essa identificação poderá limitar um questionamento sobre as razões da exclusão e, de alguma forma, potenciar a sua reprodução.

John D’Emilio, em *Capitalism and Gay Identity* (1993), diz-nos que essa identificação com a categoria de homossexualidade pode ser localizada nos EUA e na Europa ocidental e que é produto do desenvolvimento histórico do capitalismo e do seu sistema de relações. Mais especificamente, o sistema de livre trabalho terá permitido, na segunda metade do século XX, uma identificação de subjetividades com uma categoria que funciona como significante para uma comunidade de organização política. D’Emilio

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o "Outro" sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

(1993) conecta também a formação de identidades *gay* e lésbica, nos EUA, com a ebulição em torno dos direitos sexuais no final dos anos 60, apresentando os Motins de Stonewall, em Nova Iorque (1969), como o evento político de referência.

Esta identificação com uma categoria determinada a partir de fora, teve, desde o início, o potencial de reproduzir as mesmas relações de saber-poder que produziram a exclusão do homossexual, como subjetividade sexual perversa. Lisa Duggan, em *The Twilight of Equality? Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy* (2003), articula precisamente esta preocupação. A autora refere que os anos 90 são uma era de rutura em termos de abordagem aos direitos políticos, por parte deste grupo identitário. Duggan (1993) refere que, de uma estratégia baseada em direitos civis, que reivindicava o direito à diferença e que formulava uma crítica ao sistema capitalista e à estrutura familiar de base heterossexual –como reprodutora do capital e do Estado-nação de base patriarcal– os movimentos *gay* e lésbico começaram a desmobilizar-se e a assumir uma postura profissionalizada e, de certa forma, corporativa. Em vez de se organizarem como movimentos sociais, começam a incluir uma retórica neoliberal e passam a adotar um modelo organizativo do tipo empresarial, contando com o apoio do poder central e das elites ricas, como estratégia de integração no sistema de relações de poder e suas instituições reprodutoras (como o exército e o casamento). A autora nomeia esta nova fase como homonormativa: “a politics that does not contest dominant heteronormative assumptions and institutions, but upholds and sustains them, while promising the possibility of a demobilizing gay constituency and a privatized, depoliticized gay culture anchored in domesticity and consumption [and redefining] gay equality against the “civil rights agenda” and “liberationism”, as access to the institutions of domestic privacy, the “free” market, and patriotism” (Duggan, 2003: 50-51).

No caso de Israel, os discursos/conhecimento sobre sexualidade, como demonstrei, sempre estiveram ligados a uma desejada integração no Ocidente, e no caso da integração de subjetividades *gays* e lésbicas, o caminho traçado foi semelhante. Como refere Ilany (2017), na transição do século XX para o século XXI¹⁴, a homossexualidade deixava de ser considerada um “vício oriental” e passava a ser identificada com um discurso ligado aos direitos humanos, difundido a partir do Ocidente. O autor, no

¹⁴ Por exemplo, até 1993, o exército israelita considerava os homossexuais uma ameaça à segurança da instituição (Ilany, 2017).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

seguimento de Jasbir Puar (2007), fala de uma homossexualidade branca e “americanizada”, que colocava Israel, mais uma vez, na linha da frente, como bastião da modernidade ocidental num Médio Oriente bárbaro, e agora, homofóbico. Puar (2007) refere que os discursos hegemónicos sobre terrorismo, que dominaram a esfera pública no pós-11 de setembro de 2001, e que impuseram uma nova divisão abissal entre civilizações “imaginadas”, restituíram também, e de modo instrumental, a cidadania nacional a algumas pessoas *gays* e *lésbicas*. A inclusão destas subjetividades, como patriotas e nacionalistas, resultou da estratégia de luta apontada por Duggan (2003) e ancorada na exacerbação de um “Outro” árabe-muçulmano, como alteridade radical. Uma inclusão assente em epistemologias raciais, que reproduz outros sexuais-raciais, agora de uma outra forma. Estas epistemologias funcionam como uma espécie de senso comum, presente nos discursos mediáticos¹⁵ –que naturalizam os palestinianos como homofóbicos patológicos e Israel como a “Mecca” da liberdade e da diversidade sexual, ocultando as relações de poder subjacentes a esses discursos– e, como afirma Puar (2010), na campanha governamental lançada em 2005 –ano em que termina a Segunda Intifada e é lançado o movimento social pelo Boicote, Desinvestimento e Sanções a Israel (BDS)– com o nome *Brand Israel*. Esta campanha promove Israel como destino *gay* e *lésbico* e procura expandir a imagem do país como “única democracia do Médio Oriente”. Ao mesmo tempo, tem como finalidade legitimar, aos olhos da comunidade internacional, crimes contra a humanidade cometidos contra os palestinianos e justificar a expansão do seu território como única garantia da segurança e bem-estar de subjetividades *gays* e *lésbicas* palestinianas. Este discurso oculta a impossibilidade dessas subjetividades não poderem pedir asilo político em Israel, ou seja, que estão excluídas desse território, como todas as subjetividades palestinianas (The Knesset, 1954 e 2003).

É possível afirmar que a representação de um “Outro” sexual-racial, como o palestiniano homofóbico patológico, essencializa de duas formas uma subjetividade

¹⁵ Um exemplo representativo destes discursos pode ser encontrado no *Forward*, um portal de notícias estado-unidense que tem como público-alvo a comunidade judaica dos EUA: *Al-Fatiha –which calls itself the principal international organization promoting the rights of lesbian, gay, bisexual and transgender Arabs– is located not in Beirut or Cairo, but in Washington, D.C. And no wonder: The international movement for the rights of lesbian, gay, bisexual and transgender people hardly exists inside the Muslim world [...] In fact, the only country in the Middle East in which gay people may safely leave the closet is Israel. Which is why, for gay Palestinians, Tel Aviv is Mecca* (Peratis, 2006).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

colonizada: por um lado, procura perpetuar uma representação orientalizado do “Outro” palestino como bárbaro, não-civilizado, não-moderno, antidemocrata e violador dos direitos humanos e, por outro, constrói um discurso de resgate de subjetividades *gays* e lésbicas, que pretende impor uma visão do mundo pretensamente universal em qualquer geografia¹⁶. Categorias binárias como homo-hetero, ou dicotomias civilizacionais entre Ocidente e Oriente, são apenas fronteiras impostas a partir de fora, que nunca produzirão liberdade e servirão apenas como instrumentos usados por Estados, dentro das suas fronteiras ou dentro do sistema internacional, para identificar, vigiar, domesticar, hierarquizar, legislar, punir e excluir determinadas subjetividades e/ou sociedades inteiras, controlando os seus desejos sexuais e decidindo quais as práticas ajustadas a uma sociabilidade saudável e quais as práticas passíveis de serem criminalizadas. Para a produção de subjetividades normativas existe sempre a necessidade de produzir “Outros”, não aceites pela sua diferença real ou imaginada, e a esses “Outros” é apenas permitido o potencial para serem o mesmo, ou seja, para se normalizarem, ou então ser-lhes-á reservada a “exclusão abissal” (Santos, 2009), que é também a exclusão radical da diferença. É esta produção de “Outros”, dentro de um quadro de relações de saber-poder, que permite justificar um pretense “avanço da civilização” ou, simplesmente, processos de ocupação territorial e limpeza étnica.

6. Conclusão

Este artigo surge a partir de uma inquietação, gerada pelos discursos simplistas – o artigo de Kathleen Peratis (2006) citado em cima é apenas um desses exemplos¹⁷ – que

¹⁶ Como já foi referido, tanto a sexualidade, como as categorias de homossexualidade e heterossexualidade, são produções especificamente europeias e/ou ocidentais, que foram desenvolvidas nesse contexto e fruto das relações de saber-poder que encontramos nesse espaço-tempo geográfico. Tais categorias e discursos chegaram a outros lugares através do encontro colonial e num quadro de hegemonia cultura do Ocidente. Por exemplo, Khaled El-Rouayheb, em *Before Homosexuality in the Arab-Islamic World, 1500-1800* (2009), refere que a construção de identidades relacionadas com o desejo e as práticas eróticas não se esgotam nas categorias ocidentais (e consequentemente, locais) de homossexualidade e heterossexualidade. O autor diz que, somente entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a visão sobre estes temas mudou no mundo árabe-islâmico, graças à adoção da postura e das conceções trazidas pela “Europa Vitoriana” colonial.

¹⁷ Para dar outro exemplo, chamo a atenção para o artigo escrito por Alina Dain Sharon, para a plataforma de notícias CJN, a 2 de julho de 2013, do qual apresento um excerto: «*Israel is an oasis in an otherwise barren Middle East for LGBT rights. A number of Palestinian LGBT individuals who experience*

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

apresentam um “Outro” palestino como subjetividade estática, alheia a complexidades e contradições, e a sociedade de que ele faz parte como homogênea. É ainda evidente que o trabalho não abarca todas as complexidades e a heterogeneidade de atores envolvidos num processo de colonização, que tem o seu momento marcante no ano de 1948 –falo, por exemplo, das diferentes correntes dentro do movimento sionista ou das diferentes visões políticas para uma Palestina livre. A intenção foi aprofundar e expandir a análise de Michel Foucault (1994), centrando-me na relação entre sexualidade e colonialismo e procurando expandir este campo de estudos.

Desta forma, questionei-me sobre a produção de discursos sobre um “Outro” sexual-racial e de que forma eles estão intimamente ligados a relações de saber-poder e a uma hegemonia cultural que o Ocidente procura impor ao “resto do mundo”, de modo a, por um lado, potenciar subjetividades normalizadas e, por outro, invisibilizar uma multiplicidade de conhecimentos que poderiam relegar o Ocidente ao seu caráter local e pôr em causa o seu pretensão universalismo. É importante referir que esta hegemonia cultural do Ocidente ajuda também a justificar a sua intervenção (seja ela política, económica ou militar) em territórios soberanos, de modo a levar aquilo a que chamou de “missão civilizadora”, agora transformada em “missão democrática” ou “ajuda humanitária”.

No caso israelita, esses discursos foram (e são) usados para justificar, por um lado, a ocupação de território palestino e, por outro, a “exclusão abissal” (Santos, 2009) de uma população palestina desumanizada. Foi importante perceber como o movimento sionista se apropriou, de certa forma, de um discurso antissemita como complexo para reabilitar a subjetividade judaica e a aproximar, de forma sistemática, a um ideal normativo, branco e ocidental. Para o fazer projetou, tanto na figura homogeneizada do judeu do exílio (um judeu visto como degenerado), como na figura do palestino, uma alteridade radical, que representava a oposição total do “novo judeu”. Esta construção, que apresenta o palestino como “Outro” sexual-racial, teve (e tem) o Ocidente como referência e a sua visão positivista e linear da história como inspiração.

Apenas compreendendo esta viagem dos discursos e da produção de subjetividades no Ocidente e na sua relação com outros lugares, é possível compreender

persecution seek asylum in Tel Aviv, a city that hosts an annual gay pride parade that attracts more than 100 000 people, and was voted “Best of Gay Cities 2011” in an American Airlines survey (Sharon, 2013).

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o “Outro” sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

a interdependência entre epistemologias raciais e sexuais. O caso sionista é fundamental, neste particular, porque demonstra como uma reabilitação conseguida dentro de um quadro de relações hegemónicas de saber-poder, que produz exclusões e patologias –falo da reabilitação do judeu e do seu percurso de subjetividade orientalizada, a subjetividade ocidentalizada–, tem o potencial de as reproduzir de outra forma. O último capítulo chama a atenção para esta contradição, agora no que diz respeito a uma identidade homossexual. A apropriação positiva de uma categoria (de qualquer categoria) produzida como resultado de uma produção de subjetividades normativas, potencia os mesmos processos de categorização, periferização e exclusão, algo evidenciado na imagem do palestino como homofóbico patológico. Assim, o problema central são as tecnologias de poder e o sistema de relações de saber-poder que produzem uma normatividade a partir de periferias e, dentro do qual, elas se reproduzem, seja como violência, seja como resistência.

Para terminar, relevo o potencial deste campo de investigação, que se abre com novos processos relativos àquilo que Lisa Duggan (2003) define como “homonormatividade”. A progressiva institucionalização de uma homossexualidade normativa e tudo o que isso pode representar, nomeadamente a identificação de um grupo identitário, que foi produzido como “Outro”, com uma narrativa exclusivista e racializada do Estado-nação. Como resposta a estes processos, uma perturbação e recusa do normativo e de qualquer categoria produzida dentro de um quadro de relações hegemónicas de saber-poder –que seria também a recusa de um sistema de categorização e uma fuga em direção à diferença e ao caos– poderia começar pela perturbação do próprio conceito de Estado-nação, que se constrói e se encerra a partir da construção de “Outros” e que, no seu limite, abre as portas a uma multiplicidade baseada na abolição da diferença e da pluralidade de experiências e práticas discursivas e não-discursivas.

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o "Outro" sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict (2012), *Comunidades Imaginadas*, traduzido por Catarina Mira, Lisboa, Edições 70 [Edição original, 1983].

AUTORIDADE BRITÂNICA (1936), “Criminal Code Bill, 1936”, *The Palestine Gazette*, no. 633, pp. 973-1067.

BENJAMIN, Walter (2017), *O Anjo da História*, traduzido por João Barrento, Lisboa, Assírio & Alvim.

BLEYS, Rudi (1993), “Homosexual Exile: The Textuality of the Imaginary Paradise, 1800-1980”, *Journal of Homosexuality*, vol. 25, n. 1–2, pp. 165–182.

BOATCĂ, Manuela; COSTA, Sérgio (2013), “Bodies and Borders: An Interview with Ella Shohat”, *Jadaliyya* [consulta em 03.01.2020]. Disponível em: <https://www.jadaliyya.com/Details/29824/Bodies-and-Borders-An-Interview-with-Ella-Shohat>.

BOONE, Joseph Allen (1995), “Vacation Cruises; Or, the Homoerotics of Orientalism”, *PMLA*, vol. 110, n. 1, pp. 89-107.

BOYARIN, Daniel (2000), “The Colonial Drag: Zionism, Gender, and Mimicry” in Fawzia Afzal-Khan e Kalpana Seshadri (org.), *The Pre-occupation of Postcolonial Studies*, Durham, Duke University Press, pp. 234–265.

D’EMILIO, John (1993), “Capitalism and Gay Identity” in Henry Abelove, Michèle Aina Barale, e David M. Halperin (org.), *The Lesbian and Gay Studies Reader*, Londres, Routledge, pp. 467–476.

DUGGAN, Lisa (2003), *The Twilight of Equality? Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy*, Boston, Beacon Press.

EL-ROUAYHEB, Khaled (2009), *Before Homosexuality in the Arab-Islamic World, 1500-1800*, Chicago, University of Chicago Press.

ESPOSITO, Roberto (2018), *Bios: biopolítica e filosofia*, traduzido por M. Freitas da Costa, Lisboa, Edições 70 [Edição original, 2004].

FOUCAULT, Michel (1994), *História da Sexualidade - I: A Vontade de Saber*, traduzido por Pedro Tamen, Lisboa, Relógio D’Água Editores [Edição original, 1976].

FOUCAULT, Michel (1998), “Nietzsche, a genealogia e a história” in Roberto Machado (org. e trad.), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Edições Graal, pp. 15-37 [Edição original, 1971].

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o "Outro" sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

HADDAD, Patrick (2017), "Occidental Gender Trouble and the Creation of the Oriental Sodomite", *Khol: A Journal for Body and Gender Research*, vol. 3, n. 2, pp. 184–195.

HAN, Enze; O'MAHONEY, Joseph P. A. (2018), *British Colonialism and the Criminalization of Homosexuality: Queens, Crime and Empire*, Londres, Routledge.

HERZL, Theodor (2011), *The Jewish State*, Kansas, Digireads.com [Edição original, 1896].

HUMAN RIGHTS WATCH; ARAB FOUNDATION FOR FREEDOMS AND EQUALITY (2018), *Audacity in adversity: LGBT activism in the Middle East and North Africa*, Nova Iorque, Human Rights Watch.

ILANY, Ofri (2017), "'An Oriental Vice': Representations of Sodomy in Early Zionist Discourse" in Achim Rohde, Christina von Braun, e Stefanie Schüler-Springorum (org.), *National Politics and Sexuality in Transregional Perspective: The Homophobic Argument*, Londres, Routledge, pp. 107–120.

KATZ, Jonathan (1995), *The Invention of Heterosexuality*, Nova Iorque, Dutton.

KIMMERLING, Baruch (1983), *Zionism and Territory: The Socio-territorial Dimensions of Zionist Politics*, Berkeley, University of California.

MASSAD, Joseph (2000), "The 'Post-Colonial' Colony: Time, Space, and Bodies in Palestine/Israel" in Fawzia Afzal-Khan e Kalpana Seshadri (org.), *The Pre-occupation of Postcolonial Studies*, Durham, Duke University Press, pp. 311–343.

MASSAD, Joseph (1996), "Zionism's Internal Others: Israel and the Oriental Jews", *Journal of Palestine Studies*, vol. 25, n. 4, pp. 53–68.

MOSSE, George L. (1985), *Nationalism and Sexuality: Middle-Class Morality and Sexual Norms in Modern Europe*, Madison, University of Wisconsin Press.

MOSSE, George L. (1998), *The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity*, Nova Iorque, Oxford University Press.

NORDAU, Max Simon (1968), *Degeneration*, traduzido por George L. Mosse, Nova Iorque, Howard Fertig [Edição original, 1892].

PERATIS, Kathleen (2006), "For Gay Palestinians, Tel Aviv Is Mecca", *The Forward* [consulta em 28.12.2019]. Disponível em: <https://forward.com/opinion/1125/for-gay-palestinians-tel-aviv-is-mecca/>.

PRATT, Mary Louise (1991), "Arts of the Contact Zone", *Profession*, pp. 33–40.

Bruno Alexandre Reis Costa - *(Homo)orientalismo: epistemologias sexuais e produção de discursos sobre o "Outro" sexual-racial na Palestina*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 240-263. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a12

PUAR, Jasbir (2007), *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*, Durham, Duke University Press.

PUAR, Jasbir (2010), "Israel's gay propaganda war", *The Guardian* [consulta em 05.01.2020]. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/jul/01/israels-gay-propaganda-war>.

SAID, Edward W. (2004), *Orientalismo*, traduzido por Pedro Serra, Lisboa, Cotovia [Edição original, 1978].

SANTOS, Boaventura de Sousa (2009), "Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes" in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, pp. 23-71.

SHAFIR, Gershon (1989), *Land, Labor, and the Origins of the Israeli-Palestinian Conflict, 1882-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.

SHALEV, Chemi (2019), "The Agony and the Ecstasy of Israel's Eurovision Extravaganza", *Haaretz* [consulta em 10.01.2020]. Disponível em:

<https://www.haaretz.com/israel-news/eurovision/.premium-the-agony-and-the-ecstasy-of-israel-s-eurovision-extravaganza-1.7256091>.

SHARON, Alina Dain (2013), "Israel, despite divided attitudes on LGBT rights, beats arab countries by a mile", *CJN* [consulta em 25.01.2020]. Disponível em:

<https://www.cjnews.com/news/israel/israel-despite-divided-attitudes-lgbt-rights-beats-arab-countries-mile>

SMOOHA, Sammy (2008), "The Mass Immigrations to Israel: A Comparison of the Failure of the Mizrahi Immigrants of the 1950s with the Success of the Russian Immigrants of the 1990s", *Journal of Israeli History*, vol. 27, n. 1, pp. 1-27.

THE KNESSET (1954), *Refugee Law and Policy: Israel*, [Consulta em 14.01.2020]. Disponível em: https://www.loc.gov/law/help/refugee-law/israel.php#_ftn38.

THE KNESSET (2003), *The Citizenship and Entry into Israel Law*, [Consulta em 14.01.2020]. Disponível em:

https://www.knesset.gov.il/laws/special/eng/citizenship_law.htm.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them.

The Influence of Zbigniew Brzezinski on the strategy game US and Them.

L'influence de Zbigniew Brzezinski sur le jeu de stratégie US and Them.

La influencia de Zbigniew Brzezinski en el juego de estrategia US and Them.

Diogo Trindade Alves Carvalho
Universidade Federal da Bahia
diogocarvalho_71@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho possui o objetivo de demonstrar importância do pensamento geoestratégico desenvolvido por Zbigniew Brzezinski e a sua influência para o desenvolvimento de videogames cujo enredo giram em torno de questões geopolíticas. Para isso analisaremos como as ideias de Brzezinski foram estruturadas e como os jogos refletem as principais diretrizes esboçadas por esse autor. O jogo escolhido foi The Us and Them, pois ele foi criado para simular o conflito entre a URSS e os EUA durante a guerra fria.

Palavras Chave: Brzezinski, jogo, geoestratégico, URSS, EUA.

Abstract: This work aims to demonstrate the importance of geostrategic thinking developed by Zbigniew Brzezinski and his influence for the development of video games whose plot revolves around geopolitical issues. For this, we will analyze how Brzezinski's ideas were structured and how the games reflect the main guidelines outlined by this author. The game chosen was The Us and Them, because it was created to simulate the clash between the USSR and the USA during the cold war.

Key Words: Brzezinski, games, geostrategic, USSR, USA.

Résumé: Ce travail vise à démontrer l'importance de la pensée géostratégique développée par Zbigniew Brzezinski et son influence pour le développement de jeux vidéo dont l'intrigue tourne autour des enjeux géopolitiques. Pour cela, nous analyserons comment les idées de Brzezinski ont été structurées et comment les jeux reflètent les principales lignes directrices décrites par cet auteur. Le jeu choisi était The Us and Them, car il a été créé pour simuler le conflit entre l'URSS et les États-Unis pendant la guerre froide.

Mots clés: Brzezinski, jeux, géostratégique, URSS, USA.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo demostrar la importancia del pensamiento geoestratégico desarrollado por Zbigniew Brzezinski y su influencia para el desarrollo de videojuegos cuya trama gira en torno a cuestiones geopolíticas. Para esto, analizaremos cómo se estructuraron las ideas de Brzezinski y cómo los juegos reflejan las pautas principales esbozadas por este autor. El juego elegido fue The Us and Them, porque fue creado para simular el conflicto entre la URSS y los EE. UU durante la guerra fría.

Palabras Clave: Brzezinski, juego, geoestratégico, URSS, EE. UU.

Zbigniew Brzezinski e as suas contribuições teóricas e políticas para atualização da política de contenção e de disputa pela hegemonia na Eurásia.

O pensamento geoestratégico norte-americano, influenciado pela escola realista das relações internacionais, possui uma trajetória de continuidade, assimilação e aplicação prática das teorias que objetivavam uma interpretação histórica do mundo, a

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

partir de um conflito perene entre potências insulares e potências continentais pelo controle da hegemonia geopolítica da Eurásia. Durante o nosso trabalho, também pretendemos demonstrar que a conjuntura geopolítica atual estimulou que houvesse uma retomada das pesquisas acadêmicas com foco sobre os clássicos da literatura de grande estratégia e que isso gerou reflexos no setor de produção dos *videogames*.

«Na paisagem intelectual norte-americana, a literatura da grande estratégia constitui um domínio próprio, distinto da história diplomática ou da ciência política, embora possa ocasionalmente recorrer a elas. Suas fontes estão na elite da segurança do país, que se estende da burocracia e da academia para fundações, *think tanks* e a mídia. Nesse meio com suas colocações no Conselho de Relações Exteriores; na Faculdade Kennedy, de Harvard; no Centro Woodrow Wilson, em Princeton; na Faculdade Nitze, da Universidade Johns Hopkins; na Faculdade de Guerra Naval, na Universidade de Georgetown; nas Fundações Brookings e Carnegie; nos Departamentos de Estado e de Defesa; sem falar no Conselho de Segurança Nacional e na CIA –, as posições são facilmente intercambiáveis, com os indivíduos em movimento contínuo, indo e vindo de cadeiras universitárias ou *think tanks* e gabinetes governamentais, em geral, independentemente do partido no controle do governo» (Anderson, 2015: 97).

Perry Anderson foi cirúrgico ao conceituar o campo de atuação dos autores que estão relacionados à literatura de grande estratégia: Alfred Mahan, Halford Mackinder, Nicholas Spykman, George Kennan e Zbigniew Brzezinski. Por isso que a análise de determinados jogos que abordam questões estratégicas, fontes de nossa investigação, deve ser precedida pelo exame das produções teóricas dos autores que contribuíram para o desenvolvimento desse campo específico, categorizado por Anderson como singular, e que não pode ser confundido com a história diplomática e nem com ciência política.

Zbigniew Brzezinski nasceu em 1928, na Polônia. Seu pai foi diplomata de carreira e serviu em vários países durante os anos 1920 e 1930. Isso permitiu que Brzezinski entrasse em contato com um momento muito sensível da geopolítica mundial e testemunhar, ainda que muito jovem, a ascensão do nazismo. Seu pai foi transferido para o Canadá em 1938 e, Brzezinski viveu lá até 1950, onde ele concluiu a graduação. Sua mudança para os EUA aconteceu em 1950, país no qual ele desenvolveu uma extensa carreira acadêmica dedicada à geopolítica e à soviétologia.

Os primeiros trabalhos de impacto publicados por Brzezinski, procuraram estabelecer modelos explicativos do funcionamento das sociedades consideradas por ele como totalitárias. Apesar de utilizar a Alemanha hitlerista como um dos exemplos de sociedades totalitárias, Brzezinski concentrou seus esforços no desenvolvimento de um

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

conceito sobre totalitarismo que explicasse as características da sociedade soviética, enquadrando-a, portanto, na categoria de sociedades totalitárias. Um segundo bloco é formado por obras que possuem o objetivo de analisar o quadro geopolítico e a promoção de reflexões sobre a geoestratégia norte-americana frente aos desafios do conflito. Tal divisão é amplamente conhecida e já foi proposta por pesquisadores brasileiros, a exemplo de Cristina Soreanu Pecequilo.

«Avaliando a obra de Brzezinski do ponto de vista da reflexão geopolítica, esta se inicia a partir de sua especialização em estudos soviéticos nos anos 1950/1960, seguindo-se análises sobre os Estados Unidos, a Eurásia e os fenômenos estatais e transnacionais da política mundial, e a implementação prática destas agendas quando de sua passagem pela Casa Branca» (Pecequilo, 2017: 564).

O totalitarismo, para Brzezinski, foi um fenômeno político exclusivo do século XX. Ele fundamentou essa afirmação a partir das suas conclusões acerca do absolutismo e do despotismo, que segundo a sua reflexão, foram fenômenos conservadores. Já o totalitarismo, foi interpretado por ele como um fenômeno produzido a partir de situações políticas revolucionárias, que impactavam em diversos aspectos da vida social a partir de reorientações ideológicas, bem como implicavam na mobilização total de capital humano e material com vistas à reconstrução social, a fim de atingir propósitos ideológicos pré-determinados. Nesse sentido, ao comparar esses modelos, ele o fez para refletir que o sentimento de mudança para o presente e para o futuro era a principal característica, mas não a única, dos sistemas totalitários. Assim, com o controle dos aparelhos ideológicos de Estado e de seu sistema coercitivo, o sistema totalitário, não buscava, segundo Brzezinski, somente a reconstrução institucional de setores da sociedade, mas também a ressignificação das mentes e das consciências dos habitantes desse sistema.

«Os antigos despotismos e absolutismos eram, em certo sentido, altamente conservadores. Embora frequentemente aparecendo como forças progressistas e até revolucionárias, elas se tornaram quase em virtude da necessidade essencialmente conservadoras uma vez que o poder foi deles. A essência de sua existência era o poder, e seu exercício visava a preservação do sistema dominante. Ordem e tranquilidade interna eram as marcas registradas de um despotismo bem-sucedido – não rápidas mudanças sociais. O fenômeno da mudança interna drástica, planejada para se estender para além

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them.* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

do futuro imediato, é a característica mais marcante do que hoje é chamado totalitarismo (Brzezinski, 1956: 2-3)» (tradução nossa)¹.

Para Brzezinski, tal situação também implicava na aniquilação de toda forma de oposição e na total submissão do sujeito aos ideais pregados pelo Estado e pelo Partido. Ele chegou a afirmar que a adesão do sujeito ao modelo totalitário significaria a robotização do indivíduo frente ao maior desafio ao homem criado no século XX, representado pelo totalitarismo.

«O impacto total das mudanças revolucionárias, econômicas e sociais, lançadas em vários países por movimentos políticos disciplinados e ideologicamente orientados, tem dado ao século XX uma nova forma de comunidade política conhecida como totalitarismo. A mobilização completa de todos os recursos humanos e materiais e a insistência dogmática na pulverização de toda oposição em prol de objetivos ideologicamente proclamados de reconstrução social produziram esse impacto social total que faz do totalitarismo um tipo verdadeiramente único de sistema político. Esse sistema exige de todos os seus habitantes a estrita adesão aos padrões de comportamento que considera necessários para a realização das tarefas grandiosas às quais o movimento totalitário é dedicado. (Brzezinski, 1956: 1-2)» (tradução nossa)².

Em *The Permanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism* (1956), Brzezinski, fundamentou as bases da sua concepção sobre o modelo soviético, que influenciou todos os seus estudos posteriores, inclusive os principais dedicados ao exame da geopolítica. Desse modo, a reflexão sobre a política de contenção realizada por Brzezinski, só pode ser compreendida se levarmos em consideração as premissas teóricas expressas em *The Permanent Purge*.

¹ No original: *Old despotisms and absolutisms were in a sense highly conservative. Although frequently springing up as progressive and even revolutionary forces, they became almost by virtue of necessity essentially conservative once power was theirs. The essence of their existence was power, and its exercise was aimed at the preservation of the ruling system. Order and internal tranquility were the trademarks of a successful despotism — not rapid social changes. The phenomenon of drastic internal change, planned to extend into more than the immediate future, is the most outstanding feature of what today is called totalitarianism.* (Brzezinski, 1956: 2-3.)

² No original: *The total impact of revolutionary changes, both economic and social, launched in several countries by ideologically oriented and disciplined political movements, has given the twentieth century a new form of political community known as totalitarianism. The complete mobilization of all human and material resources and the dogmatic insistence on the pulverization of all opposition for the sake of ideologically proclaimed goals of social reconstruction have produced this total social impact which makes totalitarianism a truly unique type of political system. This system requires from all of its inhabitants the strictest adherence to the standards of behavior it considers necessary for the achievement of the grandiose tasks to which the totalitarian movement is dedicated.* (Brzezinski, 1956: 1-2.)

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

Assim, obras basilares para se entender o pensamento geoestratégico de Brzezinski, tais como EUA-URSS: O Grande Desafio, cujo título em inglês é *Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the Us Soviet-Contest* (Brzezinski, 1986), e *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives* (Brzezinski, 1997), possuem influência, em toda a sua concepção, relativa ao conceito de totalitarismo criado por Brzezinski em *The Permanent Purge*, cuja a URSS era o principal exemplo a ser tratado. No livro “EUA-URSS: O Grande Desafio” (Brzezinski, 1986), Brzezinski retomou uma longa tradição teórica de como a URSS deveria ser contida pelos EUA na Eurásia. Trata-se de um livro de análise geopolítica e da geoestratégia norte-americana para um confronto que, segundo Brzezinski, iria perdurar por muitos anos. É importante ressaltar que, mesmo ciente da estagnação econômica da URSS durante a década de 1980, Brzezinski acreditava que o regime ainda duraria por muito tempo.

«Este livro se baseia numa proposição basilar: o confronto americano-soviético não é uma aberração temporária, mas uma rivalidade histórica que continuará a existir por muito tempo. Esta rivalidade tem alcance global, mas possui claras prioridades geopolíticas e, para prevalecer, os Estados Unidos devem enfrentá-la com base numa perspectiva estratégica ampla e consistente. Este livro, portanto, não é uma argumentação sobre os males do sistema soviético comparados com os méritos da democracia americana, mas um guia prático para a ação» (Brzezinski, 1986: 9).

A citação acima é bastante elucidativa sobre o caráter do livro e as prioridades do autor ao escrevê-lo. O livro não buscou comparar os sistemas soviéticos e norte-americanos, pois o autor, de certa forma, já tinha realizado essa tarefa em *The Permanent Purge*, logo, nesse trabalho, Brzezinski focou em uma perspectiva estratégica para a disputa da Eurásia a partir dos *fronts*, considerados por ele como essenciais para a contenção soviética e a manutenção do controle dos extremos eurásianos pelos EUA ou pelos seus aliados. É impossível não nos remetermos a Nicholas J. Spykman e a Halford John Mackinder, pois esses autores exerceram grande influência sobre Brzezinski e sua concepção geoestratégica. Ao propor que os EUA possuíssem o direito de intervenção na Eurásia, Brzezinski não ignorou que essa prerrogativa era global. Ele inclusive analisou o impacto de uma provável guerra espacial entre as duas potências, que teria consequências no xadrez principal jogado na Eurásia. Brzezinski também refletiu que as armas nucleares deram uma nova dimensão ao conflito da Guerra Fria, pois dessa vez, em virtude das bombas atômicas, o confronto não poderia ser resolvido através da clássica

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

guerra aberta entre a URSS e os EUA, pois isso levaria à destruição mútua. Assim, para Brzezinski, o confronto tinha se transformado em um “jogo”, onde: “Não perder é o principal objetivo, acumular pontos de acordo com seu próprio sistema de contagem (ou de valores) é o segundo, predominar é a última, mas distante meta” (Brzezinski, 1986: 10). Ao propor a estratégia para o “jogo”, Brzezinski enfatizou a natureza histórica do conflito e procurou demonstrar, ao longo do primeiro capítulo, o caráter imperial dos EUA e da URSS, a partir das suas constituições históricas e das suas posições de poder. É claro que a ênfase do autor se deu em elementos históricos contemporâneos, principalmente o processo histórico que envolveu o equilíbrio de poder após a Segunda Guerra Mundial. Apesar de aceitar que o conflito é resultado da falência do sistema internacional, regido essencialmente pelas nações europeias, ele não considera a URSS uma nação essencialmente europeia. Brzezinski escreveu que tanto a URSS quanto os EUA ainda representavam o clássico conflito entre um poder continental e um poder marítimo.

«Embora o conflito envolvesse novos participantes, ele era ainda o legado do velho, quase tradicional, e certamente geopolítico, choque entre uma potência oceânica e uma potência continental. Os Estados Unidos, neste sentido são os sucessores da Grã-Bretanha (e, anteriormente, da Espanha ou Holanda) e a União Soviética, da Alemanha nazista (e, anteriormente, do Império alemão ou da França napoleônica)» (Brzezinski, 1986: 20).

O caráter imperial do conflito foi debatido por Brzezinski, no sentido de apontar que ambos os polos dominantes da Guerra Fria já eram impérios antes do término da Segunda Guerra, cujas consequências agudizaram as características imperiais dos Estados Unidos e da União Soviética. Brzezinski escreveu, que tanto a URSS quanto os EUA eram imperialistas, pois o poder de ambos fluía dos seus centros políticos em direção aos seus aliados. Apesar de igualar ambos os países como impérios, ele advogou uma certa neutralidade do uso do termo, porque isso poderia levar ao leitor à uma noção de “equivalência moral” (Brzezinski, 1986: 24) entre o sistema soviético e o modo de vida americano. Brzezinski concebeu a diferença moral entre os dois sistemas a partir do “modo como o poder imperial é exercido” (Brzezinski, 1986: 24), o que demonstrava, segundo a perspectiva do autor, diferenças irremediáveis. É evidente, durante a leitura do livro, a conclusão de Brzezinski sobre a forma como os soviéticos exerciam o poder imperial, mais violenta e autoritária, quando comparada à maneira como os EUA

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them.* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

construíram seu império. Para ele, a URSS absorveu todas as características do império czarista relativas à geoestratégia de anexação, em função da insegurança que as fronteiras russas, não tão bem definidas, geravam na classe dirigente.

«A ausência de fronteiras nacionais claramente definidas tornou a expansão territorial o caminho óbvio para garantir a segurança, com tal expansão alimentando, por si, novos conflitos, novas ameaças, e assim um novo impulso expansionista ainda maior. Então, começou um inexorável ciclo histórico: a insegurança gerava expansionismo; o expansionismo alimentava a insegurança; a insegurança, por sua vez, reativava o expansionismo» (Brzezinski, 1986: 25).

Brzezinski não dedicou o mesmo tratamento crítico ao imperialismo norte-americano, quando o comparou ao russo. Para ele, apenas na conquista dos territórios mexicanos, a expansão do império norte-americano poderia ser comparada à história russa. O expansionismo norte-americano na fase do destino manifesto é descrito como uma consequência do seu poder naval, justificado ideologicamente pelo ideal de liberdade liberal e pujança econômica dos EUA³. Assim, tal expansão global do imperialismo norte-americano não foi acompanhada da percepção dos americanos sobre a natureza imperial da sua política externa, pois tanto a direita quanto a esquerda norte-americana avalizavam intervenções em assuntos de outros países como um direito dos EUA: “Ambas as visões, contudo, consideram como um direito dos Estados Unidos a utilização do seu poder para interferir nos assuntos internos de outra nação” (Brzezinski, 1986: 32). Brzezinski também relativizou uma grande parte das agressões norte-americanas que ajudaram a formatar o contexto geopolítico das áreas de influência do império norte-americano, pois segundo o autor, uma pseudo capacidade de tomar decisões em consenso, enfraqueceu a noção sobre a sua influência imperial. Assim, o sistema imperial estadunidense é um sistema de tradições democráticas, cujas decisões são consensuais: “A tendência democrática da América, no sentido de tomar decisões consensuais mitigou sua dominação política, econômica e militar” (Brzezinski, 1986: 33).

Em suma, a análise de Brzezinski sobre o império norte-americano, trata-se de uma defesa do direito norte-americano de espalhar seu modo de vida através do globo, tendo em vista sua hipotética natureza democrática, sua abertura para imigração, que

³ Para compreender melhor a interpretação que Brzezinski possui sobre o imperialismo norte-americano ver: (Brzezinski, 1986: 30-32.)

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

deixariam seu poder imperial menos agressivo e afeito a imposições, ao contrário dos soviéticos, dotados de uma “consciência imperial grão russa”, que os impelia à conquista territorial de outros povos. Os motivos para que a Eurásia seja o centro das operações geoestratégicas dos EUA podem ser resumidos assim: maior população do globo, maior reserva de recursos naturais, maior extensão territorial do planeta e capacidade de projeção de poder em direção aos outros continente. Todas essas características reunidas na Eurásia e, o fato de que, a URSS ocupava a maior parte do território eurasiático, levaram os estrategistas norte-americanos, como Brzezinski, a estabelecerem como prioridade a contenção soviética a partir de frentes regionais de contenção. As três frentes regionais de contenção ao avanço soviético estavam localizadas na Europa ocidental, no extremo oriente e na região do oriente médio e adjacências, incluindo o Afeganistão, Paquistão e Irã. Para os EUA era vital que houvesse a manutenção das posições norte-americanas nesses países, pois tais enclaves impediam que os soviéticos conquistassem territórios que permitiriam o acesso para os mares quentes com importantes rotas de comércio, bem como outras variáveis relacionadas à cooperação que esses Estados poderiam ter com a URSS. A manutenção das posições geopolíticas, tanto dos Estados Unidos, quanto da URSS, dependia da influência das potências sobre “Estados Pivôs”, ou “Estados Pinos” (Brzezinski, 1986: 61), a depender da tradução. Vale lembrar que isso também era de vital importância para Spykman e Kennan.

«Esses Estados Pinos são a Polônia e a Alemanha na Frente Ocidental; a Coreia do Sul e as Filipinas na frente oriental; e o Irã, ou a combinação do Afeganistão e do Paquistão na frente sudoeste. A dominação soviética da Polônia é fundamental para o controle de Moscou sobre a Europa Oriental, e a subordinação ou sedução da Alemanha Ocidental modificaria o equilíbrio na Europa em favor da Rússia. A dominação Soviética da Coreia do Sul e das Filipinas fecharia o cerco sobre a China, ameaçando diretamente a segurança do Japão através da Coreia, e ameaçaria a vital rota marítima entre as Filipinas e o Japão. A dominação soviética do Irã, ou do Afeganistão e Paquistão, daria a Moscou o controle do acesso ao Golfo Pérsico ou a sua presença no Oceano Índico, de onde o poder soviético poderia ser lançado a áreas vulneráveis, a sudoeste e a sudeste» (Brzezinski, 1986: 62).

Segundo a tese de Brzezinski, e que de certa forma foi bem-sucedida, a vitória dos EUA na Guerra Fria não seria possível através do conflito militar, mas pelo asfixiamento geopolítico da URSS através de regiões estratégicas que já foram citadas ao longo desse trabalho. O controle dessas posições era crucial para que os EUA mantivessem sua

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

estratégia de cerco de longo prazo. É importante ressaltar que a ênfase nessas três regiões não exclui a atuação das duas superpotências em áreas consideradas de baixa importância geopolítica, mas que podem servir para o acúmulo de força e para a desestabilização de aliados, cujas ressonâncias em áreas cruciais poderiam ser devastadoras.

«Os dois contendores globais dominam, cada um, regiões circunvizinhas que são verdadeiras bombas-relógio geopolíticas. A atividade revolucionária, por um lado, e a resistência política, por outro, desafiam as duas potências dominantes. Mas pelo fato de tal inquietação ocorrer tão próxima dos próprios centros imperiais, os principais rivais são bastante cautelosos em não cometerem nenhuma provocação excessiva ao outro. As duas regiões dominadas, porém, vulneráveis, são a América Central e a Europa Oriental» (Brzezinski, 1986: 86).

Os termos, que resultariam na derrota dos EUA ou na sua vitória, dependeriam de um empate estratégico dos EUA com a URSS, pois segundo Brzezinski, a única esfera em que a URSS ainda poderia competir com os EUA, era a esfera militar. Na sua interpretação do conflito, naquele momento histórico, no campo econômico e ideológico-cultural os soviéticos já estavam ultrapassados pelos EUA.

«Para os Estados Unidos, não ser derrotado no confronto soviético-americano é vencer; para a União soviética, não vencer significa derrota. Esta vantagem assimétrica dos americanos é inerente ao caráter unidimensional do desafio soviético. Para a Rússia, que não é mais verdadeiro competidor ideológico, e ainda menos tecnológico, o proclamado “inevitável triunfo do socialismo” ficou reduzido à consecução de uma superioridade militar que seja evidente e politicamente decisiva. Não conseguir alcançar esta meta significa ficarem para trás em todos os campos» (Brzezinski, 1986: 256).

Tal afirmação acima resume os objetivos da política de contenção aos soviéticos que os EUA formularam ao longo da segunda metade do século XX e que podemos afirmar que, de certa forma, ela foi bem-sucedida, tendo em vista a autodissolução da URSS, em 1991. Esse fato revela que os estrategistas norte-americanos tiveram méritos em impedir que a URSS vencesse o conflito através das suas aspirações geoestratégicas. Nas próximas páginas analisaremos se *Us and Them* possui influências dessa escola de pensamento geoestratégico no seu enredo, no seu *design*, na arquitetura e na maneira como a inteligência artificial se comporta. Além disso, verificaremos se a vitória dos EUA nesse jogo requer o uso dos pressupostos geopolíticos expostos por Brzezinski, ou seja, é necessário conter geopoliticamente a URSS na Eurásia para os EUA alcançarem a vitória?

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

Crítica externa: *Us and Them*

- **Classificação do game:** *Us and Them* é um jogo de estratégia em turnos, lançado pelo estúdio grego *Icehole*.

- **Análise da plataforma:** o jogo foi lançado para Windows 7, 8, 9 ou XP. O Processador recomendado foi o Pentium 4, 512 MG de RAM e 300 MG de espaço disponível em disco rígido.

- **Descrição do enredo:** o jogo começa em 1965, com o mundo dividido em áreas de influência norte-americanas e soviéticas. O próprio título do jogo já indica que o enredo procurou refletir o cenário histórico da Guerra Fria. Durante as partidas é possível escolher entre jogar com a URSS ou com os EUA. Ao escolher uma das nações é possível intervir nos países a partir de ações de desestabilização que variam: sabotagens, espionagem, golpe militar, assassinatos, reconhecimento e coleta de informações. O jogo conta com alguns personagens históricos como Henry Kissinger e Che Guevara. O objetivo do *game* é atrair países para a esfera de influência dos soviéticos ou para a esfera de influência da OTAN.

- **Resgate da cronologia da obra:** não existe nenhuma informação que possa ser acessada, tanto no site do jogo, quanto na *Steam* que possa ser utilizado para reconstruir a cronologia da obra, cujo lançamento, ocorreu em 8 de março de 2010.

- **Verificar a influência de outra narrativa artística como quadrinhos, literatura, teatro, cinema:** trata-se do uso de material audiovisual de propaganda produzido pelos EUA e pela URSS. Isso acontece no início de cada partida, após o jogador escolher um dos lados do conflito. Há duas opções: campanha capitalista ou campanha comunista. Quando se opta por um dos lados, o jogador é direcionado para uma tela onde um filme é exibido. Quando escolhemos o lado capitalista, o filme exibido é um recorte de trechos de uma série de filmes de propaganda produzidos pelos EUA, porém a maioria dos *frames* foi retirada das produções semanais para TV, denominados “The American Adventures”⁴, que visavam doutrinar os cidadãos norte-americanos contra o comunismo, através da hipervalorização da representação dos valores da sociedade norte-americana. Estes filmes eram apresentados pelo Dr. Clifton L. Ganus. Junior, Professor de História e de estudos

⁴ THE AMERICAN Adventures. (1955), Direção: George S Benson. Searcy: National Education Program Workshop, [Consulta em 10/06/2019]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dYuXzZszR94>>.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

bíblicos da *Harding University*. Ele também foi responsável por noticiar o filme exibido em *Us and Them*, contudo o conteúdo audiovisual mostrado em *Us and Them* não é somente da série “*The American Adventures*” Além disso, há alguns trechos de outros filmes, tais como “*Communism*”⁵, lançado, em 1952, e que foram elaborados para criticar o comunismo. No clipe exibido antes das partidas não há nenhuma indicação de que os *frames* foram retirados das produções citadas acima. Para detectar, rastreamos e identificamos os *frames* e fomos comparando com os vídeos disponibilizados na internet sobre o tema. O discurso apresentando no *frame* de *Communism* e incorporado ao jogo contribui com a nossa hipótese relativa à influência da política de contenção sobre o enredo de alguns jogos de estratégia e retratam o comunismo.

«Mas nas primeiras eleições italianas do pós-guerra, os comunistas criaram desordem na tentativa de ganhar o controle do governo. Mais uma vez, lembrou-se ao mundo que a ideia básica do comunismo é o plano da Revolução Mundial e que o comunismo russo foi além desse plano para alcançar o domínio do mundo através da agressão. Na Indochina e na Malásia, as agressões comunistas incitaram rebelião contra o governo estabelecido. Na França, as agressões comunistas desencadearam greves contra indústrias essenciais e tentaram desacreditar o governo livre. No Irã, incitaram tumultos, pregaram e desacreditaram as nações ocidentais. No leste da Alemanha, eles se opuseram abertamente ao Ocidente. Na China, os comunistas estabeleceram seu próprio governo fantoche. Na Coreia, a agressão comunista entrou em combate real com as forças das Nações Unidas. (Smart, 1952)» (tradução nossa)⁶.

Os trechos abordam a perspectiva norte-americana de que o comunismo deveria ser contido, pois estava se espalhando pelo mundo através de revoluções violentas. O narrador ressalta que a expansão do comunismo estava atingindo áreas de importância estratégica, tais como: França, Itália, Alemanha, Malásia, Indochina, Coreia e Iran. Essas

⁵ COMMUNISM. (1952), Direção: David A. Smart. Glenview: Coronet Instructional Films, 1952, [Consulta em 10/06/2019]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bvcLwcRR10k>

⁶ Esse trecho está no jogo, porém, faz parte do filme “Communism”, como colocamos acima. Os audios e imagens foram comparados e são idênticos. No Original: *But in the first post war Italian elections the communists created disorder in an attempt to gain control of the government. Once more the world was reminded that basic in the idea of communism is the plan of world Revolution and that Russian communism has stepped beyond that plan to achieve world domination through aggression. In Indochina and Malaya communist aggressions has incited rebellion against established government. In France Communist communist aggressions has formatted aggression strikes against essential industries and attempts to discredit the free government. In Iran have incited rioting and have preached and distrust the western nations. In eastern Germany they have openly opposed the West. In China the communists have stablished their own puppet government. In Korea communist aggression has come in to actual combat with forces of the United Nations. Ibid.*

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

áreas eram consideradas vitais aos interesses norte-americanos na Eurásia. O filme ainda sugere que os contribuintes norte-americanos estavam pagando as mais altas taxas de impostos para proteger o mundo da ameaça soviética. Ao que parece, os produtores não sabiam sequer o nome correto dos líderes soviéticos, pois ao retratarem Vladimir Ilyich Ulyanov, o chamaram de “Nicolau Lênin”. A partir dessas influências externas, o enredo do jogo, induz o jogador a instituir uma tática que contenha a expansão do comunismo nas áreas citadas no prelúdio da ação, pois o material de propaganda exposto pelos desenvolvedores destacou esse fator. Vale dizer, que o filme exibido em *Us and Them* não possui indicações de quais obras seu conteúdo tinha sido retirado, a identificação se deu através de nossas pesquisas, pois desconfiamos da fonte e dos cortes entre as cenas. Quando escolhemos a campanha comunista, também é exibido um filme que, do mesmo modo que o construído pela campanha capitalista, foi feito a partir de uma série de colagens de filmes soviéticos. Esse clipe é formado por alguns *frames* dos filmes de propaganda jornalística exibidos pelo Estado soviético para provar avanços tecnológicos, educacionais e pequenos trechos de obras de diretores soviéticos, a exemplo dos últimos trechos de “Outubro”, em 1927, clássico filme dirigido por Eisenstein.

Figura 1. *Frame* Retirado de *Us and Them* e que faz parte da obra *Outubro* (1927).



Fonte: *Us and Them*⁷.

⁷ US AND THEM. Chalkida: Icehole Games, 2010. [Acesso em 10/05/2019]. Disponível em: https://store.steampowered.com/app/281350/US_and_THEM/.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

- **Influência do Estado ou de outros agentes externos sobre os desenvolvedores do game: cronologia do desenvolvimento tecnológico:** Consta no *site* da *Icehole*, estúdio desenvolvedor do jogo, que a empresa recebeu financiamento de vários fundos fomentadores da cultura e inovação.

«O QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) 2007-2013 constitui o documento de referência para a programação dos fundos da União Europeia a nível nacional para o período 2007-2013. Foi elaborado no âmbito da nova abordagem estratégica da política de coesão da União Europeia, segundo a qual o QREN “... assegura que a assistência dos fundos é consistente com as orientações estratégicas da Comunidade em matéria de coesão e identifica a ligação entre as prioridades comunitárias, por um lado, e o programa nacional de reformas, por outro (tradução nossa)»⁸.

Figura 2. *Print* do site do Estúdio *Icehole* com as informações referentes ao apoio estatal que o estúdio recebeu.



Fonte: *Icehole*⁹.

⁸ No Original: *The NSRF (National Strategic Reference Framework) 2007–2013 constitutes the reference document for the programming of European Union Funds at national level for the 2007–2013 period. It was elaborated within the framework of the new strategic approach to the Cohesion Policy of the European Union, according to which NSRF “...ensures that the assistance from the Funds is consistent with the Community strategic guidelines on cohesion and identifies the link between Community priorities, on the one hand, and the national reform program, on the other.* WHAT is the National Strategic Reference Framework? Hellenic Republic: Ministry of Economy Development & Tourism. 2010. Atenas. [Consulta em 07/06/2019]. Disponível em: <<https://2007-2013.espa.gr/en/Pages/staticWhatIsESPA.aspx>>.

⁹ ICEHOLE. Official Website. Página Inicial. Grécia: Icehole, 2014. [Consulta em 07/06/2019]. Disponível em: <<http://iceholegames.com/>>.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

Tais recursos vieram do governo da Grécia e da União Europeia (UE), através do acesso grego aos fundos de investimento da União Europeia. Tais incentivos exigiam dos governos europeus, dentre eles a Grécia, a elaboração de um documento, intitulado *National Strategic Reference Framework*. Esse, por sua vez, balizou os investimentos nos países da UE que obtiveram acesso a esse tipo de fundo e que fizeram reformas neoliberais exigidas por Bruxelas.

- **Análise dos custos de produção e das fontes de financiamento:** não tivemos acesso ao valor do capital investido no jogo, mas já sabemos, que recebeu financiamento indireto de recursos do Governo da Grécia e da União Europeia.

- **Análise de elementos pré-lançamento como: teaser, trailer, memes, gifs e outras expressões midiáticas sobre o game.** No canal da *Icehole* no *youtube* não existe nenhum filme que possa ser chamado de *teaser* ou *trailer*, mas sim, filmes que fazem parte do jogo, como analisamos acima, no tópico referente à influência fílmica no desenvolvimento do jogo. O canal também contém outros materiais audiovisuais que fazem parte do jogo, a exemplo dos filmes que encerram a partida em caso de vitória dos EUA ou da URSS.

Figura 3. *Frame* do vídeo relativo à vitória dos EUA em *Us and Them*.



Fonte: *Us and Them*¹⁰.

¹⁰ US AND THEM. Chalkida: Icehole Games, 2010. [Acesso em 10/05/2019]. Disponível em: https://store.steampowered.com/app/281350/US_and_THEM/.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

Figura 4. *Frame* do vídeo que é transmitido após a vitória dos EUA.



Fonte: *Us and Them*¹¹.

O filme que é exibido a partir da vitória dos EUA é colorido, todos os outros são em preto e branco e contém cenas de arquivos relativas a desintegração da URSS, tais como: a retirada da bandeira da URSS do mastro do Kremlin, a derrubada do muro de Berlim, a retirada das estátuas de Lênin e cenas de verdadeiro louvor ao modo de vida norte-americano, a exemplo de crianças sendo abraçadas por integrantes da marinha, crianças jogando beisebol, militares norte-americanos prestando continência para a bandeira estadunidense e outras imagens apologéticas. No caso de vitória dos soviéticos, os produtores escolheram um curta metragem de propaganda anticomunista norte-americano, produzido durante a Guerra Fria e que é cheio de estereótipos sobre uma provável vitória do comunismo nos EUA e seus impactos para a classe trabalhadora. O título do filme é: *Our Hands, Part 3: How to Lose What We Have (1950)*. O seu enredo abordou a vitória eleitoral de um governo comunista, que planejava estatizar a produção e planificar a economia dos EUA e como isso transformaria a vida para pior, principalmente dos trabalhadores. Esses últimos, por sua vez, teriam que se mudar de suas casas para outros Estados e cidades para atender às necessidades do partido, então no poder, que iria implementar o “*master plan*”: conjunto de ações que reorganizaria a

¹¹ US AND THEM. Chalkida: Icehole Games, 2010. [Acesso em 10/05/2019]. Disponível em: https://store.steampowered.com/app/281350/US_and_THEM/.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

economia norte-americana segundo a interpretação dos conservadores norte-americanos sobre a experiência soviética.

Figura 5. *Frame* do vídeo que é transmitido após a vitória da URSS e que foi identificado através de uma cópia no internet archive.



Fonte: *In Our Hands*¹².

Figura 6. *Frame* do vídeo exibido pelo jogo quando o jogador é vencedor com a URSS: a imagem foi extraída após a vitória soviética em *Us and Them*.



Fonte: *Us and Them*¹³.

¹² IN OUR HANDS. Part 3: How to Lose What We Have. Direção: Jack Tilles. Chicago: Wilding Picture Productions Inc., 1950. [consulta em 15/08/2019]. Disponível em: <https://archive.org/details/InOurHan1950_3>.

¹³ US AND THEM. Chalkida: Icehole Games, 2010. [consulta em 10/05/2019]. Disponível em: https://store.steampowered.com/app/281350/US_and_THEM/.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

O enredo do filme abordou a situação de uma família de trabalhadores, que tem as vidas dos seus integrantes destroçadas após a vitória dos comunistas. Eles perdem tudo que possuíam, como o título do filme sugere. Após as eleições, duas famílias são enviadas para viverem na casa da família cujo enredo gira em torno. Depois de ceder sua casa, o casal protagonista foi obrigado pelo Estado a se mudar para trabalhar em outra região selecionada pelo governo, de acordo com as suas habilidades. O filme foi financiado pela siderúrgica *Inland Steel Company* e pela produtora de peças automotivas *Borg Warner Corporation* e foi direcionado para o público operário. O trecho inserido no final do jogo *Us and Them* possui apenas 2:38 segundos, enquanto o filme original possui 11:38. Não há nenhuma menção ao título do filme, quando ele é apresentado ao jogador que é vitorioso com a URSS, ou no canal da *Icehole* no *Youtube*, que também disponibilizou o vídeo. Nossa descoberta aconteceu através da busca do filme, por meio de alguns diálogos, que poderiam funcionar como palavras chave em buscadores como o *Google*. A partir desse caminho encontramos uma cópia no *Internet Archive*¹⁴, que pôde ser confrontada com o conteúdo do filme apresentado em caso de vitória soviética.

- **Influências de escolas historiográficas no enredo:** a leitura do enredo do jogo e das fontes audiovisuais que inspiraram sua criação não nos permite apontar quais correntes historiográficas influenciaram diretamente no seu desenvolvimento, contudo as fontes audiovisuais utilizadas para representar situações específicas do jogo foram elementos de propaganda anticomunista norte-americana.

- **Estudo do design, regras e mecânica do jogo:** o *design* escolhido pelo desenvolvedor foi relativamente simples, quando comparados a outros jogos analisados no decorrer desse trabalho, a exemplo de *Supreme Ruler Cold War*. *Us and Them* possui um design gráfico em 2D, cujo cenário principal é o mapa mundi. A Divisão de países do mapa mundi é feita por área de influência, por exemplo: o Brasil é área de influência dos Norte-Americanos durante o jogo, e isso é identificado com uma estrela dentro de um círculo de cor azul. Todos os países que possuem relações privilegiadas com a URSS possuem o mesmo símbolo na cor vermelha. O mapa é basicamente estático e as únicas alterações

¹⁴ Para mais informações ver: IN OUR HANDS. Part 3: How to Lose What We Have. Direção: Jack Tilles. Chicago: Wilding Picture Productions Inc., 1950. [consulta em 15/08/2019]. Disponível em: <https://archive.org/details/InOurHan1950_3>.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

são feitas nas cores dos símbolos acima de cada país e isso só ocorre quando algum dos blocos consegue atrair esse país para a sua esfera de influência.

As regras do jogo são simples e envolvem espionagem, diplomacia, golpes de Estado, sabotagem econômica, aconselhamento militar, assessoramento em pesquisa e melhorias de infraestrutura. Tais atributos são disponibilizados para o jogador viabilizar sua estratégia a fim de atrair países para sua esfera de influência. As regras do jogo impedem confrontos militares diretos, portanto, os recursos acima são fundamentais para a constituição da hegemonia global. O jogo é realizado a partir de turnos que começam em janeiro de 1965. Cada jogada corresponde a um turno que atualiza o tabuleiro a partir das ações do jogador e de seu adversário.

A mecânica também não é complexa e reflete o *status* das ações tomadas durante a partida, onde é possível ao jogador escolher como irá intervir no país através de um menu onde ele deve selecionar qual tipo de intervenção será realizada em determinada nação. Esse menu é composto de algumas opções tais como: espião, assassino, conselheiro militar, conselheiro econômico, especialista em pesquisas, conselheiro político e conselheiro de pesquisas. Cada unidade de um especialista desses custa dinheiro e pode ser comprada pelo jogador no decorrer do jogo. A mecânica permite que essas unidades sejam transferidas para países de interesse do jogador, para isso são necessários cliques na unidade escolhida e no país escolhido. As unidades podem ser usadas em ações defensivas ou ofensivas, a depender de como o jogador seja informado pelo sistema do jogo ao longo das partidas, pois a mecânica do jogo estabelece uma série de informes sobre a situação mundial após cada turno, o que serve para o jogador se informar das ações que estão em andamento.

Crítica interna: imersão no game

- **Jogar o Jogo sozinho:** as partidas começam após a escolha de um dos blocos hegemônicos ofertados no Menu inicial. Após a escolha de um dos lados do mapa, há a passagem do filme que contextualiza o jogador. Depois do filme, o jogo começa de fato com a abertura do mapa mundi e as opções disponíveis.

Nossa experiência jogando com o campo capitalista foi extremamente difícil, mesmo com o jogo no modo mais fácil. A inteligência artificial que comanda a URSS desenvolve uma série de ações desestabilizadoras em regiões importantes para os EUA,

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

com especial foco no Oriente Médio, sudeste asiático, América Latina e norte em toda a África.

Figura 7. *Print Screen* demonstrando a atividade de Che Guevara como agente promotor de resoluções ao redor do mundo.



Fonte: *Us and Them*¹⁵.

O jogo possui a opção de mover personalidades como Kissinger, Che Guevara, o Papa e outras figuras que desempenharam um papel importante na Guerra Fria. Mesmo com a nossa perseguição sobre onde Che-Guevara estava atuando (Figura 7), não conseguimos inviabilizar a maioria das ações que ele executou nos países escolhidos pela inteligência artificial que comanda a URSS e isso nos levou a uma série de derrotas, mesmo quando colocávamos Kissinger no mesmo país. Em alguns casos, conseguimos evitar as ações de Che ao provocarmos um golpe militar, cuja presença de Kissinger torna a tarefa mais fácil devido aos custos militares que caem pela metade. Quando não conseguimos assassinar Che Guevara é quase impossível ganhar o jogo. Ele pode ser assassinado caso provoquemos um golpe de Estado no país em que ele está. Nossa experiência demonstrou que isso deve ser feito logo no início do jogo, pois se Che ficar

¹⁵ US AND THEM. Chalkida: Icehole Games, 2010. [Acesso em 10/05/2019]. Disponível em: https://store.steampowered.com/app/281350/US_and_THEM/

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

três turnos em um único país que esteja sob a influência dos EUA, o país se tornará comunista após um processo revolucionário.

A priori, procuramos manter a estratégia de contenção aos soviéticos, cujo um dos expoentes foi Brzezinski. A contenção aos soviéticos nas três frentes expostas por Brzezinski foi seguida à risca e obtivemos grande sucesso ao aplicar as ideias do teórico norte-americano, pois a construção do game levou tais teorias em consideração, tendo em vista o comportamento da inteligência artificial que direciona os conflitos para essas áreas: Europa ocidental, Oriente Médio e Extremo Oriente Asiático. Em muitas partidas, precisamos tomar uma postura defensiva para agir e o golpe militar se tornou uma atraente ferramenta para impedir o avanço soviético, tendo em vista o custo benefício construído pelo jogo. Após o golpe, todos os agentes inimigos são mortos ou obrigados a fugir do país e 99% da população vira capitalista. Isso praticamente inviabiliza que a URSS possa colocar agentes de desestabilização nesses locais onde ocorreram golpes. Em algumas nações, como o Chile, conta com a presença do Ditador Augusto Pinochet, que por sua vez gera um acréscimo de 1% para a população e bloqueia a ascensão do comunismo, logo o golpe militar não é tão necessário. Isso também se aplica à Inglaterra, que conta com a presença da Rainha Elizabeth, que possui efeito similar.

É importante destacar que no começo do jogo o cerco aos soviéticos já está formado na Eurásia. A URSS inicia o jogo cercada de estados amortecedores que são controlados pelos EUA. A URSS está cercada nas três áreas basilares da *Rimland* e o jogo começa dessa forma, ou seja, o programador recebeu essa influência relativa ao uso de Estados tampões, utilizados pelos EUA para inviabilizar a projeção de poder soviético em direção às bordas eurásianas. O bloco comunista também conta com a opção de realizar revoluções e isso pode causar a morte de todos os integrantes capitalistas que estejam operando ações naquele país, inclusive a do próprio Kissinger. Na tela principal do jogo há um botão, chamado *place units automatically*, que escolhe os países que receberão os especialistas em defesa, espões e outros recursos que o jogador detém. O uso deste recurso deixa o jogo mais rápido, mais dinâmico e permite que se vislumbre como *Us and Them* foi programado para agir, de acordo com o lado escolhido.

Diogo Trindade Alves Carvalho - A *Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

Figura 8. *Print Screen* demonstrando a atividade de Kissinger como agente promotor de atitudes reacionárias com vistas a evitar a expansão do comunismo.



Fonte: *Us and Them*¹⁶.

- Jogabilidade: o jogo possui uma jogabilidade simples e que pode ser simplificada ainda mais, quando se utiliza os modos automáticos de escolha dos países onde os agentes do jogador estarão baseados e as ações que esses agentes devem realizar. Nas nossas primeiras partidas não utilizamos esse recurso e o jogo demorou no mínimo 3x mais do que quando utilizamos o *Master Plan*. Quando não utilizamos a automatização das ações, nossas tarefas impostas pela jogabilidade se limitam a tentar impedir as ações de desestabilização nos países que são alvos dos soviéticos ou dos norte-americanos, a tentar conquistar países para a nossa esfera de influência e construir unidades de agentes. A jogabilidade, portanto, não permite muitas ações ao jogador, basicamente, o jogador paga

¹⁶ US AND THEM. Chalkida: Icehole Games, 2010. [Acesso em 10/05/2019]. Disponível em: https://store.steampowered.com/app/281350/US_and_THEM/

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

para ter mais oficiais de inteligência e desloca-os para regiões que eles devem estar. Uma vez deslocados, esses oficiais possuem algumas opções que eles podem realizar, ou não. Se for espião, ele pode subornar alguém, roubar tecnologia, montar ou sair de uma rede de espionagem. Já um consultor político pode incentivar protestos, por exemplo. O jogo não permite uma guerra direta entre as superpotências e não disponibiliza menus diplomáticos ou de gestão de aspectos culturais, políticos ou econômicos, a exemplo de outros jogos, como *Victoria II* ou *Supreme Ruler Ultimate*. As regras do jogo impõem que o jogador gaste seu orçamento com agentes de inteligência, revoluções ou golpes de Estado. Não há muitas opções além dessas disponibilizadas pelo jogo. Esse, por sua vez, foi estruturado a partir dessas regras, que impõem limites ao jogador. Não é possível desenvolver novas unidades de inteligência quando não se tem orçamento para isso, bem como não é possível fomentar revoluções ou golpes militares. Além dessas regras, o andamento do jogo ocorre a partir do acionamento dos turnos que são finalizados após os comandos do jogador em uma rodada. Os turnos possuem a duração de um mês e geralmente uma partida que dura de 36 a 48 turnos.

Considerações Finais.

O mundo do jogo desenvolvido pela *Icehole* visou a recriação de elementos que marcaram o imaginário sobre a Guerra Fria: espionagem, assassinatos, propinas, sabotagens, roubos de tecnologia, revoluções e golpes de Estado. O jogo também estereotipou tanto os personagens ligados ao campo comunista, quanto os ligados ao campo capitalista, que se tornaram coisas que podem ser acionadas à medida que o jogador necessita delas. A utilização dos conceitos formulados por autores como Brzezinski na jogabilidade, mecânica e enredo de alguns títulos de *videogames* não é um fenômeno isolado, pois há na academia um movimento de retomada dos estudos envolvendo os teóricos que formularam sobre a oposição entre poder continental e poder naval. Tal destaque desses autores é o resultado da influência conjuntural de uma série de processos históricos que aconteceram após a queda da URSS, principalmente os desdobramentos geopolíticos após o 11 de Setembro, que deu a justificativa moral para os EUA ocuparem militarmente o Afeganistão, muito próximo da *Heartland*,¹⁷ bem como

¹⁷ Heartland foi um termo criado por Mackinder para denominar a região central da Eurásia, cujo controle, de acordo com o geógrafo inglês, seria essencial para a dominação do continente eurasiático e

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

umentar sua presença militar no Oriente Médio com a invasão do Iraque. A reação da Rússia e da China veio através de projetos de integração dos países euroasiáticos, por meio de corredores de cooperação comercial, que concretizaram o pesadelo geopolítico das potências insulares. Por isso que, atualmente, títulos como *Geopolitics Reborn* de Colin Dueck (2013), *Rethinking Central Asia* de Eldar Ismailov e Vladimer Papava (2010), *The US Grand Strategy and The Eurasian Heartland in Twenty-First Century* de Emri Iseri (2009), *Beyond Central Asia Pivot* de Michael Tierney (2016), *The Heartland No More: Russia's Weaknees and Eurasia's Meltdown* de Andrei T. Tsygankov (2009), *The Heartland Theory of Sir Halford John Mackinder: Justification of Foreign Policy of The United States and Russia in Central Asia* de Suban Kumar Chowdhury e Abdullah Hel Kafi (2015), *Re-Centering Central Asia: China's "New Great Game" in the old Eurasian* de Xiangming Xen (2018), procuraram debater a conjuntura geopolítica do século XXI, recorrendo aos pressupostos dos teóricos ingleses e norte-americanos responsáveis pelas teorias envolvendo a disputa da Eurásia.

«A situação geopolítica do início do século XXI deu um novo impulso aos estudos dos princípios regionais de estruturação do espaço geopolítico e geoeconômico de todo o continente eurasiático. Isso reviveu as concepções formuladas por Halford Mackinder no início do século XX, e do seu oponente, Nicholas Spykman, um pouco mais tarde. Eles ofereceram abordagens muito originais para a estruturação geopolítica regional do continente euro-asiático e a identificação do valor funcional de seus segmentos espaciais (tradução nossa)»¹⁸.

Ismailov e Papava estão corretos e corroboram nossa hipótese sobre a retomada dos estudos acerca dos clássicos da literatura de grande estratégia na conjuntura atual. Desse modo, autores como Mackinder, Spykman e Brzezinski estão em voga no presente e estão sendo usados como suporte teórico nas discussões acadêmicas com foco na disputa da Eurásia no século XXI, pelas potências como China, Rússia, EUA e Alemanha. Em

consequentemente do mundo. Para mais informações ver: MACKINDER, H. J (1904), "The geographical pivot of history", *The Geographical Journal*, London, v. 28, n. 4, p. 423, 1904. [Acesso em 30/05/2019]. Disponível em: <https://www.iwp.edu/docLib/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf>.

¹⁸ No original: *The geopolitical situation of the early 21st century gave a new boost to studies of the regional structuralization principles for the geopolitical and geo-economic space of the entire Eurasian continent. This revived the conceptions formulated by Halford Mackinder in the early 20th century and his opponent, Nicholas Spykman, somewhat later. They offered very original approaches to the regional geopolitical structuralization of the Eurasian continent and the identification of the functional value of its spatial segments.* (ISMAILOV; PAPAVAL, 2010: 84).

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

US and Them o comportamento da inteligência artificial, os filmes apresentados, a jogabilidade e o enredo demonstram que tais autores, a exemplo de Brzezinski estão servindo como inspiração teórica para o desenvolvimento de jogos eletrônicos que se predispõem a simular conjunturas históricas e os seus desdobramentos geopolíticos. Um exemplo recente relativo à influência da geopolítica estadunidense nos jogos eletrônicos também pode ser encontrado no roteiro de Call Of Duty Modern Warfare, cujo sucesso de vendas foi tremendo. Os cenários onde as missões do jogo transcorrem, de certa forma emulam as ideias de Brzezinski, pois transcorrem em áreas consideradas essenciais nas ideias do autor, especialmente na Eurásia, a exemplo: Iraque, leste europeu, Europa ocidental. Assim, esse tipo de mídia interativa, de certa forma reproduz as prioridades de cerco estratégico promovidas pelos EUA, cujo objetivo é o contínuo cerco contra a expansão russa e mais recentemente chinesa. A dissolução de tratados e acordos internacionais sobre a limitação de aquisição de determinados tipos de armamentos a exemplo, do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, firmado em 1988 entre os EUA e antiga URSS, é reflexo dessa conjuntura geopolítica onde as ideias de Brzezinski, principalmente seus pressupostos geopolíticos, sobre a presença norte-americana na Eurásia, ainda estão presentes tanto no hard power quanto no soft power. As crescentes escaramuças entre forças aerotransportadas da China e dos EUA no Mar do Sul da China, também evidenciam que os EUA ainda aplicam a política de cerco contra seus rivais, no caso específico a China. É importante ressaltar que a tensão nessa região advém de vários fatores, inclusive a expansão do poder marítimo chinês e suas pretensões sobre o controle de rotas navais, cuja resposta norte-americana foi um aumento no número de tropas estacionadas na região especialmente na base localizada na ilha de Guam. Os estudos que analisam as representações da geopolítica da Guerra Fria nos jogos de *videogame* devem ser realizados, para que a narrativa contida em alguns *games* possa ser desnaturalizada e interpretada a partir de pressupostos teóricos que dão lastro científico ao comportamento das nações no plano internacional. Sem esse suporte teórico no confronto com as fontes, os processos históricos imperialistas são normalizados contribuindo para a reprodução de estereótipos acerca de países e populações que possuem suas dinâmicas de desenvolvimento histórico e social ignoradas pela mídia hegemônica.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

Bibliografia:

Fontes Audiovisuais:

COMMUNISM (1952), Direção: David A. Smart. Glenview: Coronet Instructional Films, 1952. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_4yjAb6eoCw>. Acesso em: 10 jun. 2019.

IN OUR HANDS. Part 3: How to Lose What We Have. Direção: Jack Tilles. Chicago: Wilding Picture Productions Inc., 1950. [consulta em 15/08/2019]. Disponível em: <https://archive.org/details/InOurHan1950_3>.

THE AMERICAN Adventures (1955), Direção: George S Benson. Searcy: National Education Program Workshop, [consulta em 21/07/2019] Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dYuXzZszR94>>. .

US AND THEM (2010). Chalkida: Icehole Games [Acesso em 10/05/2019]. Disponível em: https://store.steampowered.com/app/281350/US_and_THEM/

Estudos:

ANDERSON, P. (2015), *A política externa norte-americana e seus teóricos*, São Paulo: Boitempo Editorial.

BRZEZINSKI, K. Z (1986). *EUA-URSS: O Grande Desafio*, Rio de Janeiro, Nordica.

BRZEZINSKI, K. Z (1956), *The Permanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism*, Cambridge, Harvard University Press.

BRZEZINSKI, K. Z (1997), *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperative*, New York, Basic Books.

CHEN, X.; FAZILOV, F (2018), “Re-centering Central Asia: China’s “New Great Game” in the old Eurasian Heartland”, *Palgrave Communications*, s. l, vol. 4, n. 1, pp. 1-12 [consulta em 21/08/2019]. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41599-018-0125-5>>.

CHOWDHURY, S. K.; KAFI, A. H (2015), “The Heartland Theory of Sir Halford John Mackinder: Justification of Foreign Policy of The United States and Russia in Central Asia”, *Journal of Liberty and International Affairs*, s. l, vol. 1, n. 2, pp. 1-13 [consulta em 21/01/2020]. Disponível em: <http://e-jlia.com/papers/v2_5.pdf>.

Diogo Trindade Alves Carvalho - *A Influência de Zbigniew Brzezinski no jogo de estratégia US and Them*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 264-289. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a13

DUECK, C (2013), “Geopolitics Reborn”, Philadelphia: Foreign Policy Research Institute: E-notes [consulta em 31/06/2019]. Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2013/07/geopolitics-reborn/>>.

ÍSERI, E (2009), “The US Grand Strategy and the Eurasian Heartland in the Twenty-First Century”, *Geopolitics*, s.l, vol. 14, n. 1, pp. 26-46 [consulta em 21/09/2019]. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/toc/fgeo20/current>>.

ISMAILOV, E.; PAPAVAL, V (2010), “Rethinking Central Asia”, Washington, The Central Asia-Caucasus Institute-The Silk Road Studies Program, [consulta em 21/08/2019]. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2196485>.

MACKINDER, H. J (1904). “The geographical pivot of history”, *The Geographical Journal*, London, vol. 28, n. 4, pp. 423. [consulta em 30/02/2019]. Disponível em: <https://www.iwp.edu/docLib/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf>.

PECEQUILLO, S. C (2017), *Geopolítica e Geoeconomia: História e Atualidade no Pensamento de Zbigniew Brzezinski*. Revista Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 3, pp. 564, 2017

TIERNEY, M (2016), “Beyond Central Asia Pivot”. *Journal of Military and Strategic Studies*, Calgary, vol. 17, pp. 1-17 [consulta em 17/08/2019]. Disponível em: <<https://jmss.org/article/view/58074>>.

TSYGANKOV, A. P (2012). “The Heartland no more: Russia's Weakness and Eurasia's Meltdown”. *Journal of Eurasian Studies*, s.l, vol. 3, n. 1, pp. 1-9, [consulta em 11/08/2019]. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1016/j.euras.2011.10.001>>.

Recensões

Jorge Fernandes Alves - Recensão de *De Chegadas e Partidas. Migrações e Trajetórias de Vidas de Portugueses no Pará (1800-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 290-292. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r1

GUIMARÃES, Luiz António Valente (2018), *De Chegadas e Partidas. Migrações e Trajetórias de Vidas de Portugueses no Pará (1800-1850)*, Jundiá/SP, Paco Editorial. ISBN 978-854-621-302-3, 436 pp.

Jorge Fernandes Alves
FLUP/CITCEM
jfalves@letras.up.pt

Fruto de uma investigação para doutoramento, esta obra de Luiz António Valente Guimarães constitui um ensaio muito pertinente sobre a emigração de portugueses para o Pará, no Norte do Brasil, destino regional quantitativamente menos importante que outras regiões brasileiras para a emigração portuguesa, mas nem por isso menos interessante. Aliás esta secundarização quantitativa, em certa medida responsável pela menor existência de estudos monográficos que agora começam a surgir com mais frequência sobre estes destinos, pode compaginar-se com maior relevo local da imigração portuguesa, na medida em que outras correntes de emigração europeia também apresentam para ali frequências relativamente baixas, dadas as características climáticas e de outro tipo das terras amazónicas. Como é salientado no prefácio, da responsabilidade de António Otaviano Vieira Júnior, a investigação decorreu dos dois lados do Atlântico na pesquisa de fontes e bibliografia e alia dados seriais e trajetórias de vida.

O arranque deste livro sobre as “mobilidades lusitanas para o Pará” faz-se com uma escolha acertada, glosando uma epígrafe de Gomes de Amorim, o rapaz da Póvoa de Varzim que, em 1837, com nove anos embarcava clandestinamente para Belém do Pará, acompanhado de dois irmãos de 12 e 14 anos, ali sendo arrematado como “escravo branco”, para mais tarde regressar e desenvolver uma vida de escritor e jornalista, tornando-se inclusivamente no biógrafo de Almeida Garrett. Centrando-se cronologicamente na primeira metade do século XIX, a investigação tem, desde logo, o mérito de se debruçar sobre um período menos estudado e para o qual a informação não surge de forma tão sistemática como se verifica para a segunda metade do século. A informação axial do trabalho assenta na exploração de registos de passaportes existentes no Arquivo Histórico Ultramarino com solicitação de partida para o Pará e em diversos arquivos distritais, sendo que os registos distritais datam apenas desde 1834/1835, com a implantação liberal e a legislação conexas ao domínio migratório. A estas fontes suscetíveis de exploração serial acrescem outras fontes de natureza nominativa muito diversificadas (registos paroquiais, notariais, fiscais), todas contribuindo para a criação

Jorge Fernandes Alves - Recensão de *De Chegadas e Partidas. Migrações e Trajetórias de Vidas de Portugueses no Pará (1800-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 290-292. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r1

de um banco de dados e para o cruzamento de informação que permitiu a produção de microbiografias. O autor desenvolve de forma adequada o quadro conjuntural que envolve estas migrações, em que o traço mais saliente é o da rutura provocada pela independência do Brasil, propiciando uma hostilidade genérica contra os portugueses no Brasil, em várias regiões, mas que tiveram no Pará grande expressão, com as posteriores agitações populares da “cabanagem”, expressões lusófonas que se tornaram recorrentes ao longo do século.

O capítulo I, “De Portugal ao Pará: da mercê do Estado às iniciativas individuais”, apresenta uma tessitura minuciosa entre casos pessoais, legislação, excertos de cartas, decisões governamentais, números de partidas e sua caracterização demográfica. Multiplicam-se os episódios individuais, com o autor a chamar ainda a atenção para situações menos conhecidas, como a dos degredados para o Pará, referenciando bibliografia afim.

Acompanhando uma sequência de percurso, o segundo capítulo brinda-nos com “Portugueses no Pará, estabelecimentos e formas de inserção social”. Trata-se de um texto particularmente interessante ao mostrar-nos o “Pará de velhos e novos portugueses”, ou seja, evidenciando os fluxos populacionais anteriores para o Grão-Pará e Maranhão, a que a Companhia pombalina com essa designação forneceu fortes incentivos. Foi o que aconteceu com os portugueses de Mazagão, os “mazaganistas”, as levas de açorianos ou de outros metropolitanos, mostrando, enfim, que as migrações oitocentistas intensificaram apenas caminhos anteriores que remetem para os inícios da colonização. Com o fim da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, são os portugueses do Pará, em especial os de Belém, que assumem negócios comerciais com relações mais amplas na exportação de uma grande variedade de produtos. Surgem-nos então listagens dos negociantes portugueses no Pará, descendo a algumas microbiografias, algumas bastante desenvolvidas, o mesmo se verificando para com pequenos comerciantes e caixeiros. Casamentos e sua subjacência de aliança económica, a filantropia e a benemerência são outras vias do estudo para explicitar formas de inserção dos imigrantes portugueses no Pará.

Com o texto “Tempos difíceis: a volta dos que partiram”, que constituiu o 3º capítulo, temo, desde logo, uma revisitação dos conflitos contra os portugueses na sequência da independência e das rebeliões posteriores, com múltiplos episódios de que

Jorge Fernandes Alves - Recensão de *De Chegadas e Partidas. Migrações e Trajetórias de Vidas de Portugueses no Pará (1800-1850)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 290-292. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r1

resultaram mortos e vários fluxos de portugueses deportados ou proscritos, em face do “ódio aos portugueses”, que se traduziu em ataques pessoais, assaltos às casas de comércio e casas privadas. Algumas microbiografias voltam a acompanhar este quadro de deportados do Pará, ajudando à compreensão destes processos e são um contributo muito interessante para o aprofundamento dessa questão recorrente entre a “cabanagem” e as migrações, para a qual o autor convoca diferentes perspetivas historiográficas. Luiz Guimarães recupera os quadros essenciais dessa época, em especial as rebeliões de 1835 e suas vicissitudes, o que faz de forma bastante documentada.

Finalmente, o capítulo “Em torno das trajetórias de vida de imigrantes portugueses” traz-nos um conjunto suculento de trajetórias de vida de vários portugueses de relevo no Pará, mostrando percursos de sucesso na integração social e na realização económica, com uma riquíssima coleção de detalhes.

Em suma, o livro de Luiz António Valente Guimarães constitui um interessante e inovador contributo para o estudo da emigração portuguesa no Brasil, especificamente no Pará, inserindo-se nesta onda crescente de investigações que, finalmente, a imigração portuguesa suscita tanto no Brasil como em Portugal. Trata-se de um estudo largamente documentado, revelando uma densidade de investigação raramente atingida no domínio da recolha de microbiografias, ou seja, uma investigação de base histórica que, não descurando os quadros gerais, desce ao emigrante individual e procura registar os destinos pessoais que se inserem em lógicas e padrões mais gerais.

Jorge Fernandes Alves- Recensão de *Correntes de Ouro. Emigração Portuguesa para a Argentina em Perspetiva Regional e Transatlântica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 293-295. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r2

BORGES, Marcelo J. (2018), *Correntes de Ouro. Emigração Portuguesa para a Argentina em Perspetiva Regional e Transatlântica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. ISBN 978-972-671-454-5, 386 pp.

Jorge Fernandes Alves
FLUP/CITCEM
jfalves@letras.up.pt

Quase uma década depois da sua publicação original, chega finalmente a um público português mais alargado a obra referencial de Marcelo J. Borges sobre a corrente migratória de portugueses rumo à Argentina, após a sua recente tradução em língua portuguesa. Fruto de um longo percurso de investigação (uma década, segundo o autor) que decorreu em três países (Argentina, Portugal e Estados Unidos), recolhendo diversos apoios institucionais, este trabalho de investigação tem o grande mérito de se debruçar sobre uma corrente minoritária no volume global da emigração portuguesa tradicional, mas que era, em determinada conjuntura, dominante na emigração regional do Algarve, cuja população não se fixava na “miragem do Brasil”, com sublinha Marcelo J. Borges: “em 1912, por exemplo, no pico da migração transatlântica, 9 em cada 10 migrantes de Portugal continental partiam para o Brasil; em contrapartida, 8 em cada 10 migrantes algarvios escolhiam a Argentina como país de destino”, o que suscitava juízos contraditórios nos observadores da época.

Uma emigração destinada à Argentina que teve o seu apogeu quantitativo na transição dos séculos XIX-XX, mas com raízes coloniais que remetem para os séculos XVII e XVIII, durante a dominação espanhola, mantendo-se ao longo dos anos, com naturais variações. O estudo dá-nos a evolução das entradas de portugueses na Argentina entre 1857-1959, período que atinge o volume de 79822 chegadas de imigrantes, dos quais cerca de metade (35470) partiram posteriormente. Obviamente, este fluxo não incorporava só algarvios, surgindo portugueses de outras origens. Com uma abordagem meso e micro e centrando-se nos “migrantes”, o estudo procura analisar esta emigração partindo da sua incidência e das suas redes em duas paróquias rurais algarvias (Boliquireme e S. Brás de Alportel) e em duas comunidades portuguesas na Argentina – Villa Elisa e Comodoro Ribadavia, a primeira na província de Buenos Aires, marcada pela horticultura familiar e cultivo de flores para os mercados urbanos, a segunda na província patagónica de Chubut, 2000 km a sul da capital, em que os portugueses se integram num centro

Jorge Fernandes Alves- Recensão de *Correntes de Ouro. Emigração Portuguesa para a Argentina em Perspetiva Regional e Transatlântica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 293-295. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r2

urbano, instalados em vilas operárias, centro estruturado em torno da exploração petrolífera e de atividades industriais e de serviços conexos.

Revisitando o Algarve dos inícios do século, partindo dos estudos já clássicos de Léon Poincard e Paul Descamps, alargados a uma larga bibliografia e a fontes locais, Marcelo J. Borges foca a terra e os seus usos, caracterizando a vida rural, os grupos sociais e os grupos familiares, destacando a emigração como estratégia familiar, evidenciando as ausências habituais visíveis nos róis de confessados, para concluir que “entre a população rural algarvia, a migração laboral emergiu como um meio de lidar com a escassez de recursos e de complementar a economia das famílias”, através do trabalho assalariado.

Ganha relevo neste estudo, o capítulo sobre os “padrões regionais de migração”, com o autor a desenvolver uma abordagem sistémica, ensaiando a articulação das deslocações históricas dos algarvios nos circuitos internos, internacionais e transatlânticos das migrações laborais. Nesta linha, equaciona o sistema sul-ibérico, em que Gibraltar, Sul de Espanha e Alentejo surgiam como destinos, o sistema migratório atlântico, com destinos transatlânticos, incluindo África e América, analisando redes e vicissitudes, com o autor a sublinhar que “as pessoas constroem percursos com base em tradições anteriores e fazem uso do conhecimento adquirido com a experiência”, mas as alterações de condições alteram a opção do destino, pelo que a emigração para a Argentina era apenas um destino, embora muito relevante, das migrações algarvias.

As “correntes de ouro” (ornamento dos regressados da Argentina) dão título ao IV capítulo e ao volume, servindo para introduzir o estudo das duas, já referidas, comunidades imigrantes na Argentina, de Comodoro Ribadavia e de Villa Elisa, orientadas em torno dos campos petrolíferos e das hortas suburbanas, com experiências de vida dos imigrantes muito diferenciadas, aí ocorrendo portugueses de diversas origens geográficas, incluindo algarvios. Num denso trabalho de campo, recolhendo histórias de vidas, Marcelo J. Borges reconhece as redes de influência, as fases da emigração em cadeia, não obliterando os “elos partidos” dessas cadeias, os “esquecidos” e o seu papel “narrativa geral da migração algarvia para a Argentina”, nem os “intermediários étnicos”.

No longo capítulo final, intitulado “Ganhar e fazer a vida: adaptação económica e social”, com recurso a informações diversas, incluindo entrevistas, é o quotidiano do imigrante que emerge. Em Comodoro Ribadavia, visto como um novo El Dorado, “na forma de um óleo que era preciso desentranhar das profundezas da terra, o emigrante, em

Jorge Fernandes Alves- Recensão de *Correntes de Ouro. Emigração Portuguesa para a Argentina em Perspetiva Regional e Transatlântica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 293-295. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r2

geral pouco habilitado, é, por isso, conduzido para trabalhos pouco sofisticados na área petrolífera, mas beneficiando dos desenvolvimentos do “Estado social” criado pelo peronismo. Por seu turno, os portugueses de Villa Elisa integravam-se no desenvolvimento de uma agricultura intensiva com base na floricultura. Com a escolha do lugar de destino a ser influenciada largamente pela disponibilidade de informação e contactos iniciais dos emigrantes, Marcelo J. Borges sublinha que as “suas competências e anteriores ocupações pouca importância tinham para a sua nova adaptação económica. Eram as características dos lugares de imigração que davam forma às experiências de trabalho dos migrantes”. Desta forma se criaram “comunidades distintas com diferentes oportunidades para homens e mulheres e com caminhos singulares para a mobilidade social das diferentes gerações”, explica o autor, partindo para a abordagem aos padrões de vida das diferentes comunidades e para as trajetórias dos migrantes portugueses. Se na área petrolífera a emigração era encarada como um trabalho temporário, para ser vivido de forma espartana, de modo a maximizar rendimentos e poupanças, o trabalho em Villa Elisa apresentava maiores afinidades com as ocupações de origem no Algarve, embora exigisse adaptação, permitindo ao assalariado a ambição de se tornar produtor independente e pequeno proprietário ou, no mínimo, usar soluções intermédias, como a exploração por “meação”. Neste quadro de Villa Elisa, a imigração tende para o estabelecimento permanente e a reunificação familiar, numa forma de mobilidade social ascendente ilustrada pelo autor com a metáfora de “escada agrícola” ou “escada da floricultura”.

Importa sublinhar que estas abordagens integram a focalização de casos, com a audição do e/imigrante e recolhas de informação biográfica, com relevância para a trajetória económica e social, de que são exemplos os textos sobre os padrões matrimoniais ou sobre a vida social e étnica.

Oferecendo-nos uma leitura minuciosa dos processos migratórios dos algarvios para a Argentina, inseridos num quadro mais vasto de mobilidades, este estudo de Marcelo J. Borges, pela densidade teórica das abordagens, pelo trabalho de campo desenvolvido, pela vasta bibliografia referenciada, apresenta-se como uma investigação modelar, pelo que é de saudar a sua tradução e inerente disponibilização no mercado livreiro português.

Inês Amorim - Recensão de *Arborizar contra cheias, tempestades e marés (1834-1886). Políticas de águas e florestas em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 296-299. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r3

MELO, Cristina Joanaz de (2017), *Arborizar contra cheias, tempestades e marés (1834-1886). Políticas de águas e florestas em Portugal*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Instituto de Arqueologia e Paleociências, Universidade Nova de Lisboa. ISBN 978-84-7956-166-6, 162 pp.

Inês Amorim
FLUP/DHEPI/CITCEM
inesamorimflup@gmail.com

Arborizar contra cheias e marés, trabalho de investigação defendido no Instituto Universitário Europeu de Florença, área de História e Civilizações, subárea de História do Ambiente, esteve na base desta publicação. A pertinência (e atualidade) deste estudo é incontornável, associando a ocorrência de eventos climáticos extremos à emergência da gestão das águas e das florestas, num quadro mais lato do ordenamento e planificação do território, na longa duração.

Neste livro apresenta-se a evolução das iniciativas, projetos e propostas legislativas, relativas à promulgação e implementação de modelos estatais de ordenamento universal de águas e de florestas, de 1834 a 1886, em Portugal, a partir de uma questão de natureza ambiental: em que medida as calamidades públicas motivaram o despoletar destas matérias na discussão parlamentar, uma vez que chuvas torrenciais, inundações fluviais e marés faziam parte da normalidade do comportamento secular da natureza?

Foi nesta tensão, entre a admissão de uma necessidade absoluta em se mudar o rumo dos resultados dos fenómenos climáticos violentos, a apresentação de propostas de leis para se promover correção hidrológica e o adiamento sistemático da sua promulgação que a questão se colocou. Reconhecendo-se o problema, era urgente corrigi-lo, mas quando é que as “boas ideias” estão em condições de serem materializadas? Concretamente, quando e por que razão, a gestão articulada de águas interiores, florestas e litoral passou da categoria de irrelevante, na primeira metade do século XIX, para se afirmar como uma estrutura bem articulada nos finais do mesmo? As respostas exigem indicadores de mudança. Se as inundações das décadas de vinte e de trinta daquele século, com efeitos de devastação inesperados, conduziram a respostas pontuais, a verdade é que, com a repetição de inundações e tempestade marítimas, desenvolveram-se projetos que acabaram na Câmara dos deputados em 1849, incorporando já novidades científicas. Esta evolução combina a memória de experiências passadas com outros recursos (legislativos,

Inês Amorim - Recensão de *Arborizar contra cheias, tempestades e marés (1834-1886). Políticas de águas e florestas em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 296-299. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r3

políticos, científicos), na definição de um quadro legal, de instrumentos de atuação, de transferência de conhecimento e de articulação de poderes (parlamentares, políticos locais e corpos de profissionais).

A obra estrutura-se em seis capítulos. O primeiro enquadra o problema da arborização e das políticas de águas e de florestas na historiografia sobre o mesmo tema, focando outros casos de estudo no contexto europeu oitocentista e apontando para a originalidade de abordagem este livro – a emergência de uma consciência ambiental que se materializa, não obstante o confronto entre bloqueios e agentes de mudança. O segundo, de contexto das questões ambientais de Portugal no século XIX, apresenta a caracterização geomorfológica, as conjunturas económica, política, climática e de agravamento de fenómenos de calamidades públicas, que despoletaram e alimentaram debates parlamentares sobre águas e florestas, no Portugal da segunda metade de Oitocentos. O terceiro capítulo apresenta o caminho de superação da deficiência dos meios de avaliação das ocorrências de calamidade pública, de planeamento e de medidas de intervenção no terreno, entre as hesitações de diagnóstico do território (estatísticas, relatórios, cartografia temática), a vontade de planeamento e a imperfeita atuação, entre fracassos e compromissos possíveis. O quarto capítulo acompanha a discussão sobre a orientação de políticas de águas e de florestas, promovida por legisladores e por uma elite técnico-científica, no Parlamento e na Imprensa. Paralelamente, analisa a argumentação sobre os mecanismos de bloqueio ao adiamento de regulação de normas e à gestão de recursos naturais pelo Estado, entre interesse público e propriedade estatal, que culmina com a lei da arborização das bacias hidrográficas. O quinto capítulo apresenta as mudanças administrativas, das matas nacionais à criação das circunscrições hidrológicas dos serviços florestais, apontando as dificuldades de execução de políticas governativas em nome do “bem comum”. Examina os mecanismos de ordem legislativa, administrativa e de desenvolvimento de agremiações corporativas de carácter técnico-científico (corpo de engenheiros) que influíram na promoção do novo modelo legislativo de ordenamento de águas e de florestas. O sexto, e último capítulo, compara as políticas de águas e de florestas com outras regiões europeias, onde, na mesma centúria, se identificaram problemas afins, notando a antecipação do quadro normativo de Portugal.

Metodologicamente, as fontes primárias incluem legislação (Cartas de Lei, Códigos Administrativos e Decretos interinos dos Ministérios), pareceres jurídicos e

Inês Amorim - Recensão de *Arborizar contra cheias, tempestades e marés (1834-1886). Políticas de águas e florestas em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 296-299. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r3

tratadística de Direito de Águas (1820-1901), debates parlamentares (1848-1886), pareceres da secção administrativa do Conselho de Estado sobre matéria cível e crime acerca de questões de águas, florestas e divisão da propriedade (1854-1868), Registos de Correspondência da Administração Geral das Matas (1824-1871) e da Repartição dos Pinhais de Leiria (1751-1881), núcleos do arquivo da Montaria Mor do Reino relativos a correspondência nas coutadas reais (1801-1833), periódicos de temas rurais e técnico-científicos, relatórios administrativos e de carácter técnico-científico, cartografia, atas de juntas de paróquia, etc.. O cruzamento desta informação permitiu reconstituir as visões formuladas por diversos agentes sociais oitocentistas. Na análise global dos debates travados, tanto na Câmara dos deputados como na dos Pares, consegue-se perceber quando a apresentação dos projetos servia interesses específicos de um grupo, de uma região ou do governo. Genericamente, os pedidos de arborização, de execução de obras hidráulicas e de reparação de portos no Litoral Oeste, foram requeridos maioritariamente por políticos naturais daquelas localidades, ou eleitos pelos respetivos círculos eleitorais, ou pelos respetivos Governadores Civis em exercício. Já os trabalhos de correção torrencial e de gestão de águas e de florestas para a região interior, e demograficamente pouco relevante, ou para a zona marítima e portuária do Sul, foram pedidos, na quase totalidade, por funcionários do Estado, pertencentes a estruturas da Administração Pública Central (servidores do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria). Por último, os projetos de lei que defendiam modelos globais de arborização e de controlo do regime das águas em todo o país foram promovidos, individualmente, por alguns ministros ou altos funcionários da Administração Pública. Estes, na sua generalidade, até aos anos sessenta, encontravam-se adstritos a funções de gestão da Fazenda Pública ou de administração territorial e Matas do Estado. A partir do final da década de setenta estes projetos passaram a ser expressamente apoiados nas sessões parlamentares, por dirigentes partidários, conjuntamente com engenheiros de diversos ramos, tanto na Câmara dos Deputados como na Câmara dos Pares.

O que este livro provou é que inundações torrenciais, marítimas e fluviais, agravadas ao longo do século XIX por cargas pluviais igualmente torrenciais, causando quadros cíclicos de devastação e de calamidade pública na saúde, segurança e economia, foram o motor da conceção de políticas hidroflorestais. O travão ao adiamento sucessivo à promulgação de legislação de ordenamento sobre águas e florestas, que desse poder de

Inês Amorim - Recensão de *Arborizar contra cheias, tempestades e marés (1834-1886). Políticas de águas e florestas em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 296-299. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1r3

gestão global ao Estado nestes sectores e retirasse direitos de propriedade ao proprietário particular, feriam o garante da liberdade dos direitos à propriedade plena e inalienável particular, ou seja, feriam os interesses de proprietários terratenentes, industriais, financeiros, a estrutura burocrática e institucional do Estado, corporações profissionais, interesses locais e regionais. A partir das décadas de 1860 e de 1870, no Parlamento e na imprensa relativamente científica da época, os defensores de políticas hidroflorestais passaram a invocar o primado do “bem comum” para justificar uma mudança de rumo, em vez da figura de “interesse público”.

A abordagem realizada aponta uma cronologia fina. Nos anos cinquenta a setenta do século XIX, os instrumentos de reconhecimento geográfico do território foram de diagnóstico: cartografia e memórias descritivas contendo os dados sobre a distribuição das bacias hidrográficas e o estado de arborização (ou falta dela). Nos anos oitenta, ter-se-ão reunido todas as condições que até então estavam em falta para darem o seu sim às intervenções: credibilização científica, dados estatísticos, meios de planeamento, meios humanos para a execução de políticas territoriais, engenheiros-deputados, a pressionarem dentro e fora do parlamento, e vontade política dos dirigentes. O quadro administrativo, de operacionalização, instalou-se e, finalmente, o pensamento sobre o território evoluiu de uma política de socorro às populações frente a episódios de calamidade pública para pensar o território no seu todo, na implementação de medidas de prevenção.

Sem dúvida que este estudo se insere numa linha de História Ambiental, que tem sublinhado a importância da análise não apenas da ocorrência, frequência e intensidade dos eventos extremos ambientais, mas da sua sequência e significado, dado que as catástrofes fazem parte da construção social de uma realidade. Defesa e controlo são etapas nem sempre sequenciais, mas em que a segunda atitude corresponde ao sentido de prevenção, de intervenção social, de “ecologia do poder”, ao envolver instituições, indivíduos e grupos.

Notas biográficas dos autores

Aurelio Martí Bataller (1983): doctor en Historia Contemporánea por la Universitat de València y Premio Extraordinario de Doctorado 2017/2018. Su tesis doctoral fue galardonada con el Premio Miguel Artola 2016 y publicada (*España Socialista. El discurso nacional del PSOE durante la Segunda República*). Cuenta con otras monografías como *Internacionalisme o nacionalisme? Socialisme i nació als territoris de llengua catalana (1931-1936)*, así como la reciente *¿Una nación (in)diferente? Estudios sobre socialismo y nación en España (1879-1936)*. Ha coordinado la obra colectiva *Proletarios de todos los países. Socialismo, clase y nación en Europa y España (1880-1940)*, 2019. Actualmente vinculado al Departamento de Historia Moderna y Contemporánea de la Universitat de València como Profesor Ayudante Doctor, su interés investigador ha girado alrededor de la relación entre clase obrera e identidad nacional, y especialmente sobre la implicación de la cultura política socialista en el proceso de construcción de la identidad nacional española contemporánea.

Bruno Alexandre Reis Costa é doutorando do Programa Pós-Colonialismos e Cidadania Global (financiado pela FCT desde outubro de 2019), coordenado pelo Centro de Estudos Sociais em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação (com especialização em Estudos Políticos) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a dissertação: *Luta de classes e divisões étnicas no Estado de Israel – o caso dos Panteras Negras de Israel em 1971-1972*. Mestre em Arquitetura, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Possui experiência de investigação nas áreas: história colonial no Médio Oriente (com ênfase no papel do Estado de Israel na região), estudos pós-coloniais, estudos de género e sexualidade, movimentos sociais e planeamento urbano.

Carlos Nássaro Araújo da Paixão é Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha. Coordenador do Laboratório de Pesquisa Estado e Conflitos Sociais no Brasil (LAPECS-UESB). Membro do Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas. Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em História Regional e Local (UNEB), Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Possui diversos artigos publicados em livros coletâneas e periódicos nacionais e internacionais.

Carlos Zacarias de Sena Júnior, professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do Centro de Estudo e Pesquisas em Humanidades da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Autor de *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948* (São Paulo, Annablume, 2009) e de diversas obras e artigos que analisam a historiografia e a relação entre a história e a memória relativa à Ditadura Militar brasileira, além do tema das revoluções, dos fascismos, dos partidos e movimentos de esquerda e de direita no Brasil.

Débora Val Escadas é doutoranda em História na Universidade do Minho. A sua dissertação de Mestrado na Universidade do Minho, sobre o movimento operário bracarense, intitula-se “*A vida impossível: o movimento operário em Braga durante a I República*” (2017).

Diogo Carvalho possui graduação em História pela Universidade Federal da Bahia, é mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA). Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, também alocado na UFBA. Durante o doutorado desenvolveu pesquisas sobre a influência dos clássicos da geopolítica anglo-saxã em alguns jogos de videogame.

Filipe Piedade atualmente desenvolve investigação doutoral centrada no papel da Educação na ligação dos/as jovens à União Europeia e à sua participação cívica e política. É Mestre em História Contemporânea, tendo trabalhado sobre questões políticas tais como a ascensão dos fascismos no período entre guerras, o regime do Estado Novo e a transição democrática em Portugal e a Guerra Colonial portuguesa.

Francesc Vilanova i Vila-Abadal es professor y jefe del Departamento de Historia Moderna y Contemporánea de la Universitat Autònoma de Barcelona. Su investigación incluye el exilio catalán de 1939, la historia política e intelectual de la primera posguerra franquista, la represión franquista y el impacto de la Segunda Guerra Mundial en la sociedad catalana. orcid.org/0000-0003-3245-0877.

Gil Gonçalves é licenciado em História pela FCSH-UNL e mestre em História Contemporânea, pela mesma faculdade, com a dissertação intitulada “Eanismo, Otelismo e a questão da «normalização» democrática” (2019). Atualmente é investigador no Instituto de História Contemporânea (IHC - NOVA FCSH) e bolsheiro de investigação da FCT no programa de doutoramento em Estudos sobre a Globalização (NOVA FCSH). A sua investigação incide sobre os apanágios do discurso populista e os momentos em que este ganhou tração no Portugal do século XX.

Gilberto Calil é doutor em História Social (UFF), com pós-doutorado em História (Universidade do Porto). Professor Associado do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), integrando o Grupo de Pesquisa História e Poder.

João Lima é licenciado e Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2014 e 2016, respetivamente. Defendeu a sua tese de mestrado com o título *O 1º de Maio. Um grupo militante no processo revolucionário português: nascimento, morte e transfiguração*.

Manuel Loff, Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença), Professor Associado na Universidade do Porto, e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (onde coordena a linha Histórias Conectadas: construção do Estado, movimentos sociais e Economia Política) e do Centre d'Estudis sobre Dictadures i Democràcies (Universitat Autònoma de Barcelona). Entre várias outras obras, é autor de «O nosso século é fascista!» O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945) (Porto: Campo das Letras, 2008), e coordenador de Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória (Coimbra: Editorial Almedina, 2014).

Marco Alexandre Ribeiro, Licenciado em História (2017) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Mestre em Estudos Medievais (2019) pela mesma instituição, desenvolveu como dissertação de mestrado o estudo do quinto Livro de Atas de Vereação

da Câmara do Porto, 1485 e 1488. É membro do projeto coletivo de âmbito nacional MedCrafts e atualmente frequenta o Mestrado em Filosofia, ramo de Ética e Filosofia Política, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem enquanto principais áreas de interesse a cultura e sociedade do período tardo-medieval.

Miguel Cabo Villaverde é Profesor Titular en el Departamento de Historia de la Universidad de Santiago de Compostela. Sus líneas de investigación son: historia agraria e historia social, con estudios sobre la acción colectiva, el asociacionismo, la politización en el ámbito rural o la prensa agraria. Entre sus publicaciones recientes más destacadas: 2015. “Las otras guerras de nuestros antepasados: la violencia comunitaria en la Galicia rural contemporánea” (con José Manuel Vázquez Varela), *Hispania*, 2015, LXXV.251, pp.781-804; 2018. “Los partidos agrarios en Europa hasta 1945”, en David Soto y José Miguel Lana (eds.), *Del pasado al futuro como problema. La historia agraria contemporánea española en el siglo XXI*, Prensas de la Universidad de Zaragoza, pp. 235-256; 2018. “El trébol de cuatro hojas. La *International Peasant Union* y su actuación durante la Guerra fría”, *Historia y Política* 40, pp. 299-329.

Ricardo Serrado nasceu em Lisboa em 1980. Licenciou-se em história pela FL-UL em 2006, defendeu a sua tese de mestrado na FCSH-UNL dois anos depois, tendo terminado o seu doutoramento em 2020 como bolsheiro da UAL. Desenvolveu e coordenou vários estudos sobre a história e teoria do desporto, tendo mais recentemente demonstrado interesse no estudo das emoções, dos sentimentos e do comportamento em geral, seja sob uma perspetiva da história das mentalidades, seja sob um ponto de vista filosófico.

Sergio Valero Gómez (1982) es Doctor en Historia Contemporánea por la Universidad de Valencia y Profesor Contratado Doctor en el Departamento de Historia Moderna y Contemporánea de dicha Universidad. Trabaja sobre el socialismo español y valenciano durante la década de 1930, especialmente sobre sus conflictos internos, sus relaciones con la democracia y sus acciones educativas, principalmente desde el ámbito local. De su producción, cabría destacar las monografías *Republicanos con la Monarquía, socialistas con la República. La Federación Socialista Valenciana durante la Segunda República y la Guerra Civil (1931-1939)*, PUV, 2015, y *Ni contigo ni sin ti. Socialismo y republicanismo histórico en la Valencia de los años treinta*, Alfons el Magnànim, 2015, además de los artículos “Socialisme i democràcia a la Segona República: el cas de la Federació Socialista Valenciana, 1931- 1936” (2008), en la revista *Afers. Fulls de recerca i pensament*; “Educación republicana y politización: los dibujos infantiles durante la Guerra Civil” (2019), en la revista *Historia Social*; y “Reformismo y frustración desde el ámbito local valenciano. un elemento para la radicalización socialista durante la segunda república” (en prensa), en la revista *Ayer*.

Ficha Técnica**HISTÓRIA: Revista da FLUP -IV Série, vol. 10, N. 1 (2020)**

Editor: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Diretora: Inês Amorim.

Conselho Editorial: Cláudia Ribeiro, Francesco Renzi, Inês Amorim, Jorge Martins Ribeiro, Jorge Fernandes Alves, Maria Antonieta Cruz.

Conselho Consultivo: Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), Fernando Catroga (U. Coimbra), Gérard Le Bouëdec (U. Bretagne Sud), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Hartmut Kaelble (U. Humboldt) Sérgio Campos Matos (U. Lisboa).

Coordenação do Dossiê Temático: Manuel Loff, Filipe Piedade, Carlos Zacarias de Sena Júnior.

Secretariado: Mariana Selas e Francesco Renzi.

Tradução do “call for papers”: Carla Augusto e Álvaro Costa.

Contactos: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

Telefone: 22 607 71 00.

Telefax: 22 600 38 25.

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1

ISSN: 0871-164XD.L.:19791/88

Junho 2020

Revista com arbitragem científica.

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Instruções para Autores

NORMAS EDITORIAIS

Instruções para autores

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam:

i) *Dossiê Temático*

ii) *Outros Estudos*

iii) *Recensões Crítica*

b) Ser submetidas no sítio da Internet:

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

Passo 1 - Registar-se na plataforma

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/user/register>

- ao "Registar-se como" escolher **todas (as 3)** opções: Autor; Leitor; Revisor;

- Uma vez registados, fazer login no próprio perfil;

- Clicar em "Nova submissão";

Passo 2. Transferência do manuscrito: depois ter escolhido o ficheiro, clique em transferir para guardar o seu artigo na plataforma – **ATENÇÃO, NUNCA COLOCAR O SEU NOME, NEM DAR QUALQUER INDICAÇÃO, AO LONGO DO TEXTO, QUE O IDENTIFIQUE COMO AUTOR;**

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação).

- em caso de submissão de artigo: indique o seu nome apenas com as iniciais em maiúsculas: ex. Inês Amorim; assim como no título do artigo ex. Os mosteiros da diocese do Porto (séc. XI)

- em caso de recensão, no campo do título indique, **só a obra OBJETO DE RECENSÃO**, nesta forma ex. MACEDO, Jorge Borges de (1989), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Gradiva. ISBN 9789726621263, 254 pp.

Passo 4. Metadados da submissão (Indexação).

- no campo Resumo por favor insira os 4 abstract em Português, Inglês, Francês e Castelhana, nos quais **deve incluir, igualmente, os títulos nas respetivas línguas, assim como as palavras-chave.**

c) Indicar o **título** completo do texto em **português, francês, espanhol e inglês.**

2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, nas línguas portuguesa, francesa, espanhola e inglesa (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, **espaço entre linhas de 1,5, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12**, em **formato Word for Windows ou compatível**. As margens devem ser:

§ superior e inferior - 2,5 cm

§ esquerda e direita - 3 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Apresentar os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, numerados de forma contínua.

2.6. Estes elementos, acompanhados dos respetivos **títulos e fontes**, não podem ter uma largura superior à do corpo do texto.

2.7. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

2.8. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

3. As resenhas críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

4.1. - As **referências bibliográficas e citações** serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

4.1.1. - Apenas um autor - (Ribeiro, 2016)

4.1.2. - Apenas um autor com indicação da página - (Ribeiro, 2016: 344)

4.1.3. - Vários autores - (Pereira *et al.*, 2010)

4.1.4. - Autor referido no próprio texto - Amorim (2008)

a) **Livro com um autor:**

MACEDO, Jorge Borges de (1982), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa Moraes Editores.

b) Livro com mais de um autor:

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRAL, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) Livro com mais de quatro autores:

ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro:

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. III Vol., *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.13-60.

e) Artigo em publicação periódica:

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356.

f) Artigo em publicação periódica online:

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356 [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf>.

g) Publicações online:

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, [Consulta em 05.07.2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos:

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias*, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) Teses:

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L' évolution de la perception d'un grand quartier d'affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) **Legislação:**

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, *Formação de Professores*.

k) **Citações de documentos:**

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

4.5. As referências bibliográficas devem ser colocadas no **fim do texto** e **ordenadas alfabeticamente** pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas **da mais antiga para a mais recente**.

5. Os autores devem cumprir o **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordodeve ser **respeitada a ortografia original**.

6. Os autores cedem à **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.